

PUCRS

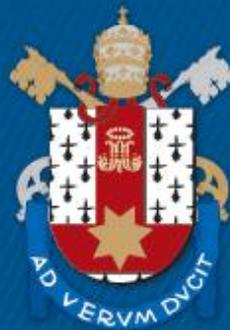
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ANDRÉA SILVA DE FRAGA

TRAJETÓRIAS DE ALUNAS-MESTRAS A PROFESSORAS INTELLECTUAIS DA EDUCAÇÃO
NO RIO GRANDE DO SUL (1920 a 1960)

Porto Alegre
2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Andréa Silva de Fraga

Trajetórias de alunas-mestras a professoras intelectuais da Educação no Rio Grande do Sul
(1920 a 1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito final para a obtenção do grau de Doutora em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helena Camara Bastos

Porto Alegre

2017

Ficha Catalográfica

F811 Fraga, Andréa Silva de

Trajétórias de alunas-mestras a professoras intelectuais da Educação no Rio Grande do Sul (1920 a 1960) / Andréa Silva de Fraga . – 2017.

215 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Camara Bastos.

1. História da Educação. 2. Prosopografia. 3. Trajetórias intelectuais. 4. Trajetórias profissionais. 5. Profissão docente. I. Bastos, Maria Helena Camara. II. Título.

Andréa Silva de Fraga

Trajetórias de alunas-mestras a professoras intelectuais da Educação no Rio Grande do Sul
(1920 a 1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Doutora em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Helena Camara Bastos (Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Prof.^a Dr.^a Eliane Teresinha Peres
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Prof.^a Dr.^a Maria Stephanou
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Charles Monteiro
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Aos meus pais, Nilton e Maria, pelo exemplo de dedicação e intenso amor demonstrado ao longo desses anos.

Agradecimentos

Quero agradecer aos meus familiares e amigos que me acompanharam nessa trajetória intelectual e social.

Aos meus primeiros amigos e amados pais, Nilton e Maria, pelo incentivo e apoio em todos os momentos da minha vida. E a toda minha família que compreendeu as minhas ausências nas reuniões familiares.

À minha querida professora orientadora Maria Helena Camara Bastos pelo acolhimento nessa jornada, com sua dedicação, orientação e compreensão paciente por causa da minha jornada de trabalho.

À minha rede de sociabilidades composta pelas minhas colegas da Secretaria Estadual da Educação pelo incentivo e apoio, Ana Magali, Silvana, Rossana, Adriana, Vitor, Jéanete, Janete e Márcia Coiro, com quem eu pude dividir a felicidade de estar no doutorado.

Ao novo grupo de colegas e professores da EEEM Tom Jobim, que esse trabalho sirva de motivação para o contínuo aperfeiçoamento do magistério.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, instituição que me proporcionou realizar o curso de Doutorado, aos seus professores pela troca de experiências, aos colegas pela troca de ideias, e funcionários pelo trabalho que realizam com eficiência e simpatia.

E a CAPES pelo fomento à pesquisa e por me proporcionar a possibilidade da concretização de um sonho.

Linha reta. Linha sem imaginação.
Mário Quintana (1987)

Resumo

A pesquisa propõe uma reflexão histórica inscrita no campo científico da História da Educação, e contou com o aporte teórico de autores como Pierre Bourdieu para o trabalho com a categoria *trajetória*, para a categoria *intelectual* Jean-François Sirinelli e Gérard Leclerc, para as práticas de escrita como prática sociocultural Roger Chartier, Armando Petrucci e Antonio Viñao Frago, e para o método prosopográfico contou com a leitura de Christophe Charle. Seu objeto de análise situa-se no âmbito das trajetórias intelectuais, sociais e profissionais de alunas-mestras que se tornaram professoras ou técnicas em Educação, pertencentes ao quadro de funcionários públicos do estado do Rio Grande do Sul, e que, durante as décadas de 1920 a , produziram e difundiram suas ideias através das práticas de escrita – produção textual. Procura analisar a trajetória intelectual dessas alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação através de três enfoques: a efetiva participação delas no *movimento de renovação educacional*, na *produção intelectual resultante do debate educacional da época* e na *circulação de suas ideias através da publicação de impressos*. A influência da Escola Nova, a organização estatal, o aparelhamento administrativo educacional e a política de nacionalização do ensino estiveram presentes no movimento de renovação educacional. As alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação aqui estudadas estavam envolvidas em quatro instituições públicas ligadas à Educação: a Secretaria de Educação e Saúde Pública (SESP/RS), o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE/RS), a Escola Complementar/Normal/Instituto de Educação de Porto Alegre e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais/RS (CRPE/RS). Instituições que autorizaram um tipo de escrita: *a de professores para professores e de alunos para alunos*. A análise da trajetória intelectual das alunas-mestras/professoras através de seus escritos se dá, portanto, por meio da imprensa de Educação e ensino presente na Revista *O Estudo*, na Revista do Ensino/RS, na Revista Cacique, nos Boletins do CPOE/RS e do CRPE/RS. Produção intelectual das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, especialmente destinada às atividades pedagógicas e às orientações teórico-metodológicas. A construção da narrativa biográfica desse trabalho foi organizada a partir do método prosopográfico da *formação inicial* das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação constituída pela passagem na Escola Complementar/Normal de Porto Alegre; pela *atuação profissional* – professora e técnica em Educação e outros cargos em órgãos estatais, em escolas, universidades, entre outros; pela *formação continuada* em cursos de graduação; e pela *publicação* de seus escritos. A partir da formação escolar percebe-se que mesmo com a rigidez de uma Educação e instrução voltadas especificamente ao público feminino, as mulheres através da própria Escola Normal tiveram a oportunidade de obter, em alguns aspectos e momentos, o que a elas pensava-se ser negado e abriu-lhes horizontes profissionais e novos contatos com outras realidades. A Escola Normal, contraditoriamente, foi uma instituição que ajudou a construir um imaginário de professora primária vocacionada à profissão e, ao mesmo tempo, foi propulsora de outros comportamentos por parte das mulheres: “o desejo de saber mais, a aspiração profissional, a liderança”, constatados pelo volume de produção intelectual das professoras/técnicas em Educação que circularam na imprensa especializada. Assim como as demais instituições que produziram e consolidaram uma “determinada *expertise* educacional”, voltada para a produção de conhecimento acerca da infância e para a organização e controle do sistema escolar.

Palavras-chave: História da Educação, prosopografia, trajetórias intelectuais, sociais e profissionais, profissão docente, escritas docentes.

Abstract

The research proposes a historical reflection inscribed in the scientific field of the History of Education, and counted on the theoretical contribution of authors such as Pierre Bourdieu for the work with the category of trajectory, for the intellectual category Jean-François Sirinelli and Gérard Leclerc, for the practices of written as sociocultural practice Roger Chartier, Armando Petrucci and Antonio Viñao Frago, and for the prosopographic method was read by Christophe Charle. Its object of analysis is within the scope of the intellectual, social and professional trajectories of female students who have become teachers or techniques in education, belonging to the civil service of the state of Rio Grande do Sul, and that during the decades of 1920 to , produced and disseminated their ideas through the practices of writing - textual production. It seeks to analyze the intellectual trajectory of these female students/teachers/techniques in education through three approaches: their effective participation in the educational renewal movement, in the intellectual production resulting from the educational debate and in the circulation of their ideas through publication of printed matter. The influence of the New School, the state organization, the educational administrative apparatus and the nationalization policy of education were present in the educational renewal movement. The female students/teachers/education techniques studied here were involved in four public institutions linked to Education: the “Secretaria de Educação e Saúde Pública” (SESP/RS), the “Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais” (CPOE/RS), “Escola Complementar/Normal/Instituto de Educação de Porto Alegre” and the “Centro Regional de Pesquisas Educacionais/RS” (CRPE/RS). Institutions that authorized a type of writing: that of teachers for teachers and students for students. The analysis of the intellectual trajectory of the student-teachers through her writings is therefore, through the education and teaching press present in the “Revista O Estudo”, in the “Revista do Ensino/RS”, in the “Revista Cacique”, in the “Boletins do CPOE/RS” and “Boletins do CRPE/RS”. Intellectual production of female students/teachers/techniques in education, especially aimed at pedagogical activities and theoretical-methodological orientations. The construction of the biographical narrative of this work was organized from the prosopographic method of the initial formation of the female students/teachers/techniques in education constituted by the passage in the Escola Complementar/Normal/Instituto de Educação de Porto Alegre; By the professional performance - teacher and technical in education and other positions in state organs, in schools, universities, among others; Continuing education in undergraduate courses; And by the publication of his writings. From school education, one can see that even with the rigidity of an education and instruction aimed specifically at the female audience, women through the “Escola Normal” had the opportunity to obtain, in some aspects and moments, what they thought Be denied and opened up professional horizons and new contacts with other realities. The “Escola Normal”, contradictorily, was an institution that helped to construct an imaginary of primary teacher oriented to the profession and, at the same time, was propulsive by other behaviors on the part of the women: “the desire to know more, the professional aspiration, the leadership”, represented by the volume of intellectual production of the teachers/techniques in education that circulated in the specialized press. Like the other institutions that produced and consolidated a “certain educational expertise”, focused on the production of knowledge about childhood and the organization and control of the school system.

Keywords: History of Education, prosopography, intellectual, social and professional trajectories, teaching profession, teaching writings.

Résumé

La recherche propose une réflexion historique inscrit dans le domaine scientifique de l'histoire de l'éducation, et a la contribution théorique des auteurs tels que Pierre Bourdieu à travailler avec la catégorie "trajectoire" pour la catégorie "intellectuelle" Jean-François Sirinelli et Gérard Leclerc, aux "pratiques de écrite" comme pratique socio-culturel Roger Chartier, Armando Petrucci et Antonio Viñao Frago, et la méthode prosopographique inclus la lecture de Christophe Charle. Son objet d'analyse se trouve dans les trajectoires intellectuelles, sociales et maîtres-étudiants de professionnels qui sont devenus des enseignants ou l'enseignement technique, qui appartiennent aux fonctionnaires du Rio Grande do Sul, et que pendant les décennies de 1920-, produit et diffusé leurs idées grâce à des pratiques d'écriture - production textuelle. Analyse la trajectoire intellectuelle de ces maîtres-élèves/enseignants/l'enseignement technique à travers trois approches: la participation effective des femmes dans le mouvement de renouveau éducatif, la production intellectuelle résultant du débat éducatif du temps et le mouvement des idées par la publication imprimé. L'influence de la nouvelle école, l'organisation de l'Etat, le grément d'administration et des politiques éducatives nationalisation de l'enseignement étaient présents dans le mouvement du renouveau pédagogique. Les maîtres-élèves/enseignants/ l'enseignement technique ici l'éducation ont été impliqués dans quatre institutions publiques liées à l'éducation: le Secretaria de Educação e Saúde Pública (SESP/RS), le Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE/RS), Escola Complementar/Normal/Instituto de Educação de Porto Alegre et le Centro Regional de Pesquisas Educacionais/RS (CRPE/RS). Les institutions autorisées un type d'écriture: les enseignants pour les enseignants et les étudiants pour les étudiants. L'analyse de la trajectoire intellectuelle des maîtres-élèves/enseignants à travers ses écrits se déroule donc à travers la presse de l'éducation et l'enseignement de cette dans la Revista O Estudo, dans le Revista do Ensino/RS, dans le Revista Cacique, dans les Boletins do CPOE/RS et Boletins do CRPE/RS. La production intellectuelle des maîtres-élèves/enseignants/l'enseignement technique, en particulier visant à des activités éducatives et les orientations théoriques et méthodologiques. La construction du récit biographique de ce travail a été organisé de la méthode de formation initiale prosopographique des maîtres-élèves/enseignants/l'enseignement technique constitué par le passage de Escola Complementar/Normal de Porto Alegre; la pratique professionnelle - enseignants et l'enseignement technique et d'autres postes dans les organismes d'État, les écoles, les universités, entre autres; pour la formation continue des cours de premier cycle; et la publication de ses écrits. De l'école de formation, il est clair que même avec la rigidité d'une éducation spécifiquement ciblée et l'instruction aux femmes, les femmes par lui-même école normale a eu l'occasion d'obtenir dans certains aspects et moments, ce qu'ils pensaient être refusé et ouvert leurs horizons et de nouveaux contacts professionnels avec d'autres réalités. L'école normale, contradictoirement, est une institution qui a contribué à construire un instituteur imaginaire dédié à la profession et en même temps, a été conduite par d'autres comportements par les femmes: le désir d'en savoir plus, aspiration professionnelle, le leadership «constada le volume de la production intellectuelle des enseignants/enseignement technique qui circulait dans la presse spécialisée. Ainsi que d'autres institutions qui ont produit et consolidé une «certaine expertise pédagogique», axé sur la production de connaissances sur l'enfance et l'organisation et le contrôle du système scolaire.

Mots-clés: Histoire de l'éducation, prosopographie, carrières intellectuelles, sociales et professionnelles, profession d'enseignant, les enseignants écrits.

Lista de Figuras

Figura 1 – Capa da Cartilha Juca e Zazá de Eloah Brodt Ribeiro Kunz	42
Figura 2 – Quadro de Funcionários CPOE/RS (1960) – Parte 1	52
Figura 3 – Quadro de Funcionários CPOE/RS (1960) – Parte 2	53
Figura 4 – Cabeçalho da Revista O Estudo (n.2, 1922)	59
Figura 5 – Fotografia dos Professores do Grupo Escolar Bandeirante em Guaporé, Jacinto Silva, José Ponzi, Idalina Marroni e Lahidy Zapp	64
Figura 6 – Fotografia de Eloah Brodt Ribeiro Kunz (Revista do Ensino, 1955)	67
Figura 7 – Capa da obra com publicação do capítulo “O status da criança como expressão do meio rio-grandense”, de Graciema Pacheco (1954)	72
Figura 8 – Cabeçalho da Revista O Estudo (n.8/9, 1928)	73
Figura 9 – Fotografia de Sarah Azambuja Rolla (Revista do Ensino, 1960)	74
Figura 10 – Capa do livro de Maria Cibeira Perpétuo, premiado em 1962	76
Figura 11 – Fotografia “Club de Ciencias Olga Acauan”	77
Figura 12 - Capas de livros publicados por Ruth Ivoty Torres da Silva	80
Figura 13 - Capas de livros publicados por Élide de Freitas e Castro Druck	82
Figura 14 – Fotografia de Élide de Freitas e Castro Druck	82
Figura 15 – Capas de livros publicados por Eddy Flores Cabral	84
Figura 16 – Capas dos livros em que Alda Cardozo Kremer possui publicação	86
Figura 17 – Prática da Escola Ativa (Revista O Estudo, 1930)	97
Figura 18 – Exemplo de atividade realizada por uma aluna do terceiro ano elementar (Revista O Estudo, 1930)	98
Figura 19 – Capa da Revista O Estudo, n. 2, 1922.....	109
Figura 20 – Museus Escolares (Revista O Estudo, 1930)	111
Figura 21 – Textos de Abigail Teixeira (Revista O Estudo, 1930)	112
Figura 22 – Capas da Revista do Ensino/RS, n. 1 de 1939 e n. 2 de 1951.....	114
Figura 23 – Primeira capa da Revista Cacique (1954)	122
Figura 24 – A mão negra, de Ruth Ivoty Torres da Silva (Revista Cacique, 1958)	123
Figura 25 – Colaboradores mirins (Revista Cacique, 1958)	125
Figura 26 – Capa do boletim do CPOE/RS (1947)	126
Figura 27 – Fotografias publicadas na Revista do Globo – “Colação de grau da última turma de alunas-mestras da Escola Complementar” (1929, n. 09)	144

Figura 28 – Fotografia do grupo de alunas do Curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal de Porto Alegre (Revista do Globo, 1931, n.02)	145
Figura 29 – Fotografia da colação de grau das alunas-mestras (Revista do Globo, 1931, n.10).....	145
Figura 30 – Fotografia de atividades de Educação Física da Escola Normal no Clube Porto Alegre (Revista do Globo, 1929, n.20)	146
Figura 31 – Fotografia de oitocentas alunas da Escola Normal em atividades no Estádio do S. C. Internacional (Revista do Globo, 1931, n. 25)	147
Figura 32 – Fotografia do Colégio Paula Soares e Treze de Maio de Porto Alegre (Revista do Globo, 1931, n. 26)	148
Figura 33 – Ofício Circular n. 269 (Boletim do CPOE/RS, 1953)	153
Figura 34 – Curso de Aperfeiçoamento para professores (Boletim do CPOE/RS, 1953) ...	161
Figura 35 – Curso de Psicologia – Ida Silveira (Boletim do CPOE/RS, 1950-1951)	162
Figura 36 – Ficha de dados e observações (Revista do Ensino, 1953)	165
Figura 37 – Práticas Agrícolas e Programa Fundamental na Escola Primária – Ruth Ivoty Torres da Silva (Revista do Ensino, 1954)	173
Figura 38 – Biblioteca Escolar Infantil (Revista do Ensino, 1954)	175
Figura 39 – “O cantinho da novidade” (Revista do Ensino, 1953)	176
Figura 40 – Revista Cacique, n. 1, 1954.....	177

Lista de Quadros

Quadro 1 – Amostragem do número de autoras e autores na Revista do Ensino/RS (1951 a 1961)	50
Quadro 2 – Data de formatura das alunas-mestras.....	56
Quadro 3 – Levantamento total de formandas na Escola Complementar/Normal de Porto Alegre	104
Quadro 4 – Idade das alunas-mestras	105
Quadro 5 – Levantamento de autoras e títulos publicados na Revista do Ensino/RS.....	116
Quadro 6 – Levantamento de autoras e títulos publicados no Boletim do CPOE/RS.....	129
Quadro 7 – Levantamento de instituições nas quais estiveram as alunas-mestras/ professoras/ técnicas em Educação.....	142
Quadro 8 – Formação continuada/acadêmica.....	156
Quadro 9 – Temáticas dos cursos de aperfeiçoamento para professores.....	158
Quadro 10 – Autoras e publicações – Psicologia.....	168
Quadro 11 – Títulos publicados por Ruth Ivoty Torres da Silva.....	169

Lista de Abreviaturas

ATERGS – Associação dos Técnicos em Educação do Rio Grande do Sul

APC – Associação dos Professores Católicos

BMCBPE – Boletins Mensais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CAp/UFRGS – Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CEEEd – Conselho Estadual de Educação

CPOE/RS – Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais/Rio Grande do Sul

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

CRPE/RS – Centro Regional de Pesquisas Educacionais/Rio Grande do Sul

DEPE – Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais

IE – Instituto de Educação

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

ISCRE – Instituto Social Cristão de Reforma de Estruturas

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

SEC – Secretaria da Educação e Cultura

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação

SESP/RS – Secretaria de Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

Introdução – O ordenamento de uma pesquisadora.....	17
Trajetórias de uma professora/assessora pedagógica/pesquisadora.....	17
As escolhas.....	21
O percurso da pesquisa.....	23
Estrutura da tese	24
Capítulo 1 – A especificidade da pesquisa: trajetória, intelectualidade e magistério.....	26
1.1 Sobre trajetória.....	26
1.2 Sobre intelectual.....	30
1.3 Sobre a escrita e a escrita feminina.....	35
1.4 Sobre ser professora – a formação profissional.....	43
Capítulo 2 – Alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação e suas trajetórias.....	56
2.1 Ida Silveira.....	59
2.2 Lahidy Zapp.....	63
2.3 Eloah Brodt Ribeiro Kunz.....	65
2.4 Graciema Pacheco.....	69
2.5 Fanny Delamora Garcia.....	72
2.6 Sarah Azambuja Rolla.....	74
2.7 Maria Cibeira Perpétuo.....	75
2.8 Abigail Teixeira.....	77
2.9 Ruth Ivoty Torres da Silva.....	79
2.10 Élide de Freitas e Castro Druck.....	81
2.11 Eddy Flores Cabral.....	83
2.12 Alda Cardozo Kremer.....	84
Capítulo 3 – Trajetória da escolarização à profissão docente: as instituições envolvidas	88
.....	
3.1 Renovação educacional no Rio Grande do Sul e as Instituições envolvidas.....	88
3.2 A Escola Complementar/Normal de Porto Alegre.....	101
3.3 Produção intelectual publicada: revistas, boletins e outros impressos.....	106

3.3.1 Revista O Estudo (1922-1931)	109
3.3.2 Revista do Ensino/RS (1939-1942/1951-1992)	114
3.3.3 Revista Cacique (1954-1963)	122
3.3.4 Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (1943-1971) e o Boletim do CPOE/RS (1947-1966)	126
3.3.5 Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Porto Alegre – CRPE/RS (1956-1964) e o Boletim do CRPE/RS.....	134
Capítulo 4 – A formação de uma <i>expertise</i> através da “Universidade das Mulheres”: trajetória intelectual, social e profissional.....	139
4.1 A posição institucional e as relações sociais daquelas que produzem conhecimento.....	141
4.2 O reconhecimento pela qualificação acadêmica e pela competência intelectual.	150
4.3 A legitimidade e a força política conferida a elas.....	179
Considerações finais.....	184
Referências	188
Apêndice	199
Apêndice 1 – Levantamento geral das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação e suas publicações	200

Introdução

O ordenamento de uma pesquisadora

Trajetórias de uma professora/assessora pedagógica/pesquisadora...

Minha trajetória profissional-acadêmica de pós-graduação tem início pelo fato de eu ter sido professora da disciplina de História no Centro Estadual de Formação de Professores General Flores da Cunha, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul – conhecido como Instituto de Educação e carinhosamente apelidado de IE. Nessa Instituição, fundada em 1869, cristalizou-se na mente desta professora de História o desejo de conhecer mais sobre ela e, conseqüentemente, de ter acesso às pesquisas desenvolvidas no campo da História da Educação. Pois como afirmam Stephanou e Bastos (2005), a História da Educação tem como objetivos expressar os novos olhares que a pesquisa nesse campo evidencia, ressaltar os aspectos fundamentais das políticas do passado e contribuir para os debates atuais da Educação, em especial, no âmbito da formação de professores.

Como professora da rede pública e também historiadora, parti das minhas atividades e inquietações diárias da minha profissão, e decidi estudar o passado de uma maneira que o meu tempo presente se torne inteligível e que encontre respostas as minhas questões. Foi, portanto, numa instituição secular, que atuei por onze anos (2002 – 2013), convivendo e trocando experiências com colegas e alunos. E também tendo contato com as suas memórias, sejam através de seu prédio (salas de aulas, pinturas, colunas, escadarias, etc.), de seus ex-alunos e ex-professores. Foi nessa escola repleta de representações da cultura escolar e da Educação no Estado que iniciei minha pesquisa de mestrado, com a revista *O Estudo* e seus 31 exemplares (1922 a 1931).

A dissertação intitulada *Imprensa Estudantil e Práticas de Escrita e de Leitura: a revista O Estudo (Porto Alegre/RS, 1922 a 1931)*, defendida pelo PPG-Edu/UFRGS, com orientação da professora Dra. Maria Stephanou, empreende uma reflexão histórica inscrita no campo científico da história da Educação, embasada teoricamente nos pressupostos da história

cultural e da história da cultura escrita e da leitura, com o uso de autores como Michel de Certeau e Roger Chartier. Seu objeto de análise situa-se no âmbito da história da imprensa de Educação e ensino, e destaca a produção de *impressos estudantis*. Detém-se na análise de um *corpus* documental que corresponde a 31 exemplares da revista *O Estudo*, publicada entre os anos de 1922 a 1931, pelo Grêmio de Estudantes da Escola Complementar/Normal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. E propõe a compreensão das práticas de escrita e de leitura das alunas através da publicação da revista.

Para isso, a proposta de Chartier (1992) sobre a análise de práticas de escrita e de leitura se torna essencial, ou seja, estudar as relações entre *o suporte, o texto e as práticas de leitura*. O primeiro aspecto, a criação do suporte revista, utilizado na materialização do impresso estudantil *O Estudo*, foi realizada como prática de escrita das alunas, que em princípio mimetizaram as revistas ilustradas e de variedades circulantes no início do século XX. A revista *O Estudo*, com sua apresentação física, sua composição gráfica e sua circulação, propagou textos que foram dispostos, impressos e publicados de maneira diversa. Também revelou os tipos de relação que a equipe de redação procurava estabelecer entre os textos e os leitores. Enfim, as alunas produziram o gênero revista no âmbito escolar e fomentaram a produção de impressos estudantis. O segundo aspecto, a revista *O Estudo* pode ser compreendida como um produto da cultura escrita de um tempo, no contexto de uma instituição e de uma ação formativo-pedagógica. Nela o escrito se faz presente através de uma vasta produção textual, que contribuiu para uma maior circulação da palavra escrita e para suprir a demanda por material escrito. São fatores que em conjunto propiciaram novos usos e novas práticas de escrita e de leitura que foram sendo compostas, difundidas e apropriadas, principalmente, no meio escolar. As alunas coordenaram escrita com leitura ao apresentarem textos referentes às aulas práticas, valendo-se das teorias difundidas no processo de formação e das experiências escolares. E o terceiro, as leituras que integram a formação de professoras também estão apresentadas na publicação de textos transcritos, traduzidos e adaptados, recurso amplamente utilizado para a composição d'*O Estudo*.

A conclusão a que cheguei com esta pesquisa foi que os usos que as alunas fizeram dos textos possibilitam demonstrar a forma como foram apreendidos, (re)utilizados, (re)escritos e produzidos no impresso estudantil e dispostos conforme a intenção editorial dessas alunas. Nesse processo de composição, difusão e apropriação, a instituição escolar passa a ter um contributo significativo, pois, além do processo do ensino da leitura e da escrita, também colabora através dos novos usos e práticas que faz dos impressos. A Escola lança mão da prática de escrita de um impresso em formato de revista, um artefato

sociocultural existente, incluindo como prática escolar. Isto é, a Escola, e mais especificamente as alunas da Escola Complementar/Normal, *manipularam, compreenderam e apreenderam* a palavra escrita em circulação na sociedade e estiveram envolvidas com a produção de um impresso estudantil, incentivado como prática escolar.

Com o término dessa etapa, muitas possibilidades de pesquisa, que não foram o foco nesse momento, frutificaram. É o caso de se conhecer mais quem são as alunas leitoras e escritoras da Escola Normal, no objetivo de se aproximar mais dessas moças. Num estudo de gênero, questionar por que poucas mulheres colaboradoras participam da revista *O Estudo*. Dar seguimento à análise mais aprofundada a partir dos levantamentos aqui realizados, tais como estudar os autores do século XIX que aparecem ainda em circulação nas décadas de 1920 e 1930, nos clássicos da literatura universal e da literatura infanto-juvenil, os autores gaúchos, etc. E analisar a apropriação que as alunas fazem dos discursos republicanos, dos discursos pedagógicos e dos ideais de civilidade da época. Ou, ainda, dar continuidade ao estudo dos impressos estudantis através de outras publicações realizadas pelas alunas normalistas do Instituto de Educação, é o caso da revista *A Voz do Estudante* publicada a partir de 1947 e outras revistas e jornais publicados por agremiações de estudantes.

Inicialmente, o curso de doutorado em História voltou-se para trabalhar com outros *impressos estudantis*, estendido a outras agremiações, procurando contextualizar essa prática de produção de periódicos como uma prática escolar. Da relevância de escrever sobre a História da Educação, da sua inserção como campo de pesquisa, das suas transformações ao longo do tempo, da possibilidade de se trabalhar com vários temas e objetos de análise, este projeto destaca o interesse em pesquisar, nesse âmbito, a história dos impressos de Educação e ensino e deles destacar a produção de impressos estudantis.

A partir desse projeto inicial, a inquietação por conhecer mais as alunas escritoras e leitoras da Escola Complementar/Normal de Porto Alegre e que trajetória elas desenvolveram profissionalmente foi algo que permaneceu latente, independentemente do desejo de estender a pesquisa aos demais impressos estudantis. Em conversa com minha orientadora, a professora Dr^a Maria Helena C. Bastos, a proposta de trabalhar com a trajetória das alunas-mestras e depois professoras através dos seus escritos foi muito bem acolhida. E trouxe a possibilidade de me aproximar mais das moças com que tive contato através da Revista *O Estudo*.

O pesquisador parte das suas vivências, as inquietações do dia a dia acabam por influenciar a busca por respostas. Então, após onze anos, saí do Instituto de Educação e fui trabalhar na 1^a Coordenadoria Regional de Educação (1^a CRE), da Secretaria da Educação/RS

(SEDUC). Este órgão é responsável por todas as escolas estaduais da cidade de Porto Alegre e nele permaneci de 2013 a 2014. Minha atuação foi no setor responsável pelas escolas de Ensino Médio, realizando assessoria pedagógica. Uma das muitas funções de assessor pedagógico é realizar cursos de formação aos professores da rede. Como o governo estadual implantou desde 2012 a reestruturação do ensino médio politécnico, uma série de encontros foi realizada nesses últimos anos. E muitos deles enfatizando a necessidade de os professores da rede se expressarem através da escrita. E o que se apresenta é um quadro de professores relutantes em escrever, repousar no papel a “ordem de seus discursos”. Porém, aqueles que escrevem e socializam com seus pares suas práticas docentes são bem recebidos. Demonstrando que ainda há uma grande necessidade de o professorado ter espaços de troca de experiências.

No início de 2015, com o novo governo estadual, e o novo staff da SEDUC, fui convidada pela Diretora do Departamento Pedagógico, professora Márcia Coiro, para trabalhar junto a ela, no setor que cuida do Ensino Médio. Anteriormente, como pertencente à equipe da 1ª CRE, eu assessorava em torno de setenta escolas de ensino médio, em Porto Alegre, após o convite passei a compor o grupo de sete pessoas, que assessoravam em torno de 1080 escolas de ensino médio em todo o estado do Rio Grande do Sul. Em meio, ao “Novo Ensino Médio” proposto pelo Governo Federal e Ministério da Educação (2016/2017), muito estudo e orientações deverão ser redigidos.

Assim sendo, faço parte do quadro de professoras da rede pública estadual, que atuaram diretamente na SEDUC. Mimeticamente repetindo alguns passos daquelas professoras do passado, que fizeram parte do quadro de servidores estatais da Secretaria da Educação, do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE/RS) e da Escola Complementar/Normal/Instituto de Educação. E que nos legaram sua produção intelectual publicada na imprensa e em outras obras.

As Escolhas...

O tema central desta tese corresponde à trajetória intelectual, social e profissional de alunas-mestras que se tornaram professoras ou técnicas em Educação, pertencentes ao quadro de funcionários públicos do estado do Rio Grande do Sul, e que durante as décadas de 1920 a 1960, produziram e difundiram suas ideias através da palavra escrita. Este trabalho se insere nos estudos em História da Educação e nas contribuições teóricas de Pierre Bourdieu e Roger Chartier para a História Cultural.

A trajetória intelectual dessas alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação¹ perpassa, portanto, por três enfoques importantes para esse estudo: a efetiva participação delas no movimento de renovação educacional do período em questão, na produção intelectual resultante do debate educacional da época e na circulação de suas ideias através da imprensa de Educação e ensino.

As alunas-mestras/professoras aqui estudadas estavam envolvidas em quatro instituições públicas ligadas à Educação (três estaduais e uma federal): a Secretaria de Educação e Saúde Pública (SESP/RS), o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE/RS), a Escola Complementar/Normal/Instituto de Educação de Porto Alegre e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais/RS (CRPE/RS).

Instituições que autorizaram um tipo de escrita: *a de professores para professores e de alunos para alunos*. A análise da trajetória intelectual das alunas-mestras/professoras através de seus escritos se dá, portanto, por meio da imprensa de Educação e ensino presente na Revista *O Estudo*, na Revista do Ensino/RS, na Revista Cacique, nos Boletins do CPOE/RS e do CRPE/RS.

Antes de entrar nas análises, é importante explicar alguns pontos dessa pesquisa.

1º) A escolha do tempo cronológico – 1920 a 1960 e a seleção das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação.

Como um ponto de partida, a escolha desse período e das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação vincula-se ao fato de que elas se formaram na Escola Complementar/Normal de Porto Alegre, entre as décadas de 1920 e 1930. Contemporâneas as alunas-mestras vivenciaram experiências em comum, foram colegas de

¹ A partir desse momento, optei por sempre usar as expressões “alunas-mestras”, “professoras” e “técnicas em Educação”, de forma única alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, em todo o texto. Entendo que são termos que exprimem a essência da formação intelectual e profissional delas.

turma ou formatura, dividiram espaços e professores da mesma instituição escolar de formação de professoras.

A escolha logo passou pela existência de uma mesma *formação escolar a partir da mesma instituição*, o que possibilita a análise de um espaço de socialização onde as “laços de amizade se estabelecem, afinidades com áreas de conhecimento se definem, sensibilidades se formam” (ALVES, 2012, p. 116). Assim como pelo fato de algumas terem participado da produção e colaboração da revista *O Estudo*.

E aquelas autoras, aqui tratadas, que não participaram diretamente da produção da revista e/ou da escrita, foram escolhidas por cursarem e serem contemporâneas do periódico. Proporcionando espaços comuns de sociabilidades, a partir da instituição formadora e conseqüentemente permanecendo em suas vidas profissionais, identificados através da presença delas nos editoriais ou como colaboradoras da Revista do Ensino/RS, Revista Cacique e Boletins do CPOE/RS e CRPE/RS, e outros impressos.

2º) Porque esse período é marcado pela organização do aparelho administrativo federal e do estadual. No Rio Grande do Sul, o governo do estado, em termos da pasta educacional, se reorganizou através da criação da Secretaria de Negócios da Educação e Saúde Pública (SESP). A partir dessa criação, outros órgãos e instituições emergiram, como o Centro de Pesquisas e Orientação Educacional (CPOE/RS).

3º) Porque esse período compreende o aparecimento de um “novo discurso” na Educação pública, o que Eliane Peres (2000) chamou de “Renovação Pedagógica” no estado, marcada pela “emergência de um sistema de verdades científicas para a escola primária, baseado fundamentalmente na Psicologia, na Pedagogia Experimental e nos princípios da Escola Renovada” (p. 15). Seus princípios foram difundidos, nos anos de 1920 e 1930, pelas Escolas de Formação de professores, em especial, a Escola Complementar/Normal de Porto Alegre. E a partir da década de 1940, teve como órgão central desse movimento o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (CPOE/RS), vinculado à Secretaria de Educação e Saúde Pública (SESP). Período que compreende o aparecimento de uma “*expertise pedagógica*” e pelos “experts” em Educação e iniciativas editoriais no campo educacional, como a Revista do Ensino/RS.

4º) O último fator de escolha desse contexto histórico e das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação corresponde à produção intelectual e à circulação da produção textual das autoras escolhidas nos impressos de Educação e ensino.

O percurso da pesquisa...

Suas trajetórias como colaboradoras e intelectuais serão apresentadas através do método prosopográfico, com a meta de analisar a sua contribuição ao ideário da época, bem como conhecer a geração que utilizou a escrita para construir e manter esse ideário. Neste caso, o método prosopográfico colabora para a visualização desse grupo de alunas-mestras e professoras e seu engajamento na renovação pedagógica.

O método prosopográfico é também conhecido como biografia coletiva. Para Charle (2006, p. 41), a prosopografia é um método usado para “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise”. Anteriormente, Stone (2011, p. 115) já havia proposto que a “prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes (...). Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas”.

A prosopografia permite ao pesquisador conhecer profundamente pequenas coletividades. Através do método se define o grupo a partir de critérios preestabelecidos, que compõem os dados biográficos das alunas-mestras e das professoras. Com ele os pontos em comum do grupo são revelados.

E no caso dessa pesquisa o objeto em comum é a produção intelectual publicada na Revista O Estudo, na Revista do Ensino/RS, nos Boletins do CPOE/RS e em outros impressos e livros. Apoiado pela ideia de uma “gramática discursiva”² do objeto de pesquisa, onde objetiva-se identificar os traços mais visíveis e mais frequentes do objeto de análise.

E o método prosopográfico, também permite estudar os espaços de sociabilidade proporcionados pelos mecanismos de capilaridades dados, não somente pelos editoriais das revistas e boletins, mas também pelo convívio em locais que circularam: Escola Complementar/Escola Normal, Secretaria da Educação, CPOE/RS, CRPE/RS, Revista do Ensino/RS.

² Esse é um termo usado por GVIRTZ, 1997.

O levantamento das informações foi realizado através do contato com os números da revista *O Estudo*, do período de 1922 a 1931; com a pesquisa na Biblioteca da PUCRS, guardiã da *Revista do Ensino/RS* (1939 a 1969) e do *Boletim do CPOE/RS* (1942 a 1966), de onde o material foi copiado e analisado quantitativamente em quadros sínteses. E pela consulta na biblioteca da Faculdade de Educação/UFRGS do *Boletim do CRPE/RS* (1954 a 1958).

A construção da pesquisa também contou com a consulta do *Jornal A Federação* (1922 a 1939) e do *Jornal Diário de Notícias* (1930 a 1969) disponibilizado no site da Biblioteca Nacional Digital³, onde foi possível encontrar vestígios e informações das alunas-mestras/professoras e técnicas em educação. E da *Revista do Globo* (1929 a 1967), disponibilizada no acervo da Biblioteca da PUCRS. E com ela pude levantar algumas fotografias das alunas-mestras em momentos de práticas escolares – atividades físicas, e em momentos comemorativos – como a colação de grau.

Outro documento consultado foi o rol de formandas, que se encontra nos livros de *Actas de entrega e premios e titulos de alumnas-mestras da Escola Complementar*. O livro de atas fornece dados empíricos, como uma lista de nomes das alunas formandas (e em alguns casos tem-se acesso ao conhecimento da presença de alguns alunos formandos). Neste mesmo material, também é possível ressaltar que na Escola Complementar e Normal a titulação dada às formandas era de “Alumnas-mestras”, e com a criação do Curso de Aperfeiçoamento (de um ano) a titulação era a de “Professôra”.

E, por fim, a pesquisa também contou com entrevistas concedidas a outros pesquisadores, depoimentos, biografias já publicadas, reportagens, dados fornecidos pelos recursos humanos da Secretaria da Educação e em pesquisas acadêmicas.

Estrutura da tese...

O primeiro capítulo – *A especificidade da pesquisa: trajetória, intelectualidade e magistério* – apresenta o aporte teórico e as categorias de análise como a de *trajetória* – entendida não apenas como narrativa sequencial de eventos, mas como um itinerário das alunas-mestras/professoras/técnicas e intelectuais presentes em suas carreiras públicas e em seus escritos percebidos e analisados como “mecanismos de capilaridades” (SIRINELLI,

³ O endereço para acesso à Biblioteca Nacional Digital é: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

2003), que permite vê-las como sujeitos produtores de movimentos culturais e processos históricos. A de *intelectual* – professora como intelectual, aquela que faz parte de um grupo específico de profissionais, em meio às relações de sociabilidade e espaços de convivência em que produziram trajetórias sociais e profissionais – na escola, no magistério, no funcionalismo público – e suas trajetórias intelectuais – na produção escrita – nos boletins e nos impressos. A de *escrita e escrita feminina* – escrita compreendida como prática sociocultural das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação e presentes nos impressos e periódicos, e escrita feminina voltada à Educação. A de *formação docente* – ser professora, apresenta o processo histórico de feminização do magistério.

O segundo capítulo – *Alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação e suas trajetórias* – discorre sobre a apresentação das biografias e da trajetória de formação inicial para a formação profissional. De alunas-mestras a professoras e técnicas em Educação pertencentes ao quadro de funcionários públicos do estado, cujo espaço social foi compartilhado. Dos títulos “professora”, “técnica em Educação”, “diretora”, tem-se a representação de uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos” (BOURDIEU, 1996, p. 292). Conjunto de disposições para agir, construídas socialmente, isto é, trajetórias sociais abertas a experiências.

O terceiro capítulo – *Trajетória da escolarização à profissão docente: as instituições envolvidas* – apresenta as quatro instituições públicas presentes nas trajetórias das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação: a Escola Complementar/Normal/Instituto de Educação de Porto Alegre, a Secretaria de Educação e Saúde Pública (SESP/RS), o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE/RS) e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais/RS (CRPE/RS). E analisa a trajetória através de seus escritos, pela imprensa de Educação e ensino, representada nos periódicos *O Estudo*, *Revista do Ensino/RS*, *Revista Cacique*, *Boletins do CPOE/RS* e do *CRPE/RS*.

O quarto capítulo e último – *A Universidade das Mulheres: trajetória profissional e intelectual* – analisa a trajetória das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação e a efetiva participação delas no *movimento de renovação educacional*, na *produção intelectual resultante do debate educacional da época* e na *circulação de suas escritas através da imprensa de Educação e ensino*. Processo que envolveu redes de sociabilidade, desde a formação docente, que perpassa a vida profissional e a produção intelectual das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, envolvendo seus textos e escolhas temáticas.

Capítulo 1

A especificidade da pesquisa: trajetória, intelectualidade e magistério

Nesse momento, é importante dar ao leitor explicações de detalhes da pesquisa, que trarão maior clareza ao aporte teórico-conceitual deste trabalho. Serão aqui apresentadas as categorias de análise como a de trajetória, de intelectual, de escrita e escrita feminina e de formação docente.

1.1 SOBRE TRAJETÓRIA

A tessitura das trajetórias intelectuais, sociais e profissionais do grupo de alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação aqui analisada dar-se-á através da apresentação da trama de fios específicos para essa pesquisa, isto é, a partir da urdidura entre a trajetória escolar – Escola Complementar/Normal de Porto Alegre com a trajetória profissional – SESP/SEC, CPOE/RS, CRPE/RS e a trajetória intelectual – Impressos.

Os fios que compõem a trajetória social do grupo em questão são compreendidos a partir da construção dos acontecimentos biográficos⁴ obtidos com a pesquisa empírica, isto quer dizer que, ao contrário da maneira teleológica de apresentação das biografias, a trajetória não será apresentada apenas como uma narrativa sequencial, cronológica e linear da vida das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, mas no sentido que Pierre Bourdieu (1996) propõe, ou seja, pensar em trajetória como um lugar onde se encontram a historicidade e o sujeito⁵.

⁴ Para ter uma noção historiográfica do uso da escrita biográfica desde a Idade Média até o século XX, a partir da noção de regime de historicidade de François Hartog, ver SCHMIDT, 2003. No artigo, o autor salienta que o “retorno biográfico”, a partir de meados dos anos 1980, ocorre devido às fissuras do presentismo, pelo interesse na história-memória e, também, pela crise do paradigma estruturalista, em que pesquisadores atuais tentam restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais.

⁵ Para Bourdieu o sujeito é um ser histórico e imerso em um universo social fora do seu controle, porém capaz de produzir acontecimentos resultantes da vida em sociedade. “Os agentes têm uma história, que são produto de

Compreendendo, portanto, que a vida de um indivíduo não é progressiva e causal e, sim, ordenada *a posteriori* quando da construção da narrativa realizada pelo pesquisador. Construção essa referente à série de posições sucessivamente ocupadas pelo grupo biografado no campo a que pertence. Para não incidir na “ilusão biográfica”,⁶ os

acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. (...) O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado (...) ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 1996, p. 190).

Bourdieu (1996, p. 243; 2007, p. 191), nesse sentido, apresenta que a ciência dos fatos intelectuais (artísticos, culturais, etc.) considera três momentos necessários e intimamente ligados aos três níveis de realidade social que apreendem: 1. Análise da posição do campo (intelectual, literário) no seio do campo do poder e sua evolução no decorrer do tempo; 2. Análise da estrutura interna do campo, universo que obedece às próprias leis de funcionamento e de transformação, isto é, estrutura das relações objetivas entre as posições que os indivíduos ou grupos colocados em situação de concorrência pela legitimidade intelectual ou artística que ocupam num dado momento de tempo na estrutura do campo; 3. Análise da gênese dos *habitus* dos indivíduos que ocupam essas posições, ou seja, um sistema de disposições que, sendo produto de uma trajetória social (disposições socialmente construídas) e de uma posição no interior do campo, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.

Dessa maneira, a trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças e estratégias presentes no campo. Embasado em Bourdieu, Miguel Montagner (2007, p. 254) afirma que “podemos acompanhar as mudanças sucessivas pelas quais um agente social passa durante o movimento na sociedade e que acabam por sedimentar um *habitus* relacionado à história do indivíduo”.

uma história individual, de uma Educação associada a determinado meio, além de serem o produto de uma história coletiva, e que em particular as categorias de pensamento, as categorias do juízo, os esquemas de percepção, os sistemas de valores, etc. são o produto da incorporação de estruturas sociais” (BOURDIEU, 2011, p. 58).

⁶ Em seu texto “A ilusão biográfica”, Bourdieu faz críticas com relação à produção de relatos biográficos a partir de histórias de vidas como sendo uma sequência coerente de fatos, com significado e direção. Para tal crítica com relação a esta ilusão, o autor cita Allain Robbe-Grillet “o advento do romance moderno está ligado precisamente a esta descoberta: o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório” (BOURDIEU, 1996, p.185).

Assim, a trajetória é um elemento presente *na relação entre os agentes sociais, seu habitus e as forças interiores do campo a que pertencem*. Compreendendo por campo um espaço social estruturado, onde os agentes sociais ocupam posições definidas. O espaço social é entendido de forma abstrata, e não física. Portanto, as relações sociais não são físico-geográficas e, sim, simbólicas.

A sociedade tem posições que só são definíveis relacionalmente, reflexivamente, umas em relação às outras. Por isso, no campo social, as posições só podem ser estudadas relacionalmente. É o que Bourdieu propõe como concepção relacional da sociedade. A reflexividade das posições se dá a partir de eixos estruturantes do campo. Eixos em torno dos quais as posições ganham sua simetria de reflexividade e facilitam o posicionamento dos agentes no campo – distanciando-os ou aproximando-os.

O campo também é um espaço de conflitos e ao mesmo tempo de concordâncias entre seus agentes. Nesse espaço, os agentes possuem um conjunto de recursos que usam dentro do campo, esses recursos são chamados de capital social. Para Bourdieu, “quanto maior for o avanço do campo, tanto maior será o acúmulo de seu capital específico, tanto mais necessário será, para contestar a legitimidade de um pintor, dispor de capital específico de pintor” (2011, p. 72). Cada campo possui capital específico, possível de concentração, de reconhecimento e de legitimação aos pertencentes do campo e por outros fora dele. O capital é algo específico e só tem valor no orbital e que a ele pertence, e a sua concentração ocorre através de determinadas estratégias consideradas legítimas pelos agentes sociais.

Campo de forças possíveis, que se exercem sobre todos os corpos que nele podem entrar, o campo do poder é também um campo de lutas e talvez, a esse título, comparado a um jogo: as disposições, ou seja, o conjunto das propriedades incorporadas, inclusive a elegância, a naturalidade ou mesmo a beleza, e o capital sob suas diversas formas, econômica, cultural, social, constituem trunfos que vão comandar a maneira de jogar e o sucesso no jogo (...). (BOURDIEU, 1996, p. 24)

O campo não é um espaço homogêneo, é um espaço de diferenças e de dominação, e também, onde se encontra o *habitus*, um conjunto de disposições para agir, socialmente construídas e explicáveis, e que não passam pela consciência dos agentes sociais⁷. “*Habitus*

⁷ Para melhor compreensão, Bourdieu dá um exemplo a partir de seus estudos: “Estudei como as pessoas fazem suas escolhas: por que alguns preferem ir para a École Normale e outros orientam-se, de preferência, para a École Polytechnique, (...), etc.? Baseado em dados empíricos – em um estudo das escolhas efetuadas, das capacidades das pessoas que haveriam realizado tais escolhas e da relação entre essas duas variáveis –, fui levado a dizer que tudo se passa como se os agentes sociais (...) tivessem interiorizado uma estrutura de oposição que é a estrutura de oposição objetiva no espaço em que eles vão ingressar, ou seja, a oposição de maneira sumária entre HEC e École Normale: de uma lado, os negócios e, de outro, as coisas intelectuais. Portanto, eles têm sistemas de preferência que são adquiridos nas respectivas famílias: assim, na École Normale, encontram-se, de preferência, filhos de professores, enquanto os filhos de comerciantes vão dirigir-se, sobretudo, para a HEC. O que será determinante nessas escolhas? Trata-se de uma das principais oposições estruturantes da mentalidade

não é um destino (...) trata-se de um sistema aberto de disposições que estará submetido constantemente a experiências e, desse modo, transformado por essas experiências” (BOURDIEU, 2011, p. 62). Ocorrem com a convivência, com a atualização de saberes práticos adquiridos e incorporados ao longo de uma trajetória dos agentes do mesmo campo.

O *habitus*, que é o princípio gerador de respostas mais ou menos adaptadas às exigências de um campo, é produto de toda a história individual, bem como, através das experiências formadoras da primeira infância, de toda a história coletiva da família e da classe. (BOURDIEU, 2004, p. 131)

Como produto de toda a história individual e coletiva, o *habitus* deixa indícios para análise dos agentes sociais dentro do campo em que estão inseridos. Sendo assim, a análise biográfica visa reconstituir uma trajetória social definida como uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos. (...) Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*” (BOURDIEU, 1996, p. 292).

E nas palavras de Montagner (2007, p. 258), “perseguir uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem”.

Trajетória percebida não apenas como uma narrativa sequencial de eventos biográficos, porém como um itinerário das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação e intelectuais presentes em suas carreiras públicas e em seus escritos percebidos e analisados como “mecanismos de capilaridades” (SIRINELLI, 2003), que permite vê-las como sujeitos produtores de movimentos culturais e processos históricos.

É com relação aos estados correspondentes da estrutura do campo que se determinam em cada momento o *sentido* e o valor social dos acontecimentos biográficos, entendidos como *colocações* e *deslocamentos* nesse espaço, ou mais precisamente, nos estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo, capital econômico e capital simbólico como capital específico de consagração. Tentar compreender uma carreira ou uma vida como uma série única e em si suficiente de acontecimentos sucessivos sem outro elo que não a associação a um “sujeito” cuja constância não pode ser mais que a de um nome próprio socialmente reconhecido é quase tão absurdo quanto

moderna: arte/dinheiro, desinteressado/interessado, puro/impuro (...). Essa oposição, verdadeiramente fundamental, é que vai determinar as preferências em matéria de automóveis, de jornais lidos, (...). Essa oposição, que existe na objetividade sob a forma de distribuição de práticas, sob a forma de estruturas de distribuição de produtos, etc., será interiorizada sob a forma de um sistema de preferência: tendo de escolher entre uma posição intelectualmente interessante, mas pouco remunerada, e uma posição economicamente muito bem remunerada, mas percebida como não interessante do ponto de vista intelectual, (...). Eis um exemplo que uma estrutura objetiva – a oposição das grandes écoles (...) – torna-se uma estrutura subjetiva, uma categoria de percepção e de apreciação, um sistema de preferência” (2011, p.58-59).

tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (BOURDIEU, 1996, p. 292)

A percepção dos acontecimentos biográficos, como colocações e deslocamentos no campo ou nos diferentes momentos distributivos de capital (econômico e simbólico), apresenta que “toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*” (BOURDIEU, 1996, p. 292).

As alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação escolhidas pertencem ao campo educacional⁸ e, nesse sentido, a partir das suas trajetórias é possível balizar uma experiência social, cultural, política e intelectual dentro deste campo e das redes de sociabilidade imbricadas nas relações políticas e profissionais.

1.2 SOBRE INTELECTUAL

A partir desses apontamentos iniciais é possível fazer um perfil mais completo das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação. Mas, antes, um questionamento precisa ser feito. O que significa pertencer ao grupo de alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação seja como “mulheres do Instituto” (Escola Complementar/Normal), ou como “funcionárias públicas” da Secretaria de Educação? O que significa ter-se “destacado” na Educação pública? Pois, como apresenta Quadros (2006), o:

Grupo seletivo de professoras formadas pela Escola Complementar que teve uma atuação destacada no âmbito educacional do Rio Grande do Sul, em especial junto ao Instituto de Educação e à SEC/RS, entre elas Marieta da Cunha e Silva, Olga Acauan Gayer, Natércia Cunha Velloso, Florinda Tubino Sampaio, Graciema Pacheco, Elmira Flores Cabral Pellanda e profissionais prestigiadas e reconhecidas pela competência e qualificação acadêmica, ocupavam um lugar de sujeito que lhes conferia legitimidade e força política decisivas para a implementação das políticas governamentais. (QUADROS, 2006, p. 100-1)

O pressuposto para essas questões passa pela ideia de que esse grupo de que trata Quadros (2006) e o grupo de alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação dessa tese

⁸ Convém salientar que o campo educacional aqui tratado é um “espaço social ocupado pelos educadores e pensadores da Educação no que se constituía à época um campo (em termos bourdieusianos) em formação” (SILVA, 2015, p. 48).

fazem parte de algo maior, em que mulheres se destacaram e se constituíram como *intelectuais* da Educação no estado, isto é, ocuparam uma posição institucional, estabeleceram relações sociais e produziram conhecimento. No entanto, o que significa ser uma intelectual no campo educacional?

O conceito de intelectual, amplamente debatido na literatura acadêmica e de caráter polissêmico, percorre desde a definição de “quem são os intelectuais” até o que “consiste o trabalho intelectual”, tornando-o, portanto, um conceito mutante.

Para Gérard Leclerc (2004), o intelectual pertence a uma categoria de análise que não possui contornos definidos em uma classe específica, nem em uma profissão. O autor ao realizar um estudo sobre as origens das atividades intelectuais, desde os letrados e clérigos humanistas até a atualidade, propõe apontar traços que compõem a atividade intelectual, analisando a “estrutura organizacional e institucional (econômica, política, cultural) das ideias em curso numa sociedade dada”, isto é, tendo em vista o contexto regional e temporal. Para qualificação do intelectual, o autor propõe que três fatores precisam ser examinados: o pertencimento a uma *profissão intelectual*, a uma *posição institucional* e a um *engajamento*.

Nesse sentido, ao transpor essa reflexão à análise das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação é pensar nelas como pertencentes ao campo intelectual da Educação gaúcha, em que atuaram e desenvolveram uma profissão intelectual, na qual o posicionamento institucional e seu engajamento vincularam-se às suas atuações profissionais em órgãos públicos do estado e através da sua vasta produção intelectual publicada.

Seguindo a escola sociológica francesa, juntamente com Leclerc, está Jean-François Sirinelli. Este último autor, por exemplo, aponta para o caráter polimorfo da noção de intelectual, contudo ele oferece duas possíveis acepções do conceito de intelectual:

Uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os mediadores culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou mediadores em potencial, e ainda outras categorias de receptores da cultura (SIRINELLI, 2003, p. 242).

Assim, os professores encontram-se como criadores e mediadores de cultura em permanente via de mão dupla com os estudantes, pertencentes a um ofício cujo caráter tem por impressão o selo da intelectualidade⁹.

Nessa perspectiva, Bourdieu (2004, p. 176) também apresenta os intelectuais como “produtores culturais que detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer a luz, ao estado explícito, objetivado,

⁹ Sobre intelectuais mediadores, ver GOMES, HANSEN, 2016.

experiências mais ou menos confusas, fluidas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, de fazê-las existir”¹⁰.

Na escola italiana, Norberto Bobbio (1997, p. 109) diz que, ao se falar em intelectuais deve-se fazê-lo no plural, por ser um conjunto de sujeitos específicos “considerados como criadores, portadores, transmissores de ideias, que desde há um século são normalmente chamados de ‘intelectuais’”.

Nesse mesmo pensamento, Leclerc (2004) aponta que:

Se o estatuto de intelectual não é de modo algum um estatuto profissional, ainda assim ele possui uma ligação evidente com certas profissões (escritores, universitários, jornalistas, artistas, pesquisadores científicos). O intelectual não é apenas um ideólogo. É também um profissional da inteligência (ou do intelecto), da criação, da inovação cultural e artística (p. 61-62).

A partir dos autores citados, depreende-se que a atividade intelectual, portanto, é uma atividade criadora e, desse modo, as profissões ligadas ao meio artístico e cultural, como os escritores, os artistas, os professores, os advogados, por exemplo, são consideradas ligadas à intelectualidade.

No caso específico dos intelectuais brasileiros, Sérgio Miceli, em *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, analisa as relações entre estes e a classe dirigente no país, bem como, as estratégias que desenvolveram para atuarem no mercado em setores públicos e privados¹¹.

O engajamento público e as mudanças no mercado de trabalho intelectual, de acordo com Miceli (1979), resultaram no recrutamento dos intelectuais através da rede de relações sociais que podiam mobilizar e cada vez mais na “mediação exercida por trunfos escolares e culturais, cujo peso é tanto maior quanto mais se acentua a concorrência no interior do campo intelectual” (MICELI, 1979, p. XIX). Dependentes do capital de relações sociais, tal recrutamento ocorre voltado aos intelectuais circunscritos num círculo de famílias vinculadas às classes dominantes:

¹⁰ Em um artigo onde aborda o uso de ferramentas sociológicas de Bourdieu para a História da Educação, João Paulo da Silva (2015, p. 49) salienta as colaborações desse autor no sentido de compreender a formação dos intelectuais, as inter-relações e as escolhas realizadas por eles, “seja na condição do intelectual autor (entendendo como tal, o que se notabiliza pela produção de textos que exercem influência no seu campo), como na condição de intelectual ator (aqueles que, embora não desenvolvam atividade de produção intelectual, ou façam de modo restrito notabilizam-se especialmente na organização do campo e em ações práticas)”.

¹¹ A obra expõe a atuação dos intelectuais em três âmbitos do mercado de trabalho: 1. A presente participação de intelectuais em organizações partidárias e instituições culturais dependentes dos grupos dirigentes; 2. A atuação no crescente mercado do livro que absorveu um número grande de funcionários, profissionais liberais e professores; 3. Na composição do funcionalismo público, no qual vários postos foram entregues aos intelectuais, escritores e artistas (MICELI, 1979, p. XV) e professores.

As profissões intelectuais constituem um refúgio reservado aos herdeiros das famílias pertencentes à fração intelectual e, sobretudo, aos filhos das famílias em declínio. Esses últimos, tendo podido se livrar das ameaças de rebaixamento social que rondavam os seus, tiveram a oportunidade de se desgarrarem de seu ambiente de origem e, ao mesmo tempo, de objetivarem através de seus escritos essa experiência peculiar de distanciamento em relação à sua classe. Em suma, não se pode dissociar as disposições favoráveis ao trabalho intelectual das experiências sociais que moldaram tais disposições. (MICELI, 1979, p. XXII)

Segundo o autor, a partir do governo de Getúlio Vargas, o recrutamento de intelectuais para a esfera do Estado possibilitou o acesso aos postos e carreiras burocráticas em todas as áreas do serviço público (Educação, Cultura, Justiça, etc.), igualmente, constituiu o domínio da cultura como um “negócio oficial”, com orçamento próprio, com a presença de uma “intelligentzia” e com a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico (MICELI, 1979, p. 131). No governo federal, a partir dos anos 1930, foram criados cargos especializados, tais como *técnicos de Educação e de organização* que foram preenchidos por economistas, estatísticos, geólogos, cientistas sociais e *educadores*. Foram criados também cargos nos quadros permanentes dos ministérios, como os *inspetores de ensino*, de imigração, do trabalho, etc. (MICELI, 1979, p. 157).

Na incorporação gradativa dos intelectuais pelo Estado, esses indivíduos estiveram presentes no entendimento da constituição do processo de modernização brasileira, colocando-se como “porta-vozes do conjunto da sociedade” e “tomou corpo a concepção de “cultura brasileira” sob sua chancela, desde então, se constitui uma rede de instâncias de produção, distribuição e consagração de bens simbólicos, às custas das dotações oficiais” (MICELI, 1979, p. 159). E, em especial, os educadores profissionais foram convocados “em virtude da sua competência e do saber de que dispunham em suas respectivas áreas de atuação” (MICELI, 1979, p. 165). Cita, por exemplo, que foram contratados Lourenço Filho, Francisco Campos, Mário Casasanta, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão.

Sendo assim, educadores e professores combinaram sua “capacidade, seu poder de criação e de inovação” (LECLERC, 2004, p. 69), como um intelectual.

Nos estudos que envolvem a profissão docente com a produção intelectual, a autora Carlota Boto (2005), ao estudar o professor primário português, afirma que:

O professor primário é intelectual das gerações jovens. Fala e é escutado por elas. Revela-lhes o mundo, a seu modo. [...] É intelectual pelo lugar que ocupa no tabuleiro social, como formador de um dado consenso social, necessário para que haja alguma continuidade em um mundo que teme mudanças. É intelectual porque tem no ensino parte imprescindível de sua existência. Mas a característica que melhor qualifica sua condição de intelectual é também aquilo que torna inesquecíveis nossos primeiros professores: a lembrança que deles guardam seus alunos, dos tempos da escola primária. (BOTO, 2005, p. 42)

Desse excerto, a autora exprime a ideia de Sirinelli, na qual o professor é criador e mediador cultural para com seus alunos e, por isso, age como intelectual. Por fazer parte de um grupo específico, os professores primários estavam envolvidos na Educação dos valores, a formação de virtudes, da moral, do civismo e da civilidade. E também engajados no processo de formação do próprio corpo docente.

Desse modo, o professor como intelectual é aquele que faz parte de um grupo específico de profissionais “cujo processo de formação constava da própria constituição da cultura escolar e abarcava não apenas os saberes e as práticas de ensino, mas, sobretudo, os gestos e as feições, as formas de agir e de se comportar no cotidiano da Educação escolar” (SCHUELER, 2008, p. 4).

Os “intelectuais de instrução”¹², expressão que contém a concepção de Educação como objeto científico e o professor como seu produtor e propagador. O professor e intelectual tem sua profissionalização construída, o que Nóvoa (1995), ao analisar a constituição do professorado em Portugal, afirma que os sujeitos sociais começam a se reconhecer e a se organizar como grupo – se tornam *especialistas no processo de profissionalização* – com aspirações, interesses e problemas em comum. Exercem uma atividade institucionalizada – *regulada pelo Estado* – a qual exige um conjunto de saberes e saber fazer, de condutas e comportamentos de ordem ética – aos cuidados das *universidades ou outras formas de instituições de treinamento*. E atuam cotidianamente com outros sujeitos sociais, os alunos – *usuários dos serviços profissionais*.

O prestígio dos professores no início do século XX é indissociável da ação levada a cabo pelas suas associações, que acrescentam à unidade extrínseca do corpo docente, imposta pelo Estado, uma unidade intrínseca, construída com base em interesses comuns e na consolidação de um espírito de corpo. A profissão docente exerce-se a partir da adesão coletiva (implícita ou explícita) a um conjunto de normas e valores. No princípio do século XX, esse fundo comum é alimentado pela crença generalizada nas potencialidades da escola e na sua expansão ao conjunto da sociedade. Os protagonistas deste desígnio são os professores, que serão investidos de um importante poder simbólico. A escola e a instrução encarnam o progresso: os professores são os seus agentes. A época de glória do modelo escolar é também o período de ouro da profissão docente. (NÓVOA, 1995, p. 19)

O pertencimento a uma posição institucional, no caso das intelectuais alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, refere-se ao lugar ocupado pelo intelectual em relação ao campo que o circunda e a sua notoriedade. E a notoriedade tem ligação com o terceiro fator, o engajamento (público). O intelectual está circunscrito social e historicamente, desse modo sua análise pode ser a partir de seus vínculos ou pertencimentos como produtor e receptor de

¹² Expressão empregada por BOTO, 2005.

ideias, pois “os intelectuais têm necessidade do grupo para existir” (LECLERC, 2004, p. 23). Eles compartilham, além de espaços físicos, as mesmas leituras (jornais, revistas, livros, etc.).

A importância da comunicação entre colegas, de notoriedade e da visibilidade, o papel da palavra pública enquanto forma de engajamento do intelectual, a vontade de dar um peso coletivo a uma iniciativa que pode, de início, ser individual, todos esses fenômenos explicam que o intelectual seja ao mesmo tempo profundamente individualista e esteja enraizado no grupo de seus pares. (LECLERC, 2004, p. 73)

A importância do grupo está, portanto, nas relações de sociabilidade, nos espaços de convivência em que as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação produziram suas trajetórias sociais e profissionais – na escola, no magistério, no funcionalismo público – e intelectuais – na produção escrita – nos boletins e nos impressos.

Um recorte deve ser feito nesse momento. Sabe-se que o campo intelectual foi predominantemente masculino. Como, então, se configurou a escrita feminina e a professora intelectual nesta pesquisa?

1.3 SOBRE A ESCRITA E A ESCRITA FEMININA

Como esta pesquisa tem por interesse pautar o perfil das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação através de parâmetros relativos ao pertencimento a uma geração, à origem, à formação escolar, à trajetória profissional e às atividades intelectuais, convém trabalhar o produto de um intelectual, isto é, seus escritos.

Uma das engrenagens por onde se efetiva o meio intelectual está na criação e produção da imprensa – jornais, revistas, etc. Nesse lócus específico, o grupo de intelectuais organiza-se em:

Torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (SIRINELLI, 2003, p. 248).

A produção intelectual é o núcleo central em que os “laços se atam” em torno de sensibilidades e se materializam em produção textual que, no caso desta investigação, encontram-se em torno dos conselhos editoriais, dos textos publicados nas revistas e nos boletins. Pois, “uma revista é antes de tudo um lugar de **fermentação intelectual** e de **relação**

afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão” (SIRINELLI, 2003, p. 249, grifos meus).

A “fermentação intelectual” é proporcionada pela escrita compreendida como prática sociocultural das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação presentes nas revistas *O Estudo*, *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul*, *Revista Cacique* e *Boletins do CPOE/RS* e *CRPE/RS*. A seleção de nomes e títulos, presentes no apêndice 1, justifica-se pela formação, ingresso e trajetória como alunas e profissionais do magistério e da Educação, pela posição que as autoras alcançaram nos quadros da Educação pública, por sua produção escrita e participação em questões educacionais.

O entendimento da escrita como prática sociocultural remete ao que propõe Armando Petrucci (1999), o qual a analisa como um “estudo morfológico dos testemunhos escritos” e das maneiras como foram utilizados¹³. Compreendendo, também, as mudanças nas maneiras de produzir um texto escrito, nas estruturas e no suporte material que contém o escrito e, conseqüentemente, no nível da prática de leitura. Rupturas que aparecem e que os historiadores têm como tarefa:

(...) ajudar a compreender quais são os significados e os efeitos das rupturas que implicam os usos, ainda minoritários e desiguais, mas a cada dia vencedores, de novas modalidades de composição, de difusão e de apropriação do escrito (CHARTIER, 2002, p. 9).

Assim também afirma Antonio Viñao Frago (2001), pois a história da cultura escrita analisa as funções, os usos, as práticas relacionadas com o escrito¹⁴. Dessa maneira, a produção textual das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação se inscreve como um produto da cultura escrita e como tal foi utilizada de diferentes maneiras, principalmente na produção de textos impressos em livros, revistas, boletins, etc.

Em um mundo da cultura escrita – grafocêntrica – a produção de impressos propiciou uma maior circulação da palavra, o investimento em uma população alfabetizada e com acesso a esses impressos. São fatores que, em conjunto, possibilitaram novos usos e novas

¹³ O autor Roger Chartier (2002, 1998), nessa mesma proposta, diz que o escrito e suas alterações, ao longo da história, podem ser compreendidos na perspectiva de uma *revolução*. As revoluções aqui referidas dizem respeito a três eixos fundamentais: a técnica, o suporte e a prática de leitura. A invenção da imprensa por Gutenberg (no século XV) foi uma revolução da técnica, do texto manuscrito ao texto impresso. Outras tratam das mudanças nos suportes – do rolo ao códex, do códex à tela; e das práticas de leitura – a passagem de uma leitura intensiva para uma leitura extensiva, em voz alta para uma maneira silenciosa, uma leitura em público ou privada.

¹⁴ No emaranhado das práticas estabelecem-se novos modelos de comportamentos, novas condutas culturais (CHARTIER, 1999). As práticas são entendidas como atos de escrever e usos da escrita, sendo necessário, para os autores citados, fazer uma história do escrever ou uma história dos atos de escrita.

práticas de escrita e de leitura, que foram sendo compostas, difundidas e apropriadas, a partir do século XIX, no mundo ocidental.

Sendo assim, através dos escritos é perceptível a profissionalização docente sendo caracterizada por seus próprios agentes da Educação, isto é, os próprios professores, da formação à profissionalização. Mais especificamente, nesta pesquisa, das alunas-mestras que se tornaram professoras e técnicas em Educação. Porém num mundo caracterizado como masculino, como fica a escrita de mulheres?

Em um estudo, Michele Perrot (1998) indaga como as mulheres ganharam influência no mundo da escrita, lugar que durante muito tempo foi dominado pelos homens. A autora afirma que a escrita foi uma das primeiras conquistas femininas. Primeiramente se deu pela escrita *de correspondências familiares*, depois pela *escrita literária* e, por fim, pela *escrita na imprensa*. Dessa forma, ao iniciar a prática de escrita, muitas vezes restritas a tarefas subalternas, as mulheres foram se inserindo em todas as formas do escrito.

A partir do século XIX, a escrita feminina como uma prática domiciliar ocorre na intimidade de seu quarto ou de sua casa. Nesse ambiente privado, ela pode escrever uma carta, um diário, um livro ou um artigo de jornal, que de certa maneira a introduz no espaço público masculino. As mulheres se expressaram muito em “arquivos privados”, pois, como secretárias da família, elas foram autoras e produtoras desses materiais. Além das correspondências familiares de que elas são escribas oficiais, os diários íntimos foram recomendados para “as moças por seus confessores, e mais tarde por seus pedagogos, como um meio de controle de si mesmas, constituem um abrigo para os escritos das mulheres, cuja imensidão é atestada por todos os fatores” (PERROT, 2005, p. 35). É interessante destacar que a mulher e o seu papel na família ganha um novo modelo normativo de feminilidade, o de “esposa-mãe-de-família”, cujas características essenciais se restringem a se tornarem um ser frágil e soberano, abnegado e vigilante, modelos que determinam formas de comportamento e de etiqueta (RAGO, 1985).

O caso de George Sand (pseudônimo para Amandine Aurore Lucile Dupin), para Perrot (2005), representa a presença da escrita literária como prática feminina. Com seus romances rústicos, Amandine encontra-se “preservada” e desconhecida através do uso de pseudônimo¹⁵ em sua obra. Isso mantém o anonimato da autoria feminina, pois uma mulher

¹⁵ O uso de pseudônimo em textos impressos também foi usado de forma recorrente nas páginas do impresso estudantil *O Estudo*, como uma prática de escrita comum e apropriada pelas alunas (FRAGA, 2012). O uso do pseudônimo na literatura visava a não identificação de autoria, em especial porque muitas vezes eram “homens de profissões respeitáveis como a medicina, a magistratura, advocacia e a administração pública que não

que escreve e que publica é algo totalmente depreciado. A “mulher autora”, “pretensa literata”, a mulher que escreve e publica acaba muitas vezes por utilizar pseudônimo masculino para se abrigar da perseguição e escândalo num mundo ainda masculino.

A participação da escrita feminina na imprensa estreou inicialmente com textos publicados em revistas e jornais de moda voltados ao público feminino. Nesse espaço, a elas foi dado o cargo de redatoras e até mesmo de diretoras. Ao lado da moda, também escreviam sobre roteiros de viagem, conselhos, notícias e dessa maneira “fazer um jornal tornou-se um modo de expressão do feminismo em quase toda a Europa” (PERROT, 1998, p. 82)¹⁶.

Numa breve contextualização sobre a história de escritoras e escrita feminina no Brasil, Norma Telles (2000) demonstra que, mesmo a escrita sendo algo ligado ao poder e à dominação, as mulheres escreveram e publicaram (tanto nas Américas quanto na Europa). A autora destaca algumas escritoras brasileiras que no século XIX sofreram influências dos acontecimentos na Europa e por aqui também escreveram, tais como Nísia Floresta, Delfina Benigna da Cunha, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas¹⁷, Narcisa Amália de Campos, Maria Firmina dos Reis, Maria Benedicta Bormann, Júlia Lopes de Almeida.

O número de leitoras de romance aumentou cristalizando de certa maneira a sociedade moderna onde o papel da mulher era apresentado como a “ajudante do marido”, a “educadora dos filhos”, o “anjo do lar”, o “ser de virtude”. As mulheres tiveram de aceder à palavra escrita em uma época em que se valorizava a erudição, mas lhe era negada Educação superior, ou mesmo qualquer Educação, a não ser a das prendas domésticas. Tiveram de ler o que sobre elas se escreveu, tanto nos romances quanto nos livros de moral, etiqueta e catecismo¹⁸.

Apesar de ser negada a autonomia da criação da escrita e de seu papel ser de “musa ou criatura, nunca criadora”, as mulheres escreveram:

Desde os “cadernos-goiabada”, como os denomina a escritora (...) Lygia Fagundes Telles, até jornais, romances e polêmicas. Ao falar dos “cadernos-goiabada”, Lygia se refere aos cadernos onde as mocinhas escreviam pensamentos e estados de alma, diários que perdiam o sentido depois do casamento, pois a partir daí não mais se podia pensar em segredo – que se sabe, em se tratando de mulher casada, só podia ser bandalheira. Ficavam sim com o caderno do dia-a-dia, onde, em meio a receitas e

poderiam assinar seu próprio nome em versos, contos, crônicas publicadas nos jornais” (SIMÕES JR., 2006, p. 134).

¹⁶ As mulheres conquistaram com muito esforço a escritura e as artes plásticas, mas, por exemplo, a arquitetura, a música, a matemática, a filosofia permaneceram hostis a elas. Essas divisões simbólicas dos sexos são, de todas, as mais sólidas e as mais invisíveis (PERROT, 1998, p. 91).

¹⁷ O primeiro livro de poesia publicado no Rio Grande do Sul, em 1834, foi “Poesias dedicadas às senhoras riograndenses” de autoria de Delfina Benigna da Cunha. E, em 1837, o primeiro livro de ficção publicado em Porto Alegre foi de Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, obras que, de acordo com Louro (1986), demonstram que as “mulheres botavam a cabeça para fora” e contrapunham à condição dominante (p. 159).

¹⁸ Como exemplo das práticas de leitura de romances, Cunha (1999) analisa os romances de M. Delly como estratégias para promoção da Educação de mulheres entre os anos de 1930 a 1960.

gastos domésticos, ousavam escrever uma lembrança ou ideia. Cadernos que Lygia vê como um marco das primeiras arremetidas da mulher brasileira na carreira das letras, ofício de homem. (TELLES, 2000, p. 409)

E na passagem do século XIX para o século XX, a ideia de uma Nova Mulher surge:

Esta ideia, muito difundida na Europa, vinha tentar substituir as esquisitices da mulher antiga, a solteirona da literatura ou da opinião pública, sexualmente reprimida (...). A Nova Mulher pretendia ser sexualmente independente, criticava a insistência da sociedade no casamento como única opção de vida. Tendo maiores oportunidades de estudo e desenvolvimento fora do casamento, privilegiava carreiras profissionais. (...) Na medida em que avançava nas profissões e ocupava espaço significativo no mercado de trabalho, a Nova Mulher, educada e sexualmente livre, acordou as *vozes da conservação*, que se ergueram para gritar em alto e bom som que tais ambições só trariam enfermidades, esterilidade e a degeneração da espécie. (TELLES, 2000, p. 432)

A escrita feminina no Brasil foi além dos “cadernos-goiabada” e esteve presente também nos periódicos nacionais. Algumas brasileiras pertencentes à classe média investiram seus recursos e fundaram jornais e revistas com o intuito de esclarecer as leitoras em questões femininas.¹⁹ “Eram tantos que chegaram a formar uma rede, de norte a sul, atento às publicações e ações das mulheres. No Rio Grande do Sul²⁰, fios importantes dessa rede foram o *Escrínio* e o *Corymbo* das irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, ambas literatas que escreveram poesia, contos e peças teatrais” (TELLES, 2000, p. 426).

Em uma perspectiva diferenciada, jornais libertários divulgavam que a Educação da mulher, principalmente a da mulher trabalhadora, era um instrumento de luta contra as classes dominantes, contra o poder da Igreja e contra o Estado. A escrita feminina em tais jornais ressalta a “ideia de que a mulher não é apenas portadora de sentimentos e emoções, mas de que possui a mesma capacidade de pensar, (...) e revela a recusa do modelo de feminilidade instituído pelo imaginário social” (RAGO, 1985, p. 98).

¹⁹ Com relação às mulheres de classe alta e média, determinados comportamentos são proibidos a elas. “Os gestos obedecem a códigos de urbanidade que ditam o que uma mulher “decente” deve evitar fazer. A coerção pesava com mais força sobre as mulheres “da sociedade”, em razão de sua função de representação, do que sobre as mulheres do povo, infinitamente mais livres em seus movimentos, pelo menos enquanto não educadas. A escola ou a moda certamente desempenharam, sob este aspecto, certo papel” (PERROT, 1998, p. 41).

²⁰ Na tese de Dilza Gonçalves (2013), a autora analisa a instrução pública, a Educação da mulher e a formação de professores publicados em três jornais do estado: A Reforma, O Conservador e A Federação. No seu estudo foram apresentados artigos sobre a Educação da mulher escritos, principalmente, por colaboradores. A exceção encontrada pela autora foi um texto assinado por Maria Amália Vaz de Carvalho, escritora e poetisa portuguesa. E por textos publicados por Ana Aurora do Amaral Lisboa, no início do século XX, no jornal A Reforma. Aluna da Escola Normal de Porto Alegre (formada em 1881), professora na cidade de Rio Pardo/RS e atuante no Partido Liberal defendeu através de artigos as questões como a autonomia da mulher e o seu direito ao voto. De acordo com Louro (1986, 1997), Ana Aurora do Amaral Lisboa poderia simbolizar o que ficou consagrado como a imagem ideal de professora – como na biografia intitulada A Grande Mestra, de Walter Spalding (1953). Vocacionada ao magistério e que não seguiu a ordem “natural do casamento”, restou-lhe se entregar a tarefas que tivessem analogia a maternidade, isto é, exercer uma atividade que exigia entrega, doação e amor.

O percurso da escrita feminina passou, assim, pelo mundo privado das *correspondências familiares e dos diários* e pelas formas públicas representadas pela *imprensa* e pelas *obras literárias* e *obras de Educação*.

Pela produção das obras de Educação, a incursão das mulheres no mundo da escrita passa agora pela inserção no mundo do trabalho, através de ofícios ligados à Educação e à formação: preceptoras, professoras primárias, bibliotecárias.

O prestígio das professoras primárias foi considerável entre as moças das classes populares. Mestras da infância, elas foram muitas vezes pedagogas atentas, como a italiana Maria Montessori, as francesas Marie Pape-Carpantier²¹, a primeira mulher a dar uma conferência na Sorbonne, ou Pauline Kergomand, que fundou verdadeiramente a escola maternal. Assim, elas exerciam em público as qualidades maternais das mulheres. Mas foram mais adiante, forneceram ao feminismo uma parte dos seus quadros e de suas tropas e alcançaram a condição de “intelectuais”, qualidade tão raramente reconhecida entre as mulheres. As escolas normais foram as primeiras universidades das mulheres. As profissões ligadas à saúde e ao direito só foram confiadas a mulheres, na França e em outros países, depois das profissões ligadas ao ensino. (PERROT, 1998, p. 105-108)

O mundo da escrita e o mundo do trabalho para as mulheres se unem durante o desempenho em profissões ligadas ao ensino – professoras primárias, pedagogas e intelectuais como citou Perrot no excerto acima – e na criação das obras voltadas à Educação. No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, a produção de livros escolares aumentou, o governo brasileiro incentivou a produção, com o propósito de estender o processo de escolarização dos saberes e o desenvolvimento de um projeto civilizatório para a nação brasileira (TEIXEIRA, 2010).

Os professores e as professoras tornaram-se ativos na produção, na análise e na avaliação de livros escolares²², porque possuíam credenciais importantes, tais como a experiência da prática docente, o conhecimento pedagógico e o conhecimento da realidade cotidiana das escolas e dos alunos para a criação de textos, livros e outros materiais escolares. Com a anuência e o controle do Estado a produção de material voltado às escolas ganha, portanto, um caráter oficial, legítimo e autorizado. Professores-autores e professoras-autoras também alcançaram um lugar no campo editorial e atuaram como intelectuais do ensino, cuja responsabilidade como educadores ficou restrita à construção de uma “ideologia da nação, enfatizando o ser brasileiro e a construção da nacionalidade por meio da escola, dos saberes e dos compêndios” (TEIXEIRA; SCHUELER, 2009, p. 159).

²¹ Sobre, ver BASTOS, 2011

²² Para saber mais sobre a produção e circulação de livros didáticos, a partir do século XIX, ver TAMBARA, 2002, TEIXEIRA, 2010.

O movimento renovador na Educação unido ao ideário republicano incentivou a produção de material escolar para atender à nova população que seria alfabetizada. Conforme Márcia Razzini (2005), sob essa circunstância, foi incentivada a produção de livros de leitura e cartilhas, que seguiram as novas diretrizes educacionais na “consolidação da ideologia republicana”, através da leitura, da escrita de fábulas e contos de cunho religioso e moral, e também de “textos que construía a ideia de pátria moderna e civilizada, ou seja, conteúdos que combinavam com temas patrióticos, regras de civilidade e índices de modernidade e progresso” (RAZZINI, 2005, p. 107).

No Rio Grande do Sul, nas obras de Educação do início do século XX, destaque para o Primeiro Livro de Leitura *Queres Ler?* de Olga Acauan e Branca Diva Pereira de Souza²³, aprovado em 1924 pela Comissão de Exame de Obras Pedagógicas²⁴. As autoras afirmam que esse primeiro livro se alicerça nos princípios básicos da obra de José Henrique Figueira, pedagogo uruguaio, com quem tiveram contato em 1914, quando visitaram o Uruguai, fruto de uma das missões pedagógicas de professores estaduais financiadas pelo governo do estado²⁵.

Nas palavras das autoras, a obra apresenta “um methodo de leitura mais consentaneo com o estado actual da Pedagogia e mais concorde com o desenvolvimento da intelligencia infantil (...) trabalha com o methodo analytico-synthetico de palavras e phrases normaes”. As autoras, portanto, procuraram estar atentas aos pressupostos de uma nova pedagogia e intentaram fornecer materiais pedagógicos em colaboração à “remodelação do actual systema educativo” do estado gaúcho, fundamentando seus ideais em autores como Claparède, Decroly e Buisson.

Peres (1999) também apresenta a obra Primeiro Livro de Leitura *Quero Ler* (s/d, 3ª edição) de Branca Diva Pereira de Souza, escrito posteriormente ao *Queres Ler?*.

Em artigo publicado por Peres e Ramil (2015), as autoras apresentam um cruzamento entre as cartilhas publicadas²⁶ entre 1940 a 1980, de autoria feminina, com cadernos de

²³ Sobre, ver TRINDADE, 2001.

²⁴ Henrique de Casaes, professor de Pedagogia e de Direito Pátrio, em 1924, escreveu o parecer da Comissão de Exame de Obras Pedagógicas do Rio Grande do Sul sobre o livro de leitura *Queres ler?*. O Parecer encontra-se na íntegra na Revista *O Estudo*, n. 4/5, 1928, 73-74. Para saber mais sobre o livro de leitura “Queres Ler?” e o método intuitivo analítico sintético ver PERES, 1999.

²⁵ Sobre a viagem ao Uruguai e as missões pedagógicas, ver ARRIADA e MICHEL, 2017.

²⁶ O grupo de pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES), do PPGE/FaE/UFPel, possui um acervo que conta, entre outros materiais da cultura escolar, com cartilhas, livros de alfabetização e livros didáticos (do século XIX até os dias atuais). No rol de títulos que compõem as coleções de livros didáticos do HISALES pode-se encontrar, por exemplo, um total de 22 autoras gaúchas que produziram um total de 124 títulos distribuídos em 26 Coleções, durante os anos de 1940 a 1980. Nos quarenta anos aqui

crianças em fase de alfabetização. Nesse artigo, estão listados 16 títulos de cartilhas, das quais destaco **Juca e Zazá**, de Eloah Brodt Ribeiro Kunz, publicado pela Editora do Brasil. As obras didáticas apresentadas pelas autoras englobavam cartilhas, livros de leitura, cadernos de exercícios, livros para todas as séries do ensino primário, livros de Admissão ao Ginásio, entre outros. Também se apresentavam em Coleções que tratavam das áreas de conhecimento como Linguagens, Matemática, Estudos Sociais e Naturais. O período entre 1940 a 1980 é considerado “o auge da produção didática” no estado, “capitaneado pelo CPOE/RS, órgão que fomentou e influenciou a produção de obras didáticas de professoras, técnicas e orientadoras educacionais”, influenciando em uma “profissionalização da produção didática gaúcha”²⁷ (PERES; RAMIL, 2015, p. 179-180).



Figura 1 – Capa da Cartilha Juca e Zazá de Eloah Brodt Ribeiro Kunz

A lista de nomes e títulos acima mencionados, dos quais apenas Eloah Ribeiro Kunz faça parte, aponta indícios de um domínio da escrita de mulheres e professoras na produção

apresentados percebe-se o grande volume da produção de obras de Educação que circularam no estado do Rio Grande do Sul.

²⁷ Profissionalização que esteve a cargo da Comissão de Estudo do Livro Didático e do Material Didático do CPOE/RS. Grupo formado pelas técnicas em Educação que fiscalizavam os materiais pedagógicos adotados nas escolas. Para saber mais sobre a Comissão de Estudo, ver PERES; VAHL, 2015.

textual no campo da Educação. Escrita voltada à prática pedagógica, materializada em livros de leitura, cartilhas e livros didáticos. E, também, dirigida às orientações teóricas e metodológicas, encontradas nos materiais impressos vinculados aos órgãos oficiais do estado – Revista do Ensino/RS, Boletins do CPOE/RS e do CRPE/RS, que serão apresentadas mais adiante.

Ao perceber que a escrita feminina possuiu uma trajetória e esteve associada às questões educacionais, como foi constituído esse espaço social como sendo feminino?

1.4 SOBRE SER PROFESSORA – A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nesse momento, cabe salientar que no foco dessa pesquisa que envolve as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação a noção de *gênero* deve estar presente. Como bem apresenta Spirandelli (2008), em sua tese de doutoramento acerca das professoras do curso de Ciências Sociais da FFCL/USP (1934-1969), a noção de gênero opera em sistemas de relações dinâmicas para além das simples diferenças biológico-sexuais e está ligada à diferença social e culturalmente construída. Assim como Louro (1997), que lembra que ao tratar com o conceito de gênero o que não interessa é propriamente a diferença sexual, mas a forma com que essa:

(...) diferença é representada ou valorizada, aquilo que se diz ou se pensa sobre essa diferença. Gênero se refere, portanto, ao modo como as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto. (...) Gênero está ligado à produção de identidades de homens e mulheres no interior de relações e práticas sociais. (LOURO, 1997, p. 77)

A partir dessa noção de gênero, a autora analisa a escola como sendo um “*locus* privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres”, isto é, “um espaço *generificado*, um espaço atravessado pelas representações de gênero” (LOURO, 1997, p. 77).

Marcadamente, a partir da segunda metade do século XIX, as mudanças decorrentes do mundo capitalista ocidental, com o desenvolvimento da indústria e do processo de urbanização, exigiram das sociedades envolvidas soluções com relação à Educação. No Brasil, nesse período, que ainda se mantinha agrário e escravista, a mulher encontrava-se fora da esfera pública. Porém, com o processo de urbanização, o desenvolvimento do comércio e de outras atividades econômicas possibilitou o alargamento nas relações sociais e culturais

das mulheres brasileiras, sejam elas da classe superior, intermediária ou inferior, com sua presença em espaços de convívio público e no mercado de trabalho – em atividades produtoras, pequeno comércio, etc. (CHAMON, 2008). Nesse momento, cabe às mulheres, primeiramente as mais abastadas e depois às da classe trabalhadora, virtudes burguesas da laboriosidade, de castidade e de esforço individual.

Forja-se uma representação simbólica de mulher “a de esposa-mãe-dona-de-casa”, afetiva e assexuada (RAGO, 1985, p. 62). Isso ocorre no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial, das primeiras décadas do século XX, nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, nos cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho em serviços e atividades condizentes com sua natureza ou vocação, isto é, atividades de apoio, auxiliares, de menor esforço físico: datilógrafas, secretárias, atendentes, etc.²⁸

Portanto, no mundo ocidental, ao longo dos séculos XIX e XX, foi construído o imaginário social da *mulher-professora*. Tal fato esteve intimamente conectado à construção histórico-social da identidade profissional ligada ao gênero feminino, isto é, ao processo de feminização do magistério, processo que, para muitos, une por “laços naturais” o ensino primário e o trabalho feminino.

No decorrer da transformação de meninos em homens e de meninas em mulheres foram empregadas formas de Educação que estiveram determinadas pelas divisões de classes, etnia e raça. Bem como pelas divisões religiosas que também propuseram formatos educacionais que construíram e sedimentaram tal transformação (LOURO, 2000).

Na História da Educação brasileira, a escola distinguia o espaço físico-geográfico entre meninos e meninas, com aulas para ambos os sexos separadamente e com currículos diferenciados (TAMBARA, 1998, LOURO, 1989, 2000). No século XIX, essa segregação começou a diminuir, mas ainda existiam escolas para meninos atendidas por professores e escola para meninas ministradas por professoras. E para Chamon (2008), “na função de professores(as) da escola elementar as relações de gênero também reforçavam as diferenças sobre os níveis salariais: as professoras ganhavam menos do que seus colegas do sexo

²⁸ Nas primeiras décadas do século XX, em Porto Alegre, as jovens passam a circular na Rua da Praia, muitas delas estudantes da Escola Complementar. A consolidação da ordem burguesa projetava sobre a cidade um ideal de “viver em cidade”, com suas confeitarias, cafés, bares, teatros, associações carnavalescas, hipódromos, *footing* da Rua da Praia, sessões dos cinematógrafos constituíam as ambiências e as socialidades que atuavam como palco de uma moda europeia para a burguesia de Porto Alegre (PESAVENTO, 1999, p. 59).

masculino, embora a legislação previsse que os salários devessem ser iguais para ambos os sexos” (p. 7).

As professoras eram escolhidas conforme orientações contidas na primeira lei de instrução pública do país. Para o ensino das “pedagogias” seriam nomeadas mestras dos estabelecimentos “aquelas senhoras por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostrarem dignas de tal ensino, compreendido também o de coser e bordar” (LOURO, 2000, p. 444).

Como o discurso sobre a Educação e modernização do país era recorrente, inclusive, na virada do século XIX para o XX, os liberais, os cientificistas, os positivistas e os movimentos anarquista e socialista ressaltaram a importância da criação de escolas e, em especial, da instrução destinadas às mulheres. Para as meninas havia o ensino da leitura, escrita, noções básicas de matemática, bem como prendas domésticas (bordados, rendas, habilidades culinárias) e para as filhas de grupos sociais mais privilegiados piano, francês e o “mando das criadas e serviçais”.

A diferença curricular entre uma classe de meninos e uma classe de meninas passa pelo entendimento de Educação e instrução. Pois, à menina cabia-lhe ser mais educada do que instruída. À Educação cabem os ensinamentos morais, como a constituição do caráter feminino ligado geneticamente a sua condição biológica de mãe virtuosa, pilar de sustentação do lar, educadora das gerações do futuro, sendo, portanto, altamente recomendada, e em doses menores, a instrução formal, voltada apenas para o essencial e no que contribuiria à Educação moral, porque a instrução restringia-se ao mundo das informações, ao mundo do saber científico e cultural (LOURO, 1986, 2000).

A Educação da mulher deveria estar atenta à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens, à ordem e ao progresso nacional, ou seja, a “missão civilizatória atribuída às mulheres fez crescer o debate sobre Educação nacional, e Educação das meninas em particular (...) e o papel das mulheres como condutoras morais da ordem social” (CHAMON, 2006, p. 4). Aquilo que Louro chamou de novos conceitos e velhas concepções:

(...) inspirados nas ideias positivistas e cientificistas, justificava-se um ensino para a mulher que, ligado ainda à função materna, afastasse as superstições e incorporasse as novidades da ciência, em especial das ciências que tratavam das tradicionais ocupações femininas. Portanto, quando, na virada do século, novas disciplinas como puericultura, psicologia ou economia doméstica viessem a integrar o currículo dos cursos femininos, representariam, ao mesmo tempo, a introdução de novos conceitos científicos justificados por velhas concepções relativas à essência do que se entendia como feminino. (LOURO, 2000, p. 448)

As explicações para o tratamento educacional diferenciado entre homens e mulheres deixam de ter um caráter biológico e genético, e passam para a Psicologia. O homem um ser racional, forte, agressivo, dado à atividade científica e a mulher um ser intuitivo, dócil, sensível, dada à atividade artística.

Encabeçando o modelo educacional voltado para o público feminino, está a própria mulher, professora, que teve sua participação gradativamente efetiva no magistério. Processo conhecido como feminização do magistério de instrução primária:

A participação da mulher no magistério aumentou, obviamente na medida em que mais aulas femininas foram instaladas, uma vez que havia uma reserva de mercado para cada sexo em relação à docência das aulas dos respectivos sexos. E em segundo momento, proporcionalmente, o gênero feminino passou a conquistar mais espaço quando se instalaram as aulas mistas, onde normalmente as professoras exerciam a atividade docente. (TAMBARA, 1998, p. 39)

Homens saíram das salas de aulas para se dedicarem a ocupações mais rendosas, e mulheres estariam ansiosas para ampliar seu universo, pois “detentoras de um *savoir-faire* no âmbito doméstico, com habilidades na organização e higienização de seus lares, (...) na disciplinarização das crianças, seriam as profissionais ideais para contribuir na construção desta nova cultura escolar e na consolidação de uma nova ordem urbana pela boa formação de seus cidadãos” (CHAMON, 2006, p. 12).

A partir de então passam a ser associadas ao magistério características tidas como tipicamente femininas: *paciência, afetividade, doação, altruísmo, dedicação*, características que compõem a principal profissão feminina, ou seja, a maternidade. Para Rago (1985) a “nova mãe” desempenha um papel fundamental na família nuclear moderna. Ela deve ser atenta, soberana e responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família, pela higiene do lar. Como “dona do lar”, a casa se torna o lugar privilegiado para a formação do caráter da criança, daí a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação, que se estende ao papel desempenhado pela mulher-professora.

Atributos, que relacionados à tradição religiosa na formação docente, reforçaram a concepção de que o ensino escolar deveria ser um sacerdócio e não uma profissão. Consolidou-se a ideia de mulher-professora, como um ser físico-social vocacionado à atividade do magistério, cujo ideal deveria corresponder ao de uma “mulher de bem”, ou seja, deveria seguir o “modelo de mulher virtuosa, aquela que não desperdiça seu tempo com futilidades e que é disciplinada” (CUNHA, 2003, p. 207). Este ideal voltado para a carreira do magistério proporcionaria às mulheres uma opção profissional, porém sem esquecer que essa carreira deveria prepará-las para a prática docente que atendia às funções naturais femininas: a

competência, a dedicação e o amor, ou seja, aquelas ligadas às funções de esposa, mãe e, conseqüentemente, professora.

O Estado também intervém sobre a docência e o processo de feminização do magistério, principalmente quando determina os níveis de ensino, os conteúdos a serem desenvolvidos, a exigência de credenciais das mestras, dos horários, dos livros e de salários pagos, resultando em um movimento de perda de autonomia das novas agentes do ensino.

Outro fator a ser destacado no processo de feminização do magistério foi a instalação das escolas normais e que acarretou na profissionalização da atividade do magistério voltada para o ensino primário, pois o ensino secundário e superior estava nas mãos dos professores. No Rio Grande do Sul, a escola normal representou a gênese de um novo perfil do magistério. “Esta nova feição pode ser identificada por um caráter sexista do magistério aliada a um caráter híbrido de seu *ethos*: a junção de vocação com profissão” (TAMBARA, 1998, p. 41). Portanto, foi construído um paradigma de professora primária identificada com o perfil de mulher assexuada, vestal, dependente, acrítica, não cidadã, etc.

Flávia Werle (2005) constata que a Escola Normal de Porto Alegre, no ano de 1869, desde seu início possuiu uma “situação de feminização imediata de formação para o magistério, vinculada à promoção de moças desvalidas, muito embora a política declarada nos instrumentos legais fosse reservar o espaço para homens” (p. 613). A Escola Normal, em seus primeiros anos de vida e sob a direção de Padre Joaquim Cacique de Barros, favorecia a integração na sociedade de mulheres abandonadas na infância, que conquistavam um espaço de participação social e cujo compromisso estava diretamente relacionado às atividades de formação e à retribuição dos benefícios recebidos.

Pela exclusão social, mulheres ocuparam as vagas da Escola Normal e lecionaram em escolas elementares públicas. Porém, na direção e no corpo docente, ainda permanecia a supremacia masculina. Apenas em 1936, foi escolhida a primeira mulher como diretora, a professora Florinda Tubino Sampaio, que exerceu o cargo até 1945.

Em Minas Gerais, com a criação de Escolas Normais a partir de 1871, ocorreu o incentivo para que mulheres frequentassem esses espaços. Como uma política pública que apelava para uma missão civilizatória e patriótica das mulheres – mães e educadoras. E, por outro lado, a Escola Normal oportunizou às mulheres um acesso ao espaço público e abriu uma fresta nos estreitos limites que a ideologia patriarcal lhes impunha, atuando como servidoras da pátria no sistema de ensino elementar (CHAMON, 2006).

Sobre a criação de Escolas Normais em Portugal, Nóvoa (s/d) também afirma que estas foram instituições criadas pelo Estado, com o objetivo de formar e controlar o corpo

profissional participante dos projetos de escolarização de massas. Igualmente, a Escola Normal se torna um espaço de afirmação profissional, com um espírito de corpo solidário.

As escolas normais legitimam um saber produzido no exterior da profissão docente, que veicula uma concepção dos professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos; mas são também um lugar de reflexão sobre as práticas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores de um saber e de saber-fazer. (NÓVOA, s/d, p. 3)

Também Sonia Kramer (1999), ao estudar as histórias de vida e formação de professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, demonstra que o instituir-se professora do IE/RJ ia além da formação profissional, porque mais que formar professora, instituía-se as pessoas na Educação, no sentido de que as moças eram impregnadas de um *ethos*, imbuídas de uma forma de ensinar, de uma prática vivida como sendo essencial de uma professora.

E a Escola Normal de Porto Alegre (e todas as denominações que veio a ter), desde sua criação, representou um capital simbólico em torno da prática docente. “A Escola Normal era uma instituição que condensava o saber-fazer pedagógico num nível macro, vinculando-se a estruturas da administração da instrução pública estadual” (WERLE, 2005, p. 618).

De professorinha e normalista, do início do século, passa à educadora, na metade do século, numa época em que se ampliava e se psicologizava a prática docente, chegando nos últimos trinta anos do século XX como profissionais do ensino (LOURO, 1997, 2000).

O discurso científico ganha terreno no âmbito pedagógico, as teorias psicológicas e sociológicas contribuem para a nova representação de professora – ela agora é mais frequentemente denominada de educadora, possivelmente na tentativa de enfatizar o caráter amplo de sua atividade. A missão da educadora é fornecer apoio afetivo, emocional e intelectual à criança, de modo que suas potencialidades se tornem presentes. Além de instruir, ou mais importante do que instruir, sua tarefa consiste em educar. (...) Supõe-se também que essa educadora exerça uma função corretiva sobre aquelas crianças tidas como desviantes ou inadaptadas. Na verdade, muitas das teorias psicológicas e pedagógicas que iriam se constituir nos referenciais modernos dos anos 1930 e 1940 tinham sido elaboradas a partir de estudos feitos por profissionais da área médica com crianças consideradas anormais. As novas teorias implicariam, pois, novas formas de relação entre os sujeitos na escola e colocariam o aluno no centro do processo ensino-aprendizagem. Isso vai exigir da professora que passe a exercitar seu controle sobre a classe de formas novas, aparentemente menos disciplinadoras, mais indiretas, ainda que igualmente eficientes. Além disso, para melhor lidar com esses processos, **surgem especialistas**, aqueles que detêm o conhecimento dos estágios de desenvolvimento infantil, dos procedimentos de ensino mais adequados a promover a aprendizagem e a criatividade, a estabelecer uma melhor “relação interpessoal” etc. **Essa nova categoria de especialistas apresenta-se como uma possibilidade de ascensão profissional para algumas professoras que, deste modo, passam a usufruir de maior de maior status no campo educacional.** (LOURO, 2000, p. 472, grifos meus)

A professora que também é educadora e especialista em Educação ganha legitimidade a partir da década de 1940, no Rio Grande do Sul, através do desenvolvimento da *expertise*

pedagógica e dos *experts* em Educação, provenientes da Escola Normal, e do profissionais de órgãos estatais responsáveis, nesse período, pela renovação, modernização e propagação das novas ideias pedagógicas e nacionalização do ensino. É o que Nóvoa (1995, p. 18) aponta como: “mais que formar professores (a título individual), as escolas normais produzem a profissão docente (em nível coletivo)”.

Nesse contexto a reforma educacional, promovida por instâncias políticas, refere-se a uma alteração fundamental das políticas educativas que afetam o sistema educacional, sua estrutura e funcionamento, a organização curricular (conteúdos, métodos e concepções de avaliação), o magistério (formação, seleção e avaliação), a supervisão e a avaliação do sistema como um todo. (QUADROS, 2006b, p. 34)

Assim, o Estado reorganizou a estrutura administrativa da SESP/RS que foi reformulada e ampliada; intensificou a burocracia através de normas e regulamentações sobre a Educação; cresceu o número de contratação de pessoal através do concurso público para professores, inspetores, supervisores, diretores, técnicos em Educação e funcionários (QUADROS, 2006b, 2007)²⁹, que foi preenchida por um número maior de mulheres e que estiveram à frente desse movimento³⁰. Como se apresenta no depoimento de Dante de Laytano (*apud* Bastos, 1998):

(...) quando Coelho de Souza assumiu a pasta estadual da Educação, havia no Estado mais de 3.000 escolas de língua alemã, cinco de língua italiana e duas de polonesa. (...) Estávamos dentro das diretrizes educacionais do movimento revolucionário de 1930. E o programa montado visou, entre outros objetivos mais gerais, à melhoria do ensino para aquelas coletividades, proibindo o ensino nas escolas em outro idioma que não o brasileiro. Mas, para tal fim, criou-se uma nova rede escolar, um novo sistema educacional, orientado e **dirigido por profissionais do magistério**. Posso mencionar como grandes educadores, então mobilizados, **as professoras** Marieta Cunha, Olga Acauan Geyer, Nair Marques Pereira, Maria Carneiro (...). e **outras**, que deram **estrutura ao ensino elementar e normal**, colocando o Rio Grande do Sul em posição destacada no setor educacional. (LAYTANO *apud* BASTOS, 1998, p. 52-53, grifos meus)

Igualmente, Coelho de Souza, ao criar uma comissão para elaborar um Código de Educação, convidou um grupo de intelectuais e professores de significativa atuação no meio educacional e aparecem novamente os nomes de Olga Acauan Geyer, Marieta da Cunha e Silva, Florinda Tubino Sampaio, Branca Diva Pereira de Souza, entre os nomes de Armando Câmara, Ary de Abreu Lima (Reitor UPA), Irio do Prado Lisboa, Ignácio de Freitas Rolim, Mário Ramos, Décio Martins Costa e Raul Moreira (BASTOS, 1998, p. 63-64). O jornal

²⁹ Entre 1938 e 1939 foram nomeadas 1.704 pessoas entre professores e funcionários (QUADROS, 2007, p. 5).

³⁰ No Quadro 6-B apresentado por Bastos (1998, p. 59), o número de professoras supera o de professores na formação do corpo docente do Ensino Primário no estado nos anos de 1937 a 1945: em 1937 – total de 8.861, 2.396 homens e 5.490 mulheres; em 1938 – total de 9.717, 2.608 homens e 7.109 mulheres; em 1940 – total de 10.230, 2.229 homens e 8.002 mulheres; 1941 – total de 9.399, 1.987 homens e 7.415 mulheres; 1942 – total de 9.420, 1.840 homens e 7.580 mulheres; 1944 – total de 10.065, 1.714 homens e 8.351 mulheres; 1945 – total de 12.431, 1.851 homens e 10.575 mulheres.

Correio do Povo, em 1938, promoveu uma enquete com professores gaúchos sobre “As necessidades do ensino no Rio Grande do Sul”. Dos doze professores convidados a participar, cinco eram homens (alguns ligados a escolas confessionais) e sete eram professoras e diretoras (escolas públicas e privadas). Novamente o número de mulheres se sobrepõe ao dos homens³¹.

Os nomes aqui apresentados ajudam a entender o grau e a importância que as professoras, técnicas em Educação vinculadas aos órgãos estatais de Educação, tiveram no período que cobre essa pesquisa, demonstrando o *status* das *experts* em Educação no Estado.

O quadro a seguir apresenta o número de autoras(es) presentes em apenas um dos números publicados em cada ano, entre 1951 a 1961, da Revista do Ensino/RS.

Quadro 1 – Amostragem do número de autoras e autores na Revista do Ensino/RS (1951 a 1961)

Nº	Ano	Total de autoras(es) e títulos	Mulheres	Homens	
1	1951	15	11	04	
4	1952	18	12	06	
13	1953	16	12	04	
20	1954	12	07	05	
28	1955	07	04	03	
36	1956	18	13	05	
42	1957	04 títulos/06 autoras(es)	05	01	
50	1958	09	07	02	
58	1959	05 títulos/04 autoras(es)	03	01 (mesmo autor escreve dois títulos)	
66	1960	27 títulos/29 autoras(es)	20	09	
74	1961	29 títulos/31 autoras(es)	24	07	
10	10	160 títulos/165 autoras(es)	118	47	total

³¹ Convém salientar que em 1939, para que a campanha de nacionalização do ensino fosse efetivada, foi criado um setor especial na SESP/RS, responsável pela Nacionalização do Ensino, chefiado pela professora Maria José de Souza e Cunha e composto por um corpo de fiscais e “professoras da nacionalização”, delegados escolares regionais e orientadores técnicos, que davam assistência e fiscalização nas escolas. A *professora da nacionalização* indicada pelas autoridades educacionais atuava juntamente às escolas com função de controle, observação e implementação das medidas oficiais (BASTOS, 1998, p. 65-66).

O quadro acima apresenta um recorte de dez números publicados na Revista do Ensino/RS durante uma década. Selecionei apenas esses dez dentre o total de setenta e quatro números da revista publicados mensalmente (de março a novembro) durante esse período. A partir dele é possível destacar a maior representatividade numérica da presença feminina na publicação da Revista do Ensino/RS, pois dos cento e sessenta títulos publicados de cento e sessenta e cinco autoras(es), cento e dezoito são de autoria feminina. Ou seja, em torno de 72% de textos publicados em uma década são de autoria feminina, que corrobora o processo de feminização do magistério e a construção de uma *expertise* educacional liderada por um corpo docente feminino – perpassando a trajetória de normalista à educadora.

Assim como a Revista do Ensino/RS, os Boletins do CPOE/RS também nos apresentam indicativos da feminização do magistério e da formação feminina dessa equipe de especialistas em Educação. O Boletim dos anos de 1952/1953 apresenta em sua contracapa oito nomes de colaboradoras daquele exemplar. No ano de 1958, apresenta em sua contracapa o quadro de funcionários do CPOE/RS com uma lista de sessenta e seis nomes, sendo que apenas um nome corresponde a um professor colaborador. A seguir, apresento imagens do exemplar do Boletim do CPOE/RS, do ano de 1960, a título de exemplificação:

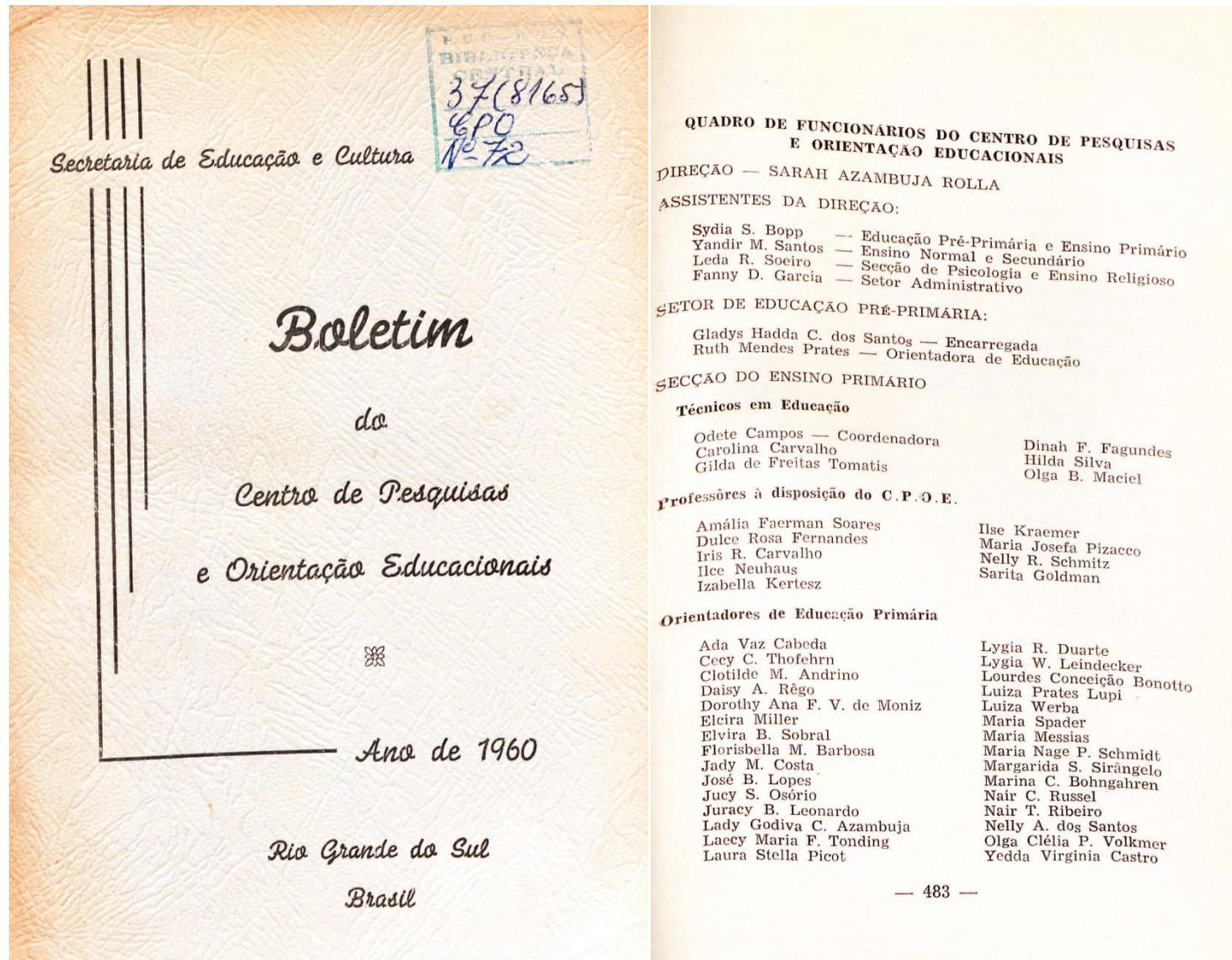


Figura 2 – Quadro de Funcionários CPOE/RS (1960) – Parte 1

SECÇÃO DE PROVAS E MEDIDAS		SERVIÇO DE CINEMA EDUCATIVO	
Técnicos em Educação		Técnicos em Educação	
Zilda A. Severo — Coordenadora		Maria Nadyr de Freitas — Chefe do Serviço	
Isabel Lia	Lygia A. Araujo	Luiz Francisco Lucena Borges	
Jaira L. dos Santos	Luiza P. Alves		
Estatístico		Patilógrafo — Operador	
Maria Aucyla C. Xavier		Júlio Celso N. de Andrade	
Professores à disposição		SECÇÃO DE PSICOLOGIA	
Enice B. Zazeron	Morena R. Fontoura	Técnicos em Educação	
Lucy Monteiro	Tereza Lezama	Anita P. Wellausen	Lília C. Carvalho
Manoela F. de Borba	Yolanda Hollanda C. Silveira	Juracy C. Marques	Suelly Aveline
SECÇÃO DE ENSINO NORMAL E SECUNDARIO		Assistentes Técnicos em Educação	
Técnicos em Educação		Emília de Mello Ribeiro	
Dalva da Rosa Dupuy	Lucinda Maria Lorenzoni	Manuela G. Ramirez	
Eddy F. Cabral	Luiz José Fin	Professoras à disposição	
Clotilde Cesar — Coordenadora dos Cursos Intensivos para Professores Contratados		Itália Z. Faraco	Maria Sylvia P. Wilke
Professores à Disposição		Josefina Beirão	Zilá Martins
Alzira Pinto Lima	Dionéia B. Feijó	Maria Luiza Roth	
Areté S. Vargas	Itália Z. Faraco	COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDO E CLASSIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	
Beatriz D. Pires	Maria Célia P. Brazil	Técnicos em Educação	
Cecília C. Alves	Olga Creidy	Lahidy Zapp — Presidente	
Clara da Rosa Ferlauto	Rita Q. de Moraes	Ilka de Guittes Neves	
Celestina Rosa e Silva	Estela Daudt	Professoras à disposição	
SERVIÇO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA		Yvone R. de Moraes	
Técnicos em Educação		Maria Luiza Necchi	
Carlos Barone — Chefe do Serviço	Guilomar C. Odoreyk	SECÇÃO DE PESQUISAS	
Silvia Barone	Joana Foques	Técnico em Educação	
Beatriz B. Riff		Flávia C. Ciaglia — Coordenadora	
Professoras à Disposição		Professoras à disposição	
Hilda A. Carvalho		Beatriz D. Pires	Maria de Lourdes Agnostopoulos
Ruth Terra Lamas		Branca P. de Souza	Marleine D. Ferrari
Orientadoras de Educação Especializada		Ely J. Viellefond	Nelcy C. Nascimento
Desenho e Artes Aplicadas		Clara R. Ferlauto	Nydia B. Westephalen
Gilda B. de Hain		Iná Silva	Neusa L. Wohlgemuth
Honorina C. Massola		Maria Adelaide S. Guardiola	Otilia P. Valeher
Wanda O. Seadi		Maria Célia G. Martins	Paulina S. Nogueira
Música		Maria Lampert	Terezinha M. Coelho
Ida F. Paolini	Marina Divan		
Maria Emilia Gesta	Marina Elizabeth Marc		
— 484 —		— 485 —	

Figura 3 – Quadro de Funcionários CPOE/RS (1960) – Parte 2

Nesse Boletim é possível arrolar cento e trinta funcionários do Centro de Pesquisas e Orientação Educacional/RS, em 1960. Dentre eles apenas cinco são homens: José B. Lopes (orientador de Educação primária – seção de ensino primário), Luiz José Fin (técnico em Educação – seção de ensino normal e secundário), Carlos Barone (técnico em Educação – serviço de Educação artística), Luiz Francisco Lucena Borges (técnico em Educação – serviço de cinema educativo) e Julio Celso N. de Andrade (datilógrafo – operador). Grupo que representa em torno de 4% dos funcionários, sendo o restante formado por técnicas em Educação, orientadoras e professoras à disposição do Centro. São indícios significativos da presença feminina na atuação do magistério e em todos os âmbitos em que ele possa chegar, isto é, seja no trabalho diário de uma escola, seja em órgãos específicos do estado que tratam da Educação.

E, também, apresenta a constituição desse espaço social como um espaço dominado pela presença feminina no magistério, inicialmente pensado e composto para a mulher-professora primária – maternal, vocacionada, vestal, que ao longo do século XX foi se estruturando em uma mulher-professora-educadora-especialista em Educação.

* * *

Percebe-se que, mesmo com a rigidez de uma Educação e instrução voltadas especificamente ao público feminino, as mulheres através da própria Escola Normal tiveram a oportunidade de obter, em alguns aspectos e momentos, o que a elas pensava-se ser negado e abriu-lhes horizontes profissionais e novos contatos com outras realidades. Portanto, a Escola Normal, contraditoriamente, foi uma instituição que ajudou a construir um imaginário de professora primária vocacionada à profissão e, ao mesmo tempo, foi grande propulsora de outros comportamentos por parte das mulheres: “o desejo de saber mais, a aspiração profissional, a liderança” (LOURO, 1986, p. 168), constados pelo volume de produção intelectual das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação que circularam na imprensa especializada.

As alunas-mestras da Escola Complementar/Normal que se tornaram professoras e técnicas em educação da Secretaria de Educação e do CPOE/RS, fizeram parte campo da Educação que contou com o posicionamento institucional adquirido por elas em sua vida profissional e por sua produção intelectual publicada. Presente no espaço social e posições sociais, em que se deu o desenrolar histórico de suas trajetórias e experiências sociais,

culturais e intelectuais, advindas da convivência e da atualização dos saberes práticos adquiridos e incorporados pelas alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação.

Em vista disso, a relevância do grupo está, portanto, nas relações de sociabilidade, nos espaços de convivência, nas trajetórias e na constituição profissional das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação que tiveram ao longo de suas vidas desde a formação escolar, a atuação do magistério, o desempenho no funcionalismo público e, conseqüentemente, em suas trajetórias intelectuais de uma produção intelectual escrita em boletins, revistas e outros impressos.

Produção material da intelectualidade das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, especialmente destinada às atividades e às orientações pedagógicas, que se encontra nos impressos vinculados aos órgãos oficiais do estado – Revista do Ensino/RS, Boletins do CPOE/RS e do CRPE/RS e que será detalhada nos capítulos seguintes.

Capítulo 2

Alunas-mestras/Professoras/Técnicas em Educação e suas trajetórias

A construção da narrativa biográfica deste capítulo organizou-se a partir da *formação inicial* das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação constituída pela passagem na Escola Complementar/Normal de Porto Alegre; pela *atuação profissional* – professora e técnica em Educação e outros cargos em órgãos estatais, em escolas, universidades, entre outros; pela *formação continuada* em cursos de graduação; e pela *publicação* de seus escritos.

Para essa construção foi necessário um trabalho atento de pesquisa empírica. É importante comunicar ao leitor que os dados biográficos foram levantados por um cruzamento de fontes de pesquisa: lista de formandas, entrevistas concedidas a outros pesquisadores, depoimentos, biografias já publicadas, reportagens, dados fornecidos pelos recursos humanos da Secretaria da Educação e em pesquisas acadêmicas.

A seleção das doze alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação foi resultado do fato de que elas se formaram na Escola Complementar de Porto Alegre, entre as décadas de 1920 e 1930. Sendo escolhidas, portanto, por terem experimentado vivências comuns: colegas de turma ou alunas contemporâneas da mesma instituição de formação.

A escolha, assim, passou pela existência de uma *formação escolar a partir da mesma instituição*, o que possibilita a análise de um espaço de socialização onde as “vocações afloram, laços de amizade se estabelecem, afinidades com áreas de conhecimento se definem, sensibilidades se formam” (ALVES, 2012, p. 116). Conforme apresentado no quadro a seguir, que aborda as informações de colação de grau: instituição, data e a nota final obtida no curso.

Quadro 2 – Data de formatura das alunas-mestras

Nome	Formação inicial/Ano/Obs.
Ida Silveira	Escola Complementar de Porto Alegre 24/03/1923 “Com a nota de Distinção”

Lahidy Zapp	Escola Complementar de Porto Alegre 30/03/1926 “Com a nota de Distinção”
Eloah Brodt Ribeiro Kunz	Escola Complementar de Porto Alegre 16/03/1929 “Com a nota de Distinção”
Graciema Pacheco	Escola Complementar de Porto Alegre 16/03/1929 “Com a nota de Distinção” Escola Normal de Porto Alegre Curso de Aperfeiçoamento 28/03/1931 “Com nota de Distinção”
Fanny Delamora Garcia	Escola Complementar de Porto Alegre 16/03/1929 “Com a nota de Distinção”
Sarah Azambuja Rolla	Escola Complementar de Porto Alegre 16/03/1929 “Com nota de Plenamente”
Maria Cibeira Perpétuo	Escola Complementar de Porto Alegre 04/04/1929 “Com a nota de Distinção” Escola Normal de Porto Alegre Curso de Aperfeiçoamento 28/03/1931 “Com nota de Distinção”
Abigail Teixeira	Escola Normal de Porto Alegre 26/03/1930 “Com nota de Plenamente” Escola Normal de Porto Alegre Curso de Aperfeiçoamento 16/04/1932 “Com nota de Distinção”
Ruth Ivoty Torres da Silva	Escola Normal de Porto Alegre 21/03/1931 “Com nota de Plenamente”
Élida de Freitas e Castro Druck	Escola Normal de Porto Alegre 19/04/1933 “Com nota de Plenamente”
Eddy Flores Cabral	Escola Normal de Porto Alegre (não foi possível encontrar a data)

Alda Cardozo Kremer	Escola Normal de Porto Alegre Não foi possível encontrar o local e a data. ³²
----------------------------	---

Para a seleção das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação também se optou pelo fato de algumas terem participado, como estudantes da Escola Complementar/Normal de Porto Alegre, da produção e colaboração do impresso estudantil O Estudo. Aquelas aqui selecionadas, que não participaram diretamente da produção da revista e/ou da escrita, foram escolhidas por cursarem e serem contemporâneas da revista, as quais provavelmente tiveram contato com tal impresso.

Criando espaços comuns de sociabilidade, a partir da instituição formadora e conseqüentemente permanecendo em suas vidas profissionais, que foi outro critério de escolha das doze alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, a presença comum delas em órgãos estatais, no Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (CPOE/RS), no Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE/RS), em Escolas, e em outros espaços profissionais.

Esses foram os espaços físicos e temporais determinados por mim para a escolha dos doze nomes, porém outro critério une-se à formação inicial e vida profissional, o fato de as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação escreverem e publicarem. Seus nomes foram levantados e identificados em uma série de textos, demonstrando, assim, a presença delas nos editoriais ou como colaboradoras da Revista do Ensino/RS, Revista Cacique e Boletins do CPOE/RS e CRPE/RS, entre outros.

A seguir, serão apresentadas as doze alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação ordenadas conforme a data de formatura na Escola Complementar/Normal de Porto Alegre.

* * *

³² Não foi possível encontrar o nome de Eddy Flores Cabral e Alda Cardozo Kremer nas *Actas de entrega e prêmios e títulos de alunas-mestras da Escola Complementar/Normal*, no período de 1922 a 1933. Quando retornei ao arquivo do Instituto de Educação para a consulta de anos seguintes, não foi possível realizar a pesquisa empírica, pois o arquivo da Escola encontra-se fechado devido ao processo de restauro do prédio. Porém, conforme informações acerca das duas professoras foi possível constatar sua formação inicial pela Escola Normal.

2.1 Ida Silveira

A aluna-mestra/professora/técnica em Educação Ida Silveira formou-se na Escola Complementar de Porto Alegre no dia vinte e quatro de março de 1923, em uma das Salas da Escola, obtendo o título de *alumna-mestra com nota de distinção*, acompanhada de trinta e duas colegas que também receberam o título de *alumnas-mestras*³³. A cerimônia contou com a presença dos professores da Escola e do Professor Paraninfo Afonso Guerreiro Lima³⁴.

Da sua trajetória escolar foi possível localizá-la entre as alunas que participaram da Revista *O Estudo*. Ida Silveira exerceu o cargo de Diretora-Chefe da revista, durante o primeiro ano do periódico, isto é, ao longo da publicação dos nove números do ano de 1922. Seu nome aparece na formação da equipe responsável pela publicação em companhia das colegas Maria Amorim (como “Directora-secretaria”), Heloisa Sarmiento, Marieta Almeida, Flora Marques, Maria Lima, Sara Pardelhas e Alda Andrade (como participantes da “Comissão-fiscalisadora”).

A seguir, encontra-se o cabeçalho de *O Estudo* contendo dados da edição do periódico, tais como, ano I, número 2, junho de 1922, os nomes das alunas responsáveis pela publicação e outros dados informativos.



Figura 4 – Cabeçalho da Revista *O Estudo* (n. 2, 1922)

³³ A listagem com os nomes dos formandos encontra-se no livro de Acta da Entrega de Títulos de Alumnas-Mestras da Escola Complementar, 1909-1928, documento pertencente ao Arquivo do Instituto de Educação General Flores da Cunha (Porto Alegre/RS).

³⁴ Em uma nota intitulada “Paranympho”, A. Guerreiro Lima, “lente de Geographia e Escripuração Mercantil”, foi convidado para ser paraninfo das alunas do 4º ano. No texto, as alunas explicam que o escolheram por ser “um professor zeloso de seus deveres, justiceiro e consciencioso” (*O ESTUDO*, n. 3, 1922, p. 10). Afonso Guerreiro Lima (1870- 1959) foi professor, autor didático e pesquisador, publicou pela Livraria do Globo o livro *Noções de História do Brasil*, em 1923. Desempenhou durante vários anos a função comissionada de Diretor da Instrução Pública e foi professor da Escola Complementar/Normal de Porto Alegre. Em Porto Alegre encontra-se a Escola Municipal Afonso Guerreiro Lima, na Rua Guaíba, nº 203, no bairro Lomba do Pinheiro (FRAGA, 2012).

No último número publicado em 1922, as alunas do 4º ano do curso escreveram um texto se despedindo das colegas e agradecendo pela oportunidade de desempenharem o cargo de equipe responsável pela revista e pelo Grêmio Estudantil³⁵. O grupo em questão, por estar se formando, escreveu sobre o encerramento do “primeiro período de existência” da revista e que a publicação seria interrompida durante os meses de férias, voltando no próximo ano e com um novo “corpo redactorial composto das inteligentes quartannistas de 1923”. Nesse texto, as alunas também solicitaram que os colaboradores e assinantes continuassem os favores e as gentilezas no próximo ano. E, ainda, ressaltaram que a revista

Continuará, porém, defendendo os mesmos ideais, trilhando a mesma senda iniciada, visando aos mesmos fins elevados de propalar os modernos métodos de pedagogia, de promover a união entre o professorado do Estado, de ligar uma espécie de interesse comum e simpatia àqueles que já exercem a dignificante carreira do magistério e os que se preparam, entusiasmados e idealistas, para compartilhar das suas glórias e dos seus pesares. (O ESTUDO, n. 6/7, 1922, p. 26)

Na união do professorado, no compartilhamento das glórias e na propagação dos modernos métodos pedagógicos, as alunas quartanistas continuaram a agradecer os professores da Escola pelo apoio e auxílio. E terminaram dizendo:

As alunas do 4º ano, fundadoras d’O Estudo bando alado que foge do viveiro numa alvorada de esperanças, levam no rumo incerto de seus voos a confiança de uma migração feliz, onde passam, quais sacerdotisas do amor cívico e da virtude, manter acesas as piras do patriotismo e da moral nas almas infantis que lhes confiarem. E de qualquer recanto obscuro, onde o destino cego as lançar, manter-se-ão ligadas pelos laços do coração e pela cadeia da saudade a Escola, levando a consolação de que por intermédio d’O Estudo se conservarão em contato com seus antigos mestres e colegas. (O ESTUDO, n. 6/7, 1922, p. 26)

Vestígios da presença de Ida Silveira, não somente pelo seu nome constar na listagem dos formandos, mas também por deixar registrada a sua presença através da atuação na equipe responsável pela edição da revista e pelo gerenciamento do Grêmio da Escola Complementar. Demonstrando assim, através das atividades escolares, os laços de sociabilidade que tais testemunhos podem deixar. No mais, esses indícios demonstram para que Ida Silveira frequentou e circulou nos espaços escolares, atuou em atividades escolares que de certa maneira a colocaram em contato com outras colegas e professores, compartilhou sua produção intelectual. Essas atuações de certa forma foram moldando convívio, produzindo estofo, dando suporte institucional e intelectual. E compartilhando com os leitores de O Estudo, um pouco de sua escrita literária através do artigo intitulado “Alma gaúcha” (p. 21, n. 6, 1922, ano I).

³⁵ A fundação do Grêmio Estudantil foi anunciada no Jornal A Federação, onde foram apresentadas as suas finalidades e a lista dos nomes das integrantes (A FEDERAÇÃO, 24/04/1922, p.6).

Em 1923, Ida Silveira foi contratada para o magistério público como auxiliar de ensino no Colégio Elementar Juvenal Miller de Rio Grande³⁶. Passados dois anos de sua formatura, em 1925, foi possível encontrar o nome na lista de *auxiliares de ensino* do Gymnasio Municipal Lemos Júnior³⁷, na cidade de Rio Grande. Nesse cargo, ela permanece até o ano de 1930, onde então passa a estar listada como *docente* dessa mesma instituição³⁸.

Durante a década de 1930, Ida Silveira proferiu algumas palestras. Uma delas ocorreu na sede do Tiro de Guerra, em Rio Grande, como parte da programação da “Semana da Educação”, em que falou sobre “A escola ativa acessível aos pequenos recursos das municipalidades”³⁹. Em 1935, nas comemorações do Centenário de Rio Grande, ela fala sobre instrução na Rádio Clube de Amadores⁴⁰. No ano de 1939, palestrou na Sociedade Riograndense de Educação, e sua apresentação foi transcrita e publicada na Revista do Ensino/RS com o título de “Bibliotecas Infantis” (n. 2, setembro/1939, p. 104).

No mesmo ano, foi publicado outro artigo “O que foi a semana ruralista de Farroupilha”, de autoria das professoras Ida Silveira e Iris de Leão (Revista do Ensino, n. 4, dezembro/1939, p. 253). Como prática usual na revista, logo abaixo do título e da autoria aparece a profissão, a qual informa como Auxiliares Técnicas da Diretoria Geral de Instrução Pública/SESP. Também foi colaboradora para a seção “Consultas” da Revista do Ensino/RS, onde ficou responsável pelas questões “pedagógicas”, juntamente com Zenaide Cardoso Schütz⁴¹.

Em 1936, em Porto Alegre, Ida Silveira foi nomeada para compor o Conselho Estadual de Educação, juntamente com Olga Acauan Gayer⁴². Seu nome também aparece

³⁶ Na lista em que aparece o nome de Ida Silveira, também consta o da aluna-mestra Maria Amorim, que foi contratada para o Colégio Elementar de Ijuí (A Federação, 12/01/1923, p. 5).

³⁷ Gymnasio Municipal Lemos Júnior, fundado em 1906, que apesar do subsídio municipal, era naquele momento uma instituição de regime jurídico privado, ou, em outras palavras, particular. Para saber mais ver VALLE e AMARAL, 2013, VARGAS, SANTOS e TAMBARA, 2013.

³⁸ As informações sobre Ida Silveira e o Gymnasio Municipal Lemos Júnior foram encontradas no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1891 a 1940), na seção Rio Grande do Sul – Municípios, vol. IV, 1925, p. 844.

³⁹ A Federação, 21/05/1931, p. 2.

⁴⁰ A Federação, 12/06/1935, p. 5.

⁴¹ De acordo com Bastos (2005), somente duas consultas pedagógicas foram respondidas, uma sobre o uso de cadernos de linha dupla para o desenvolvimento da escrita e outra sobre o uso de gravuras no treino da linguagem. Ambas, portanto, respondidas a partir do tema abrangente “O ensino da linguagem”, proporcionando orientações aos professores (p.99).

⁴² Os outros nomes que compõem a lista são: os doutores João Ferlini, Alcides Cunha, Silvio Soares de Souza, Armando Camara, Lelis Espartel, Luiz Francisco Guerra Blesmann e Carlos Ferreira de Azevedo (A Federação, 07/02/1936, p. 3)

como diretora do Colégio Protásio Alves⁴³. E, no mesmo ano, prepara-se para casar com Jorge de Oliveira Feliciati.⁴⁴

Em cinco de abril de 1937, foram empossados os componentes da nova diretoria da Sociedade Riograndense de Educação, e Ida Silveira foi escolhida para ser secretária geral⁴⁵.

Com dezessete anos, entre a primeira publicação do periódico estudantil e a primeira do periódico educacional, Ida Silveira de aluna da Escola Complementar passou a ser “alumna-mestra”, docente e auxiliar técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública e esteve presente nos primeiros números das publicações, através de seus escritos. Evidenciando sua trajetória profissional e intelectual durante esse período.

A vida profissional de Ida Silveira, nos anos seguintes, agora em Porto Alegre, como professora da Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública da Secretaria de Educação e Saúde Pública (SESP), prosseguiu até que, em 1943, essa Secção foi transformada em Centro de Pesquisas e Orientação Educacional⁴⁶.

Nesse momento, como funcionária do CPOE/RS, seu nome e atuação são rememorados por Florisbela Faro, em entrevista para Quadros (2006b). A professora comenta sobre a presença de Ida Silveira, no CPOE/RS, dizendo que:

Era como os vestibulares de hoje. A Ida Silveira [encarregada da Secção] impunha uma disciplina militar. Eu era orientadora de Educação primária e empacotava as provas para serem enviadas para as escolas. Com frequência, descia um funcionário da seção para observar se nós não estávamos espiando as provas (Florisbela, entrevista em 21/11/2005). (QUADROS, 2006b, p. 218)

No caso, a entrevistada refere-se à organização e aplicação das “Provas objetivas de aferição global de conhecimentos”, também conhecidos como “Provas para aferição do rendimento da aprendizagem nas escolas primárias” ou “Provas prontas” (QUADROS, 2006b, p. 216-217). Por sua fala demonstra que a memória evocada traz a ideia de que Ida Silveira, como responsável pela seção, atuou com seriedade nas atividades propostas pela função. Alda Cardozo Kremer também irá citar Ida Silveira, como atuante na Educação do estado:

A autonomia concedida aos serviços educacionais do Poder Executivo Estadual deu início à etapa de marcante significado para esse setor da administração. Recebendo o influxo do movimento pedagógico renovador, que irradiou no Brasil os princípios e conceitos da Escola Nova, cujas experiências, (...) confiava a ilustres homens públicos, como Otelo Rosa, José Pereira Coelho de Souza, e eminentes educadores, Olga Acauan Gayer, Marieta Cunha Silva, **Ida Silveira**, Graciema Pacheco e outros,

⁴³ Na comemoração do dia do professor (A Federação, 17/10/1936).

⁴⁴ A Federação, 05/12/1936.

⁴⁵ Os demais foram: o professor Afonso Guerreiro Lima, presidente; professor Ceci de Sá Brito e Dr. Poli M. Espírito, vice-presidentes; professora Marina Souza, 1ª secretária; professora Lígia Dias, 2ª secretária; professora Abigail Teixeira, tesoureira; professoras Vera Simch e Maria Guédes, bibliotecárias (A Federação, 03/04/1937, p. 2).

⁴⁶ Pelo Decreto n. 794, de 17 de junho de 1943 que aprovou o regimento interno do Departamento de Educação Primária e Normal.

e assegurou para o sistema de Educação do RGS seguro embasamento e diretrizes de longo alcance.” (KREMER, 1969, p. 263, grifos meus)

Ida Silveira esteve no cargo de Técnica em Educação da Seção de Pesquisa do CPOE/RS durante a década de 1940 e início da década de 1950, tendo publicações constantes no Boletim do CPOE/RS de 1947 a 1953. No ano de 1956 a 1974, Ida Silveira foi Conselheira Técnica-administrativa do CRPE/RS. E, também, foi possível descobrir que com a criação da Faculdade de Educação (FACED/UFRGS), na década de 1970, duas professoras assistentes do Professor Titular Oscar Machado da Silva, da Cátedra de Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia, fizeram parte da faculdade e foram para o Departamento de Estudos Básicos (DEBAS). Essas professoras foram Ana Iris do Amaral e Ida Silveira⁴⁷.

Desde a década de 1920 até a década de 1970, a vida escolar e profissional de Ida Silveira durante cinquenta anos fez parte da Educação do Rio Grande do Sul, perpassando por grandes instituições educacionais do estado, traços marcantes de sua vida e carreira associadas as relações de sociabilidade que lhe foram propiciadas em contato com suas colegas de Escola e dos órgãos oficiais do governo.

2.2 Lahidy Zapp (27/05/1906 – 03/11/2002)

Três anos após a aluna-mestra/professora/técnica em Educação Ida Silveira se formar, Lahidy Zapp tem a mesma experiência em 30 de março de 1926. Ela se formou na Escola Complementar de Porto Alegre, acompanhada de quarenta e cinco colegas, professores e o paraninfo das quartanistas, o professor Dr. Sarmiento Leite⁴⁸. E aos dezenove anos de idade torna-se “alumna-mestra com Distinção”.

Em seguida a sua formatura, Lahidy Zapp encontra-se em Guaporé, no Grupo Escolar Bandeirante, criado em 1926, umas das primeiras escolas públicas na região de colonização italiana. Na década de 1932, exerceu o cargo de Diretora do Grupo Escolar. E, em 1934, em

⁴⁷ Outras professoras com formação em Psicologia, anteriormente ligadas à Faculdade de Filosofia, Graciema Pacheco, Juracy Cunegatto Marques e Yeda Roesch da Silva, também rumaram à FACED a partir de 1971, lotando-se a primeira no Centro Integrado e as outras duas no DEBAS. Para saber mais, ver GAUER, GOMES, 2005.

⁴⁸ Eduardo Sarmiento Leite da Fonseca (1868-1935), formado em Medicina no Rio de Janeiro no ano de 1890, foi professor Catedrático da Faculdade de Medicina, em Porto Alegre, desde os meados do século XX, seu diretor no período de (1915 a 1932) (FRANCO, 1988, p. 377). Também foi professor de Ciências na Escola Complementar/Normal de Porto Alegre. Atualmente dá nome à Escola Estadual de Ensino Médio Sarmiento Leite, localizada na Rua Eugênio du Pasquier, nº 280, bairro Cristo Redentor, Porto Alegre/RS.

Porto Alegre, foi professora do Colégio Souza Lobo, no mesmo ano adere ao Clube dos Funcionários Públicos Liberais do Rio Grande do Sul.



Figura 5 – Fotografia dos Professores do Grupo Escolar Bandeirante em Guaporé, Jacinto Silva, José Ponzi, Idalina Marroni e Lahidy Zapp (1927)⁴⁹

Sua vida profissional no magistério gaúcho tem continuidade com sua atuação na década de 1940, quando compõe o corpo de técnicas em Educação do CPOE/RS. Nesse período, publica na Revista do Ensino e no Boletim do CPOE/RS, em parceria com suas colegas Fanny D. Garcia, Sarah Rolla, Eloah Brodt Ribeiro Kunz, Sydia Sant’Ana Bopp, Jandira Cardia Szechir e Cecy C. Thofehn. Como técnica em Educação, teve a oportunidade de frequentar o curso de Medidas Educacionais, promovido pelo INEP, em 1948.

Durante o período de 22 de dezembro de 1954 a março de 1955, Lahidy Zapp respondeu pela Direção do CPOE e, em 1957, é responsável Técnica e Presidente da “Comissão Especial de Estudo e Classificação de Publicações Periódicas” do Centro,

⁴⁹ Fotografia encontrada no site:

http://www.caminhosdeguapore.com.br/gale_AbreFoto.php?galeria=15&foto=209

juntamente com as colegas professoras e técnicas em Educação Yvonne Ribeiro de Moraes e Carolina Carvalho.

Conforme Ventorini (2009), a “Comissão Especial de Estudo e Classificação de Publicações Periódicas”⁵⁰ tinha por finalidade verificar e orientar as editoras que publicavam materiais destinados às crianças e à juventude, pois esse material deveria influenciar harmonicamente o indivíduo. Segundo a autora, no 3º Congresso Nacional de Professores Primários (1958), ocorrido em Porto Alegre, a professora Lahidy Zapp representou a Comissão Especial e apresentou uma comunicação, em que salientou a campanha de saneamento das publicações proposta por D. Jaime de Barros Câmara, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, e referendou, também, a proibição de publicações sem editores, redatores e diretores conhecidos, bem como aquelas publicações que “atentavam à moral e aos bons costumes”.

No ano de 1959, participa do II Seminário de Psicologia para professores das escolas normais, em Porto Alegre, com a comunicação “Influência psicológica da leitura recreativa”.

2.3 Eloah Brodt Ribeiro Kunz (26/05/1913 - ?)

A professora, técnica em Educação, escritora Eloah Brodt Ribeiro Kunz, nasceu em Porto Alegre, no dia 26 de maio de 1913. Seu pai Eurico Seixas Ribeiro, funcionário público federal e sua mãe Aminta Brodt Ribeiro, professora de piano. Casada com José Lourenço Kunz.

Formou-se no Curso Complementar de quatro anos da Escola Normal de Porto Alegre, no dia 16 de março de 1929⁵¹, com “nota de Distincção”, em uma das salas da Biblioteca Pública do estado.

Estavam presentes, com o Diretor Emílio Kemp⁵², o professor paraninfo Major João Alcides Cunha⁵³, os professores homenageados Dr. Eduardo Sarmiento Leite Filho, Dr. Alcides Soares e Olga Acauan Gayer⁵⁴ e mais cinquenta e cinco formandas.

⁵⁰ Conforme o Boletim do CPOE/RS, de 1957, caberia à Comissão “congregar esforços no sentido repressivo da imprensa malsã e, principalmente, na orientação dos editores e no saneamento das publicações, em geral, e daqueles destinados à infância e juventude” (p. 252).

⁵¹ Eloah B. R. Kunz formou-se com as seguintes colegas, entre outras, Fanny Delamora, Graciema Pacheco e Sara de Azambuja Rolla.

⁵² Dr. Emílio Kemp Larbeck Filho (1874-1955), médico sanitarista que atuou em vários campos, desde a medicina, passando pela Educação e cultura. No início do século XX, escreveu sobre higiene e saúde pública, bem como higiene escolar. Foi diretor da Escola Complementar/Normal de Porto Alegre durante os anos de 1927

Após sua formatura, passou a exercer o magistério em Santa Maria. E, em 1931, de volta a Porto Alegre, foi professora primária no recém inaugurado Colégio Protásio Alves⁵⁵, com o curso noturno de alfabetização para adultos, escrituração mercantil e de artes e ofícios. E no Colégio Voluntários da Pátria (1930-1932), localizado no Quarto Distrito de Porto Alegre. Foi diretora do Grupo Escolar Dom Diogo de Souza (1933-1935)⁵⁶.

Em 1935, realizou o Curso Superior de Piano no Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, e também, nessa mesma instituição, o Curso de História da Música. No ano de 1943 concluiu o Curso Superior em Pedagogia, realizado na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico de Belo Horizonte/MG.

Nesse mesmo período, atuou como auxiliar-técnica da Seção Técnica da Secretaria de Educação e Cultura/RS (1936-1944). E foi diretora do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais da SEC (1945-1954), participando da criação do Boletim do CPOE/RS.

a 1935. E foi Diretor do Museu Júlio de Castilhos, 1939 a 1950. Em Porto Alegre, encontra-se a Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr.Emílio Kemp, na Rua Monteiro Lobato, 475, bairro Partenon, Porto Alegre/RS.

⁵³ O professor João Alcides Cunha foi professor de Português na Escola Complementar/Normal de Porto Alegre e também do Colégio Militar de Porto Alegre, ministrando aulas de Latim. Atualmente dá nome à Escola Estadual de Ensino Médio Professor Alcides Cunha, localizada na Rua Hélio Pimpão, 52 - Morro Santana, Porto Alegre/RS.

⁵⁴ Olga Acauan Gayer (1895-1986) foi diplomada pela Escola Complementar em 1913. Em 1917 era auxiliar de ensino da Escola Complementar, mas logo foi nomeada efetiva. Foi membro da Comissão de Exame de Método de Ensino do Professor Antonio Joaquim Teixeira Neto (1919) e da Comissão que elaborou o Regulamento e o Programa de Ensino Primário e das alterações do Regulamento do Ensino Normal e Complementar (1929). Inspetora escolar em 1936 e membro do Conselho Estadual de Educação de 1937 a 1955. Nomeada Catedrática da Escola Normal General Flores da Cunha em 1937. Inspetora Chefe da Seção Técnica da Diretoria da Instrução Pública da Secretaria da Educação e Saúde Pública (1937) e Diretora-Geral da Instrução Pública (1937-1942). Participou de várias comissões estaduais e particulares de inspeção da prática profissional. Diretora do Instituto de Educação de 1948 até 1955. Publicou com Branca Diva Pereira a Cartilha “Queres Ler?”. Recebeu vários prêmios e homenagens (Cadernos dos Ex-alunos, 2001, nº 2, p.37).

⁵⁵ O Colégio Protásio Alves foi inaugurado na data de 03 de agosto de 1931, cujo fundador foi Dr. Emílio Kemp, também diretor da Escola Normal. O Colégio funcionou no mesmo endereço da Escola Normal, atualmente localizar-se-ia na Rua Duque de Caxias esquina com a Rua Marechal Floriano.

⁵⁶ No artigo “Homenagem do Rotary Club ao magistério público”, aparecem os professores que compareceram ao evento, entre eles estava Dr. Emílio Kemp, Branca Diva Pereira, Olga Acauan Gayer e Eloah Brodt Ribeiro Kunz (A Federação, 01/12/1933).



Figura 6 – Fotografia de Eloah Brodt Ribeiro Kunz publicada na

Revista do Ensino, 1955.

Sua vida profissional foi dividida, portanto, entre a atuação nos órgãos de pesquisas educacionais ao mesmo tempo em que lecionava, foi assistente da cadeira de Psicologia Educacional do Curso de Filosofia da URGS, na qualidade de Assistente do prof. Dr. Oscar Machado (1944). Foi professora de Avaliação Educacional do Instituto de Educação de Porto Alegre (1945).

Como diretora⁵⁷ do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE), órgão do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, atuou nos anos de 1955 a 1959 na organização e direção de cursos de extensão e aperfeiçoamento para professores bolsistas do INEP do MEC. Nesse ínterim, ocorreu o “caso Anísio Teixeira”⁵⁸ que passou a ser combatido pela Igreja Católica quando defendeu a escola pública, obrigatória, gratuita, universal e ministrada pelo Estado. Em defesa de Anísio Teixeira, no dia 17 de abril de 1958, foi publicado no Diário de Notícias do Rio de Janeiro, “Depoimentos de educadores e funcionários solidários com o atual diretor do INEP. Movimento do meio educacional ante a notícia de sua demissão”, que assim expõe:

Trazemos a público o depoimento dos funcionários do Centro de Pesquisas Educacionais, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em que detalham as atitudes que vêm realizando sob a orientação do prof. Anísio Teixeira, documento êsse dirigido, pelos seus signatários, aos líderes católicos do país.

É a seguinte a íntegra do documento:

Aos líderes católicos do Brasil: Em face do manifesto do arcebispo de Pôrto Alegre e dos bispos gaúchos ao senhor presidente da República, sentimo-nos compelidos, como católicos, a nos dirigir às autoridades da Igreja, a fim de prestar nosso esclarecimento que visa acima de tudo a nos preservar a paz da consciência, impossível de ser mantida com atitudes comodistas e ausentes. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, RJ, 1958)

⁵⁷ No jornal Diário de Notícias (22/08/1954), encontra-se um artigo intitulado “Homenagem à professora Eloah Brodt Ribeiro”, convidando os professores a participarem da homenagem a ela, devido a sua designação para assumir a direção do CRPE. Homenagem ocorreria no dia onze de setembro, no Clube do Comércio.

⁵⁸ Para saber mais sobre o Caso Anísio Teixeira, ver BASTOS, QUADROS, ESQUINSANI, 2006.

O teor de defesa do documento propõe apresentar Anísio Teixeira como um homem de qualidades e virtudes democráticas que contratou para as direções dos centros regionais do INEP, em sua maioria, católicos⁵⁹.

Fernando Gouvêa (2008) apresenta esse fato amplamente publicado nos Boletins Mensais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (BMCBPE) e em um deles apresenta os Diretores dos CRPE em defesa de Anísio Teixeira:

(...) Por fim, o prof. Mário Casasanta propôs e foi aprovado que fôsse endereçado ao presidente da República e ao Ministro da Educação e Cultura, subscrito por todos os Diretores dos Centros Regionais ali presentes, o seguinte telegrama: “Reunidos para debater problemas de Educação nacional, tomamos a liberdade de enviar a V. Excia., o nosso testemunho acêrca da admirável ação, que no plano educacional e cultural, vem realizando Anísio Teixeira na direção do INEP. Si objeções, que porventura se lhe pudessem fazer, decorrem manifestamente de informações deficientes, e, ainda que não lhe falte autonomia mental para opiniões próprias, não lhe falte por igual, espírito público bastante para sotopor possíveis divergências aos interesses, sôbre todos importantes, da causa da Educação nacional, de que tem sido incansável servidor. Respeitosas Saudações” Ass. Mario Casasanta, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, **Eloah Ribeiro Kunz**, Luiz Ribeiro Sena (Ata da 2ª reunião da Comissão Consultiva do CBPE, 14/set/1958, BMCBPE, n.14. In: GOUVEA, 2008, p. 152, grifos meus)

Entre muitas atividades desenvolvidas, e pelo reconhecimento de seu trabalho, Eloah Brodt Ribeiro Kunz foi convidada a fazer parte como membro da Comissão encarregada da Reconstrução dos Serviços Educacionais do Estado de Santa Catarina, por solicitação do governador Celso Ramos/SC e por designação do governador Leonel Brizola/RS, em 1961.

Eloah Brodt Ribeiro Kunz também publicou três artigos para o Correio do Povo entre os anos 1973-1983, participou de Congressos e eventos nacionais e internacionais.

Recebeu homenagem da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, na publicação do poema “Mestre”. Também recebeu o título de Educadora Emérita concedido pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul. Na edição do Cinquentenário da Associação dos Ex-Alunos do Instituto de Educação (2010), seu nome aparece listado como uma das professoras Eméritas do Rio Grande do Sul, juntamente com Graciema Pacheco.

Foi também diretora do Departamento Cultural da Associação dos Professores Católicos (APC)⁶⁰. Como diretora desse departamento, desenvolveu planos de trabalho com vistas à participação da APC em movimentos humanitários, sociais e culturais.

⁵⁹ O artigo do Diário de Notícias (Rio de Janeiro) também informa os demais diretores dos CRPE: na direção do “Centro de Minas Gerais está o dr. Mário Casasanta; no do Rio Grande do Sul, Eloah Ribeiro Kunz. O Centro da Bahia é dirigido pelo dr. Luís Ribeiro Sena e os cursos e as escolas dêsse Centro, por Carmen Teixeira”. O artigo encontra-se na íntegra no site: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/depoimentos.html> (acesso 05/09/2016).

⁶⁰ A Associação de Professores Católicos de Porto Alegre foi inaugurada em 19 de dezembro de 1934, contando como presidente Armando P. de Camara e os vices Raul Moreira, Olga Acauan Gayer e Álvaro Magalhães. A

2.4 Graciema Pacheco (25/03/1910 – 16/01/1999)

Graciema Pacheco, nascida em Porto Alegre, filha de Romualdo Pacheco de Castro e Adyles Aveline Pacheco, formou-se juntamente com Eloah Brodt Ribeiro Kunz, no dia 16 de março de 1929, com “nota de Distinção”, recebendo o título de alumna-mestra, em uma das salas da Biblioteca Pública do estado. Estiveram presentes o Diretor Emílio Kemp, o professor paraninfo Major João Alcides Cunha, os professores homenageados Dr. Eduardo Sarmiento Leite Filho, Dr. Alcides Soares e Olga Acauan e mais cinquenta e cinco formandas.

Aos vinte anos, terminou o curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal de Porto Alegre, concluído no dia 28 de março de 1931. Também com nota de “Distinção” foi-lhe conferido o título de “Professora”⁶¹. Acompanharam Graciema Pacheco na formatura um total de 33 alunas.

Após terminar seus estudos na Escola Normal, assumiu o magistério estadual, a partir de 1932, no Grupo Escolar Treze de Maio (atualmente Escola Estadual de Ensino Médio Presidente Roosevelt⁶²).

Para Graciema Pacheco foi lá que:

(...) dei a primeira parte de alfabetização, depois fui para o Jardim de Infância, trabalhar com as crianças do pré-primário, quando eu estava trabalhando no pré-primário, foi uma técnica da Secretaria da Educação, assistir um trabalho meu de aplicação de testes, lá na escola Treze de Maio, onde eu trabalhava. (Entrevista 04/04/1991)

O teste a que Graciema Pacheco se refere é o teste ABC de Lourenço Filho e, por seu trabalho ter sido tão bem apreciado, recebeu o convite para trabalhar na SESP, em 1938, na Seção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública, que, segundo ela, era o setor onde os “especialistas em Educação” trabalhavam.

Na década de 1940, assumiu a regência da cadeira de Psicologia da Criança e Psicologia Educacional do curso de formação de professores do Instituto de Educação de Porto Alegre, onde também pesquisava, atendia alunos e fazia estudos de caso. Assim, Graciema Pacheco acumulou dois cargos, o de professora de Psicologia e a de Técnica em

Associação promoveu o desenvolvimento da Educação e a difusão da cultura intelectual sob diversos aspectos, em conformidade com a doutrina Católica Apostólica Romana (BASTOS, 2005 p. 355).

⁶¹ Receberam o título de acordo com os artigos números 110 e 111 do Regulamento do Ensino Complementar e Normal, aprovado pelo Decreto número 4277 de 13 de março de 1929. No ano de 1929, a Escola Complementar de Porto Alegre deu lugar à Escola Normal com a seguinte estrutura: Curso Complementar (já existente e reduzido para três anos), Curso de Aperfeiçoamento (de dois anos), Escola Primária (de seis anos), Jardim de Infância (de três períodos) – estes dois últimos destinados à prática de ensino do Curso Normal.

⁶² Localizado na Rua Botafogo, n. 396, Bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS.

Educação do CPOE/RS, instituição em que foi Diretora em períodos intercalados de 1943, 1945 e 1946. Porém, em entrevista para William Gomes (1991), ela comenta que não pode mais acumular os dois cargos e que optou por continuar como professora no Instituto de Educação, “embora a vantagem maior financeira fosse no Centro de Pesquisas, mas optei pelo ensino, porque eu sou muito ligada à função de professora, (...) mais oportunidade para crescer em contato com alunos (...)”(Entrevista 04/04/1991).

Em 1943, ingressou na Faculdade de Filosofia da UFRGS, obteve o título de bacharel, que nas palavras de Graciema Pacheco:

Na época era o regime de “3 mais 1”, era o curso de bacharelado, de três anos, e o curso de licenciatura, de um ano. Durante os três anos de bacharelado eu fui aluna do Dr. Décio de Souza⁶³. E nós fizemos todo nosso curso no antigo Hospital São Pedro. Tínhamos as aulas lá no Hospital São Pedro, porque ele fazia demonstração com os próprios internos do Hospital. (Entrevista 04/04/1991)

No mesmo ano em que terminou a graduação, em 1946, foi convidada a lecionar na Faculdade de Filosofia, no curso de Pedagogia, na cadeira de Psicologia, mas logo depois foi convidada a assumir a cadeira de Didática, a qual somente aceitou porque passou a ensinar "uma didática de cunho psicológico".

Na década de 1950, Graciema Pacheco e Isolda Holmer Paes (1911-2002) idealizaram e fundaram, no ano de 1954, o Colégio de Aplicação da UFRGS (CAp/UFRGS). O CAp esteve entrelaçado com as Faculdades de Filosofia e de Educação, com objetivo de ser o lócus da realização prática das alunas estagiárias do curso de Licenciatura, e igualmente promover pesquisas pedagógicas⁶⁴.

A trajetória intelectual e profissional de Graciema Pacheco foi marcada pela sua participação nos estudos do campo da Psicologia, formando um “núcleo gaúcho”⁶⁵. A professora relata que iniciou seus estudos na área de Educação e teve seus primeiros contatos com Piaget, ainda durante seu curso na Escola Normal de Porto Alegre e durante seu curso de Aperfeiçoamento⁶⁶. Ela diz que nas décadas de 1920 a 1940, com o movimento da Escola Nova, foi aberto caminho para transformações e novos conhecimentos. Comenta que, quando o grupo de Helena Antipoff trouxe Claparède ao Brasil (1930 e 1932), nesse momento as

⁶³ Décio Soares de Souza (1907-1970) foi médico e professor de psicologia da Faculdade de Filosofia. Juntamente com Dyonélio Machado são nomes importantes de dois médicos que contribuíram direta e indiretamente para o desenvolvimento da psicologia e psicanálise no Rio Grande do Sul.

⁶⁴ Para saber mais acerca do Colégio de Aplicação/UFRGS, consultar as dissertações de SCHÜTZ, 1994, e LIMA, 2016.

⁶⁵ Expressão de Mário Vasconcelos (1996) sobre a difusão das ideias de Piaget no Brasil.

⁶⁶ Sabe-se também que, na década de 1920, o ensino de Psicologia era realizado dentro da disciplina de Pedagogia, Psychologia e Direito Pátrio pela professora Olga Acauan Gayer. Sua professora de Psychologia foi Natércia Cunha Velloso (1892-1975), que concluiu a Escola Complementar em 1915. Começou a lecionar no Curso Complementar em 1925.

ideias de Claparède foram apresentadas às alunas da Escola Normal pelas professoras que foram a Belo Horizonte fazer o Curso de Aperfeiçoamento. Entre essas professoras encontrava-se Olga Acauan Gayer. “Ela trouxe para nós novos conceitos, principalmente sobre a teoria funcional de Claparède”. Através de outra viagem de estudos, professoras realizaram curso de Aperfeiçoamento em Minas Gerais, com incentivo da Secretaria de Educação, e com elas trouxeram Piaget e sua obra *Le jugement moral chez l'enfant*. Mas “falava-se muito de Binet e Claparède⁶⁷ e pouco de Piaget”, comenta Graciema Pacheco. Foi quando começou a lecionar no Instituto de Educação de Porto Alegre que apresentou aos alunos a obra *La naissance de l'intelligence chez l'enfant*, de Piaget. Durante suas aulas “procurava lecionar pontos dessa teoria e introduzir os alunos nesse conhecimento”. Para ela, os estudos de Piaget eram relevantes, pois:

A sua teoria tinha muitos elementos em perspectivas diferentes e apoiava, fundamentalmente, o nosso trabalho em psicologia da criança. (...) Desde que entrei em contato com seus trabalhos, me pareceu imprescindível a sua teoria. (...) Eu penso assim porque as teorias de Piaget são consistentes e comprovadas. Era uma teoria que convencia. Embora sua obra não se referisse prioritariamente à Educação, ele sempre se preocupou com a Educação e publicou muitos textos sobre o assunto. (VASCONCELOS, 1996, p. 189)

Graciema Pacheco foi professora de destaque no campo da Psicologia no estado do Rio Grande do Sul, e “principal protagonista das ideias de Piaget” (VASCONCELOS, 1996, p. 189).

Concomitantemente com seu trabalho desenvolvido no Colégio de Aplicação, também esteve vinculada ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais do estado (CRPE/RS), em 1961, como diretora da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE).

Por muitos anos, Graciema Pacheco desempenhou várias atividades educacionais, ocupou vários cargos de grande importância tanto em órgãos e escolas estaduais quanto na universidade. E como educadora recebeu várias vezes o prêmio *Moinho Santista*⁶⁸, que era concedido anualmente a educadores-modelo. Na edição do Cinquentenário da Associação dos

⁶⁷ O comentário de Graciema Pacheco sobre seus primeiros contatos com os autores é perceptível através da publicação da revista *O Estudo*, na qual publica no nº 2 (1922) o artigo do Dr. Plínio Olinto, intitulado *Fadiga Intelectual nos Escolares*. O autor enfatiza o importante conhecimento da psicologia infantil, principalmente, para aqueles que trabalham com crianças. Assim ele baseia-se em autores como A. Binet e Claparède, entre outros, para expor sobre a fadiga intelectual das crianças e para reforçar a sua ideia de que “Aprender a estudar a criança é actualmente uma das maiores preocupações do mundo civilizado. Aprender a ensinar a criança é o complemento dessa aspiração, a mais nobre talvez de quantas abarrotam nestes últimos tempos, o cerebro do cientista moderno”.

⁶⁸ A Fundação Moinho Santista nasceu em 1955, com a proposta de projetar grandes nomes das Ciências, Letras e Artes em âmbito nacional. Para isso foi instituído um prêmio anual para seis áreas de conhecimento que se alternam a cada ano: Ciências Biológicas e Profissionais da Saúde; Ciências Exatas e Tecnológicas; Ciências Agrárias; Ciências Humanas e Sociais; Letras; e Artes. Infelizmente não consegui encontrar o ano da premiação de Graciema Pacheco.

Ex-Alunos do Instituto de Educação (2010), o nome de Graciema Pacheco aparece listado como uma das professoras Eméritas do Rio Grande do Sul.

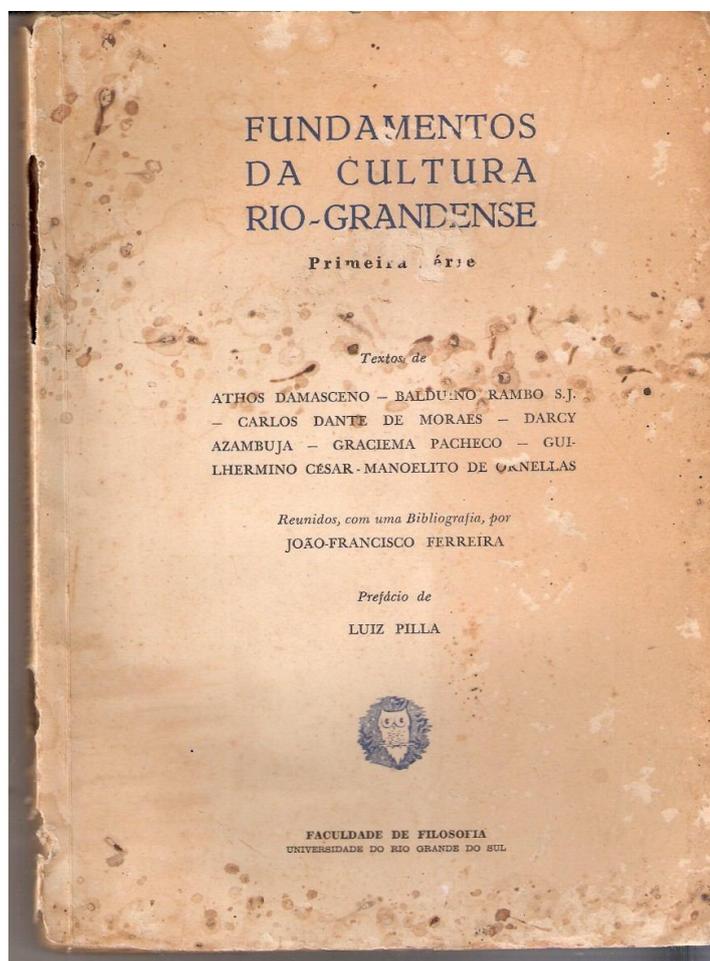


Figura 7 – Capa da obra com publicação do capítulo “O status da criança como expressão do meio rio-grandense”, de Graciema Pacheco (1954)

2.5 Fanny Delamora Garcia (07/03/1911 – 09/10/1990)

Aluna do quarto ano do curso Complementar, Fanny Delamora Garcia participou da Comissão Fiscalizadora da revista *O Estudo*, no ano de 1928 (do n.1 ao n.8/9). Nesse ano, a diretora chefe foi a aluna Hilda Marques Pereira, a diretora secretária, Rachel de Castro Brasil, e dividiu a comissão com as seguintes colegas: Adelina Tochetto, Maria Nunes de Andrade e Edília Queirós Sommer.



Figura 8 – Cabeçalho da Revista O Estudo (n. 8/9, 1928)

Colega de Eloah Brodt Ribeiro Kunz, Graciema Pacheco e Sara de Azambuja Rolla, Fanny Delamora Garcia formou-se no Curso Complementar de quatro anos da Escola Normal de Porto Alegre, no dia 16 de março de 1929, com “nota de Distincção”, em uma das salas da Biblioteca Pública do estado, juntamente com o Diretor Emílio Kemp, os professores homenageados Dr. Eduardo Sarmiento Leite Filho, Dr. Alcides Soares e Olga Acauan, mais cinquenta e cinco formandas. Tendo sido escolhida como representante da turma para dividir a palavra juntamente com o professor paraninfo Major João Alcides Cunha.

Foi professora do Grupo Escolar Paula Soares, na década de 1930. Técnica em Educação e colaboradora da Revista do Ensino/RS, na década de 1940. Na década de 1950, como técnica em Educação do CPOE/RS, foi responsável pela organização das classes de Grupos Escolares do Estado, juntamente com Lahidy Zapp e, a partir de 1958 até 1966, passa a ser assistente de direção do Centro. Em 1957, Anísio Teixeira visitou Porto Alegre para a escolha de um terreno onde seria construída uma nova escola experimental primária, acompanhado dos professores norte-americanos, srs. dr. Artur Pynes e Paul Packer. Foram recebidos no aeroporto Salgado Filho pelo Major Carlos Pandolfo, da Casa Militar do Governador do Estado, pelo Dr. Ariosto Jaeger, Secretário do Interior e Justiça, respondendo pela Secretaria de Educação e Cultura, pelo Superintendente do Ensino da SEC, pela professora Eloah Brodt Ribeiro Kunz, titular do Centro Regional do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e pela professora Alda Cardoso Kremer, dirigente do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais. E, acompanhando Anísio Teixeira e professores norte-americanos a uma visita ao Palácio Piratini, estavam as professoras do CPOE/RS Alda Cardozo Kremer e Fanny Delamora Garcia⁶⁹.

⁶⁹ Notícia veiculada no Jornal do Dia, intitulada *Escola experimental primária*. Porto Alegre, 16 fev. 1957. Cópia da notícia encontra-se no site: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/escolapri.html> \cesso em 15/11/2016.

A professora Fanny Delamora Garcia foi Secretária Geral da Associação dos Ex-Alunos do Instituto de Educação durante os anos de 1979 a 1981.

2.6 Sarah Azambuja Rolla (12/09/1912 – 04/02/1997)

Colega de Eloah Brodt Ribeiro Kunz, Graciema Pacheco e Fanny Delamora Garcia, Sarah Azambuja Rolla também recebeu o título de alumna-mestra no dia 16 de março de 1929, com nota de “Plenamente”, na mesma sala da Biblioteca Pública do estado, onde estiveram presentes o Diretor Emílio Kemp, o professor paraninfo Major João Alcides Cunha, os professores homenageados Dr. Eduardo Sarmento Leite Filho, Dr. Alcides Soares, e Olga Acauan e mais cinquenta e cinco formandas.

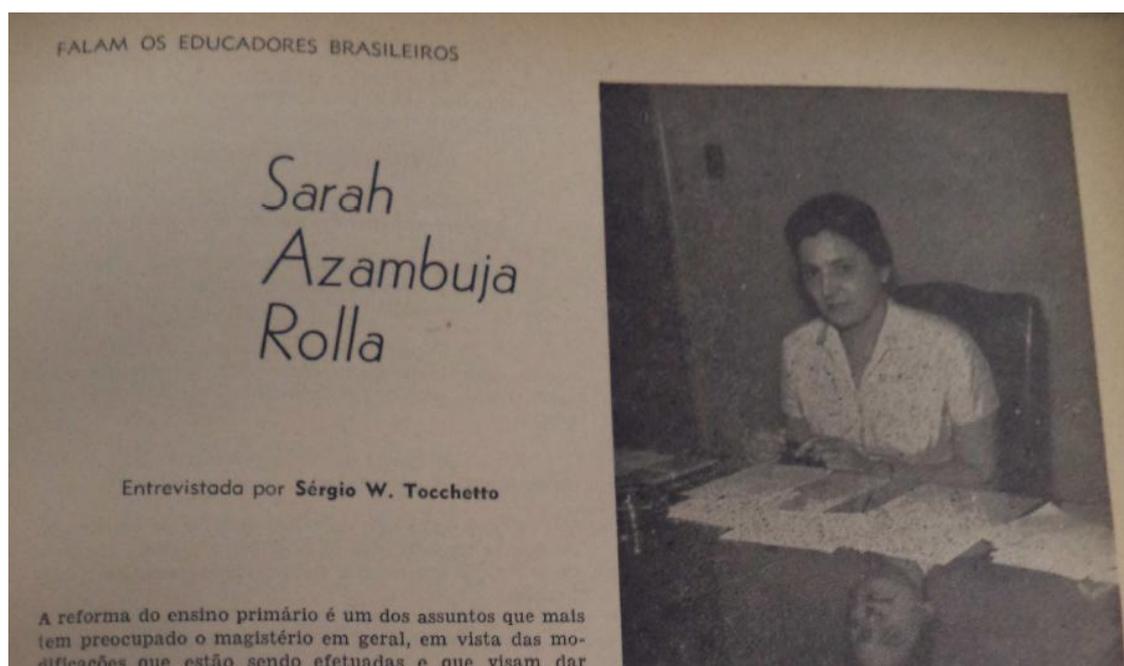


Figura 9 – Fotografia de Sarah Azambuja Rolla (Revista do Ensino, 1960)

Técnica em Educação do CPOE/RS, a partir da década de 1950, e também colaboradora da Revista do Ensino nesse período. Participou da escrita de diversos artigos da revista e do Boletim do CPOE, em especial sobre a Matemática no ensino primário.

Juntamente com suas atividades profissionais, Sarah Azambuja Rolla formou-se no curso de Pedagogia da PUCRS, no ano de 1954.

No período em questão como técnica em Educação ministrou, juntamente com suas colegas de CPOE/RS, alguns cursos e palestras, como por exemplo, a Reforma do Ensino Primário no Seminário de Psicologia para professores de psicologia das escolas normais e de I e II ciclos oficiais e particulares (27 a 30 de outubro de 1958).

Também atuou no CPOE/RS como assistente de Direção e assumiu, no período de 1959 a 1963, a Direção do Centro. Foi autora de livros didáticos.

2.7 Maria Cibeira Perpétuo

Aos quatro dias do mês de abril de 1929, em uma das salas do Club Caixeral, as alunas que terminaram o curso complementar da Escola Normal (de três anos) receberam o título de aluna-mestra, dentre elas Maria Cibeira. O evento contou com a professora e paraninfa Natércia Cunha Vellozo, com os professores homenageados: Dr. Oswaldo Aranha (Secretário do Interior), Dr. Emilio Kemp (diretor da Escola) e a professora Olga Acauan Gayer.

No dia vinte e oito do mês de março de 1931, Maria Cibeira formou-se, juntamente com Graciema Pacheco, em uma das salas da Biblioteca Pública. Neste dia, foi concedido o título de Professora às alunas que concluíram o Curso de Aperfeiçoamento.

Com nota de “Distinção”, Maria Cibeira Perpétuo iniciou sua vida profissional. Foi professora do Grupo Escolar de Carazinho, em 1932, e da Escola Normal, a partir de 1934. No jornal A Federação (09/07/1936, p. 3), seu nome aparece no artigo “As comemorações do centenário de Carlos Gomes nos estabelecimentos de ensino do estado”. Como parte da programação do evento, a professora palestrou para os alunos da Escola Normal.

Participou com um artigo na revista O Estudo, em 1930, e nove anos depois a encontro publicando na Revista do Ensino/RS, sobre “o Cinema a serviço da Educação”, assinando como professora do Instituto de Educação.

Em 09 de agosto de 1960, Maria Cibeira Perpétuo participou da solenidade de instalação da Associação dos Ex-alunos do Instituto de Educação, juntamente com 52 colegas, incluindo a professora Florinda Tubino Sampaio⁷⁰.

Escritora recebeu o “Prêmio Júlia Lopes de Almeida” promovido pela Academia Brasileira de Letras, em 1962, com a obra: *...E continuamos a viver...*

⁷⁰ Conforme Cinquentenário da Associação dos Ex-alunos do Instituto de Educação, p. 8.



Figura 10 - Capa do livro de Maria Cibeira Perpétuo, premiado em 1962⁷¹

O “Prêmio Júlia Lopes de Almeida” foi instituído em 1952, e se destinava a laurear produções em prosa de autoria feminina. “Destinado a livro inédito ou publicado, de preferência romance ou coleção de novelas ou de contos; na falta, poderá ser candidato um livro de versos, de qualidade superior e de forma chamada clássica, sempre de autor feminino”, e que concederia às vencedoras a quantia de Cr\$7.200,00 (FANINI, 2009, p. 317)⁷².

Maria Cibeira Perpétuo também publicou o livro intitulado *Vento Forte*, em 1961, editado por Editora Melso Soc. Anônima, Rio de Janeiro.

⁷¹ Foi publicado por Irmãos Pongetti Editores, Rio de Janeiro, 1960.

⁷² Foram contempladas as seguintes escritoras: em 1954, Ondina Ferreira, com a obra *Medo*; em 1955, Zilah Corrêa de Araújo, com *A loja de ilusões*; em 1957, Heloneida Studart, com a obra *Diz-me teu nome!*; em 1959, Maria do Rosário Fleury (Rosarita Fleury), com a obra *Elos da mesma corrente*; em 1960, Stella Leonardos, com *Estátua de Sal* e Maria Eugênia Porto Oliveira Ribeiro, com *A sensitiva*; em 1961, Berenice Grieco, com *Caliban* e Stela Tostes, com *Paixão de mulata*; em 1962, Maria Cibeira Perpétuo, com a obra *...E continuamos a viver...*; em 1963, Maria Silveira Nunes Galvão, com *Um ensaio de vida* e Cecília Bezerra de Rezende, com *O mundo cresceu quando o meu filho nasceu*; e, por fim, em 1964, Elza Heloísa, com *Pé de moleque* e Maria Ramos, com *Banhado em flor* (FANINI, 2009, p. 334).

2.8 Abigail Teixeira (14/02/1914 – 01/11/2005)

Filha de Josefino Teixeira dos Santos e Joaquina Junqueira Teixeira, aos dezenove anos, Abigail Teixeira recebeu diploma de aluna-mestra. O evento foi no dia 26 de março de 1930, em um das salas do Clube Caixeiral de Porto Alegre⁷³. Ela concluiu o Curso Complementar da Escola Normal com a nota de “Plenamente”. No mesmo ano iniciou o Curso de Aperfeiçoamento, que lhe conferiu o título de “professora” em 16 de abril de 1932.

Durante seu segundo ano no Curso de Aperfeiçoamento (1931) participou do “Club de Ciencias Naturaes Olga Acauan”, fundado pelo grupo de alunas segundo-anistas de curso no ano anterior (1930). Das muitas atividades propostas pelo Clube, uma delas foi a semana de 15 a 21 de julho do mesmo ano, em que as alunas “abandonando os bancos escolares, partiam para as suas aulas passeios”. No dia 19, foram visitar o Aero Porto Condor, e lá receberam informações sobre o “progresso da aviação e serviço aerpostal no Brasil” (O ESTUDO, 1931, p. 16).



Figura 11 – Fotografia “O Club de Ciencias ‘Olga Acauan’ em visita ao Aero Porto, na ilha dos Marinheiros. No centro vê-se o Snr. Otto Mayer, um dos diretores da Condor, que recebem fidalgamente as normalistas, ladeado das professoras Snra. Natércia Vellozo e Snra. Olga Acauan” (O Estudo, 1931, p. 17)

⁷³ Nesse mesmo dia, conforme a ata de entrega de diplomas às alunas que terminaram o curso complementar no ano letivo de 1929, tem-se uma lista de 138 alunas-mestras formandas nesse momento, a maior entre os anos de 1922 a 1933.

Durante seu curso de Aperfeiçoamento, Abigail Teixeira atuou em outras atividades além das escolares. Seu nome aparece no jornal A Federação, como participante e organizadora de festejos beneficentes, tais como a festa em benefício à ampliação do espaço de atendimento do Abrigo Noturno Dias da Cruz – Sociedade Espírita Dias da Cruz (A Federação 01/09/1931) e da quermesse da Associação São Francisco de Assis, onde Abigail ajudou na barraca de telegramas (A Federação 09/11/1931).

Juntou-se ao quadro do magistério estadual em 1932 ao assumir o Grupo Escolar Chácara das Bananeiras⁷⁴. Em 1934, aparece seu nome listado como professora do Colégio Elementar Paula Soares e também como integrante da Associação dos Funcionários Públicos do Estado, como organizadora dos festejos comemorativos em homenagem à Diretoria da Associação⁷⁵.

Já em 1935, na Sociedade Riograndense de Educação, Abigail Teixeira encontra-se juntamente com outras professoras, em reunião semanal da Sociedade, que apresentou a conferência do Dr. Borges da Fonseca sobre “Questões da Higiene Pública”. Esse encontro ocorreu com o intuito de discutir sugestões referentes ao capítulo Educação da nova Constituição do Estado. Após o debate, o presidente da Sociedade, Othelo Rosa, encaminharia à Assembleia as sugestões organizadas pela comissão especial composta pelos professores Olga Acauan, Anadyr Coelho e Dr. Sílvio Soares de Souza⁷⁶.

Na mesma Sociedade, Abigail Teixeira assume como tesoureira em 1937, juntamente com Ida Silveira como Secretária Geral.

Abigail Teixeira, durante o período do curso de Aperfeiçoamento, colaborou com o número 1 da Revista O Estudo de 1931, em dois planejamentos de aula: “Plano de Lição” com as colegas Circe A. Bica Romero, Wanda Goidanich e Nilza Maria Moreira; e “Noções Comuns – O Leite” com Wanda Goidanich, Nilza Maria Moreira.

⁷⁴ De acordo com Ermel (2017), a Escola foi construída em 1928. A Escola Isolada da Chácara das Bananeiras localizava-se no subúrbio de Porto Alegre, na Estrada Geral, prolongamento da Rua Dois Irmãos, em uma região conhecida como Chácara das Bananeiras, atualmente Bairro Coronel Aparício Borges. O Decreto 2.546, de 27 de maio de 1930, que a transforma em Grupo Escolar Chácara das Bananeiras. E em 20 de março de 1934, passa a se chamar Grupo Escolar Coronel Aparício Borges. Hoje se denomina Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Aparício Borges, na Avenida Coronel Aparício Borges, número 2.160.

⁷⁵ A FEDERAÇÃO, 09/07/1934, p. 4.

⁷⁶ A FEDERAÇÃO, 07/05/1935, p. 3. O artigo publicado no jornal intitula-se “Sociedade Riograndense de Educação – A conferência do Dr. Borges da Fonseca – A discussão das sugestões à Assembleia Constituinte”.

Neles as alunas apresentam o que desenvolveram nas aulas da cadeira de Prática Profissional na Escola Normal de Porto Alegre. As alunas trabalhavam as atividades com seus alunos na Escola de Aplicação baseadas nos Centros de Interesse (Ovide Decroly⁷⁷).

Como proposta do ensino ativo, o ensino das noções comuns diz respeito a objetos, produtos, instrumentos e fenômenos do dia a dia dos alunos, isto é, *o leite*, por exemplo, como centro de interesse proposto no plano de lição.

Vinte anos se passaram entre os escritos da Revista O Estudo (1931) até a função de redatora-chefe da Revista do Ensino em 1951. Abigail Teixeira atuou como redatora-chefe da Revista do Ensino entre 1951 e 1952, e de 1953 a 1959 como Auxiliar de Direção juntamente com Generice A. Vieira, enquanto Maria de Lourdes Gastal dirigia a Revista do Ensino. Vinte e seis anos depois de sua entrada no magistério estadual, Abigail Teixeira se aposenta em março de 1958.

2.9 Ruth Ivoty Torres [da Silva] (21/09/1913 – 18/04/1993)

Nasceu em São Borja, casada com Milton Gomes da Silva, teve um filho Claudio Torres da Silva e morreu na cidade de São Paulo. Foi professora, autora de livros didáticos, colaboradora em diversos periódicos.

Formou-se no curso Complementar da Escola Normal de Porto Alegre, no dia 29 de março de 1931, com nota de “Plenamente”, em uma das salas do Clube Caixeiral, acompanhada de cento e vinte e oito alunmas-mestras.

Logo após sua formatura, foi ministrar aulas no Colégio Voluntários da Pátria, onde foi Diretora de Botânica do Clube Escolar. No ano de 1936, foi designada pelo Secretário de Educação para realizar o *Curso de Aperfeiçoamento em Educação Rural*, na Universidade do Rio de Janeiro, organizado pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres⁷⁸. Na década de 1940, foi assistente da Seção da Inspeção Técnica da Instrução Pública, junto aos Grupos Escolares de Porto Alegre e, na década seguinte, atuou no CPOE/RS, como técnica em Educação. Em 1961, escreve para o correio do CRPE/RS.

A professora Ruth Ivoty Torres da Silva atuou intensivamente em prol da Educação rural, não apenas atuando na Superintendência de Ensino Rural da SEC, na década de 1940,

⁷⁷ De acordo com Ovide Decroly (1831-1932) são seis os centros de interesse: a criança e a família, a criança e a escola, a criança e o mundo animal, a criança e o mundo vegetal, a criança e o mundo geográfico, a criança e o universo.

⁷⁸ Também viajaram para o Rio de Janeiro as professoras Anadir Coelho, pela Secretaria e Iris de Leão pelo Colégio Fernando Gomes (A FEDERAÇÃO, 11/04/1936, p. 2).

como também escrevendo e publicando em diversos periódicos e boletins. Ela escreveu para a seção do “ensino rural” da Revista do Ensino/RS⁷⁹ durante os anos de 1939 a 1950. E, em especial, como redatora da Revista Cacique (década de 1950).

Para Werle (2013), a professora:

Ruth Ivoty dedicava significativa parte de seu trabalho apresentando atividades agrícolas escolares e apresentava sugestões para o desenvolvimento do trabalho em escolas isoladas, em grupo escolares, detalhando por curso e zona, seja agroindustrial, seja agropastoril, seja zona de agricultura e pesca. Indicava também experiências a serem realizadas nos diferentes graus do nível primário, incluindo a “Liga dos Amigos da Natureza”, comemoração do “Dia da Árvore”, excursões, museus, jornais, cooperativa e bibliotecas. (WERLE, 2013, p. 776)

Uma professora preocupada com toda a complexidade do tema acerca da Educação Rural publicou em 1951, pela Editora Globo, seu livro *A Escola Primária Rural*⁸⁰, amplamente divulgado, tanto na Revista do Ensino/RS como no Boletim de Educação Rural da SEC. Para Almeida (2001), Ruth Ivoty Torres da Silva nessa obra organizou sistematicamente o tema da Educação Rural, que há muito a havia publicado através dos artigos em periódicos especializados, tornando-a uma obra de referência para professores rurais, onde se alinhavam os ideais do ruralismo pedagógico e do escolanovismo.

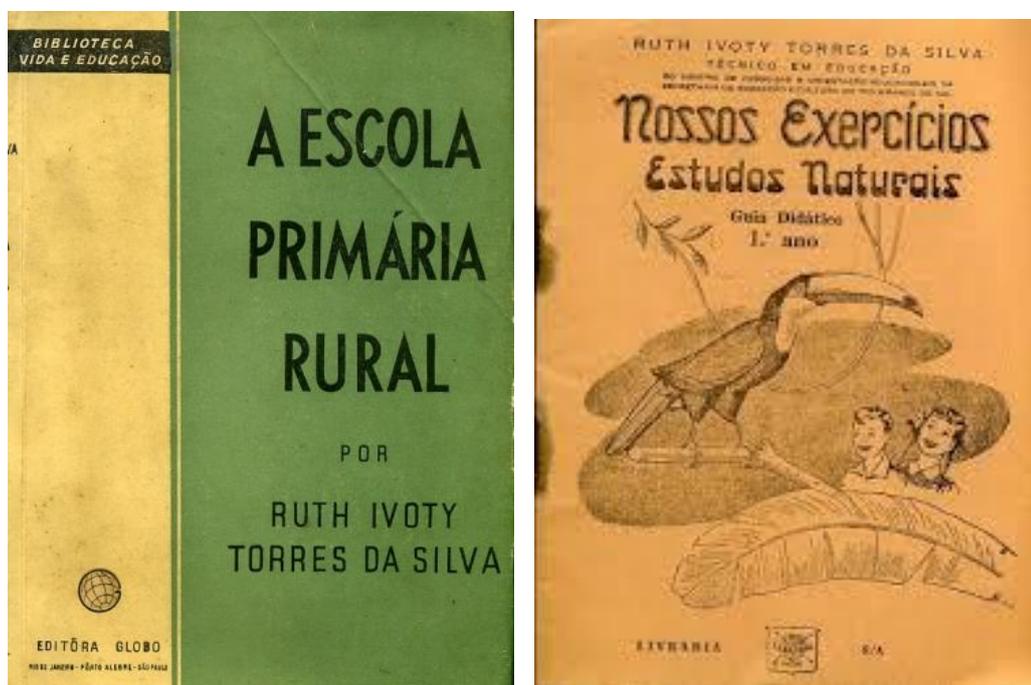


Figura 12 – Capas de livros publicados por Ruth Ivoty Torres da Silva

⁷⁹ Sobre a seção do ensino rural, ver BASTOS, 1997.

⁸⁰ De acordo com Almeida (2001, 2011), o livro teve uma tiragem de três mil exemplares, que circularam no Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. A partir da década de 1960, o livro teve mais três edições, sendo a última no ano de 1971, com um total de oito mil exemplares publicados e distribuídos.

2.10 Élide de Freitas e Castro Druck (10/09/1913 – 27/01/2002)

Aos dezenove dias do mês de abril de 1933, no Teatro São Pedro, foram conferidos títulos de alunas-mestras às alunas que concluíram, no ano letivo de 1932, o Curso Complementar da Escola Normal de Porto Alegre. Entre as cento e quatorze alunas estava Elida de Freitas e Castro, a qual se formou com a nota de “Plenamente”⁸¹.

Natural da cidade de Montenegro/RS se casou no ano de 1937, com o Dr. Clio Fiori Druck e foi residir na cidade de São Luiz Gonzaga/RS. Retornou à Porto Alegre e lecionou até a aposentadoria no Instituto de Educação. Lá foi professora de Biblioteconomia do Curso de Administração Escolar.

No mesmo período foi colaboradora da Revista do Ensino/RS na seção “Subsídios para História da Educação Brasileira”, e da seção “Biblioteca Escolar Infantil”, com regularidade escreveu sobre a importância da biblioteca “como local privilegiado de formação de bons leitores e de difusão, para além do espaço da escola, da boa literatura” (VENTORINI, 2009, p. 81).

Na década de 1940, como correspondente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) no estado, realizou curso promovido pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/RJ. De acordo com Bastos (2005), a Revista do Ensino/RS manteve uma seção intitulada “Subsídios para a história da Educação brasileira”, que estava sob a responsabilidade de Elida de Freitas e Castro Druck. Mensalmente, a professora registrava acontecimentos ocorridos no dia a dia do Rio Grande do Sul.

A seção vinculava-se a um projeto maior, de âmbito nacional, sob coordenação do INEP, que pretendia organizar uma cronologia da história da Educação brasileira, e publicá-la nos seus boletins. (...) Eram privilegiados eventos relativos à política de nacionalização do ensino, como a inauguração de prédios escolares, festividades cívicas, concertos musicais orfeônicos, cursos, homenagens e autoridades, fechamento de escolas. Essa “seleção” articulava-se como exaltação das atividades governamentais, na área educacional principalmente. (BASTOS, 2005, p. 105-106)

Sua vida de professora foi dividida com atuação em atividades culturais e publicações. Desde 1935, colaborou com peças literárias na Revista do Touring Club, a qual tinha como objetivo fomentar o turismo no Rio Grande do Sul. Escreveu para a Revista do Globo e Correio do Povo. Participou também da Antologia “Perfis de Musas, Poetas e Prosadores Brasileiros”, obra organizada por Alzira de Freitas Tacques, em 1958.

⁸¹ Encontrei indícios de que cursou o Aproveitamento de estudos do Curso Normal, pois as notas do 2º ano de curso foram publicadas no jornal A Federação (04/12/1934, p. 7), e seu nome consta na lista, porém não encontrei data da formatura.



Figura 13 – Capas de livros publicados por Elida de Freitas e Castro Druck

Na década seguinte, publicou uma biografia do Padre Landell de Moura (1961). Na década de 1980, a autora também marcou sua presença na literatura infantil, escrevendo histórias para crianças: “Lá Onde as Coisas Falam” (livro didático infantil, 1980) e “Portas Trancadas e Outros Contos” (1983). Escreveu “Clio Fiori Druck: Uma Personalidade no Tempo” (1982). Foi titular da cadeira de Monteiro Lobato na Academia Portalegrense de Letras.



Figura 14 – Fotografia de Elida de Freitas e Castro Druck⁸²

Na atualidade, o Grupo Habitasul a homenageou através da criação da Biblioteca Elida de Freitas e Castro Druck, com uma sede em Porto Alegre e outra em Vargem Bonita/SC.

⁸² Fotografia presente no site: <http://bibliotecaelidedefreitasecastrodruck.blogspot.com.br/>

2.11 Eddy Flores Cabral (30/01/1922 - ?)

Sobre a professora Eddy Flores Cabral não foi possível encontrar sua formação inicial, mas foi contemporânea de algumas das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação. Porém, foi possível encontrar a informação de que se formou no curso de Geografia e História da UFRGS, em 1947. Em seguida, especializou-se em Geografia, História e Educação.

Atuou como técnica em Educação do CPOE/RS, na década de 1950, publicando nos Boletins do órgão, bem como, participando da Revista do Ensino/RS, até a década de 1960. Como técnica em Educação também palestrou e participou de Cursos de Aperfeiçoamento promovidos pelo CPOE/RS. Um desses foi o Curso de Geografia para professores das Escolas Normais, juntamente com a professora Maria Anunciação Bina Machado da Faculdade de Filosofia⁸³. Participou também do curso de Aperfeiçoamento para professores de classe do 1º ano, com assuntos relativos à Didática da Linguagem, da Matemática, dos Estudos Sociais e Naturais, Instituições auxiliares da Escola, Psicologia da Criança⁸⁴.

No mesmo período, também publicou quatro artigos no Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul. Em 1957, Eddy Flores Cabral faz parte de uma Comissão designada para revisar o Mapa Geral do Rio Grande do Sul, organizado pela Seção de Cartografia da Editora do Globo S.A., juntamente estavam Walter Haettinger (engenheiro), Osmar Velasques Filho (professor) e Hanz Augusto Thoferhn (professor).

No ano de 1961, foi à França para estagiar no Centre International d'Études Pédagogiques/CIEP-France⁸⁵. Nesse mesmo período, Eddy Flores Cabral publicou na Revue Les Amis de Sèvres⁸⁶.

⁸³ Diário de Notícias, 24/03/1954, p. 11.

⁸⁴ O curso foi relatado no Boletim do CPOE/RS, do ano de 1953-1954. Colaboraram nesse Curso as seguintes técnicas em Educação e orientadoras, além de Eddy Flores Cabral, Sydia Sant'Anna Bopp, Suely Aveline, Margarida Souza Sirangelo, Ruth Ivoty Torres da Silva, Antonieta Barone, Itália Franco e Yandir Martins Santos (como coordenadora).

⁸⁵ O Centre International d'Études Pédagogiques é uma instituição pública francesa, criada em 1945, com interesse em pesquisa, formação e gestão nas áreas de Educação e idiomas. é também um espaço de informação e debate, um espaço para seminários e conferências que contribuem para a reflexão no domínio da cooperação internacional em Educação.

⁸⁶ Revue Les Amis de Sèvres, nº 41, junho, 1961, p. 59-66.

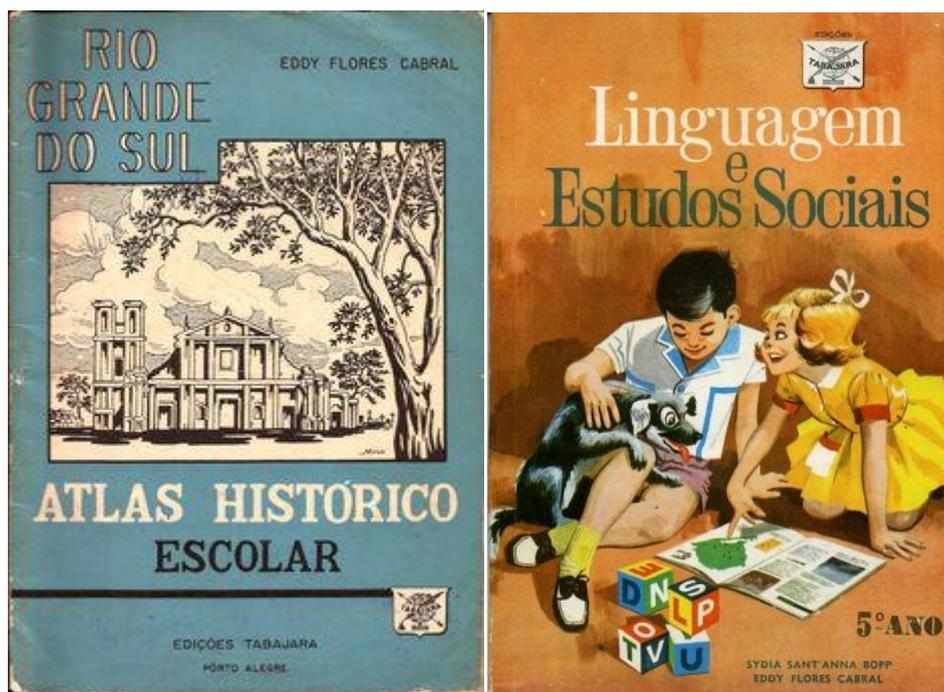


Figura 15 - Capas de livros publicados por Eddy Flores Cabral

Foi autora didática, com a publicação do livro *Nossos Exercícios – Estudos Sociais* (década de 1950 – Coleção *Nossos Exercícios*). Na década seguinte, juntamente com Sydia Santa'Anna Bopp, lançaram a Coleção *Nossos Exercícios: Linguagem e Estudos Sociais*, tema muito frequente em seus escritos nos *Boletins do CPOE/RS*.

2.12 Alda Cardozo Kremer

A aluna-mestra/professora/técnica em Educação Alda Cardozo Kremer nasceu na cidade de Novo Hamburgo/RS, mas sempre viveu em Porto Alegre. Não foi possível localizar a data de formatura da professora, porém sabe-se que ela cursou a Escola Normal de Porto Alegre, onde se formou aluna-mestra⁸⁷ (provavelmente na década de 1930) e trabalhou no magistério como professora primária. Licenciou-se em História e Geografia, no ano de 1947, pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul.

Esteve presente no CPOE/RS como técnica em Educação e como Diretora durante dois mandatos: de 1955 a 1959, e de 1963 a 1967.

⁸⁷ Provavelmente na década de 1930, período em que a Escola Normal (1929 a 1937) foi assim denominada, conforme as várias designações ao longo de sua história.

Atuou como professora Adjunta da Cátedra de História e Filosofia da Educação na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Colaborou também no curso de Pós-graduação para Formação de Orientadores Educacionais e nos cursos de História e Jornalismo da mesma Universidade. Em 1963, foi professora do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com aula na terceira série, da disciplina Filosofia e História da Educação⁸⁸.

Em 1965, viajou aos Estados Unidos da América, a convite do governo estrangeiro, na condição de Líder Educacional da América Latina.

Participou como membro do Conselho Estadual de Educação (CEED). Foi representante do estado em Conferências e Simpósios Nacionais de Educação. Participou de campanhas e movimentos de formação social e cívica, de Educação econômica e saúde.

Colaborou com o Instituto de Estudos Sociais da PUCRS, e com o Instituto Social Cristão de Reforma de Estruturas (ISCRE)⁸⁹.

Em 1973, completa o curso Superior de Guerra, oferecido pela Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro. Alda Cardozo Kremer recebeu do governo brasileiro a medalha do Mérito Santos Dumont e a medalha do Pacificador pelo seu trabalho como educadora. E de 1972 a 1975, foi a primeira presidente da Associação dos Técnicos em Educação do Rio Grande do Sul (ATERGS)⁹⁰

Demonstrando ter uma vida profissional intensa, Alda Cardozo Kremer também foi Presidente do Conselho Deliberativo da Associação dos Ex-alunos do Instituto de Educação, nos anos de 1977 a 1979.

Durante esse tempo de atuação profissional, a aluna-mestra/professora/técnica em Educação promoveu e coordenou, em âmbito estadual, conferências, seminários e convenções de Educação Pré-Primária, Primária e Média. Igualmente, publicou no Boletim do CPOE/RS vários textos teórico-pedagógicos, instruções, planejamentos, comunicados, projetos de lei referentes à Educação e à reforma do ensino, também escreveu artigos e livros.

⁸⁸ Conforme o currículo do curso de Pedagogia de 1963. Para saber mais a respeito do curso de Pedagogia e Faculdade de Educação da PUCRS, ver BASTOS, 2016.

⁸⁹ Em 1962, o Instituto iniciou os trabalhos levando ao ar um programa semanal de rádio, com uma hora de duração, com entrevistas sobre problemas sociais, econômicos, políticos, jurídicos, biomédicos, filosóficos e outros de relevante interesse público. Durante a década de 1960 e 1970, desenvolve atividades chamada de Cinco Semanas Sociais do RS, uma em cada ano, com temáticas de transportes, industrialização, reforma agrária, industrialização, desenvolvimento urbano. Conforme Projeto nº 149/1967, a Câmara dos Deputados Federais declara de utilidade pública o Instituto Social Cristão de Reforma de Estruturas. O Instituto, em 1973, torna-se Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC), em 2005 o MEC credencia a Faculdade IDC como instituição de Ensino Superior.

⁹⁰ Atergs foi criada em 1971, com a finalidade de congregar e promover a defesa dos “interesses da classe, no que diz respeito ao pleno exercício das funções que lhes são inerentes e ao aperfeiçoamento dos seus integrantes, exigido pela constante atualização do sistema educacional brasileiro” (QUADROS, 2006b, p. 146).

Trajetória profissional e intelectual reconhecida, assim pode-se constatar pelo texto introdutório da coletânea *Rio Grande do Sul: Terra Povo*. Essa é uma obra que apresenta vários ensaios com o propósito de apresentar a arquitetura, a saúde, a economia, a cultura, a formação étnica e geológica do estado gaúcho, e para tal feito foram escolhidos pesquisadores “dentro dos quadros intelectuais do Estado, nomes mais ilustres, tanto pelo conhecimento como pela obra”. Coube a Alda Cardozo Kremer escrever sobre o Panorama da Educação.

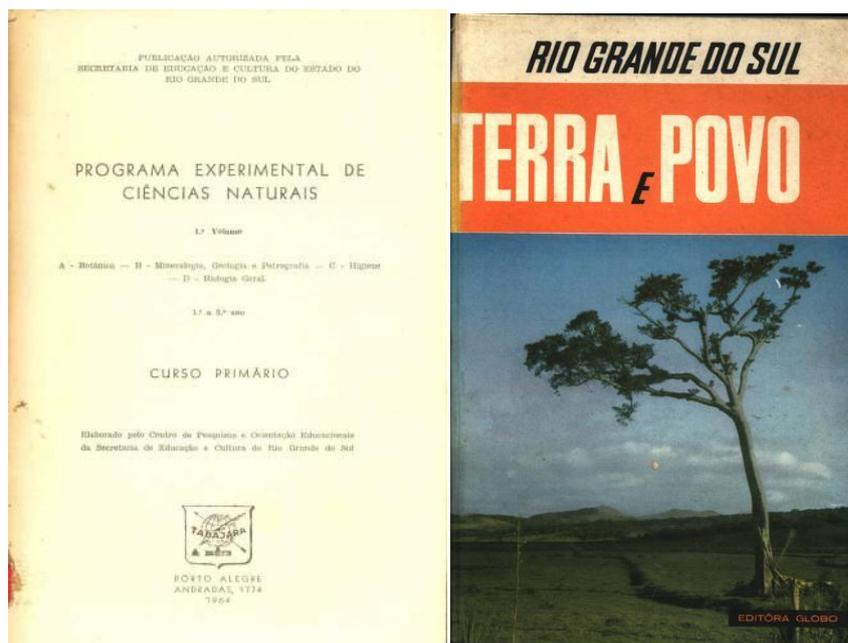


Figura 16 – Capas dos livros em que Alda Cardozo Kremer possuiu publicação.

* * *

A abordagem de parte da vida das doze alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação presente neste capítulo foi ordenada ao escolher quem iria participar e quais os acontecimentos biográficos seriam relevantes. Nesse sentido, cabe apresentar ao leitor a reflexão a partir deles, com o intuito de superar as informações biográficas como sendo apenas uma lista cronológica de acontecimentos.

Primeiramente, durante a conjuntura da formação inicial – a presença das alunas em um determinado espaço geográfico e temporal possibilita estabelecer que entre elas houvesse laços de convivência, compreendidos como partilha de momentos, de vivências e de rituais comuns representados no compartilhamento do mesmo espaço físico escolar, nas experiências

com os mesmos professores(as), nas tarefas escolares, nas emoções presentes em rituais – como o da formatura, na gestão de um grêmio estudantil, na edição de uma revista.

Fatos, acontecimentos biográficos que demonstram as “colocações e deslocamentos no espaço social” (BOURDIEU, 1996, p. 190), isto é, disposições socialmente construídas através das trajetórias sociais das alunas-mestras quando estudaram, escreveram, leram, compartilharam interesses em comum. Constitui a posição dessas alunas-mestras durante a trajetória, situação de concorrência muitas vezes, posto que ao lado dos nomes das formandas consta um título– “Distincção” e “Plenamente” – representando a diferenciação de suas trajetórias escolares.

Da trajetória de formação inicial para a formação profissional. De alunas-mestras a professoras e técnicas em Educação pertencentes ao quadro de funcionários públicos do estado, cujo espaço social foi compartilhado. Dos títulos “professora”, “técnica em Educação”, “diretora”, tem-se a representação de uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos” (BOURDIEU, 1996, p. 292). Conjunto de disposições para agir, construídas socialmente, isto é, trajetórias sociais abertas a experiências.

Experiências, tais como, o destaque no âmbito educacional, prestígio e reconhecimento obtidos através da implementação das reformas e renovação educacional. O pertencimento a uma posição institucional e a um corpo docente, considerando-as parte integrante de uma “*expertise* pedagógica” e do grupo de “*experts*” em Educação.

E, igualmente, contribuíram para a trajetória intelectual das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, presentes em sua produção textual e participação em eventos e viagens pedagógicas.

Capítulo 3

Trajetória da escolarização à profissão docente: as instituições envolvidas

É importante ressaltar que as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação aqui estudadas estavam envolvidas em quatro instituições públicas voltadas à Educação – três estaduais e uma federal – a Escola Complementar/Normal de Porto Alegre, a Secretaria de Educação e Saúde Pública (SESP/RS), o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE/RS) e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais/RS (CRPE/RS).

Instituições que autorizaram um tipo de escrita: *de alunos para alunos e a de professores para professores*. A análise dessa trajetória ocorre através de seus escritos, portanto, primordialmente pela imprensa de Educação e ensino, representada nos periódicos O Estudo, Revista do Ensino/RS, Revista Cacique, Boletins do CPOE/RS e do CRPE/RS.

O capítulo, portanto, apresenta o contexto histórico do movimento de renovação educacional presente no Rio Grande do Sul, as instituições envolvidas e a materialidade dos impressos.

3.1 Renovação Educacional no Rio Grande do Sul e as Instituições Envolvidas

O período inicial de estudo desta tese é a década de 1920, mais especificamente o ano de 1923, com a formatura da aluna-mestra Ida Silveira e as outras colações de grau que se seguiram até a década seguinte. Em que contexto da história da Educação essas alunas-mestras receberam sua formação inicial?

No Brasil, os anos que se seguiram na primeira metade do século XX foram marcados pelo ideário republicano, o qual acreditava que pela Educação escolar se formaria o cidadão cívica e moralmente, e com isso transformaria o país em uma nação à altura das mais progressivas e modernas civilizações. Para Jorge Nagle (2001), na década de 1920, a

escolarização foi tomada como “motor da história”, como “instrumento do progresso histórico” preocupado em “pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares, nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis” (p. 134).

No Rio Grande do Sul, o ideário republicano capitaneado pelo PRR (Partido Republicano Rio-Grandense)⁹¹ exaltava os ideais progressistas e civilizatórios através do civismo, do nacionalismo e do patriotismo. Da proclamação da República até 1930, os princípios positivistas marcaram a Educação gaúcha, através de seus pressupostos de modernidade e instrumentos de controle social e veiculação ideológica, utilizando-se da ciência, da Educação e da moral para garantir a reorientação da sociedade, neutralizar conflitos e manter a estabilidade social (CORSETTI, 2008). Nesse aspecto, foi delegada à escola a tarefa que “elevatoria a qualificação moral dos trabalhadores”:

A Educação passou a ser vista como um meio de formatação de uma ideologia social impregnada de patriotismo, moralidade e civismo. Pensa-se então em ensino leigo (...), em Educação popular (...) e na Educação das mulheres que era vista como uma possibilidade de qualificar as mães para que estas pudessem administrar melhor a criação de seus filhos e os cuidados da família. (TAMBARA, HUCH, 2005, p.2)

Nesse sentido, os dirigentes do Estado tomaram medidas para a centralização administrativa⁹², impulsionaram a expansão do ensino público primário, embasados na nacionalização do ensino e na uniformização pedagógica (CORSETTI, 2008, p. 63-64).

No estudo de Peres (2000), no período de 1910 a 1930, o estado expandiu o ensino público através da criação dos colégios elementares. E o discurso pedagógico desse momento tentou legitimar a presença da escolarização (e da escola graduada), propondo-a de forma moderna, urbana e organizada racionalmente.

Retomando Nagle (2001), a década de 1920, portanto, no contexto brasileiro, depositou na escola “a matriz onde se integram o humano e o nacional” (p. 152), pensando-a como locus de transformação – com novos objetivos, conteúdos e função social – uma nova escola primária e um novo ensino normal para atender as novas demandas. Foi, também, nesse período que os assuntos educacionais tiveram maior envolvimento de determinados intelectuais e “educadores profissionais” com qualificação especializada:

(...) aparecimento do “técnico” em escolarização, a nova categoria profissional; este é que vai daí por diante tratar, com quase exclusividade, dos assuntos educacionais. Justamente nesse momento, os temas da escolarização vão se restringindo a

⁹¹ A parceria entre o PRR e a Igreja Católica ajudou na concretização dos projetos educacionais desenvolvidos para o Estado. Para saber mais ver TAMBARA, 1991, GIOLO, 1997. Também sobre professores republicanos e positivistas, ver HEINZ, 2009.

⁹² Hierarquia e centralização marcaram o governo estadual no período analisado por Corsetti (2008), e de acordo com a autora, a direção do ensino competia ao Presidente do Estado, que exercia por intermédio do Secretário do Interior e Exterior. Encontrava-se submetido a eles o Inspetor Geral de Instrução Pública, responsável direto pela direção e inspeção do ensino, do qual dependiam todos os inspetores, diretores, professores e funcionários.

formulações puramente educacionais ou pedagógicas, com o que vão perdendo ligações com os problemas de outra natureza. Analisados pelos “técnicos”, os problemas se comprimem num domínio especializado, e se segregam, ao serem menosprezadas as vinculações com problemas de outra ordem. (NAGLE, 2001, p. 136)

Foi nesse contexto que as alunas-mestras obtiveram seus títulos e formação inicial. E seguiram e vivenciaram em sua carreira profissional nas décadas seguintes.

A partir da década de 1930, os ideais de ensino e Educação, que até então vigoravam no Estado, passam a fazer parte das políticas públicas oficiais⁹³. No âmbito do governo federal, o poder público cria “uma “teia” de agências especializadas – em 1931, o Conselho Nacional de Educação; em 1937, o Plano Nacional de Educação e, em 1938, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – conduzidas por “corpos de técnicos”, a fim de imprimir racionalidade e eficiência na esfera da Educação” (MONARCHA, 1999, p. 59). Na década de 1950, o Decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955, institui o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os cinco centros regionais subordinados ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) do Ministério da Educação. Os Centros Regionais localizaram-se em São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre – com o nome de Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Porto Alegre (CRPE/RS).

Em âmbito estadual, foi realizada uma reestruturação do aparelho administrativo e da pasta educacional. Em ordem cronológica, a administração pública estadual referente à Educação, até 1935, ficou a cargo da Diretoria Geral de Instrução Pública⁹⁴, que se vinculava à Secretaria do Interior e Exterior. A reorganização iniciou através da criação da Secretaria de Negócios da Educação e Saúde Pública⁹⁵ (SESP), pelo Decreto nº 5.969, de 26 de junho de 1935 e, também no mesmo ano, do Conselho Estadual de Educação.

No ano de 1937, foi escolhido para assumir como secretário de Educação José Pereira Coelho de Souza (1937-1945), com o intuito de estabelecer um espaço de poder sobre a Educação no Estado. Para isso, deu continuidade às mudanças na Diretoria Geral de Instrução Pública, com a criação de cargo de confiança para o diretor da Secção Administrativa, estabelecimento do cargo de Diretor para a Secção Técnica. Designou 16 professores para atuarem no Gabinete da Diretoria, nas Secções Administrativa e Técnica e no Serviço de

⁹³ Durante o governo de Getúlio Vargas na presidência do país foi criado, em 1930 o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Também criou universidades brasileiras e promulgou as “Leis orgânicas” para reformar diferentes modalidades do ensino (MONARCHA, 1999, p. 59).

⁹⁴ Conforme Quadros (2006b, p. 72), o quadro administrativo dos assuntos educacionais era bastante “acanhado”, contava com um número reduzido de funcionários, além do diretor. Dividia-se em Secção Administrativa, Secção Técnica (com 22 funcionários) e Secção de Almoxarifado.

⁹⁵ Pelo Decreto 6.037, de 10 de agosto de 1935, as funções da Secretaria foram divididas em: Expediente, Instrução Pública, Higiene e Saúde Pública, Assistência e Alienados, Museu do Estado e Biblioteca Pública.

Nacionalização. Em 1938, criou as Delegacias Regionais de Ensino – com os cargos de delegados, orientadores de Educação elementar e auxiliares de Delegacia. A regulamentação dos serviços prestados pela Secretaria foi redigida no Decreto nº 7.615, de 13 de dezembro de 1938⁹⁶ (QUADROS, 2006b, p. 74-75).

E, no mesmo ano, pelo Decreto nº 7640, de 28 de dezembro, foi organizada a carreira do magistério público primário, no sentido da profissionalização docente, estabelecendo concursos públicos, nomeações e promoções do quadro de funcionários. O governo, preocupado com a orientação pedagógica de seus professores, investiu na reorganização do ensino normal, incentivou e subsidiou as viagens de estudos pedagógicas e estágios em outros estados do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais), com temáticas referentes à Educação pré-primária, canto orfeônico, cinema escolar, estatística aplicada à Educação, Educação rural, entre outras. O que de acordo com Quadros (2009), nos anos de 1938 e 1939, foram intensificadas as orientações pedagógicas através da:

(...) elaboração de planos de trabalho escolar e organização de campanhas que buscavam a formação de atitudes e hábitos desejáveis; a elaboração de comunicados e circulares de orientação; a organização de cursos de aperfeiçoamento pedagógico, de administração escolar, (...) Educação rural. (...) realização de reuniões com professores dos grupos escolares, com os aplicadores dos testes ABC, com os professores orientadores de ensino, com delegados regionais (...) e diretores (...); estudos de obras didáticas e de literatura infantil; o exame de livros adotados nas escolas estrangeiras; e a elaboração de programas mínimos para as escolas primárias. (QUADROS, 2009, P. 215)

Em 1939, teve início a edição da Revista do Ensino/RS, voltada ao magistério gaúcho. E “sua criação resultou de uma mobilização da intelectualidade local no sentido de participar do projeto estadonovista de reconstrução nacional, trazendo o que entendia ser sua contribuição à organização da sociedade” (BASTOS, 2005, p. 5).

O Decreto-Lei nº 31, de 06 de setembro de 1940, retira o departamento de Saúde Pública, que passa a ser subordinado diretamente ao Governador, e a Educação passa a ser administrada como Secretaria da Educação. No ano de 1942, a SESP passa a denominar-se Secretaria da Educação e Cultura (SEC/RS)⁹⁷, que de acordo com Quadros, a partir desse momento:

⁹⁶ Sob a administração da SESP estavam a Diretoria Geral da Instrução Pública, a Universidade de Porto Alegre, o Ginásio Estadual, a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, o Departamento Estadual de Saúde, a Diretoria de Assistência a Psicopatas, a Biblioteca Pública, o Museu Júlio de Castilhos, o Teatro São Pedro e a diretoria de Estatística Educacional.

⁹⁷ A Secretaria de Educação estava organizada em seis tipos de funções: “a diretiva e complementar de direção (Gabinete do Secretário e órgãos consultivos, (...) Conselho Estadual de Educação); e de administração geral (Diretoria Geral de Instrução Pública, diretamente subordinada ao Secretário de Educação e Cultura com competência para dirigir, coordenar, fiscalizar todos os serviços administrativos); a de administração especial (as Superintendências de Ensino Primário, de Ensino Rural, de Ensino Normal, de Ensino Profissional, de Educação Especial, de Ensino Secundário, de Educação Artística, de Educação Física, de Educação de Adultos); a de

(...) tornou-se mais perceptível uma hierarquização das funções, com maior divisão e diversidade de serviços administrativos, no âmbito dos quais se percebe a distribuição de funções e serviços técnicos, estes mais ligados aos problemas pedagógicos, com subdivisão de competências – tudo isso em conformidade com as diretrizes preconizadas por Lourenço Filho⁹⁸, segundo exposição de motivos do secretário Coelho de Souza. (QUADROS, 2006b, p. 116).

Em 1943, a Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública foi transformada em Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (CPOE/RS), pelo Decreto n. 794 de 17 de junho de 1943, com o intuito de oferecer assistência especializada ao Departamento de Educação Primária e Normal.

O (re)aparelhamento administrativo, tanto no âmbito federal quanto no estadual, refletiu na (re)organização de órgãos já existentes, bem como a criação de novas instituições com finalidades específicas para a Educação. Aqui no Rio Grande do Sul, principalmente a partir da SESP, onde foi empregada uma racionalidade administrativa e controle de gestão, com o aumento do quadro de funcionários – equipe técnica e administrativa da própria Secretaria, e da nomeação de professores, funcionários para o atendimento nas escolas, e na criação de uma extensa legislação, normatização e regulamentação em todos os âmbitos do sistema educacional.

Nesse sentido, o movimento de renovação educacional alavancado pela política nacional do Estado Novo, e que já vinha desde a década de 1920 no Brasil, foi promovido por intelectuais-educadores integrados ao *staff* do Estado⁹⁹ e foram responsáveis pelo entusiasmo acerca dos assuntos da Educação brasileira e pelo desenvolvimento de políticas públicas, fomentando um sentimento de otimismo pedagógico.

O foco do sentimento nacionalista, que estava presente desde 1920, dirigiu-se para a escola primária com ampla divulgação de livros didáticos de conteúdo moral e cívico, com nota patriótica, com intuito de resolver “o problema da formação do “caráter nacional” ou a tarefa de “abrasileirar o brasileiro”, quando se ressalta a importância do ensino da língua

pesquisa e controle (Diretoria de Estatística Educacional, Centro de Pesquisas e Orientação Educacional (...); e a de execução (estabelecimentos de ensino, instituições de Educação extra escolar; Biblioteca Pública, Museu, Arquivo Histórico e Teatro São Pedro; serviços auxiliares)” (PERES, 2000, p. 131-132).

⁹⁸ Em 1939, o secretário Coelho de Souza solicitou a Lourenço Filho a elaboração de um anteprojeto para a organização da SESP, a qual contribuiu para a instalação da modernização educacional no Rio Grande do Sul. Para saber mais, ver QUADROS, 2006b.

⁹⁹ Monarcha (1999) apresenta no seu artigo três livros considerados significativos para o estudo da Educação nacional no Estado Novo (1937-1945): *A pedagogia no Estado Novo*, de Humberto Grande; *Educação e brasilidade: ideias forças do Estado Novo*, de Isaias Alves; e *Tendências da Educação brasileira*, de M.B. Lourenço Filho. O autor escolheu essas três obras por serem escritas respectivamente por homens que exerciam funções de Professor, de Secretário de Educação do Estado da Bahia e de Diretor do INEP, bem como por terem sido encomendadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

vernácula, da geografia e história pátrias, da instrução moral e cívica ou da Educação social” (NAGLE, 2001, p. 299).

No contexto histórico do Estado Novo, o objetivo das suas propostas educacionais consistiu em recuperar o chamado “atraso brasileiro”, tanto no caráter econômico do país quanto no desenvolvimento educacional da população. Para isso, houve “a necessidade de reorganização do social pelo alto, o qual buscava esclarecimento programático do lugar do Povo na tarefa da construção de Estado forte, nacionalmente constituído e conduzido por um Chefe sábio, simultaneamente representado como encarnação do corpo político da nação e intérprete e provedor da vontade geral do povo brasileiro” (MONARCHA, 1999, p. 66).

Na obra *A Pedagogia no Estado Novo*, de Humberto Grande¹⁰⁰, publicada em 1941, o autor propõe que:

A “Pedagogia no Estado Novo” é a Educação dirigida, capaz de renovar e organizar uma sociedade pela cultura; é a pedagogia da disciplina e da autoridade que quer formar no espírito das novas gerações uma mentalidade vigorosa e confiante, desejando esclarecer a inteligência brasileira para a compreensão exata dos grandes problemas nacionais (GRANDE, 1941, p. 7).

Consequentemente, a política pública voltada para a Educação no Estado Novo foi insistentemente articulada a uma política de reconstrução nacional. Preocupou-se em dar conteúdo nacional à Educação transmitida pelas escolas e por outros instrumentos formativos; em padronizar o sistema escolar e educacional na perspectiva da homogeneização e centralização; e em erradicar as minorias étnicas, linguísticas e culturais¹⁰¹. O projeto nacionalista propôs a uniformização cultural e a suspensão de formas de organização autônoma da sociedade, devido ao perigo que representava a ligação da escola com os estrangeiros – uma preocupação presente desde o final da Primeira Guerra Mundial, que tornou mais complexas as relações entre a população de origem alemã e italiana e o governo brasileiro (QUADROS, 2006b).

No Rio Grande do Sul, esse fato se traduziu em política regional quando desenvolveu um projeto de nacionalização do Ensino Primário nos locais de imigração. O interventor do estado Osvaldo Cordeiro de Farias (1938-1943), juntamente com José Pereira Coelho de

¹⁰⁰ Obra representativa de um pensamento social empenhado em solucionar o binômio: governo forte e povo disciplinado; e de uma concepção de Educação a serviço da produção de uma cultura política voltada para a busca de legitimação e sustentação do Estado Novo (MONARCHA, 1999, p. 58). Humberto Grande foi professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná e Procurador Geral da Justiça do Trabalho (1951).

¹⁰¹ A “getulização da cultura escolar” contou com uma política de massas de perspectiva educativa. Para isso, se utilizou de ações do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e de seus congêneres estaduais, dos serviços de radiodifusão; das publicações de impressos – obras *Getúlio Vargas para escolares* e *A juventude no Estado Novo*, dos retratos do “grande líder” em cartazes, capas de caderno escolar; do movimento do canto orfeônico idealizado e conduzido por Heitor Villa-Lobos (MONARCHA, 1999).

Souza, Secretário de Educação (1937-1945), implantaram a reforma educacional que buscou ampliar e tornar mais eficiente a organização do ensino, em consonância com governo nacional.

Nesse sentido, como afirma Quadros (2006b), a nacionalização do ensino abriu um campo de possibilidades para a organização e a atuação estatal no âmbito educacional. Isso implicou a centralização, a normatização, a racionalização da administração e a definição com precisão das atribuições da escola e dos professores. Tudo isso “orientado e planejado a partir de diretrizes teóricas, técnicas e administrativas que redefiniram o problema da Educação, da escola e da profissionalização do magistério como problemas de ciência e de reforma” (p. 71-72).

Na fala de J. P. Coelho de Souza:

A renovação que havia de marcar a nova etapa da Educação no Rio Grande do Sul (...), constituiu um esforço desassombrado e vigoroso, que motivou a maior e exemplar experiência educacional do Estado. (...)

Com o objetivo:

Robustecer a unidade espiritual da Pátria, pela unidade da língua cultivo cívico; pelo combate ao nazi-fascismo que, para atingir a seus fins, em todos os países, vinha utilizando, como meio, a luta interna, promovendo a desconfiança entre os cidadãos. (SOUZA *apud* BASTOS, 1998, p. 44)

Formar os cidadãos brasileiros, em especial no Rio Grande do Sul, (trans)formar os “coloninhos”. Campanha educacional que se justifica a partir de três fatores: o primeiro considerado como *subjetivo*, devido à ideologia do perigo alemão; o segundo, observado como *objetivo*, por causa da existência de germanismo, nazismo e integralismo no estado; e o terceiro apontado como *material*, proveniente do crescimento da região norte do Estado, povoado por imigrantes (estrangeirização da economia rio-grandense), frente à região sul, considerada de colonização tradicional (GERTZ, 1991).

Ocorreu que no estado do Rio Grande do Sul foram estabelecidas ações sistemáticas de vigilância e controle, através dos inspetores de ensino e da implantação de programas de abasileiramento das escolas estrangeiras. Foram promovidas, por exemplo, caravanas na Semana da Pátria como atividade cívico-nacionalizadoras na rede escolar pública. Para Bastos e Tambara (2014), a *renovação educacional*, juntamente com a nacionalização do ensino produziram modificações na legislação escolar, no trabalho docente, nos currículos e métodos de ensino.

Foi adotada, juntamente com a centralização administrativa e o reaparelhamento do estado, a modernização pedagógica atrelada ao ideário escolanovista através da criação de um sistema de orientação, supervisão e inspeção do trabalho desenvolvido nas escolas. Acompanhando o movimento da reestruturação do quadro administrativo estava o

aparecimento de um “novo discurso” na Educação pública, o que Eliane Peres (2000) chamou de “Renovação Pedagógica”, marcada pela “emergência de um sistema de verdades científicas para a escola primária, baseado fundamentalmente na Psicologia, na Pedagogia Experimental e nos princípios da Escola Renovada” (p. 15). Para a autora, o uso do termo “renovação pedagógica” compreende:

(...) não no sentido tradicional de uma reforma educacional ou como uma ação específica de alguém ou de alguma instituição em particular, mas com um movimento polifônico, multiforme, e de complexas e múltiplas determinações, que vai dos poderes públicos educacionais, das instituições científicas e pedagógicas, dos pedagogos e dos especialistas educacionais às escolas primárias e às professoras, do campo das ideias e dos saberes pedagógicos às práticas e ao cotidiano escolar e vice-versa. (PERES, 2000, p. 125)

Conforme os autores Peres (2000), Bastos e Tambara (2014), a primeira metade do século XX foi marcada pela *renovação educacional*. Quadros (2006b, 2009, 2014), Quadros e Stephanou (2011), expressam esse momento como *reforma educacional*, no sentido de um *movimento reformador*, num ordenamento progressivo, marcado por um “processo de intensas mudanças no sistema educativo promovido sob a égide do Estado, mormente no que se refere a uma racionalização, centralização e controle da Educação pública” (p. 98).

As mudanças no sistema educativo estavam atravessadas pelo discurso da Escola Nova. A Escola Renovada, Pedagogia Nova ou Escola Nova,¹⁰² em uma breve contextualização histórica, surgem na passagem do século XIX para o século XX, como alternativas a uma “pedagogia tradicional”. No Brasil sua entrada teve dois momentos: o primeiro abrange o fim do período imperial até a década de 1920, em que timidamente algumas ideias foram sendo utilizadas. O segundo momento, que ocorre depois de 1920, em que as ideias escolanovistas se encontram em difusão, principalmente nos projetos de reformas da instrução pública e das instituições escolares (NAGLE, 2001).

No livro *Transformons L'école* (publicado pela primeira vez em 1920), Adolphe Ferrière¹⁰³ publica uma conhecida história sobre *O diabo e a escola*¹⁰⁴. Nessa história, o autor suíço compara a escola com o inferno e, por esse motivo, foi muito criticado. Porém, o que a história critica é o modelo escolar que se impõe como a única via de fazer escola até então existente, isto é:

¹⁰² Para saber mais sobre as características gerais da Escola Nova, ver LOURENÇO FILHO, 1978.

¹⁰³ Adolphe Ferrière (1879-1960), um dos pensadores mais expressivos e atuantes do movimento da Educação Nova, movimento presente em vários continentes, desde os fins do século XIX e início do Século XX. Fundador e diretor do *Bureau International des Écoles Nouvelles* (1899). Juntamente com Pierre Bovet e Édouard Claparède fundou o *Institut Jean Jacques Rousseau* (1912), em Genebra/Suíça. Foi um dos fundadores da *Ligue Internationale pour L'Éducation Nouvelle*, um dos principais eixos de difusão da pedagogia da Educação nova, criada em 1921, no *I Congresso Internacional de Educação Nova*. Em 1922, a Liga passa a editar revista intitulada *Pour L'Ère Nouvelle*, Ferrière fica responsável por sua edição até 1925 (FRAGA, 2014, p. 146-147).

¹⁰⁴ Trechos da história estão em PERES (2005) e NÓVOA (1994).

Fixa-se até então uma espécie de *gramática do ensino*, que marca – uma vez que constrói e que organiza – a nossa forma de ver a escola: alunos agrupados em classes graduadas, com uma composição homogênea e um número de efetivo pouco agradável; professores atuando sempre a título individual, com perfil de generalistas (ensino primário) ou de especialistas (ensino secundário); espaços estruturados de ação escolar, induzindo uma pedagogia centrada essencialmente na sala de aula; horários escolares rigidamente estabelecidos, que põem em prática um controle social de tempo escolar; saberes organizados em disciplinas escolares, que são as referências estruturantes do ensino e do trabalho pedagógico. (NÓVOA, 1994, p. 3)

Portanto, coube à “pedagogia nova” introduzir mudanças na concepção de infância (com estudos específicos sobre a criança) e de Educação em geral. Para isso, desenvolveu estudos científicos e aplicou-os às teorias educativas; sistematizou técnicas para o desenvolvimento do ensino ativo, funcional, baseado nos interesses das crianças; gerou testes para avaliação da aprendizagem e de comportamento do que foi aprendido; enfim, propôs “ensinar a fazer”.

Na cadeira de *Prática Profissional*, da Escola Normal de Porto Alegre, durante os anos de 1930, as alunas desenvolveram atividades com os alunos da escola de aplicação baseados em Centros de Interesse – Ovide Decroly. Apresento o exemplo a seguir, que foi publicado na Revista O Estudo, no artigo *Prática da Escola Activa*, como exemplo de planejamento de lição embasada nas propostas do ensino ativo e que estavam em evidência na formação docente, daquele período.

Prática da Escola Activa

Plano de uma lição de "Noções Comuns".

Centro de interesse: a vacca.

Aula: 3.º anno elementar.

I — Observação

Mediante gravuras, photographias, quadros ou, melhor ainda, deante da propria realidade, visitando um estabulo, far-se-á observar o animal e estudalo, do seguinte modo:

Estrutura

Externa — Tamanho, cor, numero de patas e forma destas, pelo, e as características dos chifres, as ventas dilatadas, o olhar, a cauda, o mugido.

Interna — Explicar, deante de desenhos schematicos, a particularidade do estomago dos ruminantes (divisões e utilidades de cada uma).

Higiene do leite: Cuidados hygienicos que devem preceder o acto de ordenhar: limpeza dos estabulos, do animal, etc. Productos derivados do leite: manteiga, queijo, requeijão, coalhada. Não sendo possível a observação directa, mostrem-se gravuras de estabulos, fazendas, estancias, estabelecimentos industriaes de lacteicinos, leitarias, etc.

Como se vendem o leite e os seus derivados: o litro e o kilogrammu. Façam-se observar em casa e na escola essas medidas. Prática das mesmas. Re-

solução de problemas relativos ao assumpto.

Utilidade do animal morto: Na alimentação: a carne de vacca. Outras partes utilizadas na alimentação: fígado, rim, intestinos, gordura, etc.

Modo de vida: Como vive o animal, no campo, nos estabulos. Sua alimentação: pasto, milho, farello, sal, etc.

Duração: 12, 15 até 20 annos de vida.

Denominações: Applicação conveniente dos termos: boi, bezerra, vitello, novilha, etc.

II — Associação:

Classificação: No desenvolvimento do passo anterior, far-se-á opportunamente a classificação do animal: vertebrado, mamífero, quadrupede, herbívoro, domestico. Exemplos de animaes semelhantes á vacca, domesticos, quadrupedes ou mamíferos, etc.

Desse modo, haverá oportunidade para classificar varios animaes conhecidos das crianças, o que fornecerá assumpto para palestras interessantes e material para os "cadernos de observações."

Utilidade do animal vivo: O boi como auxiliar do homem, na lavoura e nos meios de transporte.

Palestra sobre a utilidade do boi na lavoura, onde, graças á sua força prodigiosa, puxa o arado para revolver a terra, preparando-a para ser cultivada. A' vista de estampas falar sobre o arado e outros instrumentos agricolas.

Figura 17 — Prática da Escola Activa, Título: *Plano de uma lição de Noções Comuns*, Centro de interesse: A vacca, Aula: 3.º anno elementar (Revista O Estudo, 1930, p. 41)

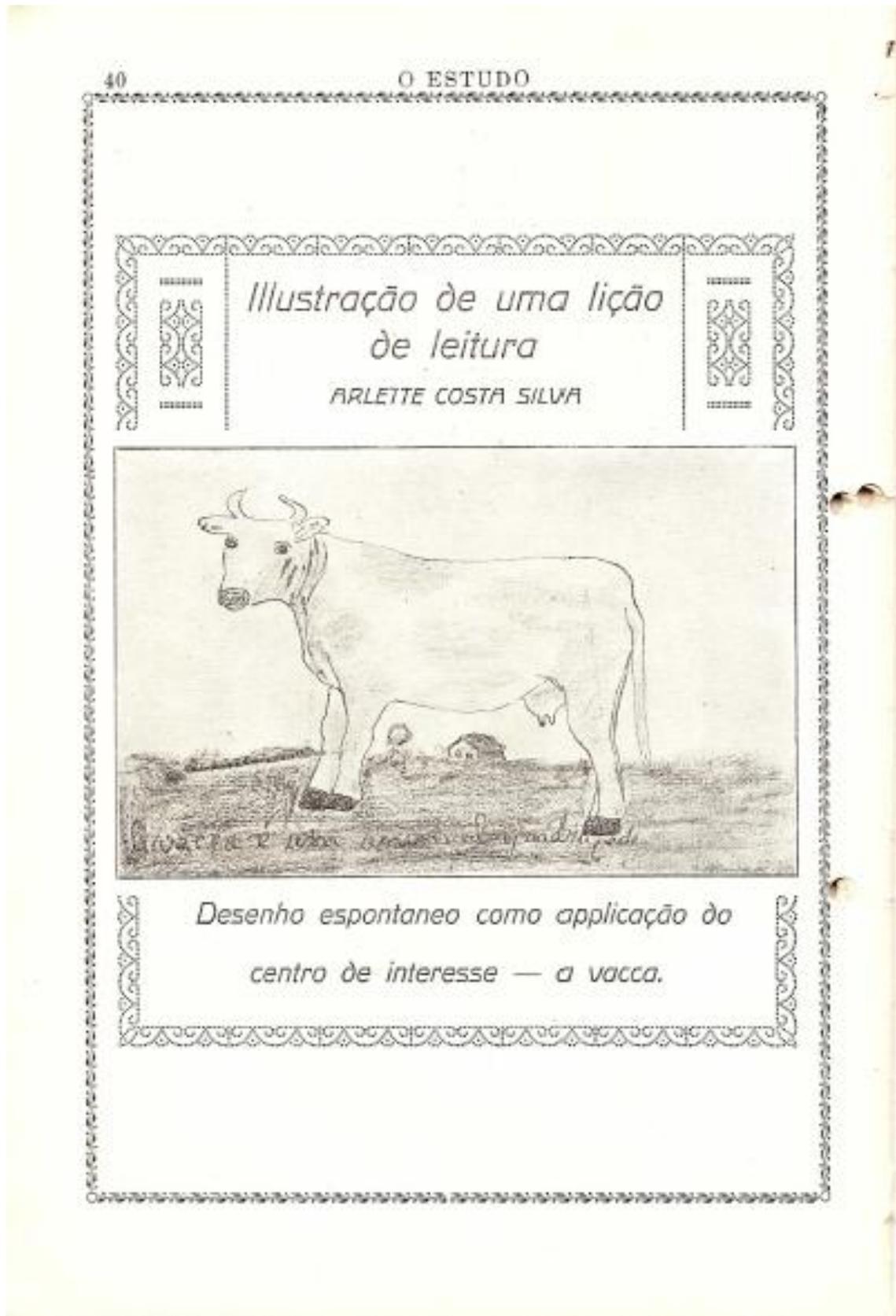


Figura 18 – Exemplo de atividade realizada por uma aluna do terceiro ano elementar (Revista O Estudo, 1930, p. 40)

A apresentação das figuras 17 e 18 se justificam, pois elas demonstram um modelo de lição que segue os preceitos da *moderna pedagogia*, através de uma *pedagogia prática*. Marta Carvalho (2001) aponta que os vários impressos voltados para professores, nesse período, se utilizaram dessa pedagogia. Assim diz a autora:

Nessa *pedagogia das faculdades da alma*, ensinar é prática que se materializa em outras práticas; práticas nas quais a *arte* de aprender formaliza-se com o exercício de competências bem determinadas e observáveis em usos escolarmente determinados. Essa pedagogia como arte confere aos impressos de uso escolar um papel e um lugar específicos. (...) ensinar a ensinar é fornecer esses modelos, seja na forma de roteiros de lições, seja na forma de práticas exemplares (...). (CARVALHO, 2001, p. 142)

Essa proposta pedagógica da Escola Nova teve como seus representantes autores internacionais como Ferrière, o primeiro a usar a expressão *new school*, em 1889, juntamente com Beatriz Ensor (Inglaterra), John Dewey (1894, Estados Unidos), Georg Kerschensteiner (1894, Alemanha), Maria Montessori (1900, Itália) e Ovide Decroly (1907, Bélgica).

E no Brasil, autores como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Sampaio Doria representam os princípios da Escola Nova, porém entre eles não houve uma filiação a qualquer uma das correntes do movimento escolanovista, o que de acordo com Nagle:

(...) tratou-se de aproveitar e combinar de maneira *sui generis* os elementos das diversas correntes em que se dividiu o amplo movimento da Escola Nova. Todo o esforço foi para criar instituições escolares em que se realizassem os princípios da ‘atividade investigadora e experimental do aluno’, do respeito pelas ‘leis do desenvolvimento mental da criança’, do ‘exercício normal do trabalho de cooperação’, do *self-government* e outros afins. (NAGLE, 2001, p. 256-257)

Em um artigo da Revista *Pour L'Ère Nouvelle*, Ferrière relata a sua grande surpresa de encontrar no país “uma das formas mais completas de Educação Nova!”. O autor destaca Fernando de Azevedo, representante do Distrito Federal, bem como outros nomes, entre eles Lourenço Filho, João Simplicio e Deodato de Moraes (POUR L'ÈRE NOUVELLE, 1931. p. 85).

A influência da Escola Nova, a organização estatal, o aparelhamento administrativo educacional e a política de nacionalização do ensino estiveram presentes no movimento que resultou em propostas de renovação educacional. E retomando a Peres (2000), as décadas aqui apresentadas também são marcadas pela “*expertise* pedagógica” e pelos “*experts*” em Educação. Conforme a autora, esse período pode ser considerado como “tempos” de renovação por seis razões (2000, p. 126):

- Forte apelo ao caráter científico da Educação – Pedagogia como um campo experimental;
- Discursos e práticas pedagógicas ancoradas na Psicologia – como ciência da Educação e da criança;
- Escolas de Formação, órgãos públicos e professores(as) embasadas na Escola Nova ou Renovada desenvolveram inovações didáticas na escola (vide CPOE/RS);
- “Grande desenvolvimento da *expertise* pedagógica e dos *experts* em Educação, ou seja, os técnicos em Educação ganharam uma legitimidade nunca antes experimentada”;
- Iniciativas editoriais no campo educacional – Revista do Ensino/RS;
- Mudanças nas estruturas administrativas do ensino público.

É nesse contexto das primeiras décadas do século XX, marcadas por uma ampliação do debate educacional, que houve um aumento na publicação de textos educacionais que circularam em diversos veículos – livros, jornais, revistas, boletins, especializados ou não. Houve, também, aumento da literatura pedagógica, que, para Monarcha (1990), “a partir do final dos anos 20, os educadores profissionais transformaram-se em publicistas pedagógicos preocupados com a construção institucional” (p. 128).

Seus princípios foram difundidos, nos anos de 1920 e 1930, pelas Escolas de Formação de professores, em especial, a Escola Complementar/Normal de Porto Alegre. E a partir da década de 1940, teve como órgão central desse movimento o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (CPOE/RS), vinculado à Secretaria de Educação.

O movimento de *renovação educacional* relatado acima também esteve presente na trajetória de formação inicial das alunas-mestras, através da (re)organização estrutural e educacional que passou a instituição formadora dessas alunas-mestras.

A seguir, apresentarei a instituição formadora das alunas-mestras em seus aspectos estruturais e pedagógicos.

3.2 A Escola Complementar/Normal de Porto Alegre

De acordo com Kraemer Neto (1969), a Escola Normal da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul¹⁰⁵ foi instituída em 5 de abril de 1869 pelo Regulamento do Curso de Estudos Normais, assinado pelo presidente da Província Antônio da Costa Pinto e Silva¹⁰⁶.

Em Porto Alegre, no ano de 1881, a Escola Normal oferecia um curso de dois anos, cujo currículo apresentava para o primeiro ano regras de caligrafia, gramática nacional explicada, geografia geral, aritmética e álgebra, desenho linear, catecismo, história sagrada e da igreja; no segundo ano, gramática nacional, noções elementares de geometria e de escrituração mercantil, história geral, pedagogia. Em 1891, foi acrescido mais um ano, com a adição dos seguintes estudos: princípios elementares das ciências físicas e naturais.

No ano de 1906, com a denominação de Escola Complementar e de nível secundário, reaparece como órgão formador do magistério, que incluiu as disciplinas de psicologia, pedagogia e prática de ensino. Na Escola Complementar foi acrescido mais um ano, somando o total de quatro anos de curso. A Escola localizava-se na Rua Duque de Caxias, esquina Marechal Floriano, em Porto Alegre, no antigo prédio do Ateneu Rio-Grandense¹⁰⁷.

A atuação de Getúlio Vargas como presidente de estado, em 1928, gerou uma política de criação de escolas complementares pelo interior, para melhor atender a necessária formação de professores. Foram criadas as escolas complementares de Pelotas, Passo Fundo, Caxias do Sul, Santa Maria, Cachoeira e Alegrete, utilizando como modelo a Escola Complementar de Porto Alegre. No contexto republicano, a Escola Complementar/Normal de Porto Alegre refletiu em seu currículo o que foi considerado de “mais moderno e adequado à formação de professores, já que a escola tinha no estado uma posição de pioneirismo quanto a teorias educacionais” (LOURO, 1986, p. 58).

Em 1929, com o Decreto nº 4277, a Escola Complementar deu lugar à Escola Normal com a seguinte estrutura: Curso Complementar (já existente e que foi reduzido para três anos),

¹⁰⁵ Para saber da Escola Normal criada em 1869 até sua transformação em Instituto de Educação (1937), ver GONÇALVES, 2013.

¹⁰⁶ As Escolas Normais no Brasil datam do século XIX, em 1835 foi criada em Niterói, em 1836 na Bahia, em 1845 no Ceará, em 1846 em São Paulo, em 1871 em Minas Gerais, em 1873 no Espírito Santo, em 1874 no Rio Grande do Norte e em 1882 em Amazonas. Essas escolas caracterizaram-se principalmente por terem um caráter missionário, em que o professor era o responsável pela Educação moral e social das camadas mais populares, por essa razão havia a preocupação na formação do professor. A busca por um profissional que estava de acordo com os novos princípios de urbanidade, civilidade, cientificidade e modernidade (MARTINS, s/d).

¹⁰⁷ O Ateneu Rio-Grandense foi aberto em 1871, no lugar do Liceu D. Afonso que foi fechado em 1870. Localizava-se na Rua da Igreja (hoje Duque de Caxias). E, em 1872, passou a dividir o espaço com a Escola Normal da Província de São Pedro. Sobre, ver ARRIADA, 2007.

Curso de Aperfeiçoamento (com duração de dois anos), Escola Primária com 6 anos, Jardim de Infância – estes dois últimos destinados à prática de ensino do Curso Normal.

No ano de 1937, logo após ser transferida para o atual prédio na Oswaldo Aranha¹⁰⁸, a Escola Normal ganhou o nome de Escola Normal General Flores da Cunha.

Em 1939, tem início uma nova fase, a Escola se torna Instituto de Educação, e sua estrutura passa a contar com os seguintes cursos: Jardim de Infância, Escola Experimental, Escola Secundária, Escola de Professores.

O Decreto-lei nº 8530, de 02 de janeiro de 1946, institui a lei orgânica do Ensino Normal, na qual a formação de professores ficou a cargo de três instituições: os Institutos de Educação, as Escolas Normais e os Cursos Normais Regionais. O Instituto de Educação ministrava o ensino normal em dois ciclos e mais o ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares¹⁰⁹.

Em 1955, o Instituto de Educação¹¹⁰ modifica-se novamente em sua estrutura, correspondendo à Escola Maternal, Jardim de Infância, Curso Primário, Curso Ginásial, Curso Normal de II Ciclo (seis semestres e mais um de estágio supervisionado).

A Escola foi fundada no tempo do Império para a formação de professores, tanto do sexo masculino quanto do feminino, porém a escola foi notadamente marcada por uma inserção muito maior de alunas e, por essa razão, acabou se tornando uma instituição dirigida, principalmente, para a formação de jovens alunas e futuras professoras. Como escola pública e gratuita, estava aberta ao público em geral, especificamente ao feminino de todos os grupos sociais, porém as alunas matriculadas, em sua grande maioria, representavam as camadas médias da sociedade gaúcha. Oferecia uma carreira no magistério e esta representava a possibilidade da formação mais ampla (de nível secundário) e uma opção profissional para essas moças. O magistério preparava para a prática docente, uma profissionalização que naquele momento acreditava-se que harmonizava com funções naturais femininas, de futura esposa, mãe e, conseqüentemente, professora, pois as jovens possuíam os atributos

¹⁰⁸ Em 1934, teve início a construção dos pavilhões que abrigaram a Exposição do Centenário Farroupilha, no Parque da Redenção. De 1934 a 1935, o prédio atual do Instituto de Educação foi construído e, durante o ano de 1935, serviu de Pavilhão Cultural dessa Exposição. Em 1936, a Escola Normal foi transferida para seu novo prédio.

¹⁰⁹ O primeiro ciclo do ensino normal durava quatro anos. O segundo, tinha duração de 3 anos.

¹¹⁰ A denominação desta escola, ao longo de sua história, foi sendo alterada. Iniciou como Escola Normal da Província de São Pedro (1869); depois Escola Distrital de Pôrto Alegre (1901); Escola Complementar (1906); Escola Normal (1929); Escola Normal General Flôres da Cunha (1937); Instituto de Educação (1939); Instituto de Educação General Flôres da Cunha (1959); Centro Estadual de Formação de Professores General Flores da Cunha (2003).

necessários ao desempenho de todas elas, ou seja, seriam competentes, dedicadas e amorosas (LOURO, 1986).

A Escola, como órgão público, foi considerada “uma escola oficial, ligada ao estado, localizada na capital, e tendo como seus dirigentes pessoas de confiança do governo” (LOURO, 1986, p. 28). É por essa razão que, durante muitos anos, foi considerada uma escola padrão e um modelo de Educação a ser seguido por outros cursos normais do estado do Rio Grande do Sul.

Durante sua existência, a Escola foi se modificando estruturalmente, como visto acima. Mas também foi se atualizando nas questões pedagógicas. Nas décadas de 1920 e 1930, o setor educacional do país vive o momento de ascensão do Movimento da Escola Nova, cuja proposta direcionava-se à qualificação do ensino através da reforma dos currículos, dos métodos de ensino, da qualificação técnica dos professores e da criação de laboratórios técnicos. Neste sentido, buscando a qualificação de seus docentes, grupos de professores gaúchos participavam de viagens de estudos ao Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Uruguai, para conhecerem e observarem novos métodos e processos de ensino. Mas da mesma maneira que a Escola apresentava um discurso modernizador vinculado ao escolanovismo, também reafirmava postulados do discurso tradicional. Combinava, enfim, novidades educacionais, através das teorias pedagógicas em voga, com a tradição de seus rituais, seus hinos e seus símbolos, com metas e valores permanentes, atrelados ao estado e em obediência às orientações governamentais (LOURO, 1986, p. 90).

Enfim, quem são as estudantes e os estudantes que circulavam na Escola Complementar e na Escola Normal? Para obter a resposta, a volta ao arquivo da escola foi fundamental. Ao pesquisar neste local, procurando saber sobre indícios da composição escolar – número de matrículas, de formandos, idades, boletins, etc., foram localizados os livros de *Actas de entrega e premios e titulos de alumnas-mestras da Escola Complementa*”.

O livro de atas fornece dados empíricos, como uma lista de nomes das alunas formandas (e em alguns casos tem-se acesso ao conhecimento da presença de alguns alunos formandos). Neste mesmo material, também é possível ressaltar que na Escola Complementar e Normal a titulação dada às formandas era de “Alumnas-Mestras”, e com a criação do Curso de Aperfeiçoamento (de um ano) a titulação era a de “Professôra”. Estabelece-se a seguinte dúvida: por que esta distinção entre “alumnas-mestras” e “Professôra”?

Também se percebe o tom solene que cercava a formatura, desde o local do evento (sala da Escola Complementar/Normal, Club Caixerai, Bibliotheca Publica, Teatro São Pedro), a presença dos paraninfos (Olga Acauan, Florinda Tubino, Dr. Alcides Flôres Soares,

Dr. Emilio Kemp, entre outros) que segundo o texto proferiram “inspirada alocução”. E as assinaturas dos presentes no evento.

Acta da entrega dos diplomas aos alunos da Escola Normal que concluíram o curso complementar no ano letivo de 1930.

Aos 21 dias do mês de Março de 1931, numas das salas do Club Caixerai, foram conferidos títulos de alumnos-mestres, de acordo como os artigos 110 e 111 do Regulamento do Ensino Complementar e Normal, approved pelo decreto n. 4.277 de 13 de março de 1929, aos seguintes alumnos que concluíram o curso complementar.

Em um breve levantamento quanto ao número de alunas/alunos formandos, pode se ter uma ideia correspondente ao número de estudantes que circulavam na escola e, ao mesmo tempo, perceber o crescimento desse número¹¹¹.

Quadro 3 – Levantamento total de formandas na Escola Complementar/Normal de Porto Alegre

Ano	Total de Formandas e Curso
1922	30 alunas da Escola Complementar
1923	32 alunas da Escola Complementar
1924	30 alunas da Escola Complementar
1925	33 alunas da Escola Complementar
1926	46 alunas da Escola Complementar
1927	31 alunas da Escola Complementar
1928	45 alunas da Escola Complementar
1929	Formandas do ano de 1928 na Escola Complementar – curso de 4 anos – 56 alunas
1929	Formandas do ano que completaram o curso Complementar da Escola Normal de 3 anos – 70 alunas
1930	Formandas que completaram o curso Complementar de 3 anos – 3 alunas
1930	Formandas que completaram o curso Complementar de 3 anos - 139 alunas
1931	130 alunas da Escola Normal
1931	44 alunas do Curso de Aperfeiçoamento
1932	129 alunas da Escola Normal
1932	42 alunas do Curso de Aperfeiçoamento
1933	114 alunas da Escola Normal
1933	26 alunas do Curso de Aperfeiçoamento

Outro dado relativo aos estudantes corresponde às suas idades, na época em que se formaram. As informações foram obtidas nas atas de formandos dos anos de 1929 e 1930. No total de 298 alunas diplomadas, a maior parte das alunas tinha 16 anos, sendo a mais jovem

¹¹¹ O levantamento realizado foi até o ano de 1933 e não foi possível retornar ao arquivo do Instituto de Educação para levantamento dos anos seguintes, devido ao fato de que o prédio está sendo restaurado, inclusive as aulas estão ocorrendo em outros espaços.

com 13 anos e a mais velha uma aluna de 34 anos. O quadro, a seguir, demonstra as idades e o número de alunas.

Quadro 4 – Idade das alunas-mestras

Idade/total		Idade/total		Idade/total
13 anos = 1 aluna		20 anos = 32 alunas		26 anos = 1 aluna
14 anos = 5 alunas		21 anos = 8 alunas		27 anos = 1 aluna
15 anos = 27 alunas		22 anos = 9 alunas		28 anos = 1 aluna
16 anos = 57 alunas		23 anos = 7 alunas		29 anos = 1 aluna
17 anos = 47 alunas		24 anos = 4 alunas		30 anos = 2 alunas
18 anos = 50 alunas		25 anos = 1 aluna		34 anos = 1 aluna
19 anos = 43 alunas				

O levantamento do quantitativo de formandas, em onze anos (1922 a 1933), totalizou o número de mil jovens, entre alunas-mestras e professoras, demonstrando quão sólido foi o posicionamento institucional representado pela Escola Complementar/Normal de Porto Alegre para o desenvolvimento da profissão docente e intelectual – formação de “intelectuais de instrução”. Juntamente com os números referentes às idades, são dados que podem contribuir para a compreensão de uma rede de sociabilidade das alunas-mestras,/professoras /técnicas em Educação desenvolveram a partir da sua formação inicial, e através da vida profissional e de sua produção textual.

3.3 Produção intelectual publicada: revistas, boletins e outros impressos

Conforme Fraga (2012), nas últimas décadas, a historiografia a respeito da Educação e do ensino brasileiro têm produzido pesquisas cujo *corpus* documental provém da imprensa. A imprensa como meio de comunicação faz uso de vários veículos para difundir o texto impresso – jornais, revistas, folhetos, boletins, entre outros. Sua ligação com a história da Educação encontra-se na publicação de vários textos educacionais que circulam por estes veículos da imprensa, e que estão presentes no contexto brasileiro pelo menos desde o século XIX.

No livro “Educação em Revista” (1997) em que Denice Catani e Maria Helena Camara Bastos propõem que a imprensa de Educação e ensino pode ser pensada como

(...) um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social a partir do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar. (CATANI; BASTOS, 1997, p. 5)

Nessa obra, as autoras mencionam pesquisadores estrangeiros preocupados com a temática, dentre eles Pierre Ognier, Pierre Caspard e António Nóvoa. Segundo as autoras, para Pierre Ognier, a imprensa de Educação e ensino “é um *corpus* documental de vastas dimensões, pois constitui-se em testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo profissional” (OGNIER, 1984 *apud* CATANI; BASTOS, 1997, p. 5). Para Pierre Caspard, por sua vez, a imprensa de Educação e ensino permite:

(...) escrever a história da Educação de um outro modo: menos centrado no papel do Estado ou dos grandes pedagogos e mais atento à riqueza das iniciativas locais, institucionais, ideológicas, sócio-profissionais e também ao atendimento de expectativas de vez que, diferentemente do livro, a imprensa periódica é uma mídia interativa na orientação da qual os leitores participam de um modo ou de outro, quer escrevendo para ela, quer assinando-a ou deixando de fazê-lo. (CASPARD, 1993 *apud* CATANI, 1996, p. 117)

E para António Nóvoa (1997) existem três razões para o uso da imprensa de Educação e ensino. A primeira refere-se à internalidade do sistema de ensino depreendida da análise desta documentação, bem como o papel da família e das diversas instâncias de socialização das crianças e jovens. A segunda refere-se à natureza da informação fornecida pela imprensa, pois:

Estamos perante reflexões muito próximas do acontecimento, que permitem construir uma ligação entre as orientações emanadas do Estado e as práticas efetivas na sala de aula. (...) A imprensa é, talvez, o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática: o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir dos diversos actores em presença (professores, alunos, pais, associações, instituições, etc.). (NÓVOA, 1997, p. 13)

E a terceira razão está no fato de que a “imprensa é o lugar de uma afirmação em grupo e de uma permanente regulação coletiva” (NÓVOA, 1997, p. 13).

Maria Helena Camara Bastos (1997, 2002) também apresenta as suas razões para examinar este farto material da imprensa periódica educacional, especialmente aquela produzida para professores, como é o caso da *Revista do Ensino/RS*¹¹². Destaco pelo menos dois argumentos apresentados pela autora. O primeiro afirma que ao estudar “o lugar da imprensa pedagógica no discurso social” e as “estratégias editoriais face aos fenômenos educacionais e sociais” se mostra rica em informações para pesquisadores interessados em analisar o discurso pedagógico, as práticas educacionais do cotidiano escolar, o “grau de submissão dos professores aos programas e instruções oficiais, da ideologia oficial e do corpo docente, da força de inovação e de continuidade que representa, das contradições do discurso” (BASTOS, 1997, p. 48; BASTOS, 2002, p. 154). O segundo argumento diz respeito às possibilidades de conhecimento que o estudo da imprensa periódica educacional pode proporcionar:

A imprensa pedagógica – jornais, boletins, revistas, magazines, feita por professores para professores, feita para alunos por seus pares ou professores, feita pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igreja – contém e oferece muitas perspectivas para a compreensão da história da Educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas, as práticas educativas. (BASTOS, 1997, p. 49)

Os autores e propostas de trabalho até aqui relatados procuram demonstrar a importância da imprensa periódica educacional, e apresentam, analisam, refletem a partir de impressos publicados e dirigidos a um público-leitor específico, ou seja, professores e/ou alunos, aqueles que fazem parte de uma cultura escolar¹¹³.

¹¹² O estudo de Maurilane de Souza Biccás (2002) é outro que se destaca. A autora realiza um estudo da *Revista do Ensino*, publicação oficial do estado de Minas Gerais, que circulou entre os anos de 1925 a 1940. Esta revista caracteriza-se por ter sido criada pelo governo mineiro para servir de guia de ensino, ou seja, para ajudar na formação, instrução e orientação do professorado mineiro com relação aos métodos de ensino e aprendizagem. A partir deste impresso, Biccás trabalha na perspectiva de uma história da leitura, ou seja, objetiva estudar a revista na “perspectiva de compreendê-la como produtora de novos leitores e leitoras, de novas práticas de leitura e também como uma conformadora do campo pedagógico mineiro” (BICCAS, 2002, p. 175).

¹¹³ Sobre o conceito de cultura escolar Dominique Julia (2001), entende como o conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos.

A imprensa pedagógica que se refere aos periódicos destinados aos professores e aos alunos põe em circulação riquíssimas informações ao pesquisador da história da Educação. Por esta razão, estudá-la é ter em mãos um farto material acerca das práticas escolares e do ensino específico de disciplinas, como assinala Catani (1992):

(...) oferece a possibilidade de se estabelecer um dos elos da história das práticas e das disciplinas escolares. Desta forma, o estudo da imprensa periódica especializada em Educação pode trazer elementos extremamente úteis para a compreensão histórica do sistema de ensino e colocar novas questões acerca da “cultura escolar”. (CATANI, 1992, p. 4)

Neste sentido, a imprensa de Educação e ensino possibilita, além da compreensão do sistema de ensino, o entendimento da internalidade de instituições escolares, pois fornece ao historiador dados, vestígios de informações acerca da vida escolar. É com um destes indícios que os impressos estudantis estão inseridos no amplo conjunto da imprensa de Educação e ensino; possibilitam perceber uma fração da vida escolar, que corresponde a uma imprensa produzida por alunos que, durante o tempo escolar, deixam rastros de suas práticas de escrita e leitura, de suas representações sobre a escola, do seu dia a dia, de suas opiniões, de suas expectativas e experiências como estudantes e junto aos professores, de seus contatos com a comunidade externa à escola, das propostas de formação escolar e dos valores a serem compartilhados. Sendo assim, os impressos estudantis, nas palavras de G. Amaral (2002), registram a manifestação dos atores estudantes. Para a autora, são impressos que possibilitam uma visibilidade da produção estudantil:

(...) é interessante salientar a profusão de impressos estudantis que circulam em várias cidades brasileiras entre as décadas de 1930 e 1960. A explicação para tal fato deve ser buscada no contexto brasileiro da época, em que é crescente a participação social e política dos estudantes. Ressalta-se, também, que neste período a imprensa ainda representava um espaço fundamental como meio de comunicação social. (AMARAL, 2002, p. 123)

Deste modo, é possível perceber que os estudos apresentados contribuem para as maneiras de observar através dos impressos, sejam os valores, costumes, interesses que norteiam as relações estudantis, sejam os indícios das apropriações feitas a partir da cultura escolar e da instituição a qual os estudantes estavam ligados (AMARAL, 2002, p. 124).

3.3.1 REVISTA O ESTUDO (1922-1931)¹¹⁴

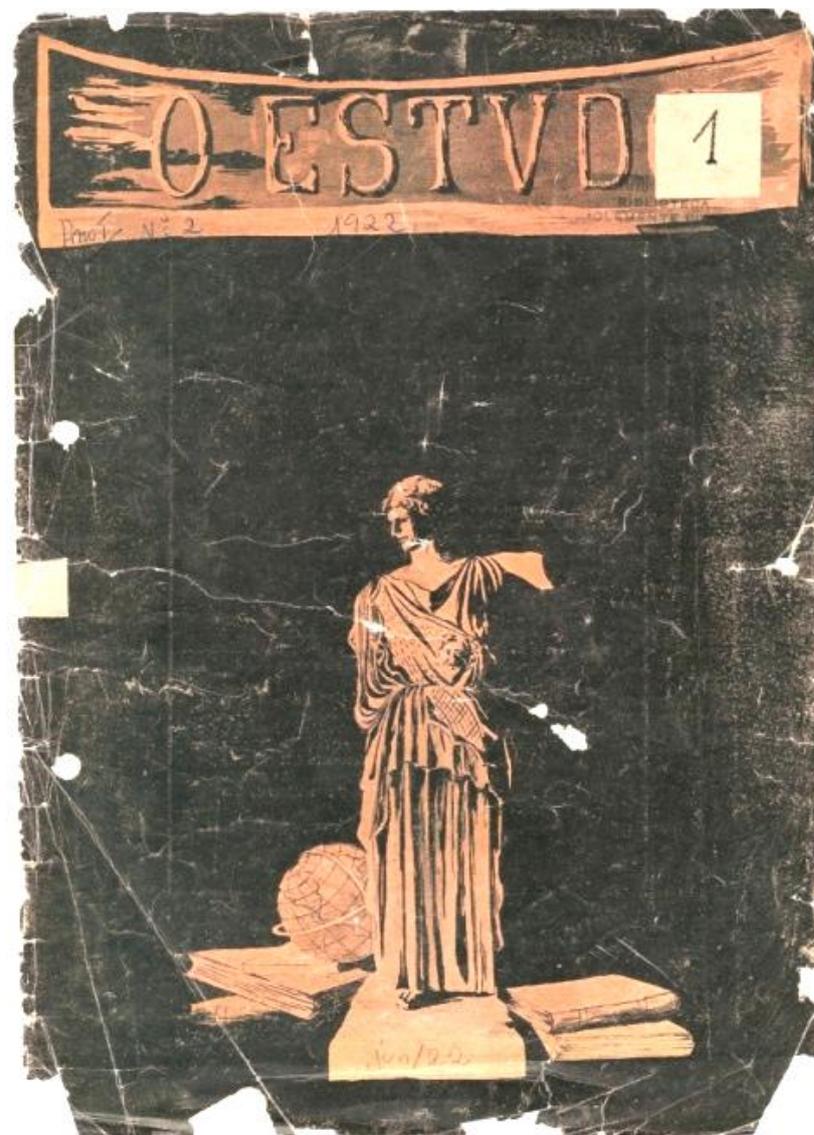


Figura 19 – Capa da Revista O Estudo, n.2, 1922

A criação da revista *O Estudo*, concebida como uma das maneiras de escrever e publicar das alunas da Escola Complementar/Normal¹¹⁵ significou uma espécie de mimetização de um veículo de comunicação popularizado e de grande circulação nos anos de 1920, isto é, as revistas ilustradas e de variedades.

¹¹⁴ Sobre a Revista *O Estudo*, ver FRAGA (2012).

¹¹⁵ Uso a expressão Escola Complementar/Normal porque a Escola Complementar existiu de 1906 até 1929, quando passou a se chamar Escola Normal. Mudança que ocorreu no decurso da publicação da revista *O Estudo*.

O Estudo é um impresso estudantil publicado na cidade de Porto Alegre/RS, pelo Grêmio de Estudantes da Escola Complementar/Normal, entre os anos de 1922 a 1931. Como impresso estudantil, a revista proporciona um olhar sobre a cultura escolar, fundamentalmente direcionando a atenção para um grupo de jovens estudantes e futuras professoras. Um grupo específico de discentes, se diferenciando, portanto, frente à produção de outros impressos estudantis da época (FRAGA, 2012).

Os textos veiculados na revista, em especial, os produzidos pelas alunas são marcados por dois momentos: a) 1922 a 1929: a maior parte da produção textual constitui-se de práticas de escrita baseadas em práticas de leitura típicas de uma época, ou seja, neste período são produzidos textos literários. De acordo com Maria Teresa S. Cunha (2003), a prática de escrita das alunas é um investimento das aulas de Língua e Literatura Portuguesa, e nessas aulas são incentivadas as criações literárias como fonte de expressão para os sentimentos; b) 1930 a 1931: a maioria da produção textual é composta por planos de aula, modelos, ideias e práticas pedagógicas.

Os textos demonstram ser constitutivos da prática escolar bastante incentivada, devido à expressiva quantidade deles veiculados na revista *O Estudo*, porém este fator também pode estar relacionado ao fato de que o objetivo da revista é preencher a lacuna ocasionada pela demanda por esse tipo de material escrito. O trecho a seguir apresenta essa ideia:

Aos professores das mais esquecidas villas, esta revista levará notícias dos modernos aperfeiçoamentos introduzidos nos methodos de ensino; animará as incipientes vocações litterarias, que, muitas vezes, nascem timidamente e morrem como nasceram, sem nunca frutificar; despertará, finalmente, em nós o culto pelo Bello, por meio da leitura daqueles que teem já um nome feito nas letras. (Editorial da revista *O Estudo*, n. 1, 1923. p. 2)

Nas palavras das alunas, é perceptível o desejo de “animar as vocações literárias” e “despertar o gosto pelo Belo”, assim como o objetivo de oferecer notícias sobre métodos de ensino. Portanto, visto a demanda por métodos de ensino e textos literários, a produção de um impresso específico, a revista *O Estudo*, correspondeu à “didatização das práticas de escrita e de leitura”¹¹⁶ realizadas na escola Complementar/Normal.

Com o contato com revista, quatro alunas, das doze selecionadas, foram identificadas: **Ida Silveira, Fanny Delamora Garcia, Maria Cibeira Perpétuo e Abigail Teixeira**. As duas primeiras, integrantes do Grêmio de estudantes e que fizeram parte da equipe editorial da revista, sendo que Ida Silveira publicou um texto na edição de nº 6, de 1922, intitulado “Alma Gaúcha”. Texto literário, que trata da volta para casa e do encontro de um rapaz com sua mãe, durante a “luta civil que campeia infrene”. Durante a “fase literária” (1922-1929), a revista

¹¹⁶ Sobre a didatização das práticas de escrita e de leitura, ver CUCUZZA e PINEAU (2002).

publica 239 títulos, entre crônicas, contos, ensaios e poemas. Sendo em sua grande maioria assinado com pseudônimo e, portanto, dificultando o reconhecimento direto da autora. Porém, o fato de eu não encontrar a identificação específica, não deixa menos importante a análise da revista *O Estudo*, porque ainda assim pode-se depreender que houve um grande envolvimento das alunas na produção e na manutenção direta da revista – da equipe editorial, bem como na indireta, através daquelas que colaboraram enviando seus textos. Foi de significativa importância para compreender o quanto a palavra escrita circulou na Escola Complementar/Normal de Porto Alegre.



Figura 20 – Museus Escolares
(Revista *O Estudo*, 1930)

“Museus Escolares”, produzido juntamente com Córa Pires.

Nele são divulgadas as sugestões dadas pelo Dr. Everardo Backheuser (diretor-técnico dos museus escolares do Distrito Federal) sobre a temática. A compilação textual dedica três páginas e meia para expor o *objetivo* e os *tipos de museus escolares* – *museu de classe, museu da escola e museu pedagógico central*¹¹⁷. No artigo percebe-se a passagem dos ideais do Método Intuitivo para os preceitos da Escola Nova. Os museus possuem uma nova orientação

Na década de 1930, na segunda fase da produção, a revista *O Estudo* publica quase que inteiramente textos de suas alunas tratando de assuntos “científicos e didáticos”, com o objetivo de difundir os modernos métodos de ensino praticados na Escola Normal de Porto Alegre aos demais cantos do Estado. Buscavam legitimidade com um saber pedagógico embasado nos seguintes aspectos: *de tipo novo, moderno, experimental e científico* (CARVALHO, 2001, p. 139). Nesse período, é fácil o reconhecimento da autoria estudantil pelo fato de que as alunas estão assinando a produção sem o uso de pseudônimos.

É o caso da aluna, que estava no segundo ano do curso de aperfeiçoamento da Escola Normal, Maria Cibeira Perpétuo. Ela publicou o artigo

¹¹⁷ Um museu escolar poderia constituir-se de “produtos alimentares, indústrias diversas, materiais de construção, aquecimento e iluminação, geologia e mineralogia, botânica, zoologia, agricultura, química e física; com diversas divisões e subdivisões” (Dictionnaire de Pédagogie et d’Instruction Primaire (1911) *apud* BASTOS, 2002, p. 260).

baseada no alcance prático dos seus visitantes, em especial professores e alunos. Assim diz o artigo:

Diversa deve ser a orientação que, de acordo com os preceitos, se deve dar aos museus escolares, actualmente considerados como base do ensino intuitivo em geral, pratico e experimental e ainda fonte fecunda para o ensino de determinadas matérias, como lições de cousas, sciencias naturaes, etc.

(...) apresentam elles um aspecto nitidamente pratico, podendo os alumnos aprender por si, sem explicação do professor que se limitará tão sómente a guiar a observação do seu discípulo, o qual terá facilidade de ver, tocar e até manusear os objetos expostos. Tem assim os actuaes museus a grande vantagem de reduzir o trabalho do mestre que exerce então papel de um orientador, facilitando o aprendizado infantil, desenvolvendo a actividade innata nas crianças e tornando mais completo o conhecimento dos objetos pela observação directa das cousas. (O ESTUDO, 1930. p. 29-30)

Nos Museus os alunos terão contato com objetos, desenvolvimento das habilidades de observação e manuseio, adquirindo, portanto, uma experiência prática de aprendizagem.

A aluna Abigail Teixeira, juntamente com Circe A. Bica Romero, Wanda Goidanich e Nilza Maria Moreira, quando estavam no segundo ano do Curso de Aperfeiçoamento, publicaram dois textos “Plano de Lição” e “Noções Comuns” (O ESTUDO, 1931, n.1, p. 29-30).

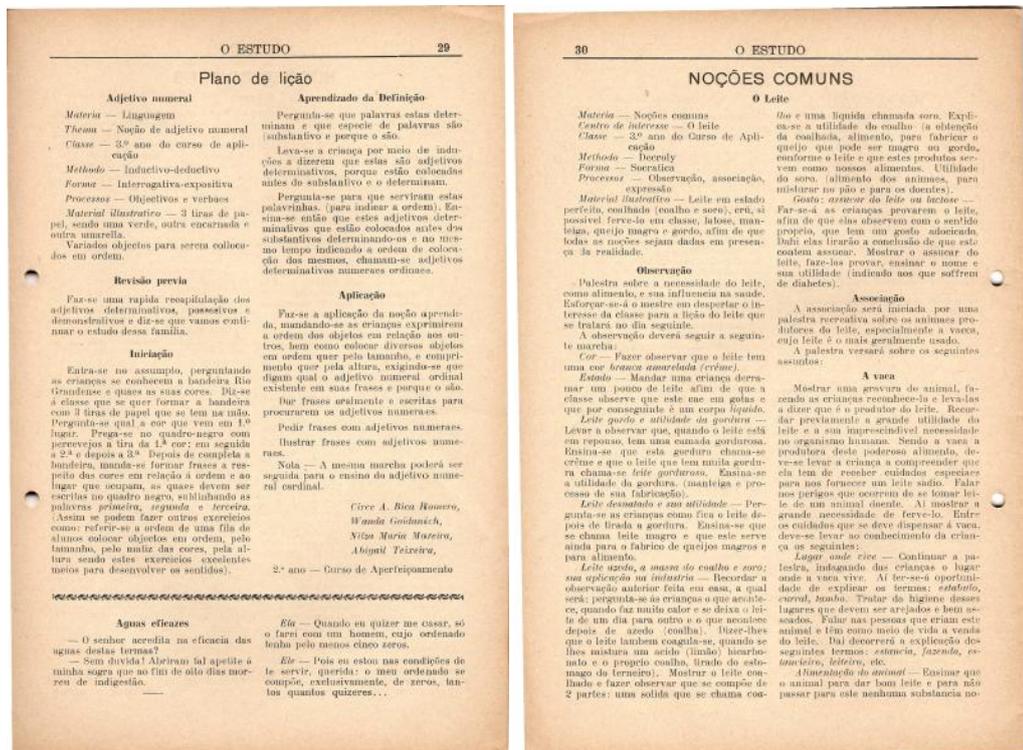


Figura 21 – Textos de Abigail Teixeira (Revista O Estudo, 1930)

Tanto o “Plano de Lição” quanto o de “Noções Comuns” são exemplos de atividades desenvolvidas nas aulas de Prática Profissional, ministrada pela professora Olga Acauan Gayer.

No primeiro texto, propõe trabalhar a “linguagem” com o conteúdo de “adjetivo numeral”. E, no segundo, aparece a matéria de “Noções Comuns”, tendo como de centro interesse desenvolvido o “leite”. Nesses exemplos, nota-se o uso do método desenvolvido por Ovide Decroly (1831-1932) e os “centros de interesse” da criança¹¹⁸. Tal método tem por objetivo principal a proposição do desenvolvimento de projetos e “centros de interesses” como didática e metodologia de ensino, sempre voltados para o aluno e seu preparo para viver em sociedade. O processo de aprendizagem inicia com a sensibilidade que o professor deve ter para com a *necessidade* do aluno. A partir dela, o *interesse* do aluno deve ser aguçado, e com isso desenvolver o seu *conhecimento*. Esse entendimento compreende que as crianças passam por três momentos na aprendizagem: o da *observação*, o da *associação* e o da *expressão*.

Os textos aqui apresentados demonstram a composição, a difusão e apropriação da escrita e da leitura pelas alunas, bem como, a produção intelectual delas. Os textos veiculados na revista *O Estudo*, literários ou de prática pedagógica, foram produzidos em um ambiente de formação de professoras (com seus currículos e suas práticas de ensino), em meio ao momento de consolidação do ideário republicano, com ênfase na Educação formativa da cidadania (marcada pelo civismo e pela moralidade) e pelo ensino da leitura e da escrita.

Disso compreende-se que, direta ou indiretamente, a produção e a colaboração do periódico caracterizaram a produção intelectual dessas alunas, e que como prática social foi mantida durante a vida profissional. Circulando e propagando ideias do campo pedagógico.

¹¹⁸ O uso dos centros de interesse estimula a criança a “aprender a aprender”, através de métodos ativos. São seis os centros de interesse: a criança e a família, a criança e a escola, a criança e o mundo animal, a criança e o mundo vegetal, a criança e o mundo geográfico, a criança e o universo.

3.3.2 REVISTA DO ENSINO/RS (1939-1942/1951-1992)

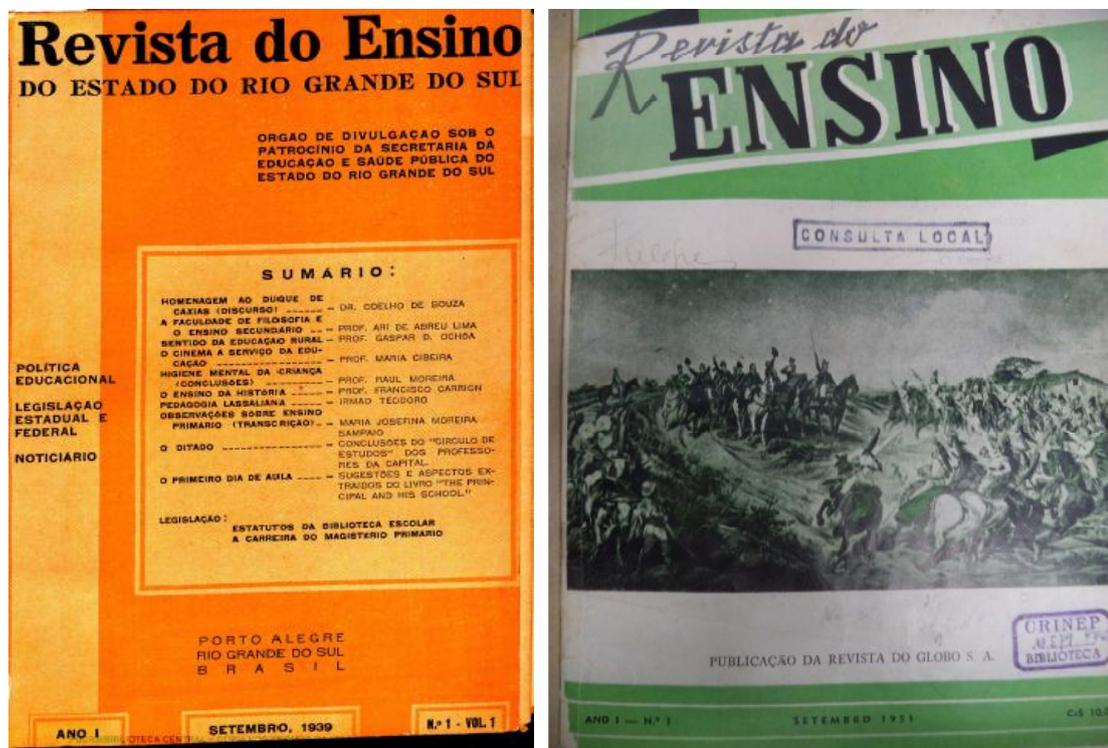


Figura 22 – Capas da Revista do Ensino/RS, nº 1 de 1939 (à esquerda) e o nº 1 de 1951 (à direita)

A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul¹¹⁹ foi um periódico representativo da imprensa de Educação e ensino de grande importância para a História da Educação estadual, de âmbito regional, nacional e internacional. Chegou a ter uma tiragem de 50.000 exemplares, entre os anos de 1971 a 1976. Seu ciclo de vida foi marcado por três fases: a primeira de 1939 a 1942, a segunda de 1951 a 1978 e a terceira de 1989 a 1992.

Através da iniciativa de um grupo de professores da Universidade de Porto Alegre (UPA), e com o patrocínio da Secretaria de Educação e Saúde Pública, em setembro de 1939 foi editado o primeiro número da Revista do Ensino. De acordo com o professor Pery Pinto Diniz (UPA), diretor de redação e editorialista, “a revista era autônoma, privada, não dependia de verbas orçamentárias, não recebia subvenção ou incentivos financeiros, apenas tinha uma colaboração técnico-pedagógica da Secretaria”. O grupo de professores estava interessado em

¹¹⁹ Maria Helena C. Bastos, em A Revista do Ensino do RS (1939-1942): O Novo e o nacional em revista (2005) pesquisou a Revista do Ensino em sua primeira fase ressaltando a importância da análise da imprensa de Educação e ensino no Rio Grande do Sul vinculando a análise ao projeto de reconstrução nacional do Estado Novo e a proposta político-pedagógica da renovação educacional do estado. É com base em sua pesquisa que apresento a Revista do Ensino nesse capítulo.

participar do “projeto estadonovista de ‘reconstrução nacional’ e em trazer sua contribuição à organização da sociedade brasileira” (BASTOS, 2005, p. 89).

Como um impresso autônomo, vivia através do sistema de assinatura, da compra de números avulsos e do espaço para os anúncios, que se encontrava disponível mensalmente. Os 27 números, nesta primeira fase, compunham-se graficamente com capa, sumário, anúncios. Seu projeto editorial foi voltado para o discurso oficial da SESP/RS com relação à política de nacionalização e de renovação educacional. E acabou por desenvolver um caráter doutrinário dessa política, cujos porta-vozes foram os colaboradores da UPA. Porém, esses intelectuais não foram os únicos colaboradores. Na Revista encontram-se textos de professores ligados diretamente à SESP/RS, assim como de professores primários da rede pública e privada.

A participação dos professores ligados à SESP/RS se deu através da colaboração técnico-pedagógica da Divisão Geral de Instrução Pública. Estes coordenavam, comentavam e aconselhavam atividades destinadas às escolas.

Além de artigos de intelectuais gaúchos, a Revista tinha espaço para intelectuais de “trânsito nacional no campo da Educação”, tais como Lourenço Filho e Helena Antipoff, entre outros. Assim como traduções de artigos de revistas estrangeiras, americanas, francesas, argentinas e espanholas.

Em agosto de 1942, a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul encerra suas atividades. Problemas financeiros foram apontados, tal como o alto custo de manutenção da infraestrutura. Porém outro motivo pode ser apontado, a dificuldade de contar com a colaboração da Diretoria Geral de Instrução Pública e o estremecimento das relações entre J. P. Coelho de Souza e o diretor Pery Pinto Diniz.

A segunda fase¹²⁰, 1951 a 1978, da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul contou com a iniciativa das professoras Maria de Lourdes Gastal¹²¹, Gilda Garcia e Abigail Teixeira, cujo objetivo era orientar os professores primários através da divulgação das “diretrizes técnico-pedagógicas, material didático e legislação” (BASTOS, 2005, p. 337).

Nesse momento, a SESP/RS apoia institucionalmente a produção da Revista, a qual, em dezembro de 1956, passou a ser uma publicação oficial sob a supervisão do CPOE/RS. A continuação e a intensidade na publicação de revistas técnico-pedagógicas, de acordo com Maria de Lourdes Gastal, resulta da:

¹²⁰ Nesse período a Revista publicou 170 números, com uma média de 80 páginas de material informativo e didático-pedagógico. Para saber sobre o suporte e a materialidade da Revista do Ensino/RS na segunda fase, ver BASTOS (2007).

¹²¹ Para saber mais acerca de Maria de Lourdes Gastal (1912-2000), ver FISCHER (2010).

Insuficiência do curso de formação de professores para embasá-lo de conhecimentos, a dificuldade do professor para frequentar cursos de especialização, o custo elevado dos livros, bem como a dificuldade de tradução de livros estrangeiros; a superação, em curto prazo, do livro didático pela descoberta de novas técnicas de ensino; a carência de ofertas de cursos de atualização do professor (BASTOS, 2005, p. 339).

E é justamente no farto material didático destinado às práticas dos professores que o sucesso da revista reside, juntamente com as orientações metodológicas e a valorização do trabalho docente. Mas, nos anos de 1970, a Revista começa a passar por dificuldades. O CPOE/RS é extinto, e a supervisão técnica passa por diferentes órgãos da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) e por diversas editoras.

Na terceira fase, 1989 a 1992, numa outra proposta e suporte gráfico – em formato de tabloide, a Revista passa a ser publicada por jornalistas para professores. Tratando de publicar artigos didático-pedagógicos, relatos de experiências, entrevistas e reportagens, assuntos da atualidade, etc. buscando resgatar a trajetória da Revista do Ensino.

Foi realizado um levantamento da produção textual das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, no recorte temporal de 1939 a 1968. E durante essas três décadas, um total de 127 títulos da produção textual foram encontrados (vide quadro a seguir).

Quadro 5 – Levantamento de autoras e títulos publicados na Revista do Ensino/RS

REVISTA DO ENSINO (1939 a 1968)		
Autoras	Seções	Títulos
Ida Silveira	Educação geral (**)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bibliotecas Infantis (1939) ▪ O que foi a Semana Ruralista de Farroupilha (1939) ▪ Instituições escolares (1940) ▪ Higiene Mental na Escola (1950) ▪ Higiene Mental na Escola (1950) ▪ Instruções para o preenchimento da ficha de dados e observações do aluno (1952) ▪ Ficha de dados e observações (1953)
Lahidy Zapp	Educação geral (**)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Casa paterna– Torrão Natal (1940) ▪ Mundo Moderno (1956) ▪ A tarefa da família cristã em face do mundo moderno (1956)
Eloah Brodt Ribeiro Kunz	Direção de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A missão do educador (1954) ▪ O II Congresso Nacional de Professores Primários na opinião dos educadores (1955) ▪ Direção de Aprendizagem - Sugestões para o desenvolvimento de atividades nos Jardins de Infância (1960) ▪ Direção de Aprendizagem - Sugestões para o desenvolvimento de atividades nos Jardins de

		<p>Infância (1960)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação Pré-Primária - Jardins de Infância (1961)
Graciema Pacheco	----	---
Fanny Delamora Garcia	Educação Geral (**)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de unidade didática sobre: Brasil, Companhia de Jesus e Árvore. (1940)
Sarah Azambuja Rolla (*)	Diretrizes Metodológicas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresente o problema – Linguagem (1952) ▪ Apresente o problema – Linguagem (1952) ▪ Sugestões para a organização de problemas no 1º e 2º ano (1952) ▪ Apresente seu problema – Como adaptar e contar histórias às crianças dos primeiros anos da escola Primária (1952) ▪ Geometria (1952) ▪ Apresente seu problema – Qual a melhor forma de executar a correção do ditado (1952) ▪ Geometria (1952) ▪ Diretrizes metodológicas – importância do uso das gravuras na escola primária (1953) ▪ Seriação do ensino de frações decimais – Análise didática do cálculo das frações decimais (1953) ▪ LINGUAGEM – A motivação no ensino da escrita (1953) ▪ Diretrizes metodológicas: LINGUAGEM – A leitura no 1º ano (1ª parte) (1953) ▪ Diretrizes metodológicas: LINGUAGEM – A leitura no 1º ano (2ª parte) (1953) ▪ Programa experimental de Matemática (1960) ▪ Diversos – Ofício Circular n. 54 – Conteúdo dos Programas Normais Gerais (1960)
Abigail Teixeira	Editora-chefe	---
Ruth Ivoty Torres da Silva (*)	Educação Rural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Clubes Agrícolas Escolares – Educação Rural (1940) ▪ Clubes Agrícolas Escolares (1940) ▪ As novas realizações escolares – Clubes Agrícolas (1940) ▪ Educação rural – a escolha de unidades didáticas na escola (1952) ▪ Educação rural – Liga dos Amigos da Natureza (1953) ▪ Educação rural – Instituições escolares (1953) ▪ Educação rural – II seminário de Educação Rural (1953) ▪ Educação rural – Dia da Árvore (1953) ▪ Dia da Árvore(1954) ▪ Diferenças essenciais entre o ensino primário comum e o supletivo (1954) ▪ Ensino primário urbano e rural (1955) ▪ Os trabalhos manuais na escola primária (1956) ▪ Trabalhos manuais – diretrizes metodológicas (1956) ▪ Sugestões de trabalhos a serem executados com carretéis (1956) ▪ Material para a concretização do Ensino (1958) ▪ A Educação Rural no Rio Grande do Sul (1958) ▪ A escola primária e sua função (1958) ▪ A escola como Centro de Comunidade para a Educação de Base (1959) ▪ Sugestões para o desenvolvimento de atividades agrícolas na escola isolada (1963) ▪ Sugestões para o desenvolvimento de atividades

		agrícolas no campo escolar primário elementar (1963)
Maria Cibeira Perpétuo	Educação geral (**)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O cinema a serviço da educação (1939)
Élida de Freitas e Castro Druck (*)	Biblioteca Escolar Infantil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Subsídios para a história da educação brasileira (1940) ▪ Subsídios para a história da educação brasileira (1940) ▪ Biblioteca escolar infantil (1951) ▪ Biblioteca escolar infantil (1952) ▪ Biblioteca escolar infantil (1952) ▪ Biblioteca escolar infantil (1952) ▪ Apresente seu problema – Biblioteca escolar infantil (1952) ▪ Biblioteca escolar infantil – sala de leitura – localização e móveis (1952) ▪ Biblioteca escolar infantil – sala de leitura (1952) ▪ Biblioteca escolar infantil (1952) ▪ Biblioteca escolar infantil (1953) ▪ Biblioteca escolar infantil – deveres da professora bibliotecária (1953) ▪ Biblioteca escolar infantil – preferências do leitor infantil (1953) ▪ Biblioteca escolar infantil (1953) ▪ Biblioteca escolar infantil – Joana Ceci (1953) ▪ Biblioteca escolar infantil – Revistas (1953) ▪ Biblioteca escolar infantil – publicidade (I) (1953) ▪ Biblioteca escolar infantil – publicidade (II) (1953) ▪ Biblioteca escolar infantil (1954) ▪ Biblioteca escolar infantil – A Biblioteca e o Lar (I) (1954) ▪ Biblioteca escolar infantil – A Biblioteca e o Lar (II) (1954) ▪ Biblioteca escolar infantil – Carimbos (1954) ▪ Biblioteca escolar infantil – Façamos o nosso marcador (I) (1954) ▪ Biblioteca escolar infantil – Façamos o nosso marcador (II) (1954) ▪ Biblioteca escolar infantil – Realizações na Biblioteca (1954) ▪ Biblioteca escolar infantil – Uma Biblioteca em Ação (1954) ▪ Biblioteca escolar infantil – Realizações na Biblioteca (1955) ▪ Biblioteca escolar infantil – Realizações na Biblioteca: Campanha da boa revista (1955) ▪ Biblioteca escolar infantil – Realizações na Biblioteca (1955) ▪ Biblioteca escolar infantil – A criança e o livro (1955) ▪ Ano Landelliano – Um inventor bom, justo e sábio (1956)
Eddy Flores Cabral (*)	Ensino Supletivo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino Supletivo (1951) ▪ Ensino Supletivo (1952) ▪ Ensino Supletivo (1952) ▪ Ensino Supletivo – Todo curso pode ter sua biblioteca (1952) ▪ Ensino Supletivo – Um pouco de educação econômica (1952) ▪ Ensino Supletivo (1952) ▪ Ensino Supletivo – A leitura na 2ª série do Curso

		<p>Supletivo (1952)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino Supletivo – Algumas atividades de leitura para o Curso Supletivo (1953) ▪ Retrato de Mestres – Prof. Estevão José Inácio de Oliveira (1953) ▪ Ensino Supletivo – Aprendizagem do adulto em relação a da criança (1953) ▪ Ensino Supletivo – educação de adultos (1953) ▪ Ensino Supletivo – sugestões para o desenvolvimento das atividades de “Noções de Direito Usual” no curso supletivo (1954) ▪ Ensino Supletivo – um pouco sobre Higiene e Educação (1954) ▪ Ensino Supletivo – Algumas sugestões para atividades de Estudos Sociais (1954) ▪ Ensino Supletivo – Composição: sugestões de atividades (1954) ▪ A infrequência escolar (1954) ▪ O livro de texto na educação de adultos (1955) ▪ Trabalhando individual (1955) ▪ Bibliografia para o professor – Estudos Sociais (1955) ▪ O ensino da geografia e a compreensão internacional (1955) ▪ Carta das Nações Unidas (1955) ▪ A nova divisão regional do estado (1956) ▪ Educação de adultos (1957) ▪ Descobrimientos do século XV (1958) ▪ Sugestões para utilização do Quadro Mural sobre o Descobrimento do Brasil (1958) ▪ Bibliografia de Estudos Sociais (1959) ▪ Bibliografia para professores de Estudos Sociais (1960) ▪ Assuntos diversos – Bibliografia de Estudos Sociais (1960) ▪ Direção de Aprendizagem – Divisão de Ciências Sociais – Diretrizes Básicas (1961) ▪ Recursos educativos dos museus rio-grandenses (1962) ▪ Lista de endereços onde obter informações e publicações sobre RS (1962) ▪ Subsídios para o estudo de Porto Alegre (1962) ▪ Levantamento de bibliografias informativas e de pesquisa (1962) ▪ Interpretação de conteúdos do programa primário de estudos sociais (1963) ▪ Ensino Normal – Diretrizes básica para didática especial em Estudos Sociais (1965) ▪ Diferença entre Estudos Sociais e Ciências Sociais (1967) ▪ Utilização de documentos históricos em situações de aprendizagem (1968)
Alda Cardozo Kremer (*)	Estudos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresente seu problema – Estudos Sociais (1952) ▪ Diretrizes Metodológicas: Aprendizagem da História (1953)
TOTAL de títulos		128
(*) Professora com	(**) Educação Geral – quando a autora trata de vários temas e não aparece em	

maior produção na Revista do Ensino/RS	nenhuma seção específica
--	--------------------------

Nesse levantamento, percebe-se que duas não possuem publicação na revista, Graciema Pacheco e Abigail Teixeira. Graciema Pacheco, ao ser questionada sobre a publicação de seus trabalhos, responde que “Nunca se chegava a tempo de publicar o trabalho. (...) fazia-se, discutia-se, divulgava e ... não botava no papel. (...) Sempre ficava para depois, sempre ficava, vou escrever, vou escrever, me aposentei em vez de escrever não escrevi também”¹²² Mas mesmo sem ter escrito, o conhecimento desenvolvido por Graciema Pacheco, principalmente nas áreas da Psicologia Escolar e Educacional, no Estado foi de grande monta, e sua vida profissional reconhecida por muitos.

Abigail Teixeira fez parte da equipe editorial da Revista do Ensino/RS, com o cargo de editora-chefe, de 1951 e 1952, e depois como Auxiliar de Direção, de 1953 a 1959. Provavelmente, a falta de textos assinados por ela não desmerece sua relevante presença, porque, como fora colocado no primeiro capítulo, a “fermentação intelectual” encontra-se na criação e produção de uma revista, não somente em quem escreve os textos que ela veicula, mas também em quem os seleciona, organiza, distribui no corpo da revista, isto é, quem realiza o trabalho de mediação editorial¹²³.

As outras dez alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação publicaram na Revista do Ensino/RS com contribuições que variaram de 1 a 37. O destaque é Eddy Flores Cabral que contabilizou trinta e sete títulos, na seção Ensino Supletivo, dos quais a maioria aborda a Educação de adultos e, em menor número, alguns textos sobre os Estudos Sociais.

Élida de Freitas e Castro Druck também apresenta trinta textos na seção “Biblioteca Escolar Infantil”, e publica uma sequência de textos tratando do tema, incluindo os “deveres de uma professora bibliotecária”, as escolhas para montagem do acervo, homenagens, reproduções fotográficas de salas de bibliotecas escolares infantis. Ela também ficou responsável pela seção “Subsídios para a História da Educação Brasileira”.

A seção de Educação Rural esteve a cargo da aluna-mestra/professora/técnica em Educação Ruth Ivoty Torres da Silva. Foram vinte e cinco títulos, que apresentaram o que deve um professor rural saber, sobre “ligas dos amigos da natureza”, “clubes agrícolas”, entre outros.

¹²² Entrevista concedida para William B. Gomes, para o projeto Museu Virtual de Psicologia (04/04/1991). Para saber mais ver www.ufrgs.br/museupsi.

¹²³ Mediação editorial é o processo com o qual os indivíduos, responsáveis pela criação e publicação, dão materialidade, forma e composição gráfica ao impresso, que permite aos textos sua leitura. Sobre mediação editorial, ver DARTON (2010) e CHARTIER (2002).

Na seção Diretrizes Metodológicas, Sarah Azambuja Rolla publicou catorze títulos que tratam, em sua maioria, de assuntos da aprendizagem na escola primária, principalmente questões ligadas à linguagem e à matemática.

Eloah Brodt Ribeiro Kunz colaborou com cinco artigos no total, dois textos na seção de Direção de Aprendizagem, referindo-se às atividades no jardim de infância.

As demais alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação versaram sobre psicologia – Ida Silveira; Educação e família – Lahidy Zapp; plano de aula – Fanny Delamora Garcia; e Educação e cinema – Maria Cibeira Perpétuo.

O significativo número de publicações na Revista do Ensino/RS demonstra a relevante participação das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação na produção e circulação das ideias sobre os variados temas de Educação. O levantamento demonstrou o quanto elas escreviam, isto é, durante 1939 a 1968, foram publicados em média 4,26 artigos por ano por cada uma. Sendo que a uma revista editou em torno de oito a dez números por ano, isso significa que, em metade dos números anuais da revista, as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação estiveram presentes, uma produção intelectual destinada a uma população leitora composta, entre outras, por alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação do estado, assim como, professoras de outras localidades do país e do mundo¹²⁴. Contribuíram, assim, para que o periódico fosse considerado “indispensável ao trabalho docente” (FISCHER, 2005, p. 27).

A Revista do Ensino/RS, através da sua história, proporciona um olhar singular para a História da Educação do Rio Grande do Sul, principalmente, como dispositivo de finalidades educativas, voltado às práticas e experiências pedagógicas.

¹²⁴ Em uma entrevista para Fischer, a professora Maria de Lourdes Gastal comenta que algumas professoras portuguesas mandavam a Revista para suas colegas na China. A circulação mundial pode ser percebida através da prática da permuta entre periódicos. Para saber mais, ver FISCHER (2010). Bem como a tiragem que alcançou quase 50.000 exemplares.

3.3.3 REVISTA CACIQUE (1954-1963)

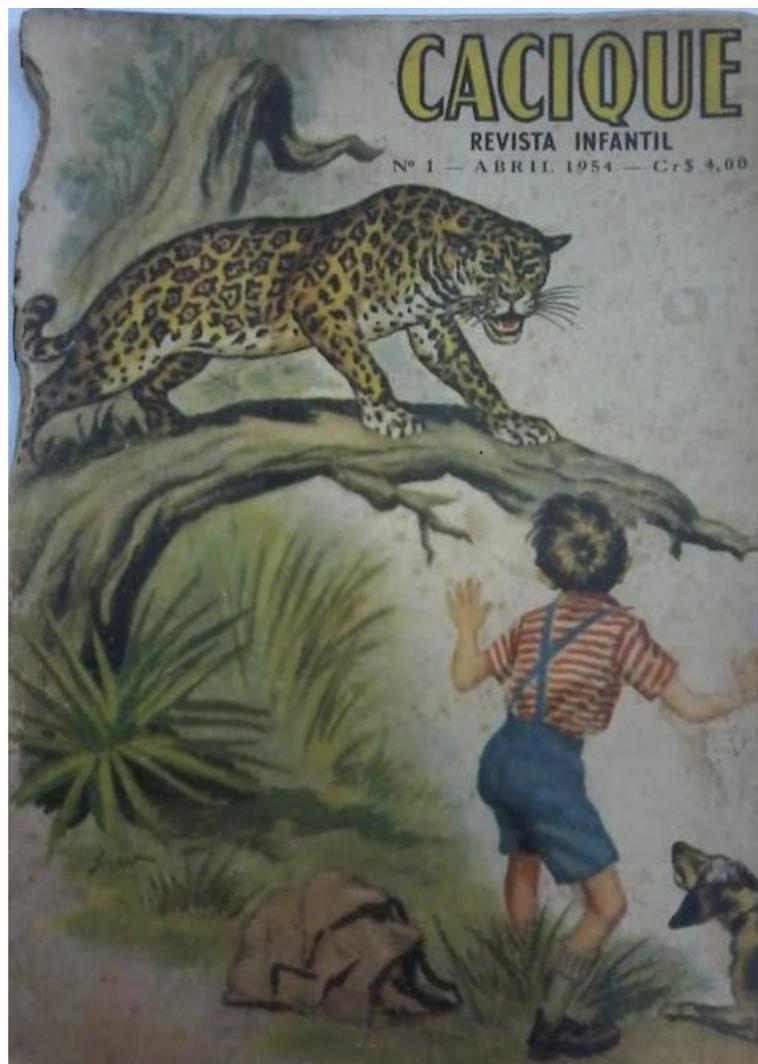


Figura 23 – Primeira capa da Revista Cacique, 1954.

A Revista Cacique¹²⁵ é voltada ao público infantil. Publicada primeiramente pelo Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE/RS), de 1954 até 1961. Após esse período foi vinculada à divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura (SEC). As professoras envolvidas foram primeiramente Maria da Glória Albuquerque (diretora), Esther Faria da Silva (secretária) e, a partir de 1961, a direção ficou com a professora Maria Moritz¹²⁶.

¹²⁵ O formato em brochura continha em média 30 páginas por número, no tamanho de 22cm x 16cm. Editada primeiramente pela Livraria do Globo. Para saber mais acerca da Revista Cacique, ver estudos de BASTOS (2006, 1995).

¹²⁶ Conforme Bastos (2006), o ato de criação da revista se deu através do Decreto nº 6.005 (27/01/1955) e o “Regulamento da Revista Infantil CACIQUE” foi aprovado no Decreto nº 7.201 (23/08/1955).

Nos seus nove anos de vida, disponibilizou às crianças um periódico de leitura destinado à recreação e à formação. Suas páginas continham literatura, ilustrações, seções interativas (jogos, questões, charadas, recortes, material para pintura, etc.). Através da publicação mensal (de 1954 até 1957) ou quinzenal (nos anos seguintes), seus 106 números chegaram a ter uma circulação em diversas regiões do estado gaúcho e nos demais estados do país.

A única aluna-mestra/professora/técnica em Educação que possui textos na revista Cacique é **Ruth Ivoty Torres da Silva**. Por que então escolher esse periódico?

Primeiro, porque Ruth Ivoty Torres da Silva foi um das redatoras da revista e colaboradora; segundo, porque ao fazer o levantamento da produção textual, de 1956 a 1959, foram localizados sessenta títulos de sua autoria; terceiro, porque a revista foi uma publicação oficial vinculada ao CPOE/RS e à SEC; quarto, porque representa o alcance que a produção intelectual das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação chegou, isto é, não escreviam apenas para seus pares, porém para um público bem maior, incluindo o infanto-juvenil, como um compromisso permanente com a Educação.



Figura 24 – A mão negra, de Ruth Ivoty Torres da Silva (Revista Cacique, 1958)

E quinto, porque a revista *Cacique* possibilita ao pesquisador conhecer como ocorreu a construção e a divulgação do ideário de “bom menino”, presente através do viés recreacionista da revista. Bem como, de uma leitura de formação, isto é, uma revista que “procura educar e moldar seus leitores, na perspectiva de ensinabilidade da moral ou das virtudes, é um periódico com função moralizadora e intenção educativa, cívica, patriótica e social” (BASTOS, 2006, p. 2).

Lembrando que no mesmo período da criação da revista *Cacique*, a *Revista do Ensino* e o CPOE/RS publicam orientações sobre a Biblioteca Infantil Escolar, incluindo quais leituras deveriam ser realizadas. Élide de Freitas e Castro Druck, em seu artigo “Revistas”, transcreve a opinião da professora Liba Juta Knijik sobre a revista infantil:

Na escolha de revistas deve-se sempre estar alerta contra o sensacionalismo e confucionismo, contra revistas insignificantes e vulgares, que trazem verdadeiros prejuízos morais na formação da personalidade da criança. As revistas infantis, na Biblioteca Escolar Primária, devem contribuir para formar na criança o senso da realidade, devolver-lhe a reflexão, despertar-lhe o interesse para ler, oportunizar-lhe um estímulo para a cultura e um passatempo agradável para as horas de lazer. Assim sendo, a revista infantil deve ter apresentação sugestiva – papel de boa qualidade, tipo claros, gravuras nítidas – pode variar na sua apresentação e pode conter assunto de aspecto diverso e múltiplo, devendo, entretanto, sempre agir no sentido educativo de formação de atitudes e hábitos que possam contribuir para formação harmoniosa da personalidade da criança. (REVISTA DO ENSINO/RS, nº17, 1953, p. 19)

Nesse sentido, o Regulamento de criação da revista estabelece, baseado em estudos da psicologia da criança voltados para a Educação, que a função da revista será “apresentar uma leitura sadia e de acordo com os interesses dos leitores; recrear, educando, através de um conteúdo literário leve, acessível, atraente” (BASTOS, 2006, p. 3).

A mediação editorial da revista *Cacique* define protocolos de leitura¹²⁷ que podem ser percebidos a partir da capa. Os desenhos presentes nas capas, sempre coloridos, sugerem desde o início o contato tátil-visual do leitor, indícios que sugerem um enquadramento do sentido dos textos transmitidos à leitura. As ilustrações internas, também coloridas, dispostas na página, complementam muitas vezes os textos publicados, ilustrando de maneira informativa os conteúdos enfocados. Novamente, as ilustrações visam assegurar a clareza das informações difundidas, direcionar o entendimento daquilo que se pretende transmitir. Estando em “consonância com a proposta de divertir, educar e formar, pela ênfase na literatura (fábulas, contos, poesias, histórias, lendas), na divulgação de conhecimentos variados de história, de arte, música, geografia, ciência; nas curiosidades científicas” (BASTOS, 2006, p. 5).

¹²⁷ Chartier chama de *protocolos de leitura* as alterações textuais, dispositivos tipográficos que proporcionam maneiras de ler. Para saber mais, ver CHARTIER (1992, 2009).



Figura 25 – Colaboradores mirins (Revista Cacique, 1958)

Preocupadas com o alunado, em especial com o público leitor infanto-juvenil, e com a professora primária, as Revistas do Ensino/RS e Cacique foram divulgadoras do pensamento educacional oficial. Nelas estavam as representações sociais do “modelo” de “boa professora”, de “bom menino” e de “boa Educação e ensino”, intimamente ligado ao contexto histórico do século XX.

E, entre outros objetivos, o Regulamento diz que a revista deve “incentivar o amor à Pátria e aos grandes ideais, interessando o pequeno leitor por tudo o que diz respeito à economia e a beleza de nossa terra, a nobreza de sua história e o encanto de suas tradições” (BASTOS, 2006, p. 3).

Porém, como ressalta Bastos (2006), a revista Cacique não trabalha questões polêmicas e contraditórias (discriminação racial, diferenças de classe, de sexo) em sua visão idealista e harmônica de sociedade, sem conflitos sociais e individuais. Apenas a valorização de atitudes adequadas, a exaltação do esforço e o empenho individuais para a superação das dificuldades.

3.3.4 Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (1943-1971) e o Boletim do CPOE/RS (1947-1966)

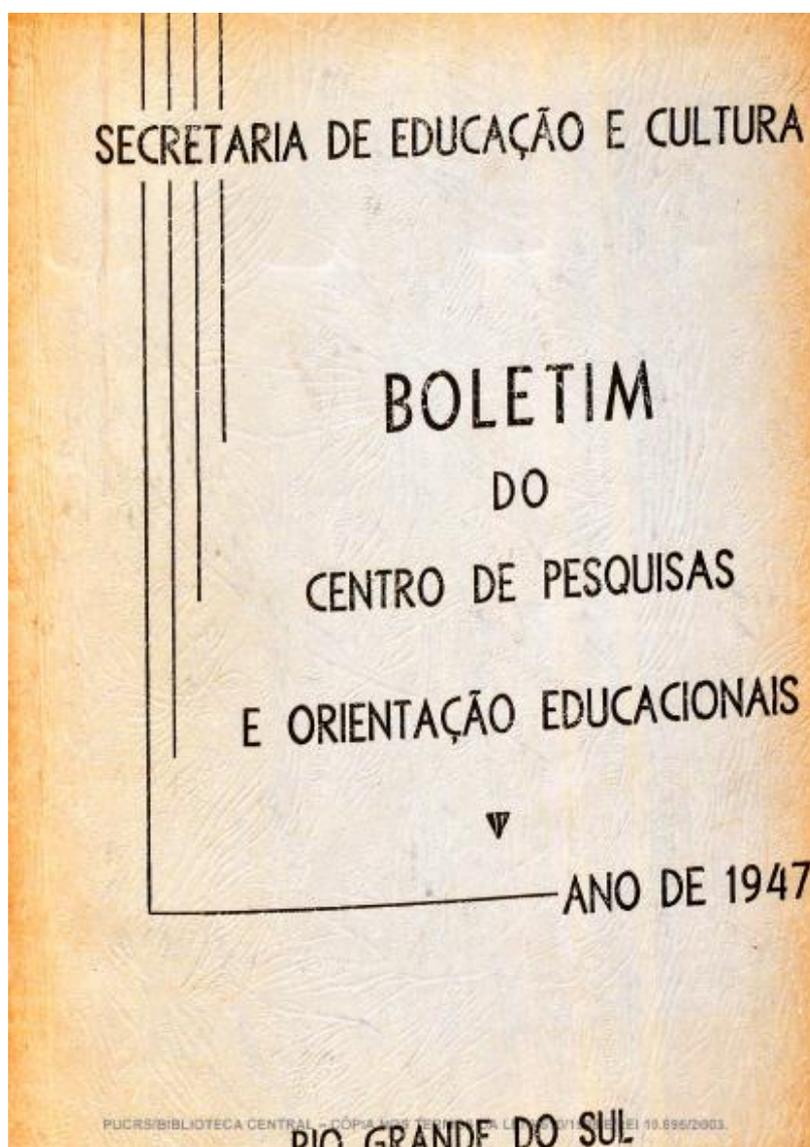


Figura 26 – Capa do Boletim do CPOE/RS, 1947

O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais/RS¹²⁸ foi instaurado pelo Decreto n. 794 de 17 de junho de 1943, a partir da transformação da Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública e prestava assistência especializada ao Departamento de Educação Primária e Normal da SEC.

¹²⁸ O CPOE/RS foi objeto de pesquisa na tese de Claudemir Quadros (2006b). Nela o autor aborda a emergência, a inserção e o funcionamento de Centro (de 1937 a 1971), com objetivo de compreender os modos pelos quais o sistema educativo se tornou objeto de reforma, e como certos discursos se instituíram como verdades.

O CPOE/RS inscreve-se no âmbito de uma reforma educacional executada pelo Estado. Nesse sentido, foi responsável pelo desenvolvimento de pesquisas na área da psicologia, da pedagogia e das ciências sociais, utilizando-se de bases científicas para orientação do trabalho escolar. Tinha como interesse os estudos acerca da criança em todos os seus aspectos – biológico, psicológico, sociológico, pedagógico; da aprendizagem e do meio escolar. Também desenvolveu a função de orientador educacional, através da oferta de cursos, palestras, reuniões, de visitas técnicas às escolas, da elaboração de programas, planos, comunicados, circulares e instruções. Manteve uma biblioteca central com obras pedagógicas e escolares, indicava livros didáticos e de obras para as bibliotecas do professor e do aluno. E elaborou medidas para a organização de classes e para o melhor rendimento escolar (QUADROS, 2006b).

Nesse sentido, o Centro torna-se o “epicentro das decisões educacionais e o órgão que estabeleceria formas de controle sofisticadas, tanto em relação à profissão docente quanto à vida de alunos, escola e da comunidade escolar de um modo geral” (PERES, 2000, p. 136). Portanto, acabou por produzir e consolidar uma “determinada *expertise* educacional”, voltada para a produção de conhecimento acerca da infância, e o órgão passou a organizar e controlar o sistema escolar: a organização das classes escolares do primeiro ao último ano escolar, a orientação *do quê e como* ensinar, e o controle do rendimento escolar através da aplicação de testes.

Para essa demanda, o CPOE/RS organizou-se, inicialmente, em três Seções: a de Orientação¹²⁹, a de Provas¹³⁰ e a de Pesquisas¹³¹. Uma quarta Seção foi criada, na década de 1950, a de Psicologia. Contava com uma Biblioteca Pedagógica especializada para uso dos professores.

Durante sua existência, o CPOE/RS atuou para o movimento de renovação e a modernização pedagógica, em que o modelo escolar esteve embasado nos conceitos de moderno, científico e experimental. E para tal contou com um grupo de especialistas em Educação como definidores e enunciadores das suas orientações, produzindo e consolidando uma *expertise* educacional, representada na função do “Técnico em Educação”:

¹²⁹ Entre suas atividades estavam a assistência técnico-pedagógica, promoção de cursos e conferências, formulação de pareceres técnicos e organização de programas de ensino. Foi responsável pelos níveis Pré-Primário, Primário, Supletivo e Normal.

¹³⁰ Responsável pela organização de provas para aferição do rendimento da aprendizagem, análise e estudo dos resultados, estudo do rendimento escolar, determinação de critérios para a constituição das classes nos Grupos Escolares. Foi responsável pelos níveis Primário e Normal.

¹³¹ Desenvolvia pesquisas sobre a criança (nos aspectos sociológicos, psicológicos e pedagógicos), também cuidava da Clínica da Conduta, da padronização e aplicação de testes psicológicos. Foi responsável pelos níveis Pré-Primário, Primário Fundamental, Supletivo e Normal.

O cargo de “Técnico em Educação” do CPOE foi ocupado em sua maioria por professoras que tinham como formação o curso normal e a habilitação para lecionar no ensino primário. As técnicas educacionais desempenharam um importante papel no campo educacional gaúcho, escrevendo os boletins do referido Centro com as prescrições das orientações, ministrando os cursos de formação para o magistério, organizando testes e avaliações para os alunos e, a partir de determinado momento, produzindo também materiais didáticos, com ênfase nos livros. Esse grupo de mulheres que assumiu a tarefa de elaborar obras didáticas que estivessem de acordo com os chamados novos preceitos educacionais desenvolveu expressiva produção de livros com destinação escolar e, de certo modo, se profissionalizou neste campo (PERES; RAMIL, 2015, p. 180)

No mesmo sentido, Quadros (2006b) afirma:

Os técnicos em Educação do CPOE/RS atuaram, portanto, nos marcos de uma política que tem sua própria cultura. Uma cultura produzida e gerida por intelectuais-reformadores que se erigem como detentores e porta-vozes do saber especializado e científico no âmbito da Educação e que têm uma forma própria e específica de conceber a escola e de influir na reforma educativa, inscrevendo práticas que redefiniram, paulatinamente, a cultura escolar. (QUADROS, 2006b, p. 284)

Sendo assim, o CPOE/RS constituído pelas professoras/técnicas em Educação assumiu o caráter de centro de pesquisas educacionais e de órgão técnico-normativo, que contou com a veiculação de um saber autorizado, através da publicação dos Boletins do CPOE/RS.

Para a circulação dos discursos educacionais, de forma oficial, foram emitidos os Boletins do Centro de Pesquisas e Orientação Educacional¹³². O primeiro número do Boletim foi publicado no ano de 1947, pela Livraria Selbach Editora. Como publicação institucional, de acordo com Quadros (2006a), teve como objetivo informar, promover e difundir as novas práticas a partir dos estudos científicos, atreladas ao trabalho desenvolvido pelo CPOE/RS no movimento renovador da Educação.

Os textos veiculados nos Boletins correspondem à publicação em formato de relatório dos resultados de pesquisas, orientações técnicas e pedagógicas, gráficos, ilustrações, ofícios, legislação, cursos, seminários, missões pedagógicas, visitas às escolas. Nas palavras de Quadros (2006b), as “páginas testemunham a produção e a proliferação de um discurso autorizado que remete, quase que invariavelmente, para três dimensões proeminentes do trabalho desenvolvido pelo Centro: a difusão de práticas e de novos rumos para a Educação; formação de um espírito científico e o movimento de renovação educacional, que ao final os técnicos dizem representar” (p. 40).

A comunicação entre o CPOE/RS e as professoras que estavam nos Grupos Escolares encontrou o caminho da legitimidade, intermediado pelo serviço de Orientação de Ensino das

¹³² O formato dos boletins corresponde a 16 cm x 23,5 cm, em preto e branco. Impressos pela Imprensa Oficial, Livraria do Globo e Livraria Selbach. O total de páginas de cada Boletim variou entre o menor número de 154 páginas e o maior número de 645 páginas.

Delegacias Regionais. Esteve presente através da seção de “Comunicados”, cuja função correspondeu a orientar o “como proceder”, isto é, instruir o procedimento e a definição de objetivos nos quais professores, diretores e escolas deveriam estar atentos. Nisso apresentavam atividades a serem desenvolvidas, indicação bibliográfica, exercícios e critérios de avaliação, caberia apenas a aplicação por parte da professora. Impõe sobre a docência o que *saber* e o que *fazer*. Isso implicou transformações da cultura profissional docente, pois o que antes era conhecido pela experiência, passa a ser substituído pelo conhecimento técnico e científico (QUADROS, 2000b).

Os Boletins também apresentavam a vasta regulamentação acerca de quem estava autorizado a atuar em Educação. De um lado, regularizando, recomendando, prescrevendo, orientando sobre os programas a serem desenvolvidos nas aulas estavam as técnicas em Educação, de outro as professoras, receptoras e autorizadas a praticar as diretrizes do trabalho educativo. Para isso, o CPOE/RS burocratizou e centralizou várias formas de controle e vigilância (QUADROS, 2000b).

Para analisar a participação das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação como colaboradoras do Boletim, foi realizado um levantamento quantitativo dos textos por elas publicados (vide quadro abaixo).

Quadro 6 – Levantamento de autoras e títulos publicados no Boletim do CPOE/RS

BOLETIM DO CPOE/RS		
Autoras	Seção	Títulos
Ida Silveira	De pesquisas Páginas iniciais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Secção de pesquisas – Investigação do Nível pedagógico dos alunos nos grupos escolares em relação com suas idades cronológicas (1947) ▪ Secção de pesquisas – Justificativa e regulamentação de uma “Escola de Mães” (1948-1949) ▪ Curso de Psicologia para professoras de 1º ano, dirigido pela Profª Ida Silveira, da Secção de Pesquisa do CPOE (1950-1951) ▪ Regulamento para uma instituição destinada a menores desajustados (1952-1953) ▪ Curso de Psicologia para professoras de Psicologia das Escolas de Cursos Normais do Estado (1952-1953)
Lahidy Zapp	De provas Comunicados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comentário sobre as provas objetivas (1948-1949) ▪ Organização das classes de Grupos Escolares do Estado (1954-1955) ▪ Sugestões para ensino da Linguagem nas classes de 1º ano (1954-1955) ▪ Plano de atividades para as comemorações de Decênio da Organização das Nações Unidas (1954-

		<p>1955)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicação apresentada no III Congresso Nacional de Professores Primários – comissão Especial de Estudo e Classificação de publicações periódicas (1958)
Eloah Brodt Ribeiro Kunz (*)	Páginas iniciais Comunicados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefácio (1947) ▪ Considerações em torno do processo de medida adotado em matemática para seleção dos candidatos à escola de professores (1947) ▪ Exposição de motivos relativa ao decreto-lei nº 2329, de 15 de março de 1947 ▪ Exposição de motivos relativa ao decreto-lei nº 2351, de 22 de março de 1947 ▪ Plano de educação rural (1948-1949) ▪ Secção de orientação – Hora Pedagógica (junho de 1948) ▪ Centenário de Joaquim Nabuco (Agosto de 1949) ▪ Semana da Criança (Setembro de 1949) ▪ Ensino Secundário (1950-1951) ▪ Seção de orientação: Julgamento das provas de composição (1950-1951) ▪ Curso de Aperfeiçoamento de professores – Curso de Matemática (1950-1951) ▪ A diagnose em educação (1952-1953) ▪ Sugestões para o desenvolvimento de atividades nas escolas primárias rurais (1952-1953) ▪ Ofícios (1952-1953) ▪ Sugestões para o desenvolvimento de atividades nos jardins de infância (1954-1955) ▪ Critério para verificação do rendimento da aprendizagem nas Escolas Normais do Estado (1954-1955) ▪ Sugestões para o ensino da Matemática nas classes de 1º ano (1954-1955) ▪ Sugestões para o ensino da Linguagem nas classes de 1º ano (1954-1955) ▪ Elaborou “Provas para aferição do rendimento da aprendizagem nas escolas primárias” ou “Provas prontas” (1956) ▪ Apresentação (1956) ▪ O Centro Regional de Pesquisas Educacionais a serviço da Educação (1958) ▪ Relações entre sistema educacional brasileiro, as escolas de formação de professores primários e os serviços de aperfeiçoamento do magistério em exercício (1958) ▪ O problema da habilitação de professores diplomados (1958)
Graciema Pacheco	Orientação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso de Aperfeiçoamento aos professores – Curso de Matemática (1950-1951)
Fanny Delamora Garcia	Comunicados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Organização das classes de Grupos Escolares do Estado (1954-1955) ▪ Ofício circular n. 952 de 18 de dez. de 1959

Sarah Azambuja Rolla	Contracapa como colaboradora Comunicados Setor do ensino primário Apresentação	Curso para professoras de 1º ano <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sugestões para o ensino de da Matemática nas classes de 1º ano ▪ Sugestões para o ensino da Linguagem nas classes de 1º ano ▪ Bel. Liberato Salzano Viera da Cunha – Um amigo da educação. Um exemplo de virtudes ▪ Relativo ao ensino da matemática ▪ Importância da alimentação no desenvolvimento infantil ▪ Exposição de Motivos – ampliação da rede de Jardins de Infância do estado do RS ▪ Ofícios
Abigail Teixeira	----	---
Ruth Ivoty Torres da Silva	Páginas iniciais Comunicados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sugestões para o desenvolvimento de atividades nas Escolas Primárias Rurais (1952-1953) ▪ Curso de aperfeiçoamento pedagógico para professores de classe do 1º ano (1952-1953) ▪ Sugestões para a participação consciente e orientada da criança na IV Festa Nacional do Trigo (1954-1955) ▪ Estudos Naturais na Escola Primária (1954-1955) ▪ Campanha contra a tuberculose (1954-1955) ▪ Ofícios (1954-1955) ▪ Conservação dos recursos naturais (1957)
Maria Cibeira Perpétuo	----	---
Élida de Freitas e Castro Druck	----	---
Eddy Flores Cabral (*)	Contracapa como colaboradora Comunicados Integrante da seção do ensino normal e secundário Setor do Ensino secundário	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos Sociais na escola primária (1954-1955) ▪ Plano de atividades para as Comemorações do Decênio da Organização das Nações Unidas (1954-1955) ▪ Plano de higiene para grupos escolares da Capital a ser desenvolvido no ano letivo de 1956 ▪ Divisão Regional do Rio Grande do Sul (1956) ▪ Plano de atividades para as comemorações da semana da Pátria (1956) ▪ Plano de atividades para as comemorações do “Ano Santos Dumont” (1956) ▪ Bacias hidrográficas do R.G. do Sul (1959) ▪ Orientações de estudos sociais – Atualização de conceitos contidos no Programa Primário (III) (1959) ▪ Campanha escolar em prol da formação e fortalecimento de uma opinião pública a favor da mudança da capital para Brasília (1959) ▪ Orientações de estudos sociais– Atualização de conceitos contidos no Programa Primário (IV) (1959) ▪ Orientações de estudos sociais– Atualização de conceitos contidos no Programa Primário (V) (1959) ▪ Bibliografias de estudos sociais – curso primário (1959) ▪ Divisão de ciências sociais – Diretrizes básicas (1959) ▪ Bibliografias para História do Brasil (1959) ▪ Ensino secundário – plano de curso – sugestões para organização do planejamento anual (1959)

Alda Cardozo Kremer	Contracapa como colaboradora Comunicados Apresentação Introdução Relatórios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para toda a criança, conhecimento e respeito de sua personalidade como seu direito mais valioso (1951) ▪ Abertura (1958) ▪ Apresentação (1958) ▪ Ofícios (1958) ▪ Palestra inaugural aos professores de Psicologia das escolas normais (1958) ▪ Apresentação – Documento de término de exercício como diretora do CPOE (1959) ▪ Instruções (1959)
Total	72 títulos	
(*) Professoras com maior produção nos Boletins		

A partir desse quadro, foi possível perceber que a publicação foi menor, em relação à Revista do Ensino/RS. Foram encontrados 72 títulos assinados por elas durante os anos de 1947 a 1966 (ano em que aparece pela última vez texto assinado por uma das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação).

Isso decorre do fato de que em muitos textos que circulam nos Boletins não constam autoria direta, e o levantamento realizado foi a partir daqueles que foram assinados. É o caso do Boletim dos anos de 1950-1951, onde apenas o artigo inicial que trata do Ensino Secundário está assinado por Eloah Ribeiro Kunz. As Seções de Provas, de Orientação e de Pesquisas apresentam seus textos sem autoria. No Boletim de 1952-1953, a contracapa aparece com a informação de quais técnicas em Educação colaboraram: **Alda Cardozo Kremer, Eddy Flores Cabral, Eloah Brodt Ribeiro Kunz, Ida Silveira, Ruth Ivoty Torres da Silva, Sarah Azambuja Rolla, Sydia Santana Bopp e Yandir Martins Santos**. Nesse volume, apenas **Eloah Brodt Ribeiro Kunz, Ruth Ivoty Torres da Silva e Ida Silveira** possuem referência nos textos.

Infere-se, portanto, que, apesar de as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação não possuírem seus nomes diretamente vinculados à totalidade dos textos veiculados nos Boletins, não diminui em nada sua participação como produtoras intelectuais. O número total de publicações das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação apresenta temáticas ligadas às orientações, instruções, comunicações, transcrições de palestras, ofícios, notícias.

Destaque para Eloah Brodt Ribeiro Kunz que, à frente da direção do CPOE/RS, foi quem mais realizou registros. Dentre eles estão desde as apresentações iniciais dos Boletins, despachos oficiais, como orientações acerca do campo pedagógico. Coube a ela o prefácio de abertura do primeiro Boletim:

A divulgação das iniciativas e realizações da Secretaria de Educação e Cultura em um de seus setores – o da orientação técnico-pedagógica do aparelho escolar –

constitui uma das atribuições do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e um imperativo de consciência profissional. Proporcionar àqueles que executam o plano educacional elaborado pela Secretaria o conhecimento do acervo magnífico de experiências sobre o qual alicerçamos o trabalho de cada dia é valorizar o patrimônio cultural que nos foi confiado. Na difusão das práticas introduzidas e dos novos rumos palmilhados objetiva-se o desígnio de dilatar os horizontes individuais, estendendo-os em todos os sentidos significativos até marco decisivo para a formação do espírito científico necessário à compreensão e livre aceitação dos fatos educacionais sob influxo dos princípios que norteiam a ciência pedagógica. Aspiramos esclarecer, por natural processo de interação social, os que se interessam pelo trabalho educativo, constituindo-os colaboradores dos órgãos técnicos na solução dos problemas que lhes são atinentes. Com a publicação periódica dos estudos e pesquisas realizadas por este Centro propiciam-se o reconhecimento e a discussão dos assuntos relativos à vida educacional, sintonizando as clarinadas dispersas e acelerando o ritmo do movimento renovador que se processa no plano pedagógico. (Eloah Brodt Ribeiro Kunz, Boletim do CPOE/RS, 1947, p. 9)

Nele, portanto, Eloah Brodt Ribeiro Kunz acentua os aspectos fundamentais do CPOE/RS, tais como o compartilhamento de informações, a promoção e a difusão de novas práticas pedagógicas. Igualmente, propõe que o Boletim sirva para o estreitamento das distâncias entre as pesquisas desenvolvidas nos órgãos oficiais e a quem chamou de “aqueles que executam o plano educacional elaborado pela Secretaria”, isto é, a todos os componentes do magistério, “constituindo-os colaboradores dos órgãos técnicos na solução dos problemas que lhes são atinentes”. Coube, também, ao periódico a divulgação das discussões em torno do movimento renovador em Educação.

No compartilhamento de novas práticas pedagógicas, por exemplo, Eddy Flores Cabral apresenta planos de atividades e orientações com relação aos Estudos Sociais – Geografia e História – enfatizando a importância dessas disciplinas para a formação da criança. O texto aponta, também, o “como fazer”, propondo atividades para cada ano escolar. Nesse mesmo sentido, Sarah Azambuja Rolla escreve sugestões para o ensino da Matemática, que auxilia, orienta as atividades a serem desenvolvidas pelo professor. Ruth Ivoty Torres da Silva compartilha as sugestões sobre os Estudos Naturais na Escola Primária e orienta sobre Educação Rural. Ida Silveira, Fanny Delamora Garcia, Lahidy Zapp e Graciema Pacheco também propõem cursos, planos e organização de classes. Alda Cardozo Kremer expõe relatórios finais das atividades desenvolvidas pelo CPOE/RS durante o período em que foi diretora.

3.3.5 Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Porto Alegre – CRPE/RS (1956-1964) e o Boletim do CRPE/RS

No decorrer da manutenção do aparato estatal destinado aos estudos e planejamentos educacionais, no ano de 1955, o Ministério da Educação e Cultura criou através do Decreto nº 38.460, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacional, com sede no Rio de Janeiro (CBPE) e seus cinco Centros Regionais de Pesquisa – São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, subordinados ao INEP¹³³.

O Decreto determinou que, a partir da implantação gradual de políticas educacionais para o Brasil, caberia aos Centros atuarem em quatro momentos específicos: 1) na *realização de pesquisas, investigações e estudos* sobre a situação escolar, sobre as condições culturais e de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo; 2) com base nas pesquisas, estabelecer *planejamentos e orientações* para os níveis de ensino e para a Educação de adultos; 3) bem como, na *elaboração* de material sobre administração escolar, currículos, psicologia educacional, filosofia da Educação, medidas escolares, formação de professores, etc.; 4) e no *treinamento e aperfeiçoamento* de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas em Educação e professores de escolas normais e primárias.

O período que compreende as décadas de 1930 a 1950 representa para a história da Educação brasileira o surgimento e a efetivação de um modelo de estrutura burocrática arquitetada pelo Ministério da Educação – criação do INEP, em 1938, e dos Centros, em 1955. Tendo como seus principais idealizadores Lourenço Filho e Anísio Teixeira que defendiam a Educação como um instrumento fundamental para a estabilidade social e para a sobrevivência da nação. Por essa razão, houve a necessidade de descentralizar as pesquisas, os estudos, as propostas e as orientações educacionais, com o propósito de favorecer a estruturação das políticas voltadas para a Educação brasileira e regional, elaborada a partir de princípios da racionalidade – baseados na ciência e na técnica – contando com a ajuda das ciências sociais, de seus pressupostos teóricos e de seu instrumental de investigação empírica.

¹³³ Na década de 1950, além das instituições estatais responsáveis pelo gerenciamento da Educação brasileira, encontrava-se o envolvimento de técnicos da UNESCO, no auxílio e desenvolvimento das pesquisas.

Nas palavras de Anísio Teixeira¹³⁴, proferidas na abertura de uma formação voltada para especialistas em Educação, nos campos da administração escolar e da formação do magistério, ele menciona como é importante as formações para a preparação de especialistas, porque mudaram as circunstâncias da Educação naquele período,

porque mudaram os nossos objetivos e, por uma e outra razão, temos que mudar hábitos e tradições (...). A primeira mudança é esta. Não podemos selecionar alunos. Temos que educar a todos. Não podemos selecionar os mestres. Temos de escolhê-los em camadas cada vez mais comuns. Com alunos comuns e mestres comuns, cresceram as necessidades de planejamento, as necessidades de supervisão e as necessidades de administração. (...) Mudaram também os objetivos da Educação escolar. (TEIXEIRA, 1958, p. 5-6)

Portanto, os Centros de Pesquisas priorizavam os estudos e as investigações sobre o ensino primário, secundário e a formação docente e de outros especialistas, respeitando a diversidade e a realidade regional do país e o desenvolvimento de “propostas aplicáveis à política educacional de adaptação da escola à sociedade brasileira” (ROSA; DALABRIDA, 2007, p. 4).

Foram convocados para as atividades e para comporem o quadro dos Centros cientistas sociais e estudiosos das questões educacionais¹³⁵. De acordo com Ferreira (2008), foram propostos o total de 191 projetos de pesquisa ao CBPE e aos CRPE. A autora classificou os projetos em duas grandes temáticas: “as relações existentes entre a Educação escolarizada e o meio social em mudança” e o “funcionamento interno da escola e sua administração”.

Em Porto Alegre, o Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE/RS) foi criado em 1956, e por ele foram publicados o Boletim do CRPE/RS e o Correio do CRPE/RS.

A sua primeira Diretora foi a professora Eloah Brodt Ribeiro Kunz (1956 a 1959), que assumiu dois anos depois de deixar a direção do CPOE/RS, lugar que havia ocupado por oito

¹³⁴ *Por que especialistas de Educação?* Palestra realizada no curso de formação de especialistas em Educação – cooperação entre a UNESCO e a USP, no CRPE/SP. Publicada em Educação e Ciências Sociais, Ano III, vol. 3, n. 7, 1958, abril, (p. 5-8).

¹³⁵ Por exemplo, em São Paulo, o CRPE/SP foi criado em 1956, através de um convênio entre o INEP e a Universidade de São Paulo, onde contou com o trabalho de intelectuais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Seu primeiro diretor foi Fernando de Azevedo (1956-1961), membro do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL/USP. Aparecida Joly Gouveia (1971), técnica do INEP, em um estudo e levantamento acerca da Pesquisa Educacional no Brasil e mostra que as pesquisas desenvolvidas no INEP possuem três momentos distintos: de 1940 a 1956, os estudos foram predominantemente de natureza psicopedagógica, em que foi criada uma Divisão de Psicologia Aplicada, preocupada com os processos de ensino, com os instrumentos de avaliação e aprendizagem e com o desenvolvimento psicológico. Nesse momento desenvolveram material sobre a linguagem infantil e a padronização de testes para avaliação do nível mental; de 1956 a 1964, que teve início com a criação do CBPE e dos CRPE, a ênfase deslocou-se para a análise de natureza sociológica, foram produzidas monografias sob a responsabilidade de sociólogos e antropólogos com foco nas relações entre escola e certos aspectos da sociedade local, regional ou nacional; de 1964 aos dias atuais (que para a autora representa 1971), a ênfase esteve nos estudos de interesse econômico, propondo pesquisas com temáticas tais como Educação como investimento, levantamento de custos e preocupação com a escola e a demanda de profissionais de diferentes níveis.

anos. A escolha de uma pessoa vinculada ao CPOE/RS ressalta a importância que essa instituição teve para o campo da Educação, e de todo o trabalho de pesquisas e orientações que vinha há doze anos desenvolvendo, muito tempo antes da instauração do CRPE/RS no estado do Rio Grande do Sul. Parece, portanto, que aluna-mestra/professora/técnica em Educação “expressa o reconhecimento do profícuo trabalho que vinha sendo realizado no estado” (BASTOS, QUADROS, ESQUINSANI, 2006).

Porém, passados três anos no cargo, ocorreu seu afastamento, que de acordo com a própria Diretora:

O prestígio alcançado pelo CRPE junto ao INEP nos meios educacionais do estado e naqueles onde vinham os bolsistas, levou dois professores da URGS a pleitearem junto ao Instituto a incorporação do órgão à universidade. Tendo alcançado seu desiderato e conferido autonomia administrativa e técnica à URGS, os dois professores foram designados diretores, um do CRPE e o outro de uma de suas seções. (Depoimento dado à Beatriz Fischer, jan/1998 – BASTOS, QUADROS, ESQUINSANI, 2006, p. 14)

O fato acima citado ocorreu em 1959, quando o INEP, juntamente com a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), através do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e o Colégio de Aplicação, assinaram o convênio para que a Universidade fosse responsável pelo CRPE/RS. Sendo assim, o professor Dr. Álvaro Magalhães assumiu a direção do Centro até sua extinção em 1974¹³⁶.

Se for analisar conforme o que Gouveia (1971) apresenta, isto é, nos três períodos em que o INEP desenvolve diferentes ênfases de interesse, pode-se compreender o que aconteceu com a professora Eloah Brodt Ribeiro Kunz. A partir da segunda metade da década de 1950, o INEP investe e se associa a universidades locais, bem como às secretarias estaduais de Educação. Porém, conta, principalmente, para o desenvolvimento das pesquisas educacionais, com as instituições universitárias para tratarem das temáticas sociais e antropológicas vinculadas à Educação, utilizando-se de instrumentos teóricos e de investigação empírica vindas das *ciências sociais*. Por exemplo, em São Paulo, o CRPE/SP está sob o comando da USP, tendo Fernando de Azevedo como seu diretor e, em Pernambuco, a direção fica a cargo de Gilberto Freyre.

Porém, uma característica deve ser enfatizada. Apesar do que ocorre no restante do país, no estado do Rio Grande do Sul, ainda nesse período, apesar da troca da direção do CRPE/RS e da ênfase na análise sociológica proposta pelo INEP, há a presença dos estudos e

¹³⁶ Álvaro Magalhães iniciou sua vida como professor na Universidade Porto Alegre (UPA) em 1932, como professor interino de Física. Em 1935, se tornou Professor Catedrático e, em 1937, optou por ser Professor Catedrático da Escola de Filosofia, e passou a lecionar a Cadeira de História e Filosofia da Educação, no curso de Pedagogia. Ocupou vários cargos administrativos ligados à Educação. Na URGS, foi diretor da Faculdade de Filosofia. Para saber mais ver FÁVERO, BRITTO, 2002.

análises de *natureza psicopedagógica*. Das pesquisas realizadas pelo CRPE/RS de 1956 a 1973¹³⁷, foi possível levantar que dos cento e três títulos das pesquisas, 20 títulos referem-se a pesquisas que envolvem a psicopedagogia. Ao longo da gestão da professora Eloah Brodt Ribeiro Kunz, foram ofertadas um total de trinta e nove pesquisas, sendo dez voltadas à psicopedagogia. Isto é, metade dos títulos de pesquisas que envolvem temas como “estudos, adaptação e elaboração de testes de inteligência e aptidões”, “testes de pré-leitura”, “preparação do teste-diagnóstico”, “psicologia educacional: psicologia da criança”, “evolução das estruturas do pensamento e capacidades mentais em correspondência com os conteúdos da aprendizagem”, entre outros, foram desenvolvidos durante os três anos de sua direção.

Os autores Bastos, Quadros e Esquinsani (2006) também salientam que a parceria entre CRPE/RS, Universidade, Secretaria de Educação e CPOE/RS foi frutífera para o desenvolvimento das pesquisas, que envolveram levantamentos sobre a realidade das escolas no estado, em especial, sobre o Ensino Primário, e também no levantamento sobre a legislação, planejamentos e instruções. Com contato constante entre os dois Centros e as Delegacias regionais de ensino, foi possível apresentar cursos de treinamento e aperfeiçoamento para a rede de professores, e igualmente, selecionar professores bolsistas (atividade de responsabilidade do CPOE/RS e das delegacias regionais de ensino). Outro fator a ser destacado foi a possibilidade de contato entre professores bolsistas, num intercâmbio entre os outros estados, para troca de experiências.

As atividades desenvolvidas pelo CRPE/RS demonstram “singularidades significativas” entre e a relação do governo federal, através do INEP, CBPE, e o governo do estado, representado pela Secretaria de Educação e pelo CPOE/RS, isto é, pelo “estrito vínculo entre pessoas e ações” (BASTOS, QUADROS, ESQUINSANI, 2006, p. 21).

Apoiada em aspectos sociais e psicológicos, a professora Eloah Brodt Ribeiro Kunz apresenta, no primeiro Boletim do CRPE/RS, a situação educacional do estado. Em seu texto enfatiza a relevância do conhecimento moderno e científico nas questões sociais e educacionais, obrigatórios para dotar o professor das condições necessárias para que este possa ter uma postura de pesquisador no dia a dia escolar. Trata, também, que o pressuposto moderno e científico estaria na tradição escolanovista, que embasaria a organização escolar, com o intuito de desenvolver nos alunos os conhecimentos necessários para a compreensão da sociedade.

¹³⁷ O rol de títulos de pesquisas realizadas nesse período encontra-se no anexo 1 do artigo de BASTOS, QUADROS, ESQUINSANI, 2006.

O CRPE/RS contou com publicações impressas e com outras mídias como veículos de comunicação e de divulgação dos interesses do magistério. Palestras foram transmitidas pela Rádio da Universidade – aos sábados e às terças-feiras – com enfoque no Ensino Primário e destinava-se ao aperfeiçoamento dos professores da capital e do interior via radiofonia (BASTOS, QUADROS, ESQUINSANI, 2006).

Contava, também, com uma seção semanal no periódico *Correio do Povo*. Os periódicos oficiais do CRPE/RS foram o *Boletim do CRPE/RS* e o *Correio do CRPE/RS*. No comando da professora foram editados apenas três números do *Boletim informativo*¹³⁸. No nº 1, de 1956, foram publicados apenas três textos: dois de autoria da professora Eloah Brodt Ribeiro Kunz e o Decreto n.38.460 de 28 de dezembro de 1955, que institui o CBPE e os CRPE.

Foi no Relatório de Atividades do CRPE/RS (1961) que encontrei o nome de Graciema Pacheco como Diretora da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE), juntamente com a lista de nomes que compõem o Conselho Técnico Administrativo: Alda Cardozo Kremer, Ida Silveira, Salvador Petrucci, Eurico Trindade Neves, Balthazar C. Barbosa¹³⁹.

* * *

No contexto histórico do movimento de renovação educacional, as instituições aqui apresentadas estiveram diretamente envolvidas – a Escola Complementar/Normal de Porto Alegre, a Secretaria de Educação e Saúde Pública, o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais. Foram partícipes nesse processo que envolveu a reestruturação administrativa do estado e a formação de professores embasados no discurso científico de Educação e no desenvolvimento de quem pensa a Educação e para quem ela se dirige – com o fomento da produção textual e iniciativas editoriais.

¹³⁸ A consulta aos Boletins do CRPE/RS realizou-se na Biblioteca da Faculdade de Educação/UFRGS. No local tive acesso apenas aos números 1956, nº1, 1958, nº3, 1969, nº1, nº2; e o Relatório de Atividades do CRPE, 1961 a 1966.

¹³⁹ Os Centros Regionais organizavam-se em quatro divisões: Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE), Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS), Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (DDIP), Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM). E pelo Conselho Técnico Administrativo.

Capítulo 4

A formação de uma *expertise* através da “Universidade das Mulheres”: trajetória intelectual, social e profissional

Nos capítulos anteriores, foi desenvolvida uma estrutura pensada para apresentar as trajetórias das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, desde o entendimento das categorias envolvidas na pesquisa, passando pela apresentação dos agentes sociais – *alunas-mestras que se tornaram professoras e técnicas em Educação, no período de 1920 a 1960* e pelos espaços sociais por eles percorridos – *formação escolar e pertencimento ao quadro de funcionários públicos do estado do Rio Grande do Sul*.

Nesse momento, convém articular essas trajetórias e a construção dos espaços institucionais, juntamente com a produção intelectual – *produção e difusão de ideias através da prática de escrita e produção textual*.

O presente capítulo propõe analisar a trajetória das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação e a efetiva participação delas no *movimento de renovação educacional*, na *produção intelectual resultante do debate educacional da época* e na *circulação de suas escritas através da imprensa de Educação e ensino*. Processo que envolveu redes de sociabilidade, desde a formação docente, que perpassa a vida profissional e a produção intelectual das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, envolvendo seus textos e escolhas temáticas.

Inicialmente, no primeiro capítulo expliquei que a tessitura da trajetória (social, profissional, intelectual) envolveu vários fios – a vida escolar, o serviço público, os textos das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação. O resultado dessa urdidura foi o que denomino como “Universidade das mulheres”.

O termo foi retirado de uma citação de Michelle Perrot, em seu livro “Mulheres Públicas” (1998). A autora o utiliza para expressar a importância que teve a Escola Normal para a formação profissional e intelectual de mulheres no século XIX. Espaço social – de delimitação física, de poder, de representação – que possibilitou às mulheres acesso, onde até então lhes era negado, isto é, o mundo do trabalho com formação profissional e da escrita.

A Universidade das Mulheres é um espaço social, onde as trajetórias não são lineares, são sem direcionamento único, mas, como num sobe e desce do tear, envolve: a constituição de ser aluna-mestra, de ser professora e de ser técnica em Educação; a formação inicial, contínua e profissional; a construção de um conhecimento específico; as redes de sociabilidades; a legitimação social e profissional; mostram, portanto, as trajetórias intelectuais, sociais e profissionais, percorridas no espaço social “onde se exprimem as disposições do *habitus*” (BOURDIEU, 1996, p. 292).

Universidade das Mulheres e a *expertise* intelectual se encontram em três circunstâncias/dimensões interligadas e que serão analisadas:

- a) A posição institucional e as relações sociais daquelas que produzem conhecimento;
- b) O reconhecimento pela qualificação acadêmica e competência;
- c) A legitimidade e a força política conferida a elas.

A posição institucional se refere ao trânsito entre a Escola Complementar/Normal de Porto Alegre e a Secretaria da Educação, CPOE/RS e CRPE/RS. E, com isso, a passagem de aluna-mestra à professora, à técnica em Educação, à diretora e a outros cargos alcançados. E todas as relações sociais envolvidas na produção de conhecimento, durante o período da Renovação Educacional, nos cursos propostos pelo Governo Federal e Estadual (INEP, CRPE/RS, CPOE/RS), viagens ao exterior, troca de experiências.

E, a partir do posicionamento institucional, o reconhecimento das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação através da competência e da qualificação acadêmica, presentes em suas trajetórias intelectuais e profissionais. Assim como a legitimidade e a força política que o posicionamento institucional e o reconhecimento lhes conferiram.

4.1 A posição institucional e as relações sociais daquelas que produzem conhecimento

As alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, apresentadas no segundo capítulo, foram escolhidas porque pertencem ao campo educacional¹⁴⁰ gaúcho. Por essa razão, a partir das suas trajetórias, foi possível balizar uma experiência social, cultural, política e intelectual dentro deste campo e das redes de sociabilidade imbricadas nas relações políticas, profissionais e de amizade.

A importância do grupo está, portanto, nas relações de sociabilidade, nos espaços de convivência em que as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação produziram suas trajetórias sociais e profissionais ligadas ao magistério – na escola, no funcionalismo público – e suas trajetórias intelectuais – na produção escrita – nos impressos.

Convém salientar que, dentro do processo de reestruturação do aparelho administrativo da pasta educacional do governo do Estado, a partir da década de 1930, esteve presente a criação de novos cargos técnicos e a contratação de professores para suprir a demanda do atendimento a um número maior de alunos, devido à expansão da rede de escolas públicas naquele momento. E que, até 1935, o quadro da Diretoria de Instrução Pública possuía 22 funcionários na Seção Técnica, e certamente as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação passaram a compor e aumentar o número de funcionários.

Como assim nos apresenta o seguinte quadro, que demonstra a formação inicial e a vida profissional de mulheres que vivenciaram a Educação durante mais de trinta anos através da participação nas instituições propostas para essa pesquisa.

¹⁴⁰ Convém salientar que o campo educacional aqui tratado é um “espaço social ocupado pelos educadores e pensadores da Educação no que se constituía à época um campo (em termos bourdieusianos) em formação” (SILVA, 2015, p. 48).

Quadro 7 - Levantamento de instituições nas quais estiveram as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação (desde a formação docente à atuação profissional)

Autoras	Escola Complementar/Normal Aluna-mestra	Escola Complementar/Normal Grêmio de alunas	Professora de grupo escolar/colégio elementar	SESP Auxiliar Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública	CPOE/RS Técnica em Educação	CPOE/RS Direção	CRPE/RS Direção	CRPE/RS	Revista do Ensino - Editora chefe	Professora Instituto de Educação	UFRGS Professora	PUCRS Professora	Conselho Estadual de Educação	Sociedade Riograndense de Educação	Associação de Professores Católicos	Clube de funcionários públicos liberais RS	Associação dos Funcionários Públicos do Estado	Associação dos técnicos em Educação do RS
Ida Silveira																		
Lahidy Zapp																		
Eloah Brodt Ribeiro Kunz																		
Graciema Pacheco																		
Fanny Delamora Garcia																		
Sarah Azambuja Rolla																		
Maria Cibeira Perpétuo																		
Abigail Teixeira																		
Ruth Ivoty Torres da Silva																		
Élida de Freitas e Castro Druck																		
Eddy Flores Cabral																		
Alda Cardozo Kremer																		

A circulação institucional das doze alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, presentes no quadro acima, demonstra, mesmo que não tenham estado juntas em todas as instituições ou passado pelos mesmos cargos profissionais, a proximidade, a vivência e o convívio em um mesmo espaço ou próximo dele, em um mesmo período temporal.

A rede de relações e as regras de sociabilidade perpassam pelo início da vida de alunas a alunas-mestras, a professoras públicas, a técnicas em Educação, a diretoras de centros de pesquisa, a escritoras, etc. Instituído um *habitus* a partir da experiência social vivida por elas no ambiente escolar e em órgãos públicos. Constituído por um conjunto de características conhecidas pelos integrantes do campo e organizadas por eles (BOURDIEU, 2011). Isto é, características conhecidas pelas alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, quando

participaram como integrantes de instituições em comum (espaços de circulação em comum) e estiveram inseridas no mesmo mundo do trabalho e profissional (e compartilharam ao mesmo tempo).

Fatores que unem essas mulheres que, nascidas no início do século XX, percorreram a profissionalização através do magistério. Profissionalização que abraçou essas moças, para além de suas origens sociais, mas sim como uma possibilidade de possuir estudos, carreira, profissão e relações sociais.

Quais foram as regras de sociabilidade dessas mulheres?

Primeira, está presente no gênero feminino, em que ser mulher com uma profissão é estar vinculada ao magistério. Segunda, o acesso à profissionalização perpassa inicialmente pela escola normal, escola de formação docente. Terceira, pela *expertise* da profissão docente, desenvolvida nos quadros de uma escola como professora, bem como técnicas em Educação. Quarta, ser professora pública, trabalhar inicialmente no interior, voltar à capital e ser técnica em Educação. Quinta corresponde às exigências profissionais e interação com colegas.

As redes de sociabilidade se deram pelo coleguismo, pelos dados que considero indiretos, ou seja, data de formatura, presença autoral nas publicações – nos mesmos anos ou nos mesmos números, presença na mesma instituição durante o mesmo período ou em outro momento, partilha dos mesmos cargos.

O que demonstra a imagem a seguir, onde as formandas de 1929, Eloah Brodt Ribeiro Kunz, Graciema Pacheco, Fanny Delamora Garcia, Sarah Azambuja Rolla provavelmente encontram-se entre as moças presentes nas fotografias publicadas na Revista do Globo, na seção intitulada o “O novo magistério”¹⁴¹.

Imagens que transformam o evento de colação de grau num espetáculo a ser compartilhado com um público bem maior do que com apenas os frequentadores da Escola Complementar/Normal de Porto Alegre, e sim com o público leitor da revista. Enfim, imagens como “vestígios visuais de uma ampla iconosfera porto-alegrense, adaptados para as páginas da Revista do Globo” (MACHADO JR., 2009, p. 132).

¹⁴¹ Fotografias intituladas “Magistério Rio-Grandense” tinham por objetivo demonstrar a solenidade da entrega de diplomas das alunas concluintes, segundo Machado Jr. (2009). Não há identificação de pelo menos uma pessoa que está no enquadramento da câmera. Para saber mais sobre a fotografia e revistas ilustradas, ver Monteiro, 2011.

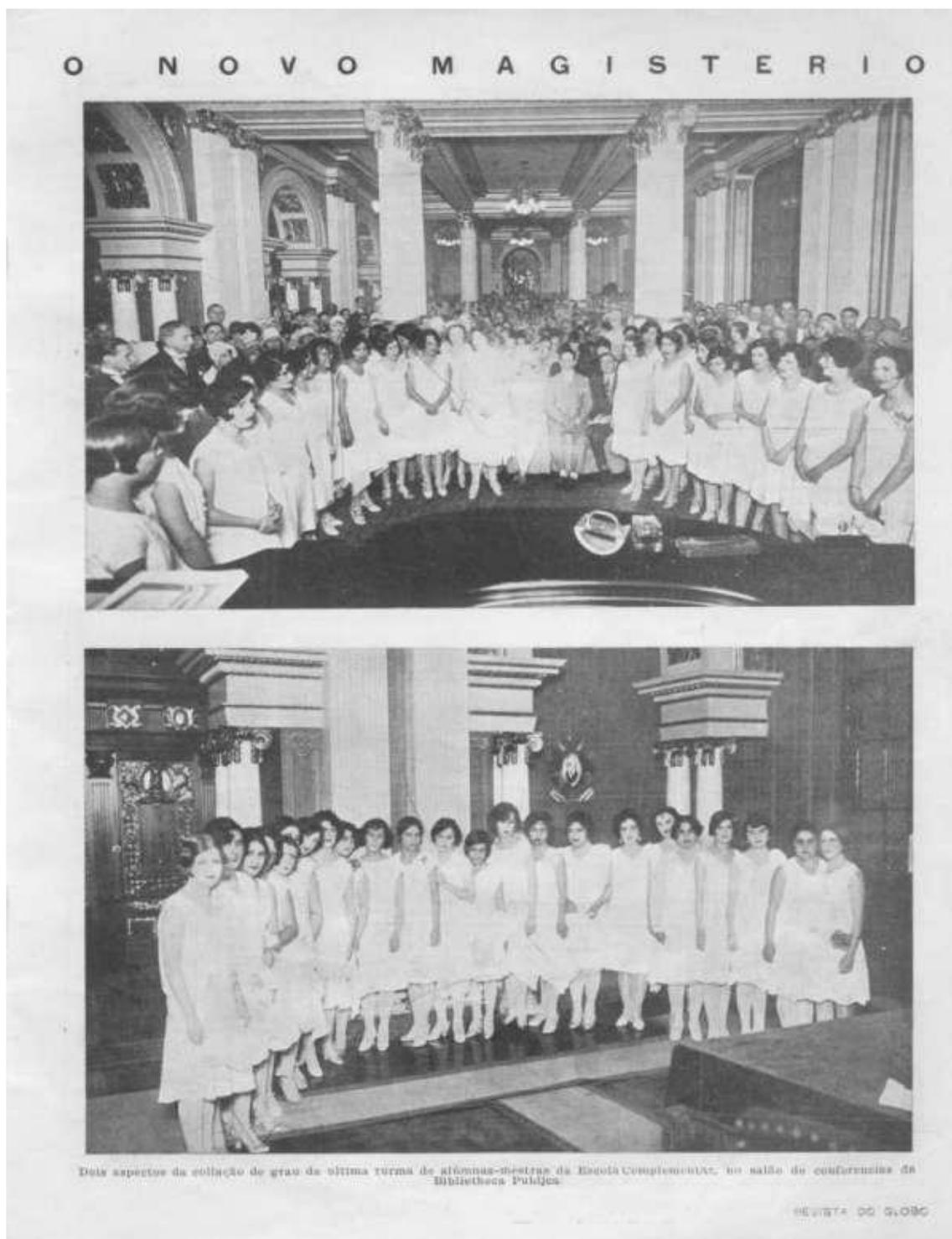


Figura 27 - Fotografias publicadas na Revista do Globo - "Colação de grau da última turma de alunas-mestras da Escola Complementar – Biblioteca Pública" (1929, n. 09).

E na Seção Sociedade da Revista do Globo, onde apresentam as alunas do Curso de Aperfeiçoamento com sua professora Olga Acauan, em 1931, ano da formatura de Graciema Pacheco e Maria Cibeira Perpétuo.



Figura 28 – Fotografia do grupo de alunas do Curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal de Porto Alegre (Revista do Globo, 1931, n. 2)

Na imagem, a seguir, retrata a colação de grau do ano de 1931, onde se encontra Ruth Ivoty Torres da Silva, no Clube Caixeiral.



Figura 29 – Fotografia da colação de grau das alunas-mestras (Revista do Globo, 1931, n.10)

Assim como tornar públicas as atividades escolares da Escola Normal de Porto Alegre, como demonstram as imagens a seguir:

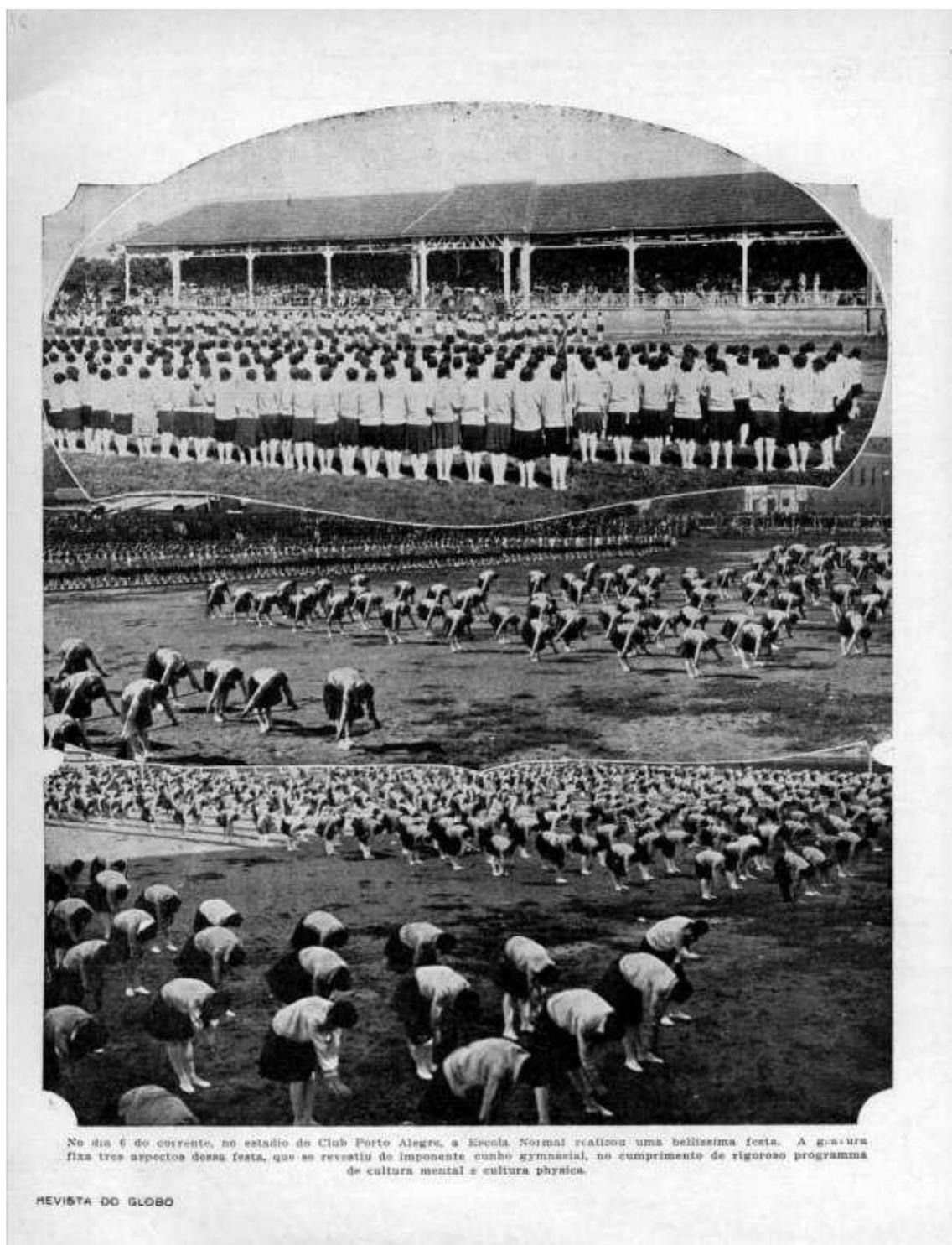


Figura 30 – Fotografia de atividades de Educação Física da Escola Normal no Clube Porto Alegre (Revista do Globo, 1929, n. 20)

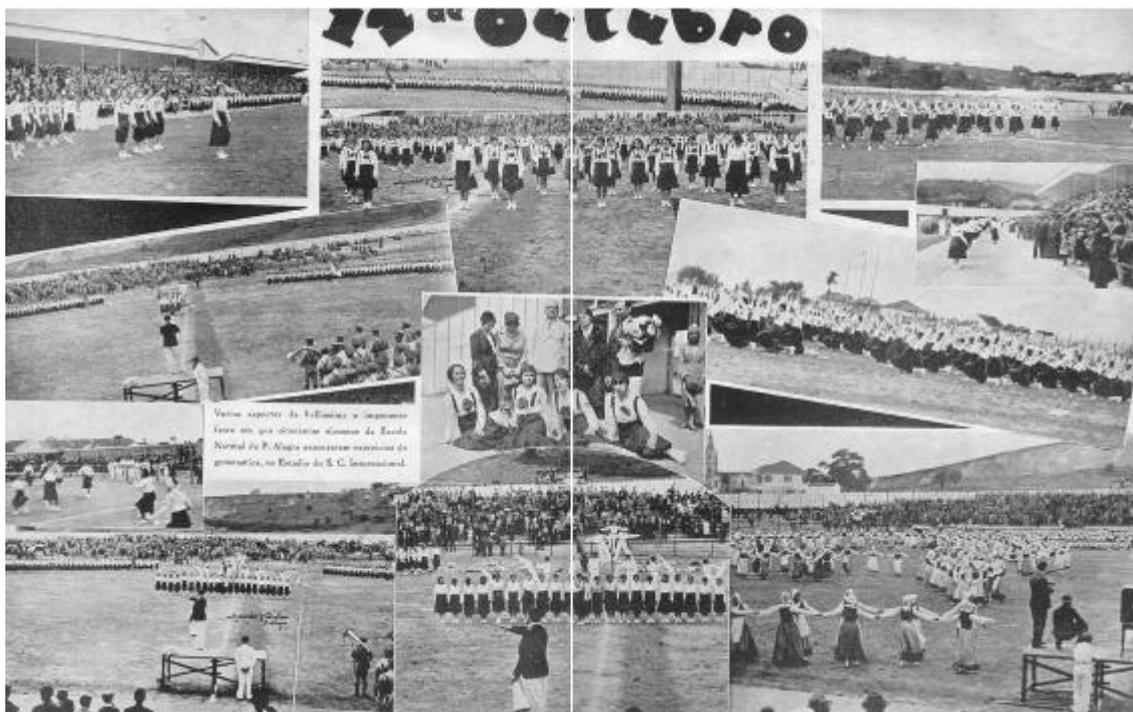


Figura 31 – Fotografia de oitocentas alunas da Escola Normal em atividades no Estádio do S. C. Internacional (Revista do Globo, 1931, n.25)

E toda e qualquer atividade dos Colégios, como o Colégio Paula Soares, fotografado no mesmo período em que Fanny Delamora Garcia foi professora. E do Colégio Treze de Maio, de Graciema Pacheco.



Figura 32 – Fotografia dos Colégios Paula Soares e Treze de Maio (Porto Alegre)
(Revista do Globo, 1931, n. 26)

Fotografias que representam momentos comemorativos, especiais – de uma festividade, como a formatura e entrega de diplomas, ou atividades físicas, práticas escolares, etc. As fotografias acima expõem alunas e professores em gestos, poses, vestuário em rituais e celebrações que fazem parte da Escola, tornando visível aos leitores desse veículo de

comunicação os ideais burgueses "onde se valoriza o indivíduo e a construção de sua imagem de prestígio e distinção de classe no espaço urbano" (MONTEIRO, 2011. p. 6).

O quadro 8 também apresenta outras instituições, além daquelas ligadas diretamente nessa pesquisa. As alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação atuaram em Universidades – Ida Silveira, Graciema Pacheco, Alda Cardozo Kremer; participaram do Conselho Estadual de Educação e da Sociedade Riograndense de Educação – Ida Silveira, Eloah Brodt Ribeiro Kunz, Maria Ciebeira Perpétuo, Abigail Teixeira; e de Associações e Clubes de Funcionários Públicos e de Professores Católicos¹⁴² – Lahidy Zapp, Abigail Teixeira, Alda Cardozo Kremer.

Redes que se expandem para além das instituições públicas/privadas aqui levantadas e que permitem perceber que essas professoras frequentaram outros espaços que marcam suas presenças na vivência social do período. É o caso, por exemplo, de Abigail Teixeira que participou da comissão para a arrecadação de doações para a Sociedade Espírita Dias da Cruz¹⁴³ e como participante da quermesse organizada pela Associação São Francisco de Assis, mais especificamente responsável pela “tenda de telegramas”¹⁴⁴.

Bem como, o exemplo de Eloah Brodt Ribeiro Kunz que, em 1933, esteve presente a uma homenagem do Rotary Clube ao magistério gaúcho, juntamente com os professores Emílio Kemp, Branca Diva Pereira, Olga Acauan, entre outros¹⁴⁵.

Exemplos dos espaços de circulação e redes de sociabilidade, que conferiram às alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação legitimidade. Espaços e momentos compartilhados desde a formação escolar/estudantil na Escola Complementar/Escola Normal e durante a atuação como professora e como técnica em Educação, nos corredores de um Colégio Elementar ou Grupo Escolar, ou em salas da Secretaria da Educação ou do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, bem como no trabalho de edição e publicações da Revista do Ensino/RS ou nos demais impressos.

¹⁴² A Associação de Professores Católicos (APC), criada em 1934, por Armando P. Camara com o intuito de “promover o desenvolvimento da Educação e difusão da cultura intelectual (...) em conformidade com a doutrina Católica Apostólica Romana” (BASTOS, 2005, p. 355). Conforme Monteiro (2006), a criação da associação foi sugerida por Everardo Backheuser. Para a autora, a APC pode ser considerada uma “pré-faculdade” de Filosofia, porque a maioria dos seus membros constituiu o corpo docente da Faculdade. A APC manteve boas relações com a Arquidiocese principalmente ao promoverem eventos culturais, e ao publicar a revista Estudos, editada a partir de 1940, com artigos de seus associados.

¹⁴³ Conforme artigo intitulado “O dia do sem teto” publicado no jornal A Federação, de 01/09/1931 (p.3).

¹⁴⁴ Informação presente no artigo “As festas de Natal”, em A Federação, de 09/11/1931 (p.2).

¹⁴⁵ Notícia publicada no jornal A Federação, de 01/12/1933 (p.3).

Instituições que marcaram essa rede de sociabilidades. Instituições-chave, ponto em comum entre elas, elo que, de certa maneira, as conectou, entrelaçou, teceu fios invisíveis, pontuou objetivos em comum de um projeto educacional para o estado.

Partilham o mesmo ideal, através da trajetória de formação inicial em comum e através da trajetória escrita, fizeram escolhas, opções, tiveram influência, influenciaram, apropriaram-se, foram apropriadas, representaram, ditaram, ordenaram, expediram os ideais de renovação pedagógica: da Escola Nova, da Psicologia, da Educação Rural, do desenvolvimento da leitura, perpassando por SESP/SEC – MEC – INEP – Escola Complementar/Normal/Instituto de Educação – CPOE/RS – CRPE/RS.

Escreveram, viajaram, palestraram, atuaram e registraram oficialmente as propostas de Educação.

4.2 O reconhecimento pela qualificação acadêmica e pela competência intelectual

Damos corpo e forma ao velho ideal de servir à coletividade, colaborando efetivamente para a disseminação da cultura e do ensino no Estado, através de uma revista aberta às questões atinentes àquele fim.

O problema da formação da Inteligência nacional, obra da Educação organizada, reveste importância máxima, sobretudo na fase atual, caracterizada pelo sentido nacionalista e patriótico de reconstrução do País e afirmação de sua existência como nação livre e soberana no conceito internacional.

A luta sem tréguas contra a ignorância popular, fonte de miséria e servilidade, é um dever impostergável para com a pátria.

Precisamos marchar à frente dessa campanha de intensificação do ensino e alfabetização popular, dentro das realidades brasileiras, sem tibiezas nem desfalecimentos. Mais do que obra para o presente, ela o será para o futuro.

A formação da personalidade, pela cultura integral da alma humana, é o alicerce não só moral como econômico e político da vida do Estado.

A própria produção está em função da inteligência.

E esta é obra da escola ou, antes, do mestre. A escola é o que o mestre é.

A sua influência marcante no alevantamento moral e intelectual da comunidade exige do professor segura orientação pedagógica e entranhado amor à sua nobilitante e patriótica missão.

A nossa revista coloca-se decidida e sinceramente ao lado do professor, procurando pela divulgação coordenada, auxiliar-lhe em sua difícil e árdua tarefa.

Através das nossas seções – Doutrinária, Legislação, Transcrições, Informações, Consultas – nos integraremos dentro dos problemas comuns que enfrenta o professor, para trazer-lhes os resultados das pesquisas dos técnicos especializados, as normas legais interessantes ao ensino, observações e conclusões de inquéritos, iniciativas aconselháveis e para esclarecer suas dificuldades.

Entregamos a nova instituição ao amparo e consideração do magistério rio-grandense, confiantes no seu alto senso e cultura. (Editorial, Revista do Ensino, nº 1, 1939, p. 7-8)

A longa transcrição do Editorial de apresentação da Revista do Ensino se faz necessária para introduzir como se deu o reconhecimento das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, pois, ao participarem do periódico, participaram dos mesmos ideais.

O Editorial traz a justificativa e o propósito da criação da Revista do Ensino e expõe a opinião de seu grupo criador sobre os caminhos que a Educação no Rio Grande do Sul deve percorrer. Caminhos que projetam uma reconstrução nacional e apresentam uma nova proposta político-pedagógica de renovação educacional.

Nesse sentido, a Revista propôs ser um instrumento de divulgação e circulação dos resultados das “pesquisas dos técnicos especializados” que iriam ajudar a “esclarecer” as dificuldades vividas pelos professores no seu fazer pedagógico. Bem como, colaboraria para a “disseminação da cultura e do ensino” no Estado, para a formação da “inteligência nacional” e para a constituição da “personalidade, pela cultura integral da alma humana”.

Envolto nesse propósito, o reconhecimento pela qualificação acadêmica e pela competência intelectual das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação perpassa pela difusão de ideias, pela circulação de seus escritos e pela produção intelectual. Bem como, pela participação delas no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a qualificação e o aperfeiçoamento profissional do magistério gaúcho. E no desenvolvimento de um conhecimento técnico e científico acerca da Educação.

Como foi dito no início deste capítulo, a Universidade das Mulheres, ligada fundamentalmente à Escola Normal, para essa pesquisa vai além da Escola Normal. A Escola Complementar/Normal de Porto Alegre atuou como espaço destinado às mulheres, onde receberam formação profissional e intelectual. Lá se produziu conhecimento, lá se ensinou o que produziram, lá colocou em prática o conhecimento produzido. Foi um espaço que abrigou o discurso científico das teorias pedagógicas, psicológicas, sociológicas.

Mas por que a Universidade das Mulheres foi além da Escola Complementar/Normal? Porque a Escola não formou apenas alunas-mestras, mas também professoras/técnicas em Educação, ou seja, formou especialistas em Educação, *experts* em Educação que, num *continuum* profissional, também produziram conhecimento e o colocaram em prática. A Escola foi, portanto, o ponto de partida. Como Escola Normal, criada pelo Decreto nº 4.277, ofertava os Cursos Complementar, de três anos, e o Normal ou Aperfeiçoamento, de dois anos. Após, portanto, cinco anos de curso, a aluna-mestra saía com formação de professora e estava apta para prestar concurso público e atuar em uma escola que normalmente ficava

distante da casa paterna – Ida Silveira foi para Rio Grande, Eloah Brodt Ribeiro Kunz para Santa Maria e Maria Cibeira Perpétuo para Carazinho, por exemplo.¹⁴⁶

Reconhecimento pela qualificação acadêmica e pela competência que passa pelo aperfeiçoamento técnico e pedagógico do magistério. Promovido e incentivado nas políticas públicas da renovação educacional. De acordo com Quadros (2006b), a implicação disso foi a criação de um espaço institucional dotado de um saber/poder, em que os especialistas passaram a enunciar um discurso científico, modernizador, único e autorizado pelo poder público.

Dessa forma, apresento nas páginas seguintes atividades desenvolvidas pelo governo estadual, cursos da Escola Complementar/Normal de Porto Alegre, entre outros, para o magistério, no sentido de incentivar a qualificação acadêmica e profissional e, portanto, para seu reconhecimento como pertencente de um saber autorizado, moderno e científico.

Durante os anos que se seguiram à formatura do curso complementar/normal e o início da carreira do magistério, as alunas-mestras podiam contar com cursos de aperfeiçoamento pedagógicos promovidos pela Diretoria Geral de Instrução Pública – Seção Técnica, inicialmente e depois pelo CPOE/RS. Assim, nas palavras de Quadros:

Teve lugar também o deslocamento do *locus* de enunciação do novo discurso autorizado acerca da escolarização e da profissionalização docente. Tal *locus* transitou da Escola Normal para a Seção Técnica, depois CPOE/RS, que se constitui, então, no lugar de difusão de ideias pedagógicas que circunscreveram as relações entre conhecimento e poder, as quais estruturaram as percepções e organizaram práticas sociais em cujo âmbito hegemonizou-se o discurso da Escola Nova. (QUADROS, 2006b, p. 284)

E, também, participaram de outros cursos ofertados pela Escola Normal, que oportunizaram outras atividades que envolvem a complexa funcionalidade de uma escola. Como é o caso do exemplo a seguir, em que trago o Ofício-Circular (de 12 de novembro de 1953) para exemplificar que a Escola Normal, agora Instituto de Educação, oferece outras possibilidades de curso para professores seguirem seus estudos.

¹⁴⁶ Beatriz Fischer (2005) em sua pesquisa apresenta entrevistas de professoras que rememoram seus primeiros anos de carreira. Em suas falas são perceptíveis as dificuldades iniciais da distância que a carreira do magistério as infligiu. E um dos tópicos tratados foi o fato de assumir como professora em outra localidade que não a sua de residência. Destaco as lembranças de uma professora que, segundo ela, “Ninguém me perguntou: Pra onde quer ou não quer ir. Fui nomeada pra Alto Rolante, onde tinha que ficar o ano inteiro. Voltava para Páscoa, no inverno, em setembro e fim de ano. (...) Era minha vocação. E foi bom!” Outra professora comentou que sua mãe havia se mudado com ela “Era um povoado pequeno e o ônibus só passava duas vezes por semana para Canguçu (...) então eu ia fim de semana e comprova linguiça (...), bolacha quadrada (...). Carne não tinha. (...) Olha, foi muito sacrifício. (...) No ano seguinte, já eu fui convidada para a direção do Grupo Escolar”. Para Fischer “essa vivência as transportava para rincões distantes, (...) não só transformando os percalços e dificuldades em desafios (...) e garantindo respeito e legitimidade diante do contexto social mais amplo” (p. 123-124).

É o curso de Administradores Escolares, com direito à bolsa de estudos ofertada pela Secretaria de Educação. O curso tem por “finalidade habilitar os diretores de escolas, orientadores de ensino, auxiliares estatísticos e encarregados de provas e medidas escolares” na prática administrativa das escolas.

OFÍCIO-CIRCULAR N.º 269

Pôrto Alegre, 12 de novembro de 1953

Senhor Delegado

Comunico a V. S.^a que o ingresso no Curso de Administradores Escolares do Instituto de Educação deverá, no próximo ano, reger-se pelo Decreto n.º 2.410, de 23-10-51 relativo à concessão de bolsas de estudo. Abaixo transcrevemos a parte do citado Decreto que diz respeito ao referido Curso.

Art. 1.º — Ficam criadas, na Secretaria de Educação e Cultura, bolsas de estudo que serão concedidas, anualmente, aos professores do Estado que obtiverem melhor classificação no concurso de ingresso à Faculdade de Filosofia, ao Curso de Administradores Escolares e à Escola Superior de Educação Física.

Art. 2.º — O professor bolsista será dispensado do exercício das funções, sem prejuízo de vencimentos ou de contagem de tempo, para todos os efeitos da carreira, durante o período necessário à realização do Curso.

Art. 3.º — inciso II — Para o Curso de Administradores e para a Escola Superior de Educação Física é exigido:

- a) ser professor efetivo e contar, respectivamente, cinco e dois anos, no mínimo, de efetivo serviço no magistério público;
- b) ser diplomado pelos seguintes estabelecimentos de ensino: Instituto de Educação, antiga Escola Normal de Pôrto Alegre, Escolas Normais, oficiais ou reconhecidas, Escolas Complementares, oficiais ou equiparadas.

§ 1.º — O candidato deverá solicitar à comissão competente a concessão da bolsa, anexando ao pedido atestado do estabelecimento de ensino no qual se inscreveu, com resultados da prova de habilitação realizada.

§ 2.º — O candidato deverá obter, ainda, parecer favorável:

- a) do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, relativamente à sua atuação docente, mediante documentação comprobatória;
- b) da Superintendência de Ensino a que pertença, quanto à possibilidade de seu afastamento da unidade escolar.

Art. 4.º — inciso II — Ao Curso de Administradores Escolares e à Escola Superior de Educação Física serão concedidas 20 bolsas, respectivamente. (Este inciso foi, recentemente, alterado passando a 30 o número de bolsas a serem concedidas já no próximo ano).

Inciso III — A comissão competente estabelecerá, face aos resultados obtidos pelos candidatos nas provas de habilitação, uma nota mínima para a concessão da bolsa.

Art. 5.º — Ao professor contemplado com bolsa de estudo, concluído o curso, assistirá a obrigação de exercer, por dois anos no mínimo, na Secretaria de Educação e Cultura, funções docentes ou relativas a serviços educacionais, a juízo da administração.

Art. 6.º — A Secretaria de Educação e Cultura cancelará, em qualquer tempo, a concessão da bolsa, se a frequência e os resultados obtidos pelo bolsista, no curso, não forem satisfatórios.

O pedido de inscrição deverá ser dirigido à Diretora do Instituto de Educação através das Delegacias Regionais de Ensino.

A inscrição se efetuará de 10 a 20 de dezembro, devendo a prova de habilitação realizar-se de 21 a 30 do mesmo mês. A prova constará de:

- a) exame de Português — composição;
- b) exame de língua estrangeira — tradução de um trecho de autor contemporâneo apresentado em uma das seguintes línguas: inglês, alemão, francês, italiano ou espanhol;
- c) prova de entrevista.

Tendo o Curso de Administradores Escolares por finalidade "habilitar diretores de escolas, orientadores de ensino, auxiliares estatísticos e encarregados de provas e medidas escolares" e conhecendo essa Delegacia a atuação docente dos professores e, conseqüentemente, os elementos mais capacitados não só para a realização do curso, mas, também, para desempenhar, no futuro, cargos de administração ou orientação no setor educacional, julgamos conveniente lhes propusesse V. Sa. se candidatassem êses professores às bolsas de estudo para o Curso de Administradores Escolares.

Apresento a V. S.^a, nesta oportunidade,
cordiais saudações

Eloah Brodt Ribeiro
Diretora do C. P. O. E.

OFÍCIO-CIRCULAR N.º 81

Pôrto Alegre, 14 de abril de 1953

Senhor Diretor

Sendo uma das atribuições dêste Centro a organização de bibliografias e considerando a necessidade que sentem os nossos professores de uma orientação segura no sentido da escolha de livros a adotar no curso primário, enviamos a relação anexa onde se apresentam ao professor os títulos das obras indicadas por êste Órgão.

Embora reconhecendo que algumas das referidas obras não satisfazem, de forma integral, a tôdas as exigências de ordem técnico-pedagógica, foram as mesmas incluídas por apresentarem aspectos favoráveis ao desenvolvimento das atividades docentes.

Saudações cordiais.

Eloah Brodt Ribeiro
Diretora do C. P. O. E.

Voltando para as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação desta pesquisa, envoltas nos mesmos ideais e incentivo à qualificação, apresento o quadro a seguir que elenca, a partir da coleta de informações biográficas, a continuidade nos estudos e a formação acadêmica, representados pelo Curso de Aperfeiçoamento (oferecido pela Escola Normal), pelas Viagens Pedagógicas (cursos realizados em outras localidades do país ou no exterior, ofertados pelo MEC/INEP, CRPE/RS, CPOE/RS, Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte) e pela Graduação (curso superior).

Quadro 8 – Formação continuada/acadêmica

Autoras	Curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal	Viagem pedagógica (Cursos)	Graduação
Ida Silveira			*
Lahidy Zapp			
Eloah Brodt Ribeiro Kunz			
Graciema Pacheco			
Fanny Delamora Garcia			
Sarah Azambuja Rolla			
Maria Cibeira Perpétuo			
Abigail Teixeira			
Ruth Ivoty Torres da Silva			
Élida de Freitas e Castro Druck			
Eddy Flores Cabral			
Alda Cardozo Kremer			
* Não foi possível verificar			

Como é perceptível, as lacunas não preenchidas não significam que as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação não o tenham realizado, porém não foi possível verificar através do cruzamento de informações e dados biográficos coletados. Por exemplo, parto da premissa que, apesar de não ter encontrado o dado de que Ida Silveira tenha realizado curso de graduação, acredito que o tenha cursado e, possivelmente, ser graduada em Psicologia. Conforme as informações a seu respeito, foi possível constatar que ela participou do corpo docente da Cátedra de Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia. Assim como Graciema Pacheco, graduada pela Faculdade de Filosofia da UFRGS¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Aqui, trago novamente as palavras de uma professora entrevistada por Fischer (2005) para exemplificar a ideia. Ao ser questionada sobre questões salariais a professora rememora que ganhava bem na sua época, porém

As alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação Graciema Pacheco, Maria Cibeira Perpétuo, Abigail Teixeira concluíram o Curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal, de dois anos de duração e lhes foi conferido o título de “professora”, conforme os artigos 10 e 11 do Regulamento do Ensino Complementar e Normal, aprovado pelo Decreto nº 4.277 de 13 de março de 1929, que tinha como fim completar o preparo profissional das alunas-mestres diplomadas pelo Curso Complementar.

Das viagens pedagógicas e cursos realizados por elas, cabe salientar, por exemplo, que Ruth Ivoty Torres da Silva participou de um Curso de Extensão Normal Rural, já no ano de 1936, na cidade do Rio de Janeiro. Evento promovido pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e contou também com a ida de Anadyr Coelho e Iris de Leão, para difundir e orientar sobre os Clubes Agrícolas Escolares.

Nos anos de 1938 e 1939, a Diretoria Geral de Instrução Pública, através da Secção Técnica, já organizava cursos de aperfeiçoamento pedagógico para o magistério. É o caso do Encontro de Professores Estaduais (14 a 26 de junho de 1939) que contou com as conferências de Lourenço Filho e Everardo Backheuser. E da primeira “Semana Ruralista”¹⁴⁸, nos dias 04 a 10 de novembro de 1939, destinada aos professores primários de alguns municípios da zona colonial do estado, promovida na 4ª Delegacia Regional de Ensino, na cidade de Farroupilha. O motivo principal do evento foi a motivação para a criação de clubes agrícolas escolares para maior desenvolvimento do ensino rural. Contou com as palestras de Ruth Ivoty Torres da Silva, Iris de Leão, Ida Silveira, entre outros.

Também é de se acreditar que as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação realizavam os “cursos e reuniões para o contínuo aperfeiçoamento técnico do professorado”, uma das atribuições do CPOE/RS, em 1947¹⁴⁹. Nesse sentido, o projeto de profissionalização do magistério promovido pelo Centro, segundo Quadros (2006b), exigiu do grupo de professores da rede a competência como aptidão para ensinar, o conhecimento da psicologia, da higiene, da moral e da religião e a formação permanente com a realização de cursos, palestras e seminários.

O desejo e a preocupação com a qualificação técnica do professorado, para melhor responder às necessidades exigidas pela profissão, continuaram na década de 1960. Alda

desejava “galgar mais alto” e seguir na profissão fazendo uma faculdade, estudar mais, “porque o máximo era ser diretora de Grupo Escolar”, e isso ela já havia alcançado (p. 134).

¹⁴⁸ Foi publicado um relatório do evento assinado por Ida Silveira e Iris de Leão na Revista do Ensino (nº4, 1939).

¹⁴⁹ As atribuições do CPOE/RS estão publicadas no Boletim do ano de 1947. Elas se constituíram em realizar estudos e investigações psicopedagógicas, destinadas a manter em bases científicas o trabalho escolar; elaborar medidas para a organização das classes, orientação educacional e controle do rendimento escolar; organizar planos de trabalho, programas, comunicados, circulares e instruções e encaminhar às direções das escolas; etc.

Cardozo Kremer, ao participar do 4º Congresso Nacional de Professores Primários,¹⁵⁰ comenta que havia, naquele momento, a necessidade de que a formação de professores ocorresse no nível superior.

A passagem pelo Curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal de Porto Alegre, a realização de cursos de extensão, as viagens pedagógicas e a realização de uma graduação universitária são indícios de que as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação obtiveram reconhecimento pela qualificação acadêmica. Pois, além de cursá-los, também promoviam, como demonstra o quadro a seguir, em que apresento um levantamento entre as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, cursos de aperfeiçoamento para professores, compostos por palestras, conferências, congressos, entre outros, que realizaram durante esses trinta anos aqui tratados.

Quadro 9 – Temáticas dos cursos de aperfeiçoamento para professores

<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: auto;">Atividades e temáticas</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: auto; margin-top: 20px;">Autoras</div>	Ida Silveira	Lahidy Zapp	Eloah Brodt Ribeiro Kunz	Graciema Pacheco	Fanny Delamora Garcia	Sarah Azambuja Rolla	Maria Cibeira Perpétuo	Abigail Teixeira	Ruth Ivoty Torres da Silva	Élida de Freitas e Castro Druck	Eddy Flores Cabral	Alda Cardozo Kremer
Curso de Psicologia para professor primário e professor da Escola Normal/ Seminário de Psicologia												
Congresso Nacional de Professores Primários												
Curso de aperfeiçoamento para Professor Primário, Secundário e da Escola Normal (matemática, leitura, geografia)												
Palestra/curso para o INEP												
Eventos para Delegados Regionais												
Palestras radiofônicas												
Curso para Professor Pré-primário												
Curso de Orientação Educacional												
Missões Pedagógicas – CPOE/RS												
Palestras sobre Educação												

¹⁵⁰ Com a comunicação “A formação técnico-cultural do professor no contexto do mundo atual”. Publicada no Boletim do CPOE/RS, 1964, p. 353-359.

Com exceção de Fanny Delamora Garcia e Abigail Teixeira, todas as outras realizaram alguma atividade que envolveu um grande público. Eventos que ocorreram não somente no meio acadêmico, mas também se utilizaram de meios de comunicação disponíveis na época, tais como as palestras radiofônicas. No ano de 1951, a professora Alda Cardozo Kremer teria sua palestra “Para toda criança, conhecimento e respeito de sua personalidade como seu direito mais valioso”, transmitida entre os dias 12 de setembro a 31 de outubro, nos seguintes horários: segundas e quartas, às 9h55minutos, na Rádio Farroupilha, terças e quintas, às 17h25minutos, na Rádio Difusora, e quartas e sextas, às 13h30 minutos, na Rádio Guaíba¹⁵¹.

Na assistência técnica aos professores também estavam as missões pedagógicas, em que as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação se deslocavam para o interior para promover o aprimoramento técnico. Foi organizada a primeira “Missão Rural”, em 1952, no município de Osório, em parceria com os Ministérios da Agricultura e da Educação. Quadros (2006b) faz um levantamento das missões pedagógicas, e salienta que, entre 1954 a 1964, as missões atingiram um público total de 19.593 pessoas, de várias localidades do interior do estado. Envolvidas com as missões pedagógicas, em Santana do Livramento, com frequência de 300 pessoas durante os dias 02 a 07 de junho de 1954, Sarah Azambuja Rolla trabalhou a seguinte temática: Metodologia da Linguagem. Em Pelotas, também tendo um número de 300 participantes, durante os dias 11 a 16 de outubro, Eddy Flores Cabral apresentou os seguintes tópicos: Fundamentos metodológicos dos Estudos Sociais na Escola Primária – O problema de fixação da aprendizagem – Material didático – Necessidade de variedade – O Espírito que deve animar o ensino – Necessidade de promover a compreensão brasileira e a paz mundial e de proporcionar aprendizagem, do ponto de vista americano, através dos estudos sociais. Um ano após, em 1955, durante os dias 12 a 16 de outubro, na cidade de Santa Maria, com um público de 500 pessoas, Alda Cardozo Kremer tratou da Educação Integral na Escola Primária, Ruth Ivoty Torres da Silva falou da Escola Primária – A escola e o desenvolvimento social do educando.

Outro fator de destaque, além dos cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo CPOE/RS, está a oferta de bolsas de estudos para estágio de professores de ensino primário e normal, concedidas pelo INEP e com a supervisão técnica do Centro. No ano de 1953, durante

¹⁵¹ Outras palestras foram também transmitidas, da professora Olga Acauan Gayer – A função da escola na formação moral da criança e do adolescente; da professora Florinda Tubino Sampaio – Preservar, para não ter que remediar. Organizar a família para não ter de criar instituições destinadas a menores abandonados; e da professora Zilah Totta – Coerência de vida e de princípios da professora.

quatro meses (01 de agosto a 30 de novembro), o roteiro de atividades teve a colaboração dos técnicos em Educação do CPOE/RS:

O estágio de professores de ensino normal constitui no estudo e prática das atividades de escola normal, com especial atenção à cadeira de Psicologia, girando as respectivas atividades em torno dos resultados de uma análise do trabalho do professor primário e de sua formação. Serviram de campo de observação a esse trabalho o Instituto de Educação, as Faculdades de Filosofia dessa capital, assim como as demais escolas normais dessa capital. Quanto ao estágio dos professores de ensino primário, constou do estudo e prática das atividades da escola primária, compreendendo o programa desta, a análise dos fundamentos teórico e prático de sua organização, bem como elaboração e execução de planos de trabalho onde se incluem as chamadas “matérias” de ensino, cujos aspectos especiais vêm sendo estudados, tanto sob o ponto de vista metodológico como psicológico. (BOLETIM DO CPOE/RS, 1953, p. 48-49)

Seguindo a atribuição de aperfeiçoar e renovar a cultura profissional do magistério, o exemplo a seguir demonstra como foi a oferta de cursos intensivos. Nota-se que, nesse exemplo, o CPOE conta com a participação da Faculdade de Filosofia na promoção dos Cursos de Matemática e Português, com os professores dessa instituição Guilhermino Cesar, Albino de Bem Veiga, Ary Nunes Tietböel, Antônio Rodrigues, Álvaro Magalhães, Isolda Holmer Paes e Graciema Pacheco. Bem como a participação da diretora do CPOE/RS Eloah Brodt Ribeiro Kunz.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROFESSORES

Entre as atribuições do C.P.O.E. inclui-se a de proporcionar ao magistério, mediante a realização de cursos intensivos, oportunidades de aperfeiçoamento cultural e de renovação dos processos didáticos. Com êsse objetivo realizaram-se, sob a orientação dêste órgão, os seguintes cursos:

1 — *Curso de Português e Literatura Nacional* para professores de Escolas Normais, Ginásios e Escolas Técnicas do Estado, no período de 20-6-51 a 7-7-51, com a colaboração do Departamento Cultural da Universidade do Rio Grande do Sul.

As aulas foram ministradas pelos Drs. Guilhermino Cesar e Albino de Bem Veiga, professores da Faculdade de Filosofia, que desenvolveram os programas anexos.

Freqüentaram o curso 52 professores de escolas da capital e do interior do Estado.

2 — *Curso de Matemática* para professores dessa disciplina nos Cursos de Formação de Professores Primários, Secundários e Técnico Profissionais, sob a direção dos Profs. Eng.º Ary Nunes Tielböel e Antônio Rodrigues, da Faculdade de Filosofia, realizado com a freqüência de 25 professores, no período de 20-6-51 a 7-7-51.

Fêz parte dos Cursos de Português e Matemática uma série de conferências e palestras sôbre temas do interesse do magistério, proferidas pelos seguintes educadores: Prof.^a Eloah Brodt Ribeiro, Diretora dêste Centro, Prof. Alvaro Magalhães, Diretor do Departamento Cultural da Universidade do Rio Grande do Sul, Prof.^a Graciema Pacheco e Prof.^a Isolda Holmer Paes, da Faculdade de Filosofia.

3 — *Curso de Psicologia* para professoras de 1.º ano, dirigido pela Prof.^a Ida Silveira, da Secção de Pesquisas do C.P.O.E.

4 — *Curso para professores* de 1.º ano, ministrado pela Professora Sarah A. Rolla, da Secção de Orientação do C.P.O.E.

Nessa página também constam os cursos oferecidos pelas professoras Ida Silveira – Curso de Psicologia para professoras do 1º ano, e por Sarah Azambuja Rolla – Curso para professoras do 1º ano. Nas páginas seguintes do mesmo Boletim, encontram-se a apresentação dos objetivos, do desenvolvimento do curso e os resultados obtidos com os cursos oferecidos.

O Curso de Aperfeiçoamento Pedagógico para Professoras de 1º ano (15 de agosto a 31 de outubro de 1951), desenvolvido pela professora Sarah Azambuja Rolla (auxiliar técnico CPOE/RS), 77 professoras dos grupos escolares da capital frequentaram, e mais 20 alunas do Curso de Administradores Escolares. Com o objetivo de rever e aperfeiçoar as técnicas de trabalho usadas nas classes de 1º ano, foram desenvolvidas atividades práticas e produção de material didático embasadas em aulas teóricas, principalmente quanto ao ensino da leitura. Contou também com uma lista bibliográfica de autores para auxiliar as cursistas.

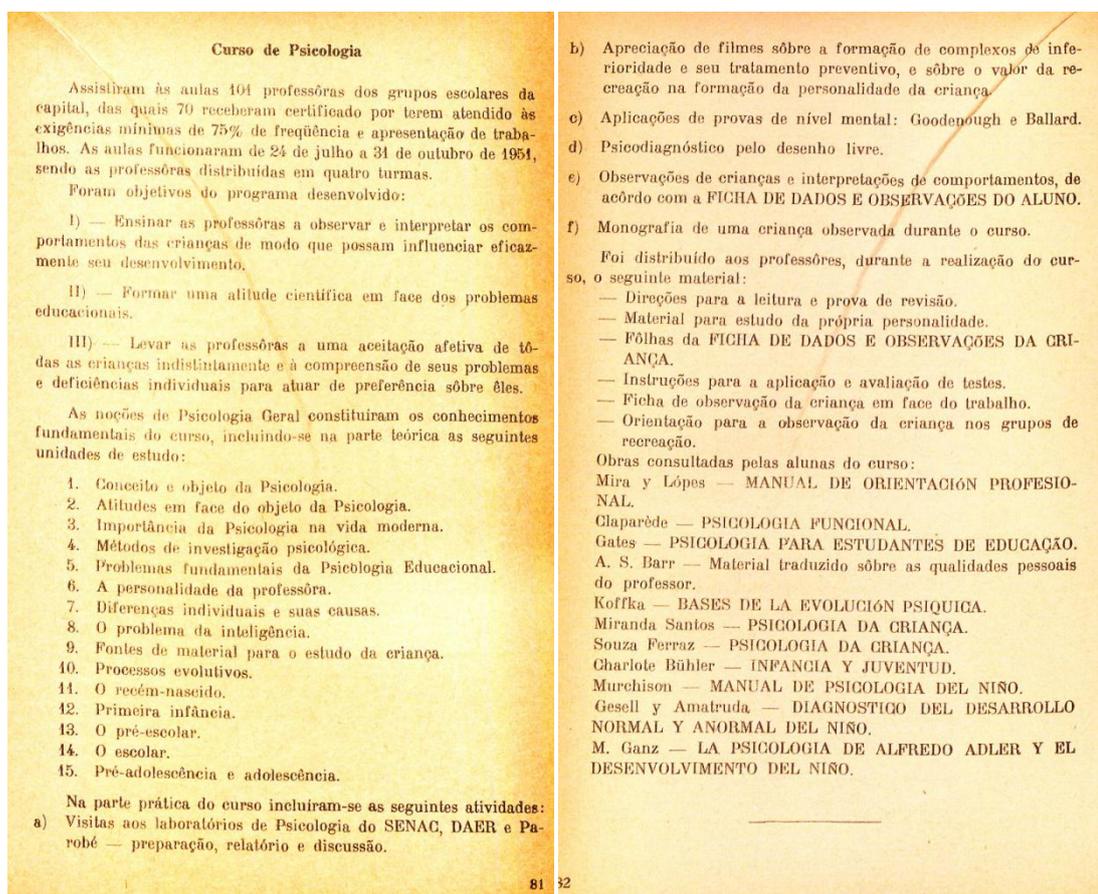


Figura 35 — Curso de Psicologia – Ida Silveira (Boletim do CPOE/RS, 1950 e 1951)

Após três meses de curso (24 de julho a 31 de outubro de 1951), 70 professoras dos grupos escolares da capital (nota-se que o texto não fala em professores) receberam o certificado de conclusão. Preocupados com os processos de ensino, os instrumentos de

avaliação e aprendizagem, o desenvolvimento psicológico, nesse momento criaram material sobre a linguagem infantil e a padronização de testes para a avaliação do nível mental. Dessa forma, o curso ministrado por Ida Silveira, ao atender a esses preceitos objetivou “ensinar as professoras a observar e interpretar os comportamentos das crianças de modo que possam influenciar eficazmente seu desenvolvimento”. O curso, além de teoria, ofereceu atividades práticas, trabalhou com as professoras a “aplicação de provas de nível mental: Goodnough e Ballard”, o “psicodiagnóstico pelo desenho livre” e a observação de crianças pela “ficha de dados e observação do aluno”.

Convém ainda destacar a relação de “obras consultadas”, uma lista bibliográfica com doze obras, entre autores brasileiros e estrangeiros, incluindo obras em língua espanhola. Os livros listados na bibliografia do curso de Psicologia, de acordo com Lhullier e Gomes (1999), sofrem influência da bibliografia formada por autores alemães, radicados nos Estados Unidos e traduzidos para o espanhol, caso de Kurt Koffka e Charlotte Bühler. São citados também Murchison, Gesell, Amatruda e Emilio Mira y López, radicado no Brasil, cujos artigos são publicados na Revista do Ensino/RS. Autores brasileiros que tratavam do desenvolvimento infantil também aparecem na lista, tais como Souza Ferraz e Miranda Santos. Para os autores, as ideias psicológicas chegavam ao Brasil através, principalmente, dos Estados Unidos, seja através da assimilação de teorias desenvolvidas por autores norte-americanos, seja pela difusão naquele país das obras de autores europeus, bem como da tradução para a língua espanhola. E, também, demonstra a preocupação e a apropriação leitora do curso para com a formação das professoras, embasadas na ciência e na investigação psicopedagógica.

Os cursos realizados pelas alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação para obtenção da qualificação e reconhecimento acadêmico, bem como a promoção de cursos possibilitou a elas o reconhecimento pela competência intelectual.

Competência intelectual representada pela produção e difusão de ideias e “verdades científicas” para a escola primária, resultantes de um debate educacional e postas em circulação através da palavra escrita.

Com base no levantamento do quadro 10, observa-se a incidência dos enunciados propostos pelos cursos de aperfeiçoamento que tratam de questões que envolvem o ensino, a aprendizagem e as práticas pedagógicas sobre bases científico-experimentais, em que se buscou ter na escola e em seus professores um campo de pesquisa com o desenvolvimento da observação e da experiência. Um dos enfoques predominantes foi a relação de

complementaridade entre a Psicologia e a Pedagogia¹⁵². “A Psicologia foi fundamental à Pedagogia (...). No caso do Rio Grande do Sul, essa inter-relação entre a Psicologia e a Pedagogia (no sentido de que a Psicologia ‘faz descobertas’ e a Pedagogia ‘aplica’, sendo essa última uma ciência aplicada), ocorreu através do trabalho desenvolvido pelo CPOE” (PERES, 2000, p.145).

A Psicologia esteve presente nos conteúdos de vários programas dos cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo CPOE/RS para professores, como o exemplo acima de Ida Silveira. Enfatizou a aplicação de técnicas de avaliação psicológica. O uso de testes projetivos. “A preocupação com o psicodiagnóstico infantil abarcava não somente a avaliação da inteligência, mas também dos componentes afetivos envolvidos no processo de aprendizagem. Havia inclusive um estudo detalhado das fases do desenvolvimento, que agora estendia-se até a adolescência” (LHULLIER, GOMES, 1999, p. 4)¹⁵³.

Seguindo seu objetivo inicial, a Revista do Ensino divulgou as diretrizes técnico-pedagógicas que envolviam o conhecimento da Psicologia e o uso na Pedagogia. Para isso, publicou o resultado das pesquisas dos “técnicos especializados”. É o caso da publicação, após a divulgação do curso de aperfeiçoamento em Psicologia, no Boletim do CPOE (1951-1952), das instruções para o preenchimento da *Ficha de dados e observações dos alunos*, escrito por Ida Silveira (que no momento assina como Assistente de Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia da URGs, responsável pelo Gabinete de Clínica de Conduta Infantil da Secretaria de Educação) (Revista do Ensino, nº 11, 1952).

No artigo, Ida Silveira, fundamentada nas pesquisas científico-experimentais, salienta que “as investigações experimentais” têm provado a existência de diferenças estruturais e

¹⁵² A relação entre a Psicologia e a Pedagogia data do século XIX, quando da criação das Escolas Normais e espaços para discussão sobre a criança e seu processo de aprendizagem e de desenvolvimento. Com a intensificação dos estudos, foi incluída nas pesquisas e discussões a questão da inteligência da criança. Com o movimento escolanovista, as Escolas Normais passaram a ser o principal centro propagador das novas ideias, com vistas à formação de novos professores, encarregando-se do ensino, da produção de obras e de conhecimentos por meio dos laboratórios de psicologia experimentais acerca da psicologia infantil e do movimento de testagens no universo escolar. No início da década de 1930, muitos acontecimentos contribuíram para erigir a área da Psicologia Educacional e Escolar, nomes como Helena Antipoff e a criação da Escola de Aperfeiçoamento de Professores Primários de Minas Gerais (1929). E Lourenço Filho (1933) com a publicação dos “Testes ABC: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita”. Para saber mais sobre a Psicologia e a Educação ver ANTUNES, 2008; BARBOSA, 2011.

¹⁵³ Os autores Lhullier e Gomes (1999), no artigo, tratam da presença das ideias psicológicas e do ensino de Psicologia nos cursos da Escola Normal de Porto Alegre (Instituto de Educação). Os autores concluem que a ideia psicológica presente no Curso Normal esteve envolvida com o estudo das faculdades psíquicas, substituído gradualmente pela teoria funcionalista norte-americana apoiados pelo corolário pedagógico do escolanovismo. A partir da década de 1930, houve um aumento do interesse das técnicas de avaliação psicológica, que veio a ser uma prática comum dos Gabinetes de Psicologia e dos estudos de doenças mentais na década seguinte. Foram lecionados nesse período alguns preceitos de Alfred Adler, noções de desenvolvimento humano e de orientação vocacional. E os professores de Psicologia tiveram um importante papel na divulgação das ideias psicológicas no estado.

funcionais nos indivíduos e, portanto, caberia à professora não tornar a Educação algo homogêneo e, sim, uma “questão individual”. Necessitando, pois, coletar dados e informações, através de um método científico – a ficha de dados e observações –, dos seus alunos. Porque:

Conhecer um aluno é saber como ele reage em face de seus jogos e trabalhos, como atua nos seus vários ambientes sociais, quais são as suas características afetivas, motoras, intelectuais, é saber dos seus vários interesses e necessidades, é conhecer os fatores constitucionais e ambientais que condicionam e explicam seu procedimento. (IDA SILVEIRA, Revista do Ensino, nº 11, 1952, p. 38)

Para isso, a ficha possuía três finalidades: a primeira seria permitir conhecer as diferenças de cada aluno, conhecer suas aptidões e deficiências, para elaborar um plano de desenvolvimento pedagógico; a segunda seria o tratamento pedagógico do “aluno-problema”, isto é, “da criança que não se adapta ao ambiente escolar”; e a terceira que todas as informações, obtidas nas fichas e acumuladas durante os anos do curso primário, serviriam de elementos para o trabalho de orientação vocacional previsto na última série.

O modelo de *Ficha de dados e observações dos alunos* foi publicado na Revista do Ensino de 1953 (nº 13 e 14), conforme exemplo a seguir.

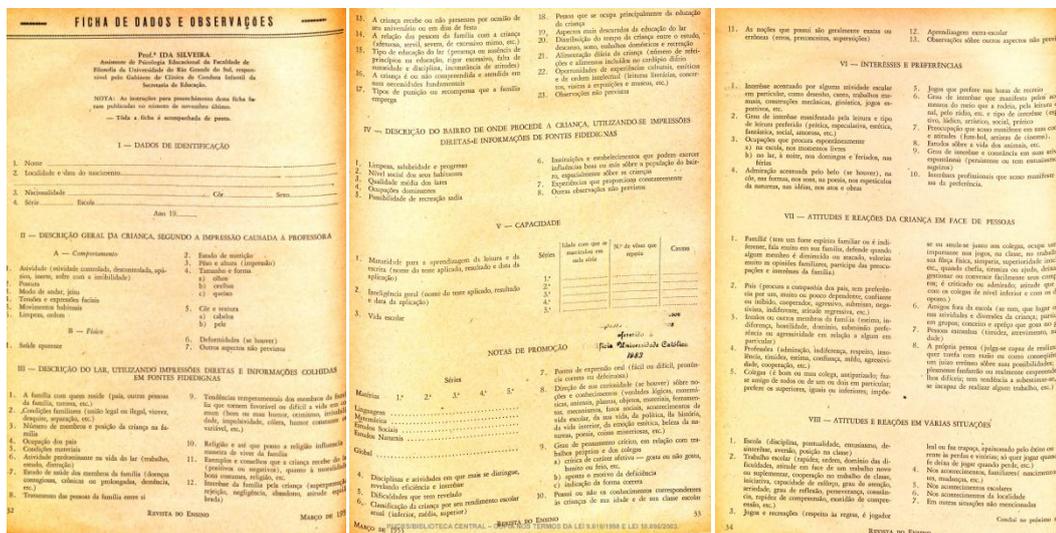


Figura 36 – Ficha de dados e observações (Revista do Ensino, 1953)

A dedicação de Ida Silveira com a temática Psicologia Educacional já vinha sendo trabalhada desde a publicação do primeiro Boletim do CPOE/RS, em 1947. Nele, como responsável pela Secção de Pesquisas¹⁵⁴, ela escreve sobre “Investigação do nível pedagógico dos alunos dos grupos escolares do Estado em relação as suas idades cronológicas” (p. 33-49).

¹⁵⁴ Conforme estrutura do CPOE/RS, estabelecida pelo Decreto 1.394/47, a Secção de Pesquisas era responsável pela Clínica de Conduta, pela aplicação e padronização de testes psicológicos, pelas pesquisas sobre a criança nos aspectos psicológicos, sociológicos e pedagógicos, orientação para as classes especiais, cursos e

Contextualizado durante a reforma educacional, o CPOE/RS traz a psicologia, a estatística e a pedagogia experimental como lugar privilegiado de ciências da Educação. “Ao serem chamadas a dizer a verdade sobre a criança, ativam um discurso pedagógico que coloca em circulação a prescrição de uma direção a ser tomada pela sociedade. A partir desse discurso, estabeleceu-se um conhecimento profissional e legítimo que informou sobre o que deveria ser considerado científico nas escolas” (QUADROS, 2006b, p. 283-4).

A investigação de Ida Silveira ocorreu através do funcionamento de uma “clínica de conduta infantil”, com a intenção de obter dados para formulações de normas acerca do “atraso pedagógico” ou “atraso escolar” dos alunos dos grupos escolares do estado. Foram levantadas 79.900 crianças, a partir do número de alunos matriculados. Em posse dos dados, Ida Silveira apresenta gráficos e quadros estatísticos resultantes de sua pesquisa. E conclui que duas situações resultantes desta devem ser estudadas: a dos alunos repetentes e dos inscritos tardiamente.

Aqui deveremos pesar a significação, no trabalho escolar, do nível mental das nossas crianças, dos problemas de conduta, da infrequência, dos programas de ensino em relação ao nível de maturidade e possibilidade de assimilação, e a extensão do curso primário; das deficiências ligadas ao elemento docente: métodos, grau de interesse e dedicação, mudanças frequentes, etc.; das condições físicas, econômicas e sociais dos escolares que possam interferir no rendimento escolar. (IDA SILVEIRA, Boletim do CPOE, 1947, p. 49)

O foco aqui proposto foi o psicopedagógico, apesar de Ida Silveira atentar para as condições físicas, econômicas e sociais dos escolares. Isso gerou críticas por parte de Roberto Moreira (1955), de acordo com seu relatório. O CPOE/RS vê a Educação de um ponto de vista mais psicobiológico e menos antropossocial. Ao falar da Secção de Pesquisas, chamou-lhe a atenção para os estudos comportamentais dos alunos, a aplicação de testes psicológicos, “e nada que nos revelasse preocupação pelo estudo das condições sociais, econômicas e culturais das áreas sul-rio-grandenses” (p. 49)¹⁵⁵. Porém, apesar da ácida crítica, o autor, em

conferências. No mesmo Decreto havia mais duas Secções, a de Orientação e a de Provas Escolares. Pelo Decreto 10.354/59, o CPOE/RS passa a ter o Serviço de Orientação, Secção de Pesquisa, Secção de Psicologia, Secção de Provas e Medidas, Serviço de Cinema Educativo, Setor de Administração e Setor de Documentação e Publicações. A Secção de Psicologia compreendia o setor de psicologia e o setor de orientação educacional. Compete a essa secção: a) proceder estudos – sobre o educando em todos os aspectos que interferem no processo educativo; sobre a aprendizagem; sobre as obras relacionadas à Psicologia; b) efetuar orientação; c) planejar cursos e seminários; d) realizar estudos sobre orientação educacional.

¹⁵⁵ Ainda em seu relatório, Moreira (1955) traz um levantamento da Biblioteca do CPOE/RS. “Em 1947, 53% foram classificados como psicopedagógicas, 15% como de cultura geral, 22% como didática infantil e 10% como recreativas infantis. É possível que, entre as obras assim classificadas, haja certo número de volumes (livros, revistas e folhetos) que se relacionem com a sociologia da Educação, economia educacional, ecologia e estudos antropoculturais relacionados à Educação; entretanto, a classificação pode ser reveladora de interesses dominantes, e cremos que o é, demonstrando certa despreocupação por estes importantes aspectos da ciência da Educação. Acresce ainda que, entre os relatórios de estudos e pesquisas, publicados nos diferentes números do Boletim, nenhum se refere a surveys educacionais e a levantamentos socioculturais das escolas sul-rio-

“conversas e contatos com os técnicos gaúchos em Educação”, percebeu que muitos têm interesse em outros ângulos, como o “antropossocial, o histórico, o econômico e político” (p. 52).

Ainda no mesmo ano, o Boletim do CPOE/RS, dos anos de 1954-1955, publica as “Sugestões para o desenvolvimento de atividades nos jardins de infância”, de Eloah Brodt Ribeiro Kunz e Gilka Niederaurer Fontoura (p.7). No texto que abre o Boletim, as autoras apresentam a ideia de que a criança possuía um “processo maturacional bio-psicológico gradativo, fazendo com que a criança também tivesse que aprender de maneira gradual os elementos principais para sua Educação” (LHULLIER, GOMES, 1999, p. 3).

Da orientação psicopedagógica, o Jardim de Infância, a jardineira, em prol do desenvolvimento da personalidade integral da criança, deveriam partir do “conhecimento da evolução psicológica da criança, saber ajustar o processo educativo às características individuais, procurando fortalecer as boas tendências, estimular interesses sadios e substituir formas de conduta inconvenientes ou inadequadas à idade” (Eloah Brodt Ribeiro e Gilka Niederaurer Fontoura, Boletim do CPOE, 1954- 1955, p. 7).

Desviando o olhar do aluno/criança para a professora, mais especificamente, a professora de Psicologia da Escola Normal, Alda Cardozo Kremer, em sua “Palestra inaugural aos professores de Psicologia das Escolas Normais” (Boletim CPOE/RS, 1958), discorre sobre a docência em Psicologia. Apresenta dois pontos: primeiro é de que o professor deveria ter no plano cultural conhecimento acerca do pedagógico e filosófico. Segundo ponto liga-se a personalidade do professor que deverá ter características específicas (nove ao todo levantadas pela autora).

Em outro momento, o tópico que envolve a Psicologia na Educação está no relatório final do ano de 1962, apresentado pela Diretora do CPOE/RS, Sarah Azambuja Rolla. Ela comenta que a análise dos resultados dos rendimentos escolares, nos vários níveis de ensino, tem revelado a influência da problemática psicológica no comportamento dos estudantes. Por essa razão, ela explica que foram desenvolvidos trabalhos de pesquisa e seminários propostos pela Seção de Psicologia para tentar superar esses problemas.

Outros títulos que tratam do envolvimento da Psicologia com a Pedagogia estão com as autoras e os títulos:

grandenses” (p. 49). Para ele, portanto, há o desinteresse pelos estudos e pesquisas da Educação como fato social.

Quadro 10 – Autoras e publicações – Psicologia

Autora	Impresso	Título
Ida Silveira	RE, 1950, n.1 e n. 3	Higiene Mental na Escola **
Eloah Brodt Ribeiro Kunz	RE, 1960, n.71 e n. 73	Direção de Aprendizagem - Sugestões para o desenvolvimento de atividades nos Jardins de Infância** Juntamente com Gilka N. Fontoura
** Não foi possível obter a Revista do Ensino anos de 1950 e 1960. No período da pesquisa encontrava-se em encadernação.		

Sendo assim, como afirma Gouveia (1971), no período de 1940 a 1956, foram desenvolvidas pesquisas pelo INEP, com foco predominantemente de natureza psicopedagógica. E, no Rio Grande do Sul, a Psicologia e a Pedagogia experimental tiveram um papel proeminente na orientação do trabalho escolar.

Outro tema tratado nos escritos das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação foi o da Educação Rural, que na maioria dos artigos sobre Educação rural foram assinados por Ruth Ivoty Torres da Silva.

A aluna-mestra/professora/técnica em Educação dedicou-se, ao longo de sua vida profissional, à temática da Educação Rural¹⁵⁶. Em sua produção intelectual preocupou-se em ser um referencial pedagógico (teórico-prático) para o magistério rural que, de acordo com Almeida (2001), foi embasada nos princípios do ruralismo pedagógico e da Escola Nova, sob influência das ideias de sociólogos e estudiosos como Alberto Torres, Oliveira Viana, Renato Sêneca Fleury e Fernando de Azevedo, que analisavam a problemática rural do país.

Ela tratava de assuntos teóricos e sugeria atividades educacionais práticas, tais como a importância da agricultura e a formação nas novas gerações de uma mentalidade de simpatia para com o tema, sobre a manutenção dos clubes agrícolas escolares, sobre desenvolvimento de trabalhos práticos em escolas isoladas ou grupos escolares conforme curso, por exemplo, agroindustrial ou agropastoril. Propôs experiências práticas através da criação dos “Clubes Agrícolas Escolares”, da “Liga dos Amigos da Natureza”, comemoração do “Dia da Árvore”, excursões, visita a museus, criação de jornais e bibliotecas, entre outros.

¹⁵⁶ A Secretaria de Educação e Cultura possuía um órgão técnico responsável pela organização e direção do ensino rural. A Superintendência do Ensino Rural foi criada em 1951, pelo decreto estadual nº 1.782. Cabia a esse órgão a criação e a localização das escolas rurais e de escolas rurais normais e a promoção de cursos de formação e aperfeiçoamento pedagógico na área. A Superintendência publicou boletins e a Revista de Educação Rural, com a finalidade de atualizar e dar suporte técnico, metodológico e prático aos professores das escolas rurais. Para saber mais sobre a Educação rural e formação de professores, consultar dissertação de mestrado de ALMEIDA, 2001.

Quadro 11 – Títulos publicados por Ruth Ivoty Torres da Silva

Impresso	Título
Revista do Ensino	Clubes Agrícolas Escolares – Estatuto dos Clubes Agrícolas Escolares
	Clubes Agrícolas Escolares – Educação rural
	Clubes Agrícolas Escolares – Organização
	Clubes Agrícolas – As nossas realizações escolares
	Normas para Educação rural
	Educação rural – A escolha de unidades didáticas na escola
	Educação rural – Liga dos Amigos da Natureza
	Educação rural – Instituições escolares
	Educação rural – II Seminário de Educação Rural
	Educação rural – Dia da Árvore
	Educação rural – Estatutos do Clube Agrícola – como organizá-los
	Práticas agrícolas e Programa Fundamental na Escola Primária
	Dia da Árvore
	Diferenças essenciais entre o ensino primário comum e o supletivo
	Ensino primário urbano e rural
	Trabalho individual: Estudos Naturais
	Os trabalhos manuais na escola primária
	A Educação rural no Rio Grande do Sul – resumo histórico
	Trabalhos manuais – diretrizes metodológicas
	Sugestões de trabalhos a serem executados com carretéis
	Fita de madeira
	Material para a concretização do Ensino
	A Educação Rural no Rio Grande do Sul
	A escola primária e sua função
	A escola como Centro de Comunidade para a Educação de Base
	Sugestões para o desenvolvimento de atividades agrícolas na escola isolada
	Sugestões para o desenvolvimento de atividades agrícolas no campo escolar primário elementar
Boletim do CPOE/RS	Sugestões para o desenvolvimento de atividades nas Escolas Primárias Rurais
	Sugestões para a participação consciente e orientada da criança na IV Festa Nacional do Trigo
	Estudos Naturais na Escola Primária
	Conservação dos recursos naturais
Correio do CRPE/RS	Relatório da pesquisa piloto (análise motivacional)
	Aproveitamento de alunos no Curso Ginasial

Dos vinte e oito títulos localizados que tratam da Educação Rural, a maior publicação está na Revista do Ensino. Destaque para os quatro primeiros títulos listados, que representam

uma série composta por artigos publicados em quatro números sequenciais da Revista do Ensino, em 1940. Neles a autora tem por objetivo orientar a criação dos clubes agrícolas escolares e o desenvolvimento de suas atividades nas unidades escolares do Estado.

Os Clubes Escolares Agrícolas, tônica explorada pela aluna-mestra/professora/técnica em Educação, pois ela própria como professora de botânica exerceu função de diretora do Clube Agrícola Escolar do Colégio Voluntários da Pátria, inaugurado em 1934, durante as comemorações da Semana da Raça¹⁵⁷. Os demais participantes do Clube foram J. Luiz Paléo, representante do Ministério da Agricultura (presidente), Ary Burguer, aluno (vice-presidente), Erwin Enck, aluno (tesoureiro) e Eka Ione Galeano, aluna (secretária).

Ruth Ivoty Torres da Silva orientou, portanto, que os Clubes Agrícolas Escolares deveriam estar presentes nas escolas primárias conforme as zonas do estado. Se em zona urbana, o clube formaria “a mentalidade agrícola pela dignificação do trabalho manual, para que o problema rural, considerado como base da economia do país, encontre apoio entre os brasileiros em geral” e, nesse sentido, o habitante da cidade, ao conhecer a realidade e os problemas do meio rural, ajudaria a promover a assistência técnica e social necessária – transporte, Educação, higiene, saúde e felicidade. Porque “só melhorando as condições de vida é que se conseguirá definitivamente fixar o homem no campo, evitando o perigo crescente do urbanismo que nos sufoca e empobrece” (Ruth Ivoty Torres da Silva, Revista do Ensino, 1940, n. 6, p. 52).

Em zona rural o clube seria o lócus de “irradiação de todas as atividades escolares” e para o desenvolvimento integral do programa em conformidade com as “diretrizes da Educação funcional”. Os componentes como geometria, aritmética, linguagem, higiene, Educação física, desenho, música, estudos sociais, trabalhos manuais, civismo, enfim, todos eles em acordo com os objetivos propostos pelo Clube Agrícola Escolar.

Para que o clube desenvolvesse uma “consciência agrícola” era necessária uma organização pedagógica que articulasse todas as atividades escolares de modo que permitisse um ensino globalizado. Para isso, era necessário escolher a professora superintendente do clube para desenvolver, juntamente com as outras professoras da classe, as atividades do clube e articulá-las com o programa oficial.

¹⁵⁷ O evento foi promovido pela Diretoria Geral de Instrução Pública e destinado a todos os estabelecimentos de ensino público. Durante cinco dias, as escolas tornaram verdadeiro o desejo de expressar “civismo e amor pátrio” através da participação de seus alunos em “demonstrações de cultura física” e de “excelentes trabalhos” que ressaltaram a dedicação das professoras no preparo da juventude escolar. Com o Colégio Voluntários da Pátria está listado o Colégio Souza Lobo, Colégio 13 de Maio, Aulas Reunidas da Azenha, Colégio Elementar Oswaldo Aranha, Colégio Elementar Glória, Grupo Escolar Cel. Aparício Borges e a Escola Normal com as atividades desenvolvidas na semana comemorativa (A FEDERAÇÃO, 12/10/1934, p. 3).

Em “Clubes Agrícolas – As nossas realizações escolares” (Revista do Ensino, 1940, n. 15) foi posta em prática a criação do clube no Grupo Escolar Euclides da Cunha, em Porto Alegre.

No intervalo entre a primeira (1939 a 1942) e a segunda (1951 a 1978) fase da Revista do Ensino, Ruth Ivoty Torres da Silva publica o livro “A Escola Primária Rural”¹⁵⁸, em 1951. Convém salientar que o livro a apresenta como “Auxiliar-técnica do CPOE da SEC” e nos agradecimentos apenas dois nomes são citados, Alda Cardozo Kremer e Sarah Azambuja Rolla pela colaboração ao revisarem o trabalho. Legitimidade e (re)conhecimento social, profissional e pessoal presentes na apresentação de sua posição profissional e pelo estabelecimento da rede de sociabilidade entre as trajetórias das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação no percurso da produção intelectual e da prática de escrita docente. Nas palavras da autora, a obra:

Não visa este trabalho apresentar novidade em matéria de Educação Rural. Numa tentativa de sistematizar o que tem sido pregado e experimentado naquele terreno é, antes, colaboração modesta, oferecida aos professores que se destinam às escolas primárias rurais, enquanto esse aspecto do problema educacional não for atendido, nas Escolas de Formação de Professores, com a extensão que lhe é devida. Há anos, trabalhando no sentido de orientar a realização de atividades ou clubes agrícolas, nas unidades escolares de nosso Estado, apesar do esforço e da boa vontade de muitos professores, sentimos a necessidade da preparação específica de nosso magistério, no setor da Educação Rural. Esse aspecto que nos animou à presente realização. (SILVA, 1952, p. 7)

Nesse sentido, a obra parece ter sido referência para os professores que fossem lecionar nas áreas rurais do país (não esquecendo o alcance da obra no território brasileiro).

Ainda tratando de problemas do ensino em regiões campestres do Estado, e de experiências de atividades rurais nas escolas, com caráter prático e pedagógico, o Boletim do CPOE/RS (1952-1953) contempla a temática com “Sugestões de atividades nas Escolas Primárias”. Nesse momento, Ruth Ivoty Torres da Silva mantém a ideia de que a escola primária rural é o centro irradiador da cultura e do trabalho à população da zona rural. Para esse trabalho, o educador terá de considerar os interesses da população campestre e sugerir meios de solucionar os problemas levantados por ela. Deverá, também, ajustar o programa ao meio social, onde o ensino de caráter prático e o plano de atividade não deverão ser dissociados das outras matérias do currículo.

¹⁵⁸ Foi publicado pela Editora Globo e em sua primeira edição, teve uma tiragem de 3000 exemplares, vendidos no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco. O livro teve várias edições e, em 1966, com o apoio do governo brasileiro, que assinou um acordo com a Ajuda para o Desenvolvimento Internacional (USAID), foi distribuído gratuitamente às bibliotecas do país (ALMEIDA, 2001). A Revista do Ensino (1951, n° 7, p. 89) publica nota de divulgação e valorização da obra como um instrumento de fundamentação teórica e prática para o magistério.

O exemplo a seguir apresenta de maneira prática como o professor de escola rural deveria proporcionar oportunidades entre o currículo geral da escola primária e os interesses da comunidade em que se encontra a escola. Nesse sentido, a autora chama a atenção, por exemplo, que para as escolas que se encontram no litoral o foco de trabalho vai ser diferente daquele que tratam nas zonas rurais. Também trata do preparo do sabão e do querosene como aula prática para desenvolvimento de áreas de interesse e o programa de estudos naturais.

PRÁTICAS AGRÍCOLAS E PROGRAMA FUNDAMENTAL NA ESCOLA PRIMÁRIA

SEU ENTROSAMENTO

Ruth Ivoty Torres da Silva

Técnico em Educação — R. G. Sul

Do contato com a realidade escolar, ressalta como uma das maiores dificuldades para o professor, o entrosamento das atividades práticas agrícolas, com o programa das várias matérias que integram o currículo da escola primária. Embora seja mais aconselhável desenvolvê-las em processo globalizado, principalmente nas primeiras séries, se o professor ainda não tiver prática dêsse processo de ensino, convém iniciar seu trabalho pela simples correlação de matérias, que trará resultados mais satisfatórios do que desenvolver o programa fundamental acrescido das práticas agrícolas, em matérias isoladas. Este sistema de trabalho, além de antipedagógico, virá sobrecarregar a mestre e alunos.

O professor de escola rural não deve ter a preocupação de *ensinar agricultura*, como outra disciplina do programa, em horas extraordinárias; nunca deve esquecer que sua escola, embora rural pelo nome e pela situação, é sempre uma *escola primária comum* e não escola profissional, escola de agricultura.

As práticas agrícolas na escola primária rural devem se processar por força da adaptação da escola às peculiaridades do meio, o que constitui uma das finalidades gerais da escola primária e não condição especial ou única da localizada em zona rural. Situando-se uma escola no litoral, é evidente que os interesses dominantes dos alunos e do meio social serão relativos à pesca, às marés, à proteção contra a invasão das areias, etc. Ora, neste caso, o procedimento lógico do professor será tomar, de preferência, para motivo de suas aulas, assuntos relativos a tais problemas sem, entretanto, transformar sua escola em "escola de pesca".

Do que foi dito torna-se evidente que há necessidade absoluta de entrosamento do programa fundamental com as atividades práticas de agricultura, que deverão proporcionar oportunidades para desenvolvimento do programa em situações reais.

Para exemplificar, apresentamos as seguintes sugestões, que poderão ser enriquecidas ou alteradas, atendendo ao nível e aos interesses predominantes da classe, etc.

Preparo de emulsão de sabão e querosene

Significado da palavra *emulsão* — derivação, sinônimos (uso de dicionário). Conjugação do verbo emulsionar. Construção de frases, empregando o novo termo; análise gramatical ou lógica, aproveitando frases de algum trecho lido, sobre o assunto.

O *sabão* — elementos que entram na sua composição (dar à classe a receita ou fórmula para fabrico doméstico de sabão).

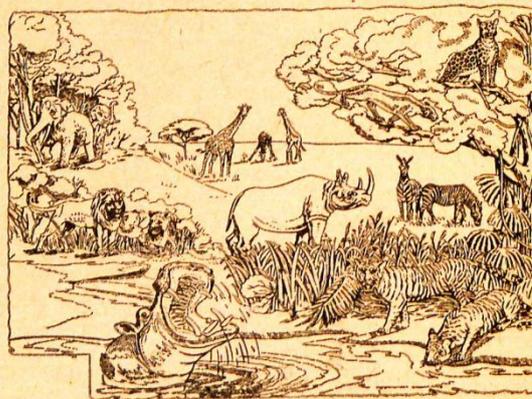
O *querosene* — sua origem; procedência — países produtores de petróleo, países donde o importamos; comércio. Descoberta do petróleo no Brasil — cidades onde têm sido feitas pesquisas de petróleo, aproveitando para desenvolver a parte do programa relativa a capitais e cidades principais do Brasil. Breve notícia de como se extrai petróleo, levando a classe a pesquisar sobre o assunto e ao estudo das bombas e sifão.

Misturar querosene com água e observar os resultados, aproveitando esta ocasião para dar noção de peso específico e densidade.

Conhecer a fórmula e o modo de preparar a emulsão de sabão e querosene, aproveitando os dados numéricos da mesma para desenvolver parte do programa de matemática, calculando a percentagem ou porções dos ingredientes, quantidades a aplicar, etc. Conhecer as razões do emprêgo desta fórmula e a ocasião mais própria para o mesmo.

Realizar estudos relativos aos vegetais em que vai ser aplicada a emulsão, o que dará oportunidades para desenvolvimento de grande parte do programa de estudos naturais, como características principais das espécies mais comuns nas hortas, pomares e jardins; cuidados com as plantas, pragas da agricultura, etc.

SUPLEMENTO DO MÊS



Assim como a Psicologia e a Educação Rural foram tratados pelas alunas–mestras/professoras/técnicas em Educação, outras questões e seções da Revista do Ensino ficaram a cargo delas. É o caso de Élide de Freitas e Castro Druck, responsável pela Seção “Subsídios para a História da Educação Brasileira – Rio Grande do Sul”, da Revista do Ensino (1940), que registrou mensalmente um cronograma de acontecimentos ocorridos no estado. De acordo com Bastos (2005), a seção vinculava-se ao projeto coordenado pelo INEP que pretendia organizar uma cronologia da história da Educação brasileira. A aluna–mestra/professora/técnica em Educação privilegiou e selecionou fatos relativos à política de nacionalização do ensino e a exaltação das atividades governamentais na área educacional. Como criação/inauguração de escolas, promoção de conferências, atividades de inspeção escolar, promoção de semanas comemorativas, entre outras.

Também esteve à frente da seção “Biblioteca Escolar Infantil” da Revista do Ensino. A década de 1950 teve uma expressiva preocupação com as bibliotecas escolares, e Élide de Freitas e Castro Druck escreveu com regularidade sobre a importância da instituição. Assim como são recorrentes os discursos que apontam o papel da escola e dos professores na formação integral da criança, a biblioteca escolar e o bibliotecário teriam participação nessa formação. Por essa razão, havia uma proposta de trabalho colaborativo entre professores e bibliotecários nas orientações com relação à leitura das crianças e jovens¹⁵⁹. A seção também servia para ceder espaço para as alunas e ex-alunas compartilharem experiências e sugestões de atividade envolvendo a biblioteca escolar.

A temática sobre a importância da biblioteca infantil vem sendo desenvolvida a partir dos anos de 1930, com os preceitos da Escola Nova e do ensino ativo, cujo foco preconizava o protagonismo infantil. Ida Silveira (Revista do Ensino, nº 2, 1939) em “Bibliotecas Infantis” traz à tona o quão importante para aquele momento de “nova política educacional” uma “nova organização das escolas e dos processos e técnicas coerentes”. Com o “espírito vivificador e ativo” a escola e seus professores iriam se adaptar “aos imperativos da renovação”:

A renovação escolar não se satisfaz com o uso do compêndio, do livro básico de leitura, mas organiza bibliotecas, onde a criança encontra recursos de documentação, de reflexão e de estudos para as suas atividades curriculares, para a solução dos seus problemas da classe e da extraclasse, e que lhe alargam, suplementam e enriquecem a experiência direta das coisas. (Ida Silveira, Revista do Ensino, nº 2, 1939, p. 104)

Nos moldes da renovação, a escolha dos livros deveria ser criteriosamente selecionada de acordo com os propósitos educativos e de acordo com os conhecimentos acerca dos princípios básicos da aprendizagem da criança, dos seus interesses e da sua evolução

¹⁵⁹ Para saber mais sobre a regulação da leitura e da literatura infanto-juvenil, ver Ventorini, 2009 e Pautasso, 2010.

psíquica¹⁶⁰. O que, de acordo com Ventrini (2009), incidia sobre a prática de leitura das crianças um forte tutelamento, porque acreditava ser uma prática que levava o leitor a imitar o que os textos comunicavam, por essa razão a constante orientação para seleção das obras (livros, revistas) que não continham histórias “imorais” e personagens “desajustados”.

A leitura é assim entendida como uma prática que educa, pois transmite valores, princípios, experiências – exemplares ou não. Tem o poder de formar ou deformar a personalidade das crianças e dos jovens, uma vez que estes se deixam facilmente imprimir pelo conteúdo dos impressos que lhes são dados a ler, bem como pelos valores e princípios neles contidos, orientadores ou desviantes em relação aos comportamentos esperados, segundo a moral vigente. Assim a relação do leitor com o objeto da leitura é sempre pautada por uma dualidade em que o bem e o mal estão em jogo. (VENTORINI, 2009, p. 80)

Nesse sentido, a biblioteca escolar infantil era vista como um local privilegiado de formação de “bons” leitores e de difusão da “boa” literatura: “Quem lê boa leitura alimenta bem o espírito” e “O melhor companheiro na adversidade é o livro”.



Figura 38 – Biblioteca Escolar Infantil (Revista do Ensino, nº 20 e 26, 1954)

¹⁶⁰ Pautasso (2010) apresenta o documento “Funcionamento das Bibliotecas Escolares” (de autoria do Ministério da Educação e Saúde Pública e da Comissão de Literatura Infantil, 1936), onde aparecem os objetivos da Biblioteca Escolar: permitir o aproveitamento útil das horas de lazer; estimular e desenvolver o interesse pela leitura; despertar e desenvolver o gosto artístico; permitir o desenvolvimento segundo as próprias tendências individuais; dar hábitos de ordem e cooperação – necessidade de a criança descobrir atitudes e hábitos de ordem social.

Práticas de leitura que extrapolariam o espaço escolar e atingiriam inclusive o espaço familiar. O hábito da leitura seria adquirido e estimulado na biblioteca escolar e penetraria no lar e com ele os benefícios da leitura (Élida de Freitas e Castro Druck, Revista do ensino, nº 12, 1953). Os pais seriam convidados a conhecer a biblioteca escolar infantil, a apreciar a leitura de seus filhos, a manusear as “obras mais recomendáveis” e, inclusive, a fazer dos livros objeto de prêmios e presentes (Élida de Freitas e Castro Druck, Revista do ensino, nº 21, 1954).

Para além da escola, e para além de uma reunião de livros, a biblioteca não traria apenas livros impressos, mas uma série de elementos de interesse das crianças, indispensáveis às diferentes idades e desenvolvimento físico, mental e psíquico (Élida de Freitas e Castro Druck, Revista do Ensino, nº 17, 1953). Assim, foram produzidos materiais específicos: os mais variados tipos de impressos (livros, revistas), móveis (cadeiras, mesas), instrumentos didáticos (globo terrestre, mapas), que tornariam o espaço físico destinado à biblioteca um lugar acolhedor e convidativo para a prática da boa leitura.



Figura 39 – “O cantinho da novidade” (Revista do Ensino, nº 18, 1953)

Novos usos dos espaços escolares, novas práticas de leitura. “O pequenino é atraído à Biblioteca Infantil pelo colorido da sala, que lhe mostra bonecos, animais.” (Élida de Freitas e

Castro Druck, Revista do Ensino, nº 20, 1954). Ambiente atrativo, organizado de maneira didática e psicológica, que despertaria interesse contínuo pelo conhecimento, pela Educação intelectual, moral e estética.

A extensa atividade da biblioteca escolar não seria possível se a ela não fossem conferidos materiais específicos (móveis, livros, revistas), mas, principalmente, se não fosse no seu interior desenhada uma nova relação entre professor e aluno, uma relação pedagógica centrada na leitura e no cuidado dos livros; bem como não fossem delegados à biblioteca um espaço próprio (a sala de biblioteca) no interior do prédio escolar, um tempo determinado (a aula de biblioteca) na grade curricular e aos aluno-bibliotecário e à professora-bibliotecária autonomia de gestão, inclusive de recursos. (VIDAL, 2014, p. 207)

Foi estabelecida, portanto, com a biblioteca escolar infantil, uma nova relação pedagógica e uma nova relação entre professor e aluno, em que a leitura representaria o “modelo” de “boa professora”, de “bom menino” e de “boa Educação e ensino”. Como propõe a Revista Cacique: que “Te leve os pensamentos, os desejos, as ações para as coisas boas e sadias da vida”.



Figura 40 - Revista Cacique, nº 1, 1954, p. 2

A leitura, o ensino da leitura, o ensino da linguagem foram temas recorrentes entre as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação. Lahidy Zapp, Sarah Azambuja Rolla,

Eloah Brodt Ribeiro Kunz escrevem sobre “Sugestões para o ensino da Linguagem nas classes do 1º ano” (Boletim do CPOE/RS, 1955). E Sarah Azambuja Rolla publicou, na seção “Apresente seu problema” e na seção “Diretrizes metodológicas” da Revista do Ensino, uma série de textos que tratam do ensino da linguagem, que seguiam os objetivos gerais deste ensino.

Dentre os objetivos gerais do ensino da linguagem, estava “habilitar a ler inteligentemente, com facilidade e rapidez”, “cultivar o gosto pela boa literatura, através do conhecimento de obras de autores nacionais e estrangeiros, adequadas aos interesses da criança e ao seu grau de desenvolvimento” e “formar o hábito de recorrer à leitura como meio de informação, auto-cultura e recreação” (Lahidy Zapp, Sarah Azambuja Rolla, Eloah Brodt Ribeiro Kunz, Boletim do CPOE/RS, 1955, p. 136). Objetivos que estavam em comum acordo com os de uma Biblioteca Escolar Infantil.

A Revista do Ensino também apresentou, na sua Seção Ensino Supletivo¹⁶¹, uma série de artigos que abordavam o tema, agora especialmente para adultos. Encarregada da seção, Eddy Flores Cabral, nos anos de 1951 a 1954, introduziu as professoras leitoras do periódico nas metodologias práticas para o desenvolvimento de uma aula destinada a adultos.

A leitura, como “o mais importante meio de que dispõe o homem para promover enriquecimento da experiência, aquisição da cultura, ativa e eficiente participação social”, devia estar presente no curso supletivo. E, preferencialmente, ser desenvolvida de maneira silenciosa, em detrimento da leitura oral, pois é mais necessária à vida adulta, mais econômica e mais rápida (Eddy Flores Cabral, Revista do Ensino, nº 11, 1952)¹⁶².

Diferentemente, na proposta do ensino da leitura para crianças que envolvia também a leitura oral, seriam oportunizados exercícios com os alunos através da leitura de frases, de poesias, de uma história curta (Sarah Azambuja Rolla, Revista do Ensino, nº14, 1953).

Além da leitura, outros assuntos foram propostos para o ensino supletivo, dentre eles o ensino da escrita e a proposta de atividades práticas (Revista do Ensino, nº 22, 1954, p. 62). O ensino da matéria de “Noções de Direito Usual”, na qual Eddy Flores Cabral apresentou sugestões de atividades, para ajudar “nossos colegas que trabalham nas escolas noturnas os

¹⁶¹ O Ensino Supletivo estava previsto na Lei Orgânica do Ensino Primário, 1946.

¹⁶² As práticas de leitura, as predisposições, as aptidões e expectativas dos leitores são historicamente construídas. A leitura em voz alta, exercida muito antes da silenciosa, podia ser realizada em público, no âmbito de diferentes sociabilidades, uma partilha da leitura e do texto em uma comunidade, mas também poderia ser realizada para si mesmo. A leitura silenciosa, introspectiva, para si, segundo Chartier (1998a), data dos séculos XIII e XIV, quando aumentou o número de leitores capazes de lerem sem ruminar a fim de compreenderem o texto. Aos poucos, a prática silenciosa foi se impondo aos que ainda não a interiorizavam. Certeau (2009) diz que há três séculos a leitura se tornou obra da vista. Ler, como experiência moderna, não é mais um ato acompanhado pelo ruído de uma articulação vocal.

objetivos gerais da matéria” (Revista do Ensino, nº 20, 1954, p. 69). Também tratou sobre “higiene e Educação sanitária” (Revista do Ensino, nº 21, 1954, p. 54). E o ensino dos Estudos Sociais – História e Geografia, no ensino supletivo (Revista do Ensino, nº 24, 1954, p. 66). Por fim, Eddy Flores Cabral em seus artigos tentou apresentar sugestões de atividades, metodologias e subsídios para o ensino supletivo, acreditando que:

Se a aprendizagem das massas adultas é uma atividade especializada que difere da maneira de ensinar da escola primária comum quanto ao sujeito da extensão, ao conteúdo, ao objeto, aos métodos e organização, conseqüentemente o livro de texto para esse aprendizado, tendo de atender necessidades e interesses particulares, deve reunir características próprias. (Eddy Flores Cabral, Revista do Ensino, nº 28, 1955, p. 48)

Para a autora, a Educação de adultos tem um fim social: “o desenvolvimento intelectual do indivíduo adulto é tanto um meio de divertimento como um meio de melhorar sua situação econômica. A Educação de adultos (...) é um meio de expandir o controle social”. (Eddy Flores Cabral, Revista do Ensino, nº 17, 1953, p. 65).

Eddy Flores Cabral e Alda Cardozo Kremer também publicaram sobre o ensino dos Estudos Sociais – História e Geografia, disciplinas que, do ponto de vista social, colaborariam com o “desenvolvimento harmonioso da personalidade do educando” (Alda Cardozo Kremer, Revista do Ensino, nº 16, 1953).

Outros assuntos também foram contemplados pelas alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, como os museus escolares (Maria Cibeira Perpétuo, Revista O Estudo, nº 1, 1930) e o cinema posto a serviço da Educação (Maria Cibeira Perpétuo, Revista do Ensino, nº 1, 1939).

4.3 A legitimidade e a força política conferida a elas

As três dimensões anteriormente analisadas: **o posicionamento institucional e as relações sociais** advindas do compartilhamento dos mesmos espaços físico e temporal – da Escola Complementar/Escola Normal de Porto Alegre, da SEC, do CPOE/RS, CRPE/RS, dos bastidores da Revista do Ensino, entre outros; **o reconhecimento pela qualificação acadêmica** – através da especialização e aperfeiçoamento contínuo, e pela **competência intelectual** – ao produzirem e circularem seus textos escritos conforme os ideais de Educação, estão de uma maneira interligada com a **legitimidade e a força política conferida** às alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação e suas trajetórias.

As alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação buscaram orientar suas ações de acordo com significados e valores sociais que permeiam o espaço social onde estavam inseridas. Espaço social que lhes confere legitimidade e força política. Nesse sentido, suas trajetórias profissionais e intelectuais passam a ter legitimidade ao cursarem os mais “modernos métodos de ensino”, conviverem com professores já reconhecidos e torná-los paraninfos, trocarem experiências com seus pares e, por fim, receberem o título de “aluna-mestra” e “professora”. Adquirem a “Distinção” promovida por uma Instituição como a Escola Complementar/Normal de Porto Alegre e fazem parte do grupo de “mulheres do Instituto”. “O magistério tinha então sua legitimidade garantida, (...). O cargo de diretora, por sua vez equiparava-se ao de outras autoridades do município” (FISCHER, 2005, p. 119).

A legitimidade também alcançada pela autoridade das instituições oficiais e, portanto, com força política para a organização do aparato administrativo do Estado, cujo objetivo era um contínuo aperfeiçoamento do sistema administrativo e executivo da Secretaria da Educação, seguindo técnicas científicas, mantinha órgão como o CPOE/RS, que propôs debater e estudar os problemas pedagógicos, com o intuito de “sair de um empirismo desorientado” (MOREIRA, 1955. p.50).

Instituição como o CPOE/RS que, para Peres (2000), manteve-se, até a década de 1970, como órgão autônomo e instituiu a direção, a orientação e a normalização didático-pedagógica. Durante esse período, “os discursos das técnicas educacionais adquiriram legitimidade”. Legitimidade que passou pela implantação de um sistema de comunicação entre as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação e as escolas e professoras da rede. Comunicação que continha as “orientações didático-pedagógicas sobre a organização das classes, planejamento de aulas, os conteúdos e os métodos, os materiais a serem utilizados em sala de aula, a aplicação e a correção de provas, o uso de livros didáticos, os festejos e as comemorações escolares, as excursões pedagógicas, etc.” (PERES, 2000, p. 142).

Legitimidade dada às alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação que produziram os discursos que defendiam a eficácia, o aproveitamento de recursos, a difusão e a consolidação de saberes educacionais – experimental e científico, legítimo e moderno. E que também regulou e orientou as posições sociais de “quem estava apto ou autorizado a fazer o que, onde e como em Educação – recomendações, prescrições, detalhamento para programas/projetos em diversos materiais impressos”. E distinguiu, através das funções, quem estava autorizado e os responsáveis pela definição e enunciação da orientação geral – os técnicos em Educação; e os autorizados a prática das novas diretrizes do trabalho educativo – os professores (QUADROS, 2006b, p. 288). Foi nesse sentido que:

Os técnicos em Educação do CPOE/RS atuaram, portanto, nos marcos de uma política que tem sua própria cultura. Uma cultura produzida e gerida por intelectuais-reformadores que se erigem como detentores e porta-vozes do saber especializado e científico no âmbito da Educação e que têm uma forma própria e específica de conceber a escola e de influir na reforma educativa, inscrevendo práticas que redefiniram, paulatinamente, a cultura escolar. (QUADROS, 2006b, p.284)

Legitimidade pela circulação da palavra escrita dos “intelectuais-reformadores” nos Boletins do CPOE/RS, do CRPE/RS e na Revista do Ensino, onde:

Na nova fase histórica que vive a Educação riograndense – profundo sentido construtivo não se justificaria a ausência de uma publicação periódica que bem refletisse o espírito da atual política de Educação, tributária de uma profunda filosofia de vida (...) que divulgasse pela palavra cálida e nutrida de sugestões de seus colaboradores, as correntes do pensamento filosófico e científico que “renovaram por toda a parte as ideias de Educação”. (Olga Acauan Gayer, Revista do Ensino, nº 13, 1940)

Legitimidade alcançada com a abrangência e repercussão da Revista do Ensino e dos Boletins do CPOE/RS, disseminados entre professoras e orientadoras ao longo do ano letivo – pelos números mensais da revista, pelos comunicados, correspondências, pela oferta de cursos, de palestras, pela produção de material para auxílio profissional, etc. Vide tiragem da Revista do Ensino/RS que alcançou quase 50 mil exemplares na década de 1960. Um indicador da ressonância das ideias e práticas que professavam (BASTOS, 1997).

Fischer (2005), ao recolher depoimentos de professoras que lhe proporcionaram encontrar mulheres “imersas no próprio discurso que ajudou a constituí-las”, apresenta a Revista do Ensino, principalmente na década de 1950, como um dos únicos recursos pedagógicos existentes para suprir uma lacuna na vida das professoras, a necessidade de formação prática.

Legitimidade pela atuação política, inclusive àquelas marcadamente partidárias. Como o caso das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação que, em 1934, criaram uma ala feminina no Partido Republicano Liberal¹⁶³, intitulada “ala feminina da ação de resistência nacional a mulher riograndense”. No artigo publicado no jornal A Federação (05/10/1934), as autoras pedem que as mulheres participem das eleições no dia 14/10/1934 e votem no candidato General Flores da Cunha¹⁶⁴. Entre as que assinam o artigo estão Olga Acauan

¹⁶³ Partido político gaúcho fundado em 15 de novembro de 1932 pelo interventor José Antônio Flores da Cunha, com o apoio de Getúlio Vargas e de Osvaldo Aranha. Foi constituído em grande parte por ex-integrantes do Partido Libertador (PL) e do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) que, aliados desde 1929, formavam a Frente Única Gaúcha (FUG). Foi extinto junto com os demais partidos do país pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937.

¹⁶⁴ José Antonio Flores da Cunha: nasceu em Santana do Livramento em 1880 e faleceu em 1958. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas concluiu o curso no Rio de Janeiro. Depois de ser delegado no Rio de Janeiro e advogado em Uruguaiana e Santana do Livramento. Elegeu-se ao longo de sua vida para vários cargos públicos: deputado estadual pelo PRR, em 1909 (pelo RS); deputado federal, em 1917 (pelo CE); deputado

Gayer, Lahidy Zapp, Eloah Brodt Ribeiro Kunz, Maria Cibeira Perpétuo, Florinda Tubino Sampaio e Sarah Azambuja Rolla.

No artigo de A Federação (11/10/1934), intitulado “A solidariedade do corpo docente dos estabelecimentos de ensino da capital ao general Flores da Cunha”, as professoras assinam um “memorial” em solidariedade à indicação de seu nome à presidência do Estado. Entre as professoras, encontram-se da Escola Normal – Maria Cibeira Perpétuo, Florinda Tubino Sampaio, Olga Acauan Gayer; do Colégio Elementar Voluntários da Pátria – Lahidy Zapp; do Colégio Elementar da Glória – Eloah Brodt Ribeiro Kunz; do Colégio Elementar 13 de Maio – Graciema Pacheco.

Como dito anteriormente, três fatores estão presentes quando se estuda os intelectuais: o pertencimento a uma profissão intelectual, a uma posição institucional e a um engajamento público e à notoriedade, e, portanto, à legitimidade. É nesse sentido que as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação estão circunscritas social e historicamente com seus vínculos ou pertencimentos como produtor e receptor de ideias. Não sozinhas, mas em grupo, e em coletividade compartilham espaços físicos e as mesmas leituras (jornais, revistas, livros, etc.).

A importância da comunicação entre colegas, de notoriedade e da visibilidade, o papel da palavra pública enquanto forma de engajamento do intelectual, a vontade de dar um peso coletivo a uma iniciativa que pode, de início, ser individual, todos esses fenômenos explicam que o intelectual seja ao mesmo tempo profundamente individualista e esteja enraizado no grupo de seus pares. (LECLERC, 2004, p. 73)

Dessa forma, a trajetória profissional, social e intelectual das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação pertence ao campo intelectual da Educação gaúcha, em que atuaram e desenvolveram uma profissão intimamente ligada à intelectualidade, na qual o posicionamento institucional e o envolvimento vincularam-se às suas atuações profissionais em órgãos públicos do Estado e através da sua vasta produção intelectual publicada.

federal, em 1924 e em 1927, pelo PRR (RS); prefeito de Uruguaiana, em 1920; Senador, em 1928; deputado federal, pela UDN, em 1945 e em 1950 e deputado federal pelo PTB, em 1958 (faleceu antes de terminar o mandato). Flores da Cunha participou da campanha de 1923 apoiando Borges de Medeiros, como também apoiou Getúlio Vargas, em 1930. Foi nomeado por Getúlio Vargas como interventor federal no Rio Grande do Sul, cargo que ocupou até 1935, quando foi eleito governador pelo Partido Libertador. Em 1937, rompeu com Vargas e foi para o Uruguai, onde ficou exilado por cinco anos. Ao retornar para o Brasil, em 1943, foi preso, mas seis meses depois foi liberado por Vargas. Em 1945, ajudou a fundar a UDN, pela qual cumpriu dois mandatos de deputado federal. Entretanto, faleceu quando era deputado federal eleito pelo PTB.

* * *

Como os intelectuais mediadores que têm “um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político” (GOMES, HANSEN, 2016, p.10) as alunas-mestras/professoras/técnicas também percorreram suas trajetórias intelectuais e tiveram legitimidade.

Foram produtoras de conhecimento, profissionais, ocuparam cargos de prestígio, têm posição política atrelada à situação. Foram alunas-mestras, foram professoras, foram técnicas em Educação, foram educadoras. Especialistas em Educação, que ganharam a legitimidade, através do desenvolvimento da *expertise pedagógica* e dos *experts* em Educação, provenientes do reconhecimento pela qualificação acadêmica e competência intelectual, e pelo posicionamento institucional – profissionais de órgãos estatais responsáveis, nesse período, pela renovação, modernização e propagação das novas ideias pedagógicas.

Considerações Finais

A investigação que resultou nesta tese teve o objetivo de analisar as trajetórias intelectuais, sociais, profissionais das alunas-mestras que percorreram o espaço social da Educação, onde expressaram as disposições do *habitus* docente, e se tornaram professoras e técnicas em Educação, participantes do quadro de funcionários públicos do estado do Rio Grande do Sul, durante as décadas de 1920 a 1960. E, a partir desse lócus, produziram e difundiram suas ideias tanto de práticas formativas quanto pela expressiva produção textual.

Desse modo, coube à Universidade das Mulheres ser o espaço social onde as trajetórias intelectuais, sociais e profissionais das alunas-mestras/professoras e técnicas em Educação se efetivaram. Nesse espaço, as trajetórias também constituíram uma representação de ser aluna-mestra, de ser professora e de ser técnica em Educação. Presente na formação inicial, contínua e profissional, na construção de um conhecimento específico, na construção de redes de sociabilidades, na legitimação social e profissional, consolidando o *habitus* docente dos agentes sociais e suas posições dentro do campo.

A Universidade das Mulheres constituiu-se, inicialmente, na Escola Normal, mas foi além. A Escola Complementar/Normal de Porto Alegre atuou como espaço destinado às mulheres, onde receberam formação profissional e intelectual. Lá se produziu conhecimento, lá se ensinou o que produziram, lá colocaram em prática o conhecimento produzido. Foi um espaço que abrigou o discurso científico das teorias pedagógicas, psicológicas, sociológicas.

As trajetórias das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação foram abordadas como experiências a partir das redes de sociabilidade e nos espaços de convivência que se entrelaçaram em relações políticas, profissionais e de amizade, que estiveram balizadas com a participação no movimento de renovação educacional, na produção intelectual e na circulação de ideias presentes na produção textual impressa em revistas, boletins e livros.

De alunas-mestras a “mulheres do Instituto”, a “professoras do Grupo Escolar ou Colégio Elementar...”, a “diretoras do Centro...”; de alunas-mestras a professoras intelectuais, que construíram a profissionalização docente, com aspirações, interesses e problemas em comum e desenvolveram vínculos ou pertencimentos como produtoras e receptoras de ideias. Compartilharam, além de espaços físicos, as mesmas leituras (jornais, revistas, livros, etc.). Exerceram uma atividade institucionalizada e regulada pelo Estado, a qual exige um conjunto

de saberes e saber fazer, de condutas e comportamentos de ordem ética, aos cuidados das instituições de formação. Atuaram cotidianamente com outros sujeitos sociais: seus pares e seus alunos.

Alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação e intelectuais que uniram o mundo da escrita com o mundo do trabalho ao desempenharem profissões ligadas ao ensino – professoras primárias, pedagogas e intelectuais. Produziram uma “fermentação intelectual” proporcionada pela escrita compreendida como prática sociocultural das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, resultado da experiência na prática escolar como aluna e como docente, pelo conhecimento pedagógico e da realidade cotidiana das escolas e dos alunos. Credenciais importantes, pois as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação estavam envolvidas em quatro instituições públicas voltadas à Educação – a Escola Complementar/Normal/Instituto de Educação de Porto Alegre, a Secretaria de Educação e Saúde Pública (SESP/RS), o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE/RS) e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais/RS (CRPE/RS) – instituições que autorizaram a escrita de alunos para alunos, de professores para professores, constituindo-se como intelectuais mediadoras. Essa produção textual se dirigia às orientações teórico-metodológicas e circularam na Revista do Ensino/RS, nos Boletins do CPOE/RS e do CRPE/RS.

Profissão docente feminina e escrita feminina – professora, educadora, especialista e técnica em Educação – que, com o mesmo ponto de partida, desenvolveu uma *expertise* pedagógica irradiada pelos órgãos estatais responsáveis pela renovação, modernização e propagação das novas ideias pedagógicas e pela nacionalização do ensino.

O pertencimento a uma posição institucional, no caso das intelectuais alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, refere-se ao lugar ocupado pelo intelectual em relação ao campo que o circunda e a sua notoriedade. Foi nesse sentido que a construção da narrativa biográfica deste trabalho organizou-se a partir da formação inicial das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação constituída pela passagem pela Escola Complementar/Normal de Porto Alegre; e pela atuação profissional como professora e técnica em Educação em órgãos estatais, em escolas, colégios, universidades, entre outros; e pela formação em cursos de graduação e participação em eventos educacionais; e pela publicação de seus escritos.

A partir da formação escolar, percebe-se que, mesmo com a rigidez de uma Educação e instrução voltadas especificamente ao público feminino, as mulheres, através da própria Escola Normal, tiveram a oportunidade de obter, em alguns aspectos e momentos, o que a elas pensava-se ser negado e abriu-lhes horizontes profissionais e novos contatos com outras

realidades. Construção de representações escolares e profissionais do que significou ser aluna-mestra da Escola Complementar/Normal de Porto Alegre, do que significou serem “mulheres do Instituto” e constituírem uma “Universidade de Mulheres”. Através de um sistema de preferência as alunas-mestras optaram por uma determinada instituição formadora que impulsionou a trajetória profissional. E optaram por serem professoras e técnicas em Educação, integrantes do quadro de funcionários públicos do estado.

Dos títulos “professora”, “técnica em Educação”, “diretora”, tem-se a representação de uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos. Conjunto de disposições para agir, construídas socialmente, isto é, trajetórias sociais abertas a experiências. Experiências, tais como, o destaque no âmbito educacional, prestígio e reconhecimento obtido através da execução de reforma e renovação educacional. O pertencimento a uma posição institucional e a um corpo docente colaborou para a trajetória intelectual das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, considerando-as parte integrante de uma “*expertise* pedagógica” e do grupo de “experts” em Educação, expressa em vários momentos profissionais: na produção textual e na participação em atividades e viagens pedagógicas, por exemplo.

Espaços de circulação e redes de sociabilidade, que conferiram às alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação legitimidade. Espaços e momentos compartilhados desde a formação escolar na Escola Complementar/Escola Normal e durante a atuação como professora e como técnica em Educação, nos corredores de um Colégio Elementar ou Grupo Escolar, ou em salas da Secretaria da Educação ou do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, bem como no trabalho de edição e publicações da Revista do Ensino/RS ou nos demais impressos.

Instituições que marcaram essa rede de sociabilidades. Instituições-chave, ponto em comum entre elas, elo que, de certa maneira, as conectou, entrelaçou, teceu fios invisíveis, pontuou objetivos em comum de um projeto educacional para o estado.

Partilham o mesmo ideal, através da trajetória de formação inicial em comum e através da trajetória escrita, fizeram escolhas, opções, tiveram influência, influenciaram, apropriaram-se, foram apropriadas, representaram, ditaram, ordenaram, expediram os ideais de renovação pedagógica.

Envolto nesse propósito, o reconhecimento pela qualificação acadêmica e pela competência intelectual das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação perpassa pela difusão de ideias, pela circulação de seus escritos e pela produção intelectual. Bem como, pela participação delas no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a qualificação e o

aperfeiçoamento profissional do magistério gaúcho. E pelo desenvolvimento de um conhecimento técnico e científico acerca da Educação, promovido e incentivado nas políticas públicas da renovação educacional. Implicação disso foi a criação de um espaço institucional dotado de um saber/poder, onde os especialistas passaram a enunciar um discurso científico, modernizador, único e autorizado pelo poder público. Também foi reconhecimento pela qualificação acadêmica e pela competência que passa pelo aperfeiçoamento técnico e pedagógico do magistério. E de maneira interligada, promovi a legitimidade e a força política conferida às alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação e suas trajetórias intelectuais, sociais.

Referências

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro – 1891 a 1940.

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=8727&pesq=&url>

Acesso: 12/04/2014

ALMEIDA, Dóris B. O Crisol: periódico das alunas do Colégio Americano (Porto Alegre/RS, 1945-1964). **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 40, v. 17, maio/ago, 2013, p. 267-290.

_____. Uma obra referência para professores rurais: Escola Primária Rural.

Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, jul/dez, 2011, p. 57-68.

_____. **Um periódico juvenil: civilidades nas páginas do “Clarim”**.

Comunicação apresentada no 16º Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação – ASPHE, Porto Alegre, 2010.

_____. **Vozes esquecidas em horizontes rurais: histórias de professores**.

Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS, 2001.

ALVES, Cláudia. Jean-François Sirinelli e o político como terreno da história cultural. In:

FARIA FILHO, L., LOPES, E. (org.). **Pensadores sociais e a história da Educação II**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, pp.111-133.

AMARAL, Giane Lange do; SILVA, Daiani. Aspectos da cultura escolar veiculados pelo

impresso estudantil “Complementarista” da Escola Complementar de Pelotas/RS. In: **11º**

Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação. 2005. (CD ROM)

_____. Os impressos estudantis em investigações da cultura escolar nas

pesquisas histórico-institucionais. In: **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 11, abril, 2002, p. 117-130.

ANTUNES, Mitsuko. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e

perspectivas. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**. vol 12, n. 2, Campinas, dez, 2008.

ARRIADA, Eduardo. **A Educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande**

do Sul: a desoficialização do ensino público. Tese de doutorado. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História/PUCRS, 2007.

BARBOSA, Deborah. **Estudos para uma história da Psicologia Educacional e Escolar no**

Brasil. Tese de Doutorado. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar/USP, 2011.

BASTOS, Maria Helena C.; LEMOS, Elizandra; BUSNELLO, Fernanda. A pedagogia da ilustração: uma face do impresso. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. TAMBARA, Elomar. A nacionalização do ensino e a renovação educacional no Rio Grande do Sul. In: QUADROS, Claudemir (org.). **Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2014.

_____. **A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942. O novo e o nacional em revista**. Pelotas: Seiva, 2005.

_____. **Divertir, educar e formar: Cacique – A revista da garotada gaúcha (1954-1963)**. In: Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação. A Educação e seus Sujeitos na História. Goiás. 2006.

Acesso eletrônico: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Maria%20Helena%20Camara%20Bastos%20-%20Texto.pdf>

_____. Do curso de Pedagogia à Faculdade de Educação da PUCRS: Porto Alegre/RS (1942-2015). In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. especial, dez. 2016, p. 1371-1395.

_____. Imprensa pedagógica rio-grandense: Cacique – a revista da garotada gaúcha (1954-1963). **Educação**. Porto Alegre: PUCRS, ano XVII, n.27, 1995, p. 86-100.

_____. **Lições do Passado para o Presente: A história da Educação na Revista do Ensino/RS (1951-1963)**. In: Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá. 2013.

_____. **Manual para os jardins de infância**. Ligeira compilação pelo Dr. Menezes Vieira – 1882. Porto Alegre: Redes Editora, 2011.

_____. Rio Grande do Sul durante o Estado Novo: uma política de nacionalização do ensino (1937-1945). **Revista de Educação**, Porto Alegre, ano XXI, n. 34, abril/1998, p. 33-69.

_____. Espelho de papel: a imprensa e a história da Educação. In: **Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e Educação na imprensa**. José Carlos Souza Araújo, Décio Gatti Jr. (org.) Campinas/SP: Autores Associados, 2002. p. 151-174

_____. BENCOSTTA, Marcus; CUNHA, Maria Teresa. **Uma cartografia da pesquisa em história da Educação na região sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (1980-2000)**. Pelotas: Seiva, 2004.

BICCAS, Maurilane de Souza. Da revista à leitura: a formação dos professores e a confirmação do campo pedagógico em Minas Gerais (1925-1940). In: **Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e Educação na imprensa**. José Carlos Souza Araújo, Décio Gatti Jr. (org.) Campinas/SP: Autores Associados, 2002. p. 175-195

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOTO, Carlota. O professor primário português como intelectual: 'eu ensino, logo existo'. **Revista Linhas**, v. 6, n. 1, 2005, p. 1-45.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp. 183-191

_____. **As regras da arte**. Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense. 2004.

_____; CHARTIER, R. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CADERNOS DOS EX-ALUNOS: Subsídios da História Institucional. Porto Alegre: Associação dos Ex-Alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha, n. 2, 2001.

_____. Porto Alegre: Associação dos Ex-Alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha, n. 3, junho, 2004.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Caixa de Utensílios e a Biblioteca: Pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana; HILSDORF, Lúcia. **Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. **Historia de la cultura escrita. Del Proximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada**. Astúrias/Espanha: Ediciones Trea, 2001.

CATANI, Denice. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**, v. 10, n. 20, p. 115-130, jul/dez, 1996.

_____; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Educação em revista**. A imprensa pedagógica e a história da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

_____; VILHENA, Cynthia. A imprensa periódica educacional e as fontes para a história da cultura escolar brasileira. In: **15º Reunião Anual ANPED – GT História da Educação**, 1992.

CHAMON, Magda. Trajetória de feminização do magistério e a (con)formação das identidades profissionais. In: **VI Seminário de Redestrado – Regulamentação Educacional e Trabalho Docente**. Rio de Janeiro/RJ: UERJ, 06 a 07 de novembro de 2006.

CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, F. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 41-53.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Conversações com Jaime Lebrun. São Paulo: Imprensa Oficial/UNESP, 1998.

_____. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (org.) **História da Vida Privada**, v. 03. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 112-161.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Ed. UNESP. 2002.

_____. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (dir.). **Práticas da leitura**. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CORSETTI, Berenice. Cultura política positivista e Educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). In: **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas [31]: 55-69, julho/dezembro, 2008.

CUCUZZA, H. R; PINEAU, P. *Para una historia de la enseñanza de la lectura y escritura*. Buenos Aires: Miño y Dávila. 2002.

CUNHA, Maria Teresa S. **Armadilhas da sedução**. Os romances de M. Delly. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. Rezas, ginástica e letras: normalistas do Colégio Coração de Jesus. Florianópolis décadas de 1920 e 1930. In: Dallabrida, Norberto (org.). *Mosaico de escolas: modos de Educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Educação/PUCRS, 2017.

FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes de Almeida: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.27, 2009, p.317-338.

FÁVERO, Maria de Lourdes; BRITO, Jader. **Dicionário de Educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

FERREIRA, Márcia S. Os Centros de Pesquisas Educacionais do INEP e os estudos em ciências sociais sobre a Educação. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 38, maio/agosto, 2008, p. 279-411.

FINOCCHIO, Silvia. **La escuela en la historia argentina**. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

FISCHER, Beatriz. **Professoras: histórias e discursos de um passado presente**. Pelotas: Seiva, 2005.

_____. Revista do Ensino/RS e Maria de Lourdes Gastal: Duas histórias em conexão. **História da Educação** – ASPHE/FaE/Ufpel, Pelotas, v. 14, n. 30, 2010, p. 61-79.

FRAGA, Andréa S. História de um dia: a trajetória da viagem de Adolphe Ferrière ao Brasil (1930). In: **Anais do 20º Encontro da Associação Sul-Riograndense de Pesquisadores em História da Educação – História e Imagem da Educação**, FAGED/UFRGS, Porto Alegre, 3 a 5 de dezembro de 2014.

_____. **Imprensa estudantil e práticas de escrita e de leitura: o caso da Revista O ‘Estudo’ (Porto Alegre/RS, 1922 a 1931)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS, 2012.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre Guia Histórico**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GAUER, Gustavo, GOMES, William B. **Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1943 a 2003**. Maio de 2005. Porto Alegre, Museupsi.
<http://www.ufrgs.br/museupsi/sumario.htm> (acesso em 12/11/16)

GERTZ, René. A nacionalização do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo. In: **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Anais da XI Reunião**. São Paulo, p. 311-317, 1991.

GIOLO, Jaime. **Estado, Igreja e Educação no Rio Grande do Sul da 1ª República**. Tese de doutoramento. Faculdade de Educação, USP, FEUSP, 1997.

GOMES, Angela; HANSEN, Patrícia. Apresentação. In: GOMES, Angela; HANSEN, Patrícia (orgs.). **Intelectuais mediadores**. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, Dilza P. **A instrução pública, a Educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História/PUCRS, 2013.

GOUVÉA, Fernando C. F. **Tudo de novo no front: o impresso como estratégia de legitimação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1952-1964)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação/PUC-RJ, 2008.

GOUVEIA, Aparecida Joly. A pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 1, 1971.

GRANDE, Humberto. **A Pedagogia no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Gráfica Guarany, 1941.

GVIRTZ, Silvina. **Del curriculum prescripto al curriculum enseñado. Una mirada a los cuadernos de clase**. Buenos Aires: AIQUE, 1997.

HEINZ, Flávio. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 58, 2009, p. 263-289.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, 2001, p. 9-44.

KRAMER, Sonia. Leitura e escrita de professores em suas histórias de vida e formação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 106, março, 1999, p. 129-157.

KREMER, Alda Cardozo. Panorama da Educação. In: KREMER, Alda Cardozo *et al.* **Rio Grande do Sul – terra e povo**. 2. ed., Porto Alegre: Globo, 1969.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

LHULLIER, Cristina; GOMES, William. Ideias psicológicas nos cursos normais de Porto Alegre no período de 1920 a 1950. *Psico*. n. 30(2), 1999, p. 45-52.

LOURENÇO FILHO, M. B.. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. 13ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Magistério: identidade, história, representação. In: CATANI, Denice (org.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das Mulheres no Brasil**. 3. ed., São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Prendas e antiprendas: uma história da Educação feminina no Rio Grande do Sul**. Faculdade de Educação da UNICAMP, 1986. Tese de doutorado.

MACHADO JR. Claudio de Sá. **Imagens da Sociedade Porto-Alegrense: vida pública e comportamento nas fotografias da Revista do Globo (década de 1930)**. São Leopoldo: Oikos, 2009.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'água, 2004.

MARTINS, Ana Luisa. **Revistas em revista**. Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2008.

MARTINS, Angela Maria. Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. In: www.histedbr.fe.unicamp.br/revistas/edicoes/35/art12_35.pdf
Acesso em 22/10/2016

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979.

MICHEL, Carolina; ARRIADA, Eduardo. Viagem educacional ao Uruguai em 1913: impressões dos professores rio-grandenses acerca das escolas de Montevideo. In: **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v. 21, n. 51, jan/abr/, 2017.

MONARCHA, C. **A reinvenção da cidade e da multidão**: dimensão da modernidade brasileira – a Escola Nova. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990.

_____. Notas sobre Educação nacional na “Era Getuliana”. In: **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas(6): 57-68, out. 1999.

MONTAGNER, Miguel A. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan/jun, 2007, p. 240-264.

MONTEIRO, Charles. O lugar da fotografia frente a outras imagens e sua função social na elaboração de uma nova visualidade urbana moderna nas revistas ilustradas dos anos 1920. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**, São Paulo, julho, 2011.

MONTEIRO, Lorena. **A estratégia dos católicos na conquista da sociologia na UFRGS (1940-1970)**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

MOREIRA, Roberto. **A escola elementar e a formação do professor primário no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: INEP, 1955.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NETO, Kraemer. **Nos tempos da velha escola...** Porto Alegre: Editora Sulina, 1969.

NÓVOA, Antonio. A imprensa de Educação e ensino: concepções e organização do *repertório* português. In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Educação em revista**. A imprensa pedagógica e a história da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11-31.

_____. **Formação de professores e profissão docente**. s/d. In: repositório.ul.pt. Acesso: 18/08/2016.

_____. **Profissão Professor**. O passado e o presente dos professores. Porto: Porto Editora, 1995.

_____. Relação Escola/Sociedade: Novas respostas para um velho problema. Conferência de abertura III Congresso Estadual Paulista sobre a Formação de Educadores, Águas de São Pedro, 22 de maio de 1994. In: **Educação e Sociedade**. UNESP, p. 1-18.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: N. 104, julho, 1998. p. 144-161.

PAUTASSO, Andréa M. **A Comissão de Literatura Infantil do Ministério de Educação e Saúde Pública do Brasil nos anos de 1936 a 1938**. Dissertação de Mestrado em Educação. Porto Alegre, Faculdade de Educação, UFRGS, 2010.

PERES, Eliane. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir. A escola como oficina da vida: Discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909-1959)**. Tese de doutorado, Faculdade de Educação/UFMG, Belo Horizonte, 2000.

_____. A Escola Ativa na visão de Adolphe Ferrière. Elementos para compreender a Escola Nova. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III. Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 114-128.

_____. A produção e uso de livros de leitura no Rio Grande do Sul: Queres Ler? e Quero ler. In: **História da Educação/ASPHE**. FaE/UFPEL, v. 3, n. 6, outubro, 1999. p. 89-103.

_____; RAMIL, Chris. Cartilhas produzidas por autoras gaúchas: um estudo sobre circulação e o uso em escolas do Rio Grande do Sul (1940-1980). **Revista Brasileira de Alfabetização** – ABAIf, Vitória/ES, v. 1, n. 1, jan-jun, 2015, p. 177-203.

_____; VAHL, Mônica Maciel. “Saneamento” da literatura infanto-juvenil: o esforço do CPOE e da Revista do Ensino (RS). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 2, jul-dez, 2015, p. 137-153.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

_____. **Mulheres públicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

PESAVENTO, Sandra. **História & História Cultural**. 2ª ed, 2ª reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Memória Porto Alegre**. Espaços e vivências. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

PETRUCCI, Armando. **Alfabetismo, escritura y sociedad**. Barcelona: Gedisa, 1999.

PIÑEDA, Silvana S. **Hyloea**: o feminino na revista dos alunos do Colégio Militar de Porto Alegre (1922-1938). Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre, Faculdade de Educação, UFRGS, 2003.

POUR L'ÈRE NOUVELLE. Revue Intenationale D'Education Nouvelle. Genève. N. 67, avril-mai, 1931.

QUADROS, Claudemir de. **Boletins do CPOE/RS (1947-1966): produção, circulação e leitura**. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação. Uberlândia/MG, 2006a, p. 3300-3309.

_____. Lourenço Filho: reformador da Educação no Rio Grande do Sul. In: Estudos RBPE, Brasília, v. 90, n. 224, jan/abr, 2009, p. 204-222.

_____. O discurso que produz a refirma: nacionalização do ensino e reforma educacional no Rio Grande do Sul (1937-1945). In: **XXIV Simpósio Nacional de História/ANPUH**. 2007.

_____. Produção de diferentes significados de ser professor no Rio Grande do Sul (1940-1960). **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 21, set/dez. 2009, p. 177-206.

_____. **Reforma, ciência e profissionalização da Educação**: o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado. Porto Alegre: Faculdade de Educação/ UFRGS, 2006b.

_____; STEPHANOU, Maria. Reforma educacional e produção de modos de ser e pensar. In: *Revista Lusófona de Educação*. n. 18, 2011, p. 97-110.

_____. (org.). **Uma gota amarga**: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Ed. UFSM, 2014.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAZZINI, Márcia. Livros e leitura na escola brasileira do século XX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III – século XX. Petrópolis/RS: Vozes, 2005. (pp. 100-13)

ROSA, Fabiana; DALLABRIDA, Norberto. O ENSINO SECUNDÁRIO NAS LENTES DO CRPE DE PORTO ALEGRE (1956-1964). **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 20 a 23 de maio de 2013. Acesso eletrônico em: 28/10/2016.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. In: **MÉTIS**: história & cultura. V. 2, N. 3, jan.-jun, 2003, p. 52-72.

SCHUELER, Alessandra F. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889). **Revista de Educação Pública**. UFMT, n. 17, 2008, p. 1-15.

SCHUTZ, Liane. **Sótãos e porões**: sacudindo a poeira do Colégio de Aplicação. 1996. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Faculdade de Educação/ PUCRS, 1994.

SILVA, João Paulo de Souza da. O uso das ferramentas sociológicas de Pierre Bourdieu para a pesquisa da História Intelectual da Educação. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**. Santos, v. 07, n. 13, jan-jun, 2015, p. 41-51.

SILVA, Ruth Ivoty Torres da. **A Escola Primária Rural**. Porto Alegre, Editora Globo, 1952.

SIMÕES JR., Álvaro. Da literatura ao jornalismo: periódicos brasileiros do século XIX. In: **Patrimônio e Memória**. UNESP/FCLA-CEDAP, v. 2, n. 2, 2006. (pp. 122-152).

SIRINELLI, J-J. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. Por uma história política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. **Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)**. Tese de doutorado. São Paulo/SP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2008.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III – Século XX. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, v. 19, n. 39, jun, 2011, p. 115-133 (tradução da Revista Daedalus – 1971).

TAMBARA, Elomar. **A Educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo**. Tese de doutorado. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS, 1991.

_____; HUCH, Michele. A Educação em Pelotas: o entusiasmo republicano (1889 – 1920). In: **11º Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação**. 2005. (CD ROM)

_____. Profissionalização, escola normal e feminilização: Magistério sul-riograndense de instrução pública no século XIX. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 3, abr, 1998, p. 35-57.

_____. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século 19 no Brasil. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 6, n. 11, jan/jun, 2002, p. 25-52.

TEIXEIRA, Anísio. Por que especialistas de Educação? In: **Educação e Ciências Sociais**, Ano III, vol. 3, n. 7, abril, 1958, p. 5-8.

TEIXEIRA, Gisele Baptista. As mulheres e a escrita de livros escolares no século XIX. **Gênero**. Noterói, v. 11, n. 1, 2º sem/2010, p. 81-96.

_____; SCHUELER, Alessandra. Livros para a escola primária carioca no século XIX. Produção, circulação e adoção de textos escolares de professores. **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 20, maio/ago. 2009, p. 137-164.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das Mulheres no Brasil**. 3. ed., São Paulo: Contexto, 2000.

TRINDADE, Iole. **A invenção de uma nova ordem para as cartilhas: Ser Maternal, Nacional e Mestra: Queres Ler?** Tese de doutorado. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS, 2001.

VALLE, Hardalla; AMARAL, Giana. “Tão próximo e tão distante”: um estudo comparado do ensino secundário nas cidades de Pelotas e Rio Grande /RS (décadas de 1870 a 1910). In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 20 a 23 de maio de 2013. Acesso eletrônico em: 28/10/2016.

VARGAS, Francisco; SANTOS, Rita; TAMBARA, Elomar. A História da Educação na cidade de Rio Grande/RS: um contexto da história da Educação dos trabalhadores na primeira república. **Revista Didática Sistemica**. vol. 15, n. 2, 2013, p. 21-34.

VENTORINI, Eliana. **Regulação da leitura e da literatura infanto-juvenil no Rio Grande do Sul, na década de 1950: interdição, triagem e intervenção das autoridades**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Faculdade de Educação/ UFRGS, 2009.

VIDAL, Diana. Experiências do passado, discussões do presente: a Biblioteca Escolar Infantil do Instituto de Educação Caetano de Campos (1936-1966). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, número especial, p.195-210, out./dez. 2014.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Por uma história da cultura escrita: observações e reflexões. **Cadernos de Projeto Museológico**. n. 77. V/2001. Escola Superior de Santarém.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Ensino Rural e legitimação das ações do Estado. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 13, n. 39, maio/ago, 2013, p. 771-792.

_____. Práticas de gestão e feminização do magistério. **Cadernos de Pesquisa**. v. 35, n. 126, set/dez, 2005, p. 609-634.

Apêndice

Apêndice 1 – Levantamento geral das alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação e suas publicações

IDA SILVEIRA				
PUBLICAÇÕES				
Revista O Estudo	1922, n. 6	Alma Gaúcha	Texto literário	
Revista do Ensino	1939, out, n.2, vol. 1	Bibliotecas Infantis	Palestra realizada na Sociedade Rio-grandense de Educação	
	1939, dez, n.4, vol. 1	O que foi a Semana Ruralista de Farroupilha	Juntamente com a professora Iris de Leão	
	1940, jun, n. 10, vol. 3	Instituições escolares		
	1950, set, n.1	Higiene Mental na Escola		
	1950, nov, n. 3	Higiene Mental na Escola		
	1952, nov, n. 11	Instruções para o preenchimento da ficha de dados e observações do aluno		
	1953, abr, n. 13	Ficha de dados e observações		
Boletim do CPOE/RS	1947	Seção de pesquisas – Investigação do Nível pedagógico dos alunos nos grupos escolares em relação com suas idades cronológicas		
	1948-1949	Seção de pesquisas – Justificativa e regulamentação de uma “Escola de Mães”		
	1950-1951	Curso de Psicologia para professoras de 1º ano, dirigido pela Profª Ida Silveira, da Secção de Pesquisa do CPOE		
	1952-1953	-----		Seu nome aparece na contracapa como Técnica em Educação e colaboradora do Boletim
		Regulamento para uma instituição destinada a menores desajustados		
	Curso de Psicologia para professoras de Psicologia das Escolas de Cursos Normais do Estado		O curso foi dirigido pela professora Ida Silveira	
Livros	Porto Alegre: SEC/CPOE/RS	Sugestões de atividades a serem desenvolvidas na escola	Sugestões de atividades e	

	1954	primária.	bibliografia sobre metodologia da linguagem, metodologia de matemática, metodologia de estudos sociais e naturais, organização socializada da escola: recreação, literatura infantil e teatro de títeres, psicologia.
--	------	-----------	---

LAHIDY ZAPP			
PUBLICAÇÕES			
Revista do Ensino	1940, jun, n.10	Casa paterna – Torrão Natal	
	1956, abr	Mundo Moderno	
		A tarefa da família cristã em face do mundo moderno	
Boletim do CPOE/RS	1948-1949	Comentário sobre as provas objetivas	
	1954-1955	Organização das classes de Grupos Escolares do Estado	Juntamente com Fanny D. Garcia
		Sugestões para ensino da Linguagem nas classes de 1º ano	Juntamente com Sarah Rolla, Eloah Brodt Ribeiro, Sydia Sant'Ana Bopp, Jandira Cardia Szechir, Cecy C. Thofehrn
	1958	Plano de atividades para as comemorações do Decênio da Organização das Nações Unidas	
	1958	Comunicação apresentada no III Congresso Nacional de Professores Primários – comissão Especial de Estudo e Classificação de publicações periódicas	
Livros	Porto Alegre: SEC/CPOE/RS, 1954	Sugestões de atividades a serem desenvolvidas na escola primária.	Sugestões de atividades e bibliografia sobre metodologia da linguagem, metodologia de matemática, metodologia de estudos sociais e naturais, organização socializada da escola: recreação, literatura infantil e teatro de títeres, psicologia

ELOAH BRODT RIBEIRO KUNZ			
PUBLICAÇÕES			
Revista do Ensino	1954, out, n.26	A missão do educador	
	1955, nov, n.35	O II Congresso Nacional de Professores Primários na opinião dos educadores	
	1960, set, n.71	Direção de Aprendizagem – Sugestões para o desenvolvimento de atividades nos Jardins de Infância	Juntamente com Gilka N. Fontoura
	1960, nov, n.73	Direção de Aprendizagem – Sugestões para o desenvolvimento de atividades nos Jardins de Infância	Juntamente com Gilka N. Fontoura
	1961, mar, n.74	Educação Pré-Primária – Jardins de Infância	Juntamente com Gilka N. Fontoura
Boletim do CPOE/RS	1947	Prefácio	
		Considerações em torno do processo de medida adotado em matemática para seleção dos candidatos à escola de professores	
		Exposição de motivos relativa ao decreto-lei n° 2329, de 15 de março de 1947	Juntamente com Aurea Prado – Superintendente do Ensino Normal
	1948 a 1949	Exposição de motivos relativa ao decreto-lei n° 2351, de 22 de março de 1947	Juntamente com Almerinda Verissimo Correa – Superintendente do Ensino Primário
		Plano de Educação rural	
		Seção de orientação – Hora Pedagógica (junho de 1948)	
		Centenário de Joaquim Nabuco (Agosto de 1949)	
	1950-1951	Semana da Criança (Setembro de 1949)	
		Ensino Secundário	
		Seção de orientação: Julgamento das provas de composição	
	1952 a 1953	Curso de Aperfeiçoamento de professores – Curso de Matemática	Palestra
		-----	Seu nome aparece na contracapa como técnica em Educação e

			colaboradora do Boletim
		A diagnose em Educação	
		Sugestões para o desenvolvimento de atividades nas escolas primárias rurais	Juntamente com Ruth Ivoty Torres da Silva
	1954 a 1955	Ofícios	Assinados como Diretora do CPOE
		Sugestões para o desenvolvimento de atividades nos jardins de infância	Juntamente com Gilka Niederaurer Fontoura
		Critério para verificação do rendimento da aprendizagem nas Escolas Normais do Estado	
		Sugestões para o ensino da Matemática nas classes de 1º ano	Juntamente com Sarah Rolla, Margarida Sirângelo, Noely Sagebin, Maria Fernandes Oliveira
		Sugestões para o ensino da Linguagem nas classes de 1º ano	Juntamente com Sarah Rolla, Sydia Sant'Ana Bopp, Jandira Cardia Szechir, Cecy C. Thofehn, Lahidy Zapp
	1956	Elaborou "Provas para aferição do rendimento da aprendizagem nas escolas primárias" ou "Provas prontas"	Juntamente com Sydia Sant'Anna Bopp
	Boletim do CRPE/RS	1956	Apresentação
O Centro Regional de Pesquisas Educacionais a serviço da Educação			
1958		Relações entre sistema educacional brasileiro, as escolas de formação de professores primários e os serviços de aperfeiçoamento do magistério em exercício	Transcrição da palestra
		O problema da habilitação de professores diplomados	
Livros	Porto Alegre: SEC/CPOE/RS, 1954	Sugestões para o desenvolvimento de atividades nos jardins de infância	Sugestões de atividades e bibliografia
	Porto Alegre: SEC/CPOE/RS, s/d	Sugestões para o desenvolvimento de atividades nas escolas	Orientações para o desenvolvimento de atividades

		primárias rurais	
		TPL – Teste de prontidão para a leitura	Não obtive mais informações

GRACIEMA PACHECO

PUBLICAÇÕES

Boletim do CPOE/RS	1950-1951	Curso de Aperfeiçoamento aos professores – Curso de Matemática	Palestra como professora da Faculdade de Filosofia
Livros	1954	O status da criança como expressão do meio rio-grandense	Capítulo do livro: Fundamentos da Cultura Rio-grandense. Primeira Série. Editora da Faculdade de Filosofia da URGs
	1965	As classes de alfabetização através do parecer dos professores	Juntamente com Olga Machado Santos. Publicado pelo CRPE/RS

FANNY DELLAMORA GARCIA

PUBLICAÇÕES

Revista do Ensino	1940, out, n.14	Plano de unidade didática sobre: Brasil, Companhia de Jesus e Árvore.	
Boletim do CPOE/RS	1954-1955	Organização das classes de Grupos Escolares do Estado	Juntamente com Lahidy Zapp
	1959	Ofício circular n. 952 de 18 de dez. de 1959	Responsável pela direção do CPOE/RS

SARAH AZAMBUJA ROLLA

PUBLICAÇÕES

Revista do Ensino	1952, abr, n.5	Apresente seu problema – Linguagem	
	1952, mai, n.6	Apresente seu problema – Linguagem	
	1952, mai, n.6	Sugestões para a organização de problemas no 1º e 2º ano	
	1952, jun, n.7	Apresente seu problema – Como adaptar e contar histórias às crianças dos primeiros anos da escola Primária	
		Geometria	
	1952, jul, n.8	Apresente seu problema – Qual a melhor forma de executar a correção do ditado	
1952, ago, n.9	Geometria		

	1953, mar, n12	Diretrizes metodológicas – importância do uso das gravuras na escola primária	
		Seriação do ensino de frações decimais – Análise didática do cálculo das frações decimais	
	1953, abr,n.13	LINGUAGEM – A motivação no ensino da escrita	
	1953, mai, n14	Diretrizes metodológicas: LINGUAGEM – A leitura no 1º ano (1ª parte)	
	1953, jun,n.15	Diretrizes metodológicas: LINGUAGEM – A leitura no 1º ano (2ª parte)	
	1960, mar,n.66	Programa experimental de Matemática	Juntamente com Sydia Bopp
	1960, nov, n.73	Diversos – Ofício Circular n. 54 – Conteúdo dos Programas Normais Gerais	
Boletim do CPOE/RS	1950-1951	Curso para professoras de 1º ano	Curso promovido pelo CPOE/RS
	1952-1953		Seu nome aparece como colaboradora do número
	1954-1955	Sugestões para o ensino de da Matemática nas classes de 1º ano	Juntamente com Eloah Brodt Ribeiro
		Sugestões para o ensino da Linguagem nas classes de 1º ano	Juntamente com Eloah Brodt Ribeiro, Lahidy Zapp
	1957	Bel. Liberato Salzano Viera da Cunha – Um amigo da Educação. Um exemplo de virtudes	
		Relativo ao ensino da matemática	Juntamente com Eloah Brodt Ribeiro
		Importância da alimentação no desenvolvimento infantil	
	1959	Exposição de Motivos – ampliação da rede de Jardins de Infância do estado do RS	
		Ofícios	

MARIA CIBEIRA PERPÉTUO

PUBLICAÇÕES

Revista O Estudo	n.1, 1930	Museus escolares	Juntamente com Cora Pires (alunas do 2º ano do Curso de Aperfeiçoamento)
------------------	-----------	------------------	--

Revista do Ensino	1939, set, n.1	O cinema a serviço da Educação	
-------------------	----------------	--------------------------------	--

ABIGAIL TEIXEIRA

PUBLICAÇÕES

Revista O Estudo	n.1, 1931, p. 29	Plano de Lição	Juntamente com Circe A. Bica, Wanda Goidanich, Nilza Maria Moreira
	n.1, 1931, p. 29	Noções Comuns	Juntamente com Wanda Goidanich, Nilza Maria Moreira

RUTH IVOTY TORRES DA SILVA

PUBLICAÇÕES

Revista do Ensino	1940, set, n.13, vol. 4, p. 48	Clubes Agrícolas Escolares Educação rural	
	1940, out, n.14, vol. 4, p. 133	Clubes Agrícolas Escolares	
	1940, nov, n. 15, vol. 4, p. 257	As novas realizações escolares – Clubes Agrícolas	Trabalho em experiência no Grupo Escolar Euclides da Cunha – Porto Alegre
	1952, nov, n.11, p.	Educação rural – a escolha de unidades didáticas na escola	
	1953, mar, n. 12	Educação rural – Liga dos Amigos da Natureza	
	1953, mai, n. 14	Educação rural – Instituições escolares	
	1953, jun, n. 15	Educação rural – II seminário de Educação Rural	
	1953, set, n. 17	Educação rural – Dia da Árvore	
	1954, set, n. 25	Dia da Árvore	
	1954, out, n. 26	Diferenças essenciais entre o ensino primário comum e o supletivo	
	1955, mar, n. 28	Ensino primário urbano e rural	
	1955, out, n. 34	Os trabalhos manuais na escola primária	
	1956, mar, n. 36	Trabalhos manuais – diretrizes metodológicas	
	1956, set, n. 40	Sugestões de trabalhos a serem executados com carretéis	Juntamente com Maria Alba Torres
	1958, ago, n. 54	Material para a concretização do Ensino	
	1958, set, n. 55	A Educação Rural no Rio Grande do Sul	
1958, Nov, n. 57	A escola primária e sua		

		função	
	1959, mai, n. 60	A escola como Centro de Comunidade para a Educação de Base	
	1963, abr, n. 91	Sugestões para o desenvolvimento de atividades agrícolas na escola isolada	
	1963, mai, n. 92	Sugestões para o desenvolvimento de atividades agrícolas no campo escolar primário elementar	
Revista Cacique	1956, out, n.31 p.9	A couve e a lagarta	
	1956, out, n.31 p.10	No reino de VIARS	
	1956, out, n.31 p.29	A floresta e o homem	
	1956, nov,n.32, p. 13	D. Pata Choca e D. Galinha Carijó	
	1956, dez, n.33, p 14	Anófeles	
	1957,jan,n.35, p. 18	A eterna viajante	
	1957, fev, n. 37, p.1	O despertar das flores	
	1957, fev, n. 37, p.2	Na Bicholândia	
	1957, fev,n.38, p. 4	A Terra	
	1957, mar, n.39, p.14	A visita dos discos voadores	
	1957, mar, n.40, p.28	Os doze signos do zodíaco – Áries	
	1957, abr, n.42, p.5	A grande festa	
	1957, abr, n.42, p.27	Os doze signos do zodíaco – Touro	
	1957, mai, n.43, p.21	D. Lindoca vai viajar	
	1957, mai, n.44, p.8	Quem somos?	
	1957, mai, n.44, p.13	D. Lindoca volta aos pagos	
	1957, mai, n.44, p.28	Os doze signos do zodíaco – Gêmeos	
	1957, jun, n.45, p.1	A Semente	
	1957, jun, n.45, p.16	D. Lindoca recebe visitas	
	1957, jun, n.45, p.1	Travessuras de Memé	
	1957, jun, n.46, p.1	Festa de São João	
	1957,jun,n.46, p.16	Os doze signos do zodíaco	
	1957, jun, n.46, p.19	D. Lindoca recebe visitas	
	1957, jun, n.46, p.28	Os metais	
	1957, jul, n.47,	O pesadelo de Miúdo	

p.14		
1957, jul, n.48, p.8	Os doze signos do zodíaco – Leão	
1957, ago, n.49, p.1	Uma façanha do detetive TV	
1957, ago, n.50, p.28	Os doze signos do zodíaco – Virgem	
1957, set, n.52, p.24	Os dozes signos do zodíaco – Libra	
1957, out, n.54, p.28	Os doze signos do zodíaco – Escorpião	
1957, nov, n.56, p.19	Os doze signos do zodíaco – Sagitário	
1957, dez, n.58, p.24	Os doze signos do zodíaco – Capricórnio	
1958, jan, n.60, p.26	Quem sou eu?	
1958, fev, n.62, p.14	Flor do campo	
1958, mar, n.63, p.1	As férias do detetive TV	
1958, jul, n.71, p.11	O detetive TV em ação	
1958, set, n.75, p.26	O herdeiro do trono	
1958, set, n.76, p.7	O herdeiro do trono (cont.)	
1958, set, n.76, p.14	Primavera	
1958, out, n.77, p.13	Uma história da história	
1958, out, n.77, p.24	A mão negra	
1958, out, n.78, p.10	A mão negra (cont.)	
1959, jan, n.83, p.1	Saudação de ano novo	
1959, jan, n.83, p.17	As bonecas de Gilce	
1959, jan, n.83, p.23	Dona Pepeca	
1959, jan, n.84, p.15	Dona Pepeca (cont.)	
1959, fev, n.85, p.27	Dona Pepeca (cont.)	
1959, fev, n.86, p.13	A rainha e o pirilampo	
1959, abr, n.89, p.26	Antigamente ninguém acreditava	
1959, abr, n.90, p.19	Figueira	
1959, mai, n.91,	No mundo corre-corre	

	p.12		
	1959, mai, n.92, p.21	Serelepe	
	1959, jul, n.95, p.19	A história verdadeira de um macaquinho	
	1959, ago, n.98, p.12	Os bons amigos	
	1959, set, n.100, p.8	Encontro inesperado	
	1959, out, n.102, p.9	O “caso” da Borboletolândia	
	1959, out, n.102, p.19	O amigo vento	
	1959, nov, n.103, p.5	O “caso” da Borboletolândia (cont.)	
	1959, nov, n.104, p.7	O “caso” da Borboletolândia (cont.)	
Boletim do CPOE/RS	1952-1953	Sugestões para o desenvolvimento de atividades nas Escolas Primárias Rurais	
		Curso de aperfeiçoamento pedagógico para professores de classe do 1º ano	Sugestões de atividades e bibliografia sobre metodologia da linguagem, metodologia de matemática, metodologia de estudos sociais e naturais, organização socializada da escola: recreação, literatura infantil e teatro de títeres, psicologia
	1954-1955	Sugestões para a participação consciente e orientada da criança na IV Festa Nacional do Trigo	Livro de exercícios
		Estudos Naturais na Escola Primária	Orientações para o desenvolvimento de atividades
		Campanha contra a tuberculose	Juntamente com Glacira Amaral Barros
1957	Ofícios	Responde pela direção do CPOE/RS	
	1957	Conservação dos recursos naturais	
Correio do CRPE/RS	1961, n.19, ano II, dez	Relatório da pesquisa-piloto (análise motivacional)	
	1964	Aproveitamento de alunos no Curso Ginásial	
Livros	Ed. Globo, Rio de	A Escola Primária Rural	

	Janeiro – Porto Alegre – São Paulo, 1952		
	Porto Alegre: SEC/CPOE/RS, 1956	Sugestões de atividades a serem desenvolvidas na escola primária	Sugestões de atividades e bibliografia sobre metodologia da linguagem, metodologia de matemática, metodologia de estudos sociais e naturais, organização socializada da escola: recreação, literatura infantil e teatro de títeres, psicologia
	Porto Alegre: Tabajara, 1961	Nossos exercícios: estudos naturais	Livro de exercícios – livros didático
	Porto Alegre: SEC/CPOE/RS, s/d	Sugestões para o desenvolvimento de atividades nas escolas primárias rurais	Orientações para o desenvolvimento de atividades
	Porto Alegre, CRPE/RS, 1964	Aproveitamento de alunos no Curso Ginásial.	
	Porto Alegre, Tabajara, 1970	Ciências Naturais	Livro didático

ELIDA DE FREITAS E CASTRO DRUCK

PUBLICAÇÕES

	1940, nov, n.15	Subsídios para a história da Educação brasileira	
	1940, dez, n.16	Subsídios para a história da Educação brasileira	
Revista do Ensino	1951, nov, n.3	Biblioteca escolar infantil	
	1952, mar, n. 4	Biblioteca escolar infantil	
	1952, abr, n. 5	Biblioteca escolar infantil	
	1952, mai, n. 6	Biblioteca escolar infantil	
	1952, ago, n. 8	Apresente seu problema – Biblioteca escolar infantil	
	1952, set, n. 9	Biblioteca escolar infantil – sala de leitura – localização e móveis	
	1952, out, n. 10	Biblioteca escolar infantil – sala de leitura	
	1952, set, n. 11	Biblioteca escolar infantil	
	1953, mar, n.12	Biblioteca escolar infantil	
	1953, abr, n. 13	Biblioteca escolar infantil – deveres da professora bibliotecária	
1953, mai, n.14	Biblioteca escolar infantil – preferências do leitor infantil		

	1953, jun, n.15	Biblioteca escolar infantil	
	1953, ago, n.16	Biblioteca escolar infantil – Joana Ceci	
	1953, set, n.17	Biblioteca escolar infantil – Revistas	
	1953, out, n. 18	Biblioteca escolar infantil – publicidade (I)	
	1953, nov, n. 19	Biblioteca escolar infantil – publicidade (II)	
	1954, mar, n.20	Biblioteca escolar infantil	
	1954, abr, n.21	Biblioteca escolar infantil – A Biblioteca e o Lar (I)	
	1954, mai, n.22	Biblioteca escolar infantil – A Biblioteca e o Lar (II)	
	1954, jun, n.23	Biblioteca escolar infantil – Carimbos	
	1954, ago, n.24	Biblioteca escolar infantil – Façamos o nosso marcador (I)	
	1954, set, n.25	Biblioteca escolar infantil – Façamos o nosso marcador (II)	
	1954, out, n.26	Biblioteca escolar infantil – Realizações na Biblioteca	
	1954, nov, n.27	Biblioteca escolar infantil – Uma Biblioteca em Ação	
	1955, mar, n.28	Biblioteca escolar infantil – Realizações na Biblioteca	
	1955, abr, n.29	Biblioteca escolar infantil – Realizações na Biblioteca: Campanha da boa revista	
	1955, mai, n.30	Biblioteca escolar infantil – Realizações na Biblioteca	
	1955, jun, n.31	Biblioteca escolar infantil – A criança e o livro	
	1961, ago, n.77	Ano Landelliano – Um inventor bom, justo e sábio	
Livros	1958	Perfis de Musas, Poetas e Prosadores Brasileiros	Juntamente com Alzira de Freitas Tacques
	1961	Padre Landell de Moura – História de um inventor bom, justo e sábio	
	1980	Lá...Onde as coisas falam!	
	1982	Clio Fiori Druck – Uma personalidade no tempo	
	1983	Porta trancada e outros contos	

PUBLICAÇÕES			
Revista do Ensino	1951, set, n.2	Ensino Supletivo	
	1952, mar, n.4	Ensino Supletivo	
	1952, abr, n.5	Ensino Supletivo	
	1952, jul, n.7	Ensino Supletivo – Todo curso pode ter sua biblioteca	
	1952, ago, n.8	Ensino Supletivo – Um pouco de Educação econômica	
	1952, set, n.9	Ensino Supletivo	
	1952, nov, n11	Ensino Supletivo – A leitura na 2ª série do Curso Supletivo	
	1953, abr, n13	Ensino Supletivo – Algumas atividades de leitura para o Curso Supletivo	
	1953, mai, n14	Retratando Mestres – Prof. Estevão José Inácio de Oliveira	
	1953, jun, n15	Ensino Supletivo – Aprendizagem do adulto em relação a da criança	
	1953, set, n17	Ensino Supletivo – Educação de adultos	
	1954, mar, n.20	Ensino Supletivo – sugestões para o desenvolvimento das atividades de “Noções de Direito Usual” no curso supletivo	
	1954, abr, n.21	Ensino Supletivo – um pouco sobre Higiene e Educação	
	1954, mai, n.22	Ensino Supletivo – Algumas sugestões para atividades de Estudos Sociais	
	1954, ago, n.24	Ensino Supletivo – Composição: sugestões de atividades	
	1954, set, n.25	A infrequência escolar	
	1955, mar, n.28	O livro de texto na Educação de adultos	
	1955, abr, n.29	Trabalhando individual	
	1955, set, n.33	Bibliografia para o professor – Estudos Sociais	
	1955, out, n.34	O ensino da geografia e a compreensão internacional	
	Carta das Nações Unidas		
1956, mai-jun, n.38	A nova divisão regional do		

		estado	
	1957, ago, n.46	Educação de adultos	
	1958, ago, n.54	Descobrimientos do século XV	
	1958, out, n.56	Sugestões para utilização do Quadro Mural sobre o Descobrimento do Brasil	
	1959, nov, n.65	Bibliografia de Estudos Sociais	
	1960, mar, n.66	Bibliografia para professores de Estudos Sociais	
	1960, jun, n.69	Assuntos diversos – Bibliografia de Estudos Sociais	
	1961, mai, n.76	Direção de Aprendizagem – Divisão de Ciências Sociais – Diretrizes Básicas	
	1962, mar, n.81	Recursos educativos dos museus rio-grandenses	
	1962, jun, n.84	Lista de endereços onde obter informações e publicações sobre RS	
	1962, ago, n.86, anoXI	Subsídios para o estudo de Porto Alegre	
	1962, set, n.87, anoXII	Levantamento de bibliografias informativas e de pesquisa	Juntamente com Izabella Kértsz
	1963, jul, n.94, anoXII	Interpretação de conteúdos do programa primário de estudos sociais	Juntamente com Izabella Kértsz
	1965, n.100, anoXIII	Ensino Normal – Diretrizes básica para didática especial em Estudos Sociais	
	1967, n.114, anoXV	Diferença entre Estudos Sociais e Ciências Sociais	
	1968, n.118, anoXVI	Utilização de documentos históricos em situações de aprendizagem	
Boletim do CPOE/RS	1952-1953		Seu nome aparece como colaboradora do Boletim
	1954-1955	Estudos Sociais na escola primária	
		Plano de atividades para as Comemorações do Decênio da Organização das Nações Unidas	
1956	Plano de higiene para grupos escolares da Capital		

		a ser desenvolvido no ano letivo de 1956	
		Divisão Regional do Rio Grande do Sul	
		Plano de atividades para as comemorações da semana da Pátria	Juntamente com Dalva da Rosa Dupuy
		Plano de atividades para as comemorações do “Ano Santos Dumont”	Juntamente com Olga Bragança Maciel
	1959	Bacias hidrográficas do R.G. do Sul	
		Orientações de estudos sociais – Atualização de conceitos contidos no Programa Primário (III)	
		Campanha escolar em prol da formação e fortalecimento de uma opinião pública a favor da mudança da capital para Brasília	
		Orientações de estudos sociais– Atualização de conceitos contidos no Programa Primário (IV)	
		Orientações de estudos sociais– Atualização de conceitos contidos no Programa Primário (V)	
		Bibliografias de estudos sociais – curso primário	
		Divisão de ciências sociais – Diretrizes básicas	
		Bibliografias para História do Brasil	
		Ensino secundário – plano de curso – sugestões para organização do planejamento anual	Juntamente com Olga Creidy
Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul	1956, n.4	Leituras geográficas sobre o Rio Grande do Sul	
	1958, n. 6-7, p. 21	O Ensino da Geografia (parte 1 e 2)	
Livros	Porto Alegre, Tabajara, 1959,	Nossos exercícios – Estudos Sociais	Livro didático Livros de exercícios Manual para professor

	1961,1964		
	Porto Alegre, Tabajara, 1967	Atlas histórico escolar	

ALDA CARDOZO KREMER			
PUBLICAÇÕES			
Revista do Ensino	1952, abr, n.5	Apresente seu problema – Estudos Sociais	
	1952, mai, n.6	Apresente seu problema – Estudos Sociais	
	1952, jun, n.7	Apresente seu problema – Estudos Sociais	
	1952, ago, n.9	Apresente seu problema – Estudos Sociais	
	1953, ago, n.16	Diretrizes Metodológicas: Aprendizagem da História	
Boletim do CPOE/RS	1951	Para toda a criança, conhecimento e respeito de sua personalidade como seu direito mais valioso	Palestra transmitida pelas rádios Farroupilha, Gaúcha e Difusora.
	1958	Abertura	Palestra Seminário para professores bolsitas do INEP sobre a reforma do ensino normal 3 a 26-03-58
	1958	Apresentação	
	1958	Ofícios	
	1958	Palestra inaugural aos professores de Psicologia das escolas normais	
	1959	Apresentação Documento de término de exercício como diretora do CPOE	
	1959	Instruções	
	Veritas (PUCRS)	1966	Ensino primário, secundário e normal no Rio Grande do Sul
Livros	1969	Rio Grande do Sul: terra e povo	Porto Alegre. Ed. Globo.